

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS



**Ciências**  
**ULisboa**

**Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica,  
galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século  
XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria**

**Doutoramento em História e Filosofia das Ciências**

Wellington Bernardelli Silva Filho

Tese orientada por:  
Professor Doutor Henrique José Sampaio Soares de Sousa Leitão

Documento especialmente elaborado para a obtenção do grau de doutor

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS



**Ciências  
ULisboa**

**Entre as mezinhas lusitanas e plantas brasileiras: iatroquímica,  
galenismo e flora medicinal da América portuguesa do século  
XVIII nas farmacopeias do frei João de Jesus Maria**

**Doutoramento em História e Filosofia das Ciências**

**Wellington Bernardelli Silva Filho**

Tese orientada por:

Professor Doutor Henrique José Sampaio Soares de Sousa Leitão

Júri:

Presidente:

- Doutora Ana Isabel da Silva Araújo Simões, Professora Catedrática, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor José Pardo Tomás, Investigador Científico, Departamento de Historia de la Ciencia da Institució Milà i Fontanals, Espanha;
- Doutor João Rui Couto da Rocha Pita, Professor Associado com Agregação, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra;
- Isabel Maria da Silva Pereira Amaral, Professora Auxiliar, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;
- Mestre João Manuel Martins Neto, Diretor, Museu de Farmácia, na qualidade de individualidade de reconhecida competência na área científica;
- Doutor Henrique José Sampaio Soares de Sousa Leitão, Investigador Principal, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Orientador).

Documento especialmente elaborado para a obtenção do grau de doutor

Pesquisa financiada pelo programa Doutorado Pleno no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

2017

Nullius addictus iurare in verba magistri, – quo me  
cumque rapit tempestas, deferor hospes.

**Horácio**

*Epístolas*. Livro I, epístola I, linha 14 e 15

## TÁBUA DAS MATÉRIAS

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	1
<b>RESUMO</b> .....	4
<b>ABSTRACT</b> .....	5
<b>INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	6
<b>Capítulo 1 – Profissão Boticária em Portugal: um ofício mecânico divido entre clérigos e laicos</b> .....	13
1.1 Medicina e Cura nas Ordens Religiosas durante o Medievo .....	16
1.2 Atuação das Boticas Conventuais em Portugal e Brasil Colônia .....	21
1.3 Hegemonia da Farmácia Conventual .....	30
1.4 Farmácia, ofício mecânico .....	37
1.5 Ensino farmacêutico universitário .....	41
<b>Capítulo 2 – Literatura Farmacêutica e seus Autores</b> .....	53
2.1 As farmacopeias não oficiais .....	54
2.2 Farmacopeia oficial e o controle médico da profissão boticária .....	64
2.3 A farmacopeia como fonte para o historiador .....	71
2.4 Frei João de Jesus Maria e a historiografia .....	76
2.5 A Pharmacopea Dogmatica .....	79
2.6 Uma análise comparada .....	97
<b>Capítulo 3 - Plantas Brasileiras: importância científica e comercial</b> .....	99
3.1 Conhecimento natural como nova fonte de lucro no processo de colonização o Brasil .....	102
3.2 “Um tesouro mais precioso que os diamantes”: o uso e os lucros obtidos com o uso das plantas medicinais brasileiras .....	112
3.3 As diversas representações da ipecacuanha na literatura médico-farmacêutica portuguesa e europeia .....	120
3.4 O Terceiro Tomo da Pharmacopea Dogmatica: a farmacopeia nunca publicada do frei João Jesus Maria .....	135

<b>Capítulo 4 – Galenismo, humores e plantas brasileiras</b> .....	141
4.1 Da farmácia galênica para a farmácia química no século XVIII .....	143
4.2 Galenismo, farmácia química e a incomensurabilidade .....	149
4.3 Galenismo e Iatroquímica na Europa .....	157
4.4 Histórico do galenismo como teoria para compreensão das propriedades médicas das plantas brasileiras .....	162
4.5 Purgar por curso e vômito para restabelecer a saúde .....	169
4.6 Homores como reguladores do corpo .....	174
<b>Capítulo 5 – Usos e práticas sincréticas: plantas do Brasil entre a nova e velha tradição</b> .....	177
5.1 Classificação botânica e filosofia natural moderna .....	182
5.2 Teoria do Flogisto e atomismo .....	190
5.3 Assimilação dos usos e práticas tradicionais da colônia .....	197
<b>CONCLUSÃO</b> .....	207
<b>FONTES MANUSCRITAS</b> .....	211
<b>FONTES IMPRESSAS</b> .....	212
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	217
<b>ANEXO 1.</b> Transcrição das principais plantas brasileiras e americanas encontradas na <i>Historia Pharmaceutica das plantas exóticas</i> .....	233
<b>ANEXO 2.</b> Apontamentos para descobrir na America Portugueza a aquellas producções naturaes que pode enriquecer a Medicina, e o Commercio. 2 de Outubro de 1763 .....	278

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> <i>Le chirurgien nègre posant des ventouse</i> (Debret 1835) -----	27
<b>Figura 2.</b> <i>Boutique de barbiers</i> (Debret 1835) -----	28
<b>Figura 3.</b> Estampa primeira e quinta da <i>Pharmacopea Ulyssiponense</i> (Vigier 1716) -----	60
<b>Figura 4.</b> Frontispício do Tomo I da <i>Pharmacopea Dogmática</i> (Jesus Maria 1772) -----	80
<b>Figura 5.</b> Ilustração de um índio da etnia <i>mura</i> inalando <i>paricá</i> (Ferreira, 1971) ----	106
<b>Figura 6.</b> Frontispício da <i>Collecção de varias receitas de segredos particulares das principaes boticas da nossa companhia</i> (1766) -----	119
<b>Figura 7.</b> Ilustração da ipecacuanha debuxada como anexo na <i>Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou Cipó das Nossas Terras</i> (Gomes 1801) -----	130
<b>Figura 8.</b> Frontispício da <i>Historia Pharmaceutica das plantas exóticas</i> (Jesus Maria 1777) -----	136
<b>Figura 9.</b> Ilustração da obra de Thurneysser onde estão representados os quatro humores da teoria galênica e seus temperamentos característicos (Thurneysser 1574) -----	157
<b>Figura 10.</b> Ilustração de uma botica carioca por Jean-Baptiste Debret (Debret 1835) -----	204

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS E TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Livros recomendados na <i>Pharmacopea Dogmatica</i> como obras necessárias ao bom exercício farmacêutico -----	85
<b>Tabela 2.</b> Lista de utensílios apresentados na <i>Pharmacopea Dogmatica</i> como necessários ao ofício boticário -----	87
<b>Tabela 3.</b> Lista dos compostos apresentados na <i>Pharmacopea Dogmatica</i> e o número de fórmulas respectivas a cada composto -----	89
<b>Tabelas 4 e 5.</b> Listas com os animais aquáticos e aves apresentados na <i>Pharmacopea Dogmatica</i> , assim como os numeros de diferentes classes identificadas -----	93
<b>Tabela 6.</b> Lista com os animais terrestres apresentados na <i>Pharmacopea Dogmatica</i> , assim como os numeros de diferentes classes identificadas -----	93
<b>Tabela 7.</b> Lista com os elementos e compostos químicos, seguido do número de receitas correspondentes apresentadas na <i>Pharmacopea Dogmatica</i> -----	95
<b>Tabela 8.</b> Livros recomendados na <i>Pharmacopea Dogmatica</i> como obras necessárias ao bom exercício farmacêutico -----	96
<b>Tabela 9.</b> Humores e suas associações com os órgãos, temperamento, elemento natural, estação do ano, corpo celeste e característica física -----	159
<b>Gráfico 1.</b> Continentes de origem das plantas citadas pelo frei Jesus Maria em <i>Historia Pharmaceutica das plantas exóticas</i> -----	139
<b>Gráfico 2.</b> Distribuição das plantas Americanas segundo o local de origem apontado pelo frei João de Jesus Maria em <i>Historia Pharmaceutica das plantas exóticas</i> -----	139

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento integral da presente pesquisa. Não posso deixar de reconhecer o empenho da CAPES que, na construção de um país melhor, patrocinou nos últimos anos a pesquisa de milhares de brasileiros em universidades por todo o mundo. Sei bem que engajar-se no fomento à pesquisa e educação no Brasil, onde numerosas adversidades políticas e socioeconômicas convergem para impossibilitar tal ato, é sobretudo um ato de destemida coragem e grandeza moral. Sei também que os tempos políticos do país são outros, que negras tormentas agitam os ares e nuvens escuras nos impedem de ver o horizonte de outrora, mas é irrepreensível e digno das mais efusivas exaltações o compromisso da CAPES na construção de um Brasil melhor.

Durante os quatro anos que passei na cidade de Lisboa, tive a honra e privilégio de ser orientado pelo professor Henrique Leitão. Sou imensamente grato pela transformação profissional e pessoal que o professor Henrique me propiciou durante esses anos. Não tenho dúvidas que concluo o doutoramento com uma visão de mundo completamente diferente daquela que tinha no momento que ingressei, e tal mudança advém diretamente da influência exercida pelo professor durante suas orientações, aulas, indicações de leituras e reuniões. Ademais, sua generosidade intelectual e compromisso profissional - virtudes que acredito definirão de maneira imperiosa um pesquisador de qualidade - me foram não apenas norte para realização do presente estudo, mas também exemplos que levarei por toda vida.

Me considero imensamente feliz por ter encontrado na Universidade de Lisboa um grupo cosmopolita que fraternamente me acolheu assim que cheguei. O Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT) tornou-se minha segunda casa e seus membros minha segunda família. Seja através das amigáveis conversas de corredor, por ouvirem minhas lamúrias durante o café, através das inúmeras indicações bibliográfica ou as incansáveis revisões de texto, todos contribuíram diretamente para realização desta pesquisa. Obviamente meu agradecimento é dirigido a todos os membros e funcionários do CIUHCT e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, mas não poderia deixar de

registrar aqueles com quem tive maior contato durante esses anos. Entre eles, sublinho os amigos Thomas Horst, Samuel Gessner e Luís Tirapicos, companheiros com quem tive o privilégio de dividir o gabinete de estudos. Não posso deixar também de expressar minha mais sincera gratidão às professoras Ana Simões, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo e Marta Lourenço; ao professor João Carlos Garcia; aos colegas Jorge Fernando Silva de Araújo, Luísa Sousa, Francisco Romeiras, Catarina Madruga, Teresa Salomé, Isabel Zilhão, José Malhão Pereira, Cláudia Castelo e António Sánchez.

Também registro minha gratidão ao professor Christian Fausto Moraes dos Santos, meu orientador de mestrado e figura essencial em minha trajetória acadêmica. Tenho certeza que sem seu incentivo e engajamento pessoal a meu favor, não haveria logrado êxito no meu intento de realizar o doutoramento na Universidade de Lisboa

Durante o percurso do doutoramento meus caminhos se cruzaram com várias pessoas que contribuíram diretamente para produção da presente pesquisa. Destaco a generosidade do professor Timothy Dale Walker, que gentilmente compartilhou comigo uma das fontes utilizadas durante a pesquisa, assim como em vários momentos não se furtou em tecer comentários que muito me ajudaram durante a produção da tese. Também expresso meu muito obrigado ao professor José Pardo-Tomás e à professora Emma Sallent Del Colombo, que atenciosamente me acolheram em minhas visitas à Catalunha e proporcionaram trocas de ideias fortuitas à realização da tese. Agradeço profusamente aos professores João Rui Pita e João Neto, que me sanaram diversas dúvidas sobre a pesquisa e me apontaram caminhos valiosos para o desenvolvimento do estudo.

Sou muito grato à amabilidade demonstrada por todos os funcionários dos arquivos e bibliotecas que passei durante esses anos. Entre eles registro a dedicação dos funcionários do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos de Coimbra (CDF-OF), em especial da senhora Mónica Silva, que nunca poupou esforços para me ajudar durante as várias semanas que passei no CDF-OF.

Aos meus amigos de tantos anos e companheiros de todos os momentos, gostaria de dizer meu caloroso obrigado. André Belomo, Bruno Belomo, Carlos Mendes, Carlos Pressinatte, Cristiano Prado Ribeiro, Elizabeth Stroetzel, Fabiano

Bracht, Fábio Belomo, Fabrício Beletini Bento, Felipe Francica Aguiar, Gisele Cristina da Conceição, Gustavo Boechat, Julianna Morcelli Oliveros, Monique Palma, Natália Oliveira e Rodrigo Corrêa, sinto-me privilegiado por tê-los como amigos. Agradeço pelo apoio concedido durante todos esses anos e pela complacente compreensão nos diversos momentos em que estive ausente.

Minhas últimas palavras de agradecimento, porém nem por isso menos relevantes, são destinadas à Vera e ao Davi. Sou eternamente grato pelo apoio às minhas escolhas e amor incondicional que vocês sempre depositaram em mim.

## RESUMO

O presente trabalho tem como intenção analisar a *Pharmacopea Dogmatica* (1772) e o manuscrito *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* (1777) escritas pelo frei beneditino João de Jesus Maria (1716–1795). Para tanto, a análise sublinha as questões relativas ao sincretismo paradigmático da farmácia portuguesa setecentista; emergência da farmácia química em detrimento ao pensamento galênico; conflito entre os profissionais laicos e religiosos; influência direta do caráter mecânico e ensino do ofício boticário na posição hierárquica, econômica e desenvolvimento científico da farmácia; e, por fim, a importância das drogas brasileiras no arsenal terapêutico português.

O objetivo central do estudo é mostrar como existe uma relação intrínseca entre o uso e compreensão das drogas coloniais na sobrevida alargada da teoria humoral galênica no país. Com isso não se pretende rejeitar os argumentos anteriormente levantados pela historiografia sobre a singularidade do campo farmacêutico português da segunda metade do século XVIII. Antes, a intenção é aprofundar a discussão através de um estudo verticalizado de como eram compreendidas e utilizadas uma parte substancial do arsenal terapêutico galênico do período; mais especificamente, como o emprego das drogas de origem brasileira dentro do receituário farmacêutico teve um papel fundamental na sobrevida das práticas galênicas. Com efeito, as obras de Jesus Maria constituem registros documentais fundamentais para verificar o papel das plantas brasileiras na validade do galenismo entre os boticários portugueses. Tal condição se sustenta visto que, em ambas, existe uma presença destacada das plantas brasileiras, além de uma intenção manifesta do autor em conciliar as bases teóricas galênicas e químicas na prática cotidiana do ofício boticário.

**Palavras-chave:** Farmacopeias portuguesas; História da Farmácia; Teorias Médicas; Fármacos Coloniais; Natureza Medicinal

## ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the book *Pharmacopea Dogmatica* (1772) and the manuscript *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* (1777), both written by the Benedictine friar João de Jesus Maria (1716–1795). Therefore, the detailed analysis highlights the issues concerning the paradigmatic syncretism of the seventeenth-century Portuguese pharmacy; the conflict between seculars and monastic apothecaries; the direct influence of the apothecary instructions as a mechanical art in the hierarchical, economic and scientific development of the pharmacy; and, finally, the importance of Brazilian drugs in the Portuguese therapeutic arsenal.

The main objective of the study is to show how there is an intrinsic relationship between the use and understanding of colonial drugs in the extended survival of Galenic humoral theory in Portugal. It is not the intention to discard the arguments previously advocated by later researches to explain the singularity of the pharmaceutical field during the second half of the eighteenth century. Rather, the intention is to increase the discussion through a study of how was understood and used a substantial part of the Galenic therapeutic arsenal of the time; specifically, how Brazilian drugs played a fundamental role in the survival of Galenic practices in Portugal. Indeed, Jesus Maria's researches are fundamental sources to verify the role of Brazilian plants in the validity of Galenism among Portuguese apothecaries. This condition is supported by the fact that, in both texts, there was an outstanding presence of Brazilian plants, in addition to a clear intention of the author to reconcile Galenical theory and chemical theory in the daily practice of the apothecary profession.

**Key Words:** Pharmacopoeias Portuguese; History of Pharmacy; Medical Theories; Colonial Drugs; Medical Nature

## INTRODUÇÃO GERAL

A historiografia da História da Farmácia portuguesa e, em sentido abrangente, também a da História da Medicina portuguesa, possui nos séculos XVI e XVIII os seus dois principais recortes temporais. O primeiro, que também encontra predileção em outros campos da pesquisa histórica em Portugal, está diretamente ligado à expansão ultramarina que esteve em decurso durante o período. Entre as consequências imediatas da ocupação e exploração do Novo Mundo, África e Oriente, os portos portugueses foram abastecidos com inúmeros novos frutos, plantas, raízes, folhas, animais e compostos naturais. A assimilação dessas drogas ao arsenal terapêutico do país, também representou um incremento considerável nas técnicas de cura, incorporação de inúmeras publicações médico-farmacêuticas nacionais e fonte de lucro comercial (Sousa 2013, 47).

Assim, a colonização do Brasil repercutiu diretamente nas formas como a medicina e farmácia eram praticadas em Portugal. Tal processo, ainda que ocorrido durante o período dos descobrimentos ultramarinos, não esteve limitado apenas ao século XVI. Antes, os reflexos dos desdobramentos históricos refletiram diretamente no segundo período. As mudanças relacionadas ao encontro da farmácia portuguesa com a natureza terapêutica brasileira se processaram em um movimento de longa duração e que assume diferentes estágios conforme o tempo, aumento das publicações ligadas à natureza brasílica, interesse comercial, influência científica e expansão das fronteiras geográficas colonizadas. O fato se comprova em como a Botânica, disciplina em franca emergência em Portugal durante o século XVIII, destinou grande relevância ao conhecimento da natureza brasileira<sup>1</sup>. Diversos foram os pensadores, naturalistas e médicos que advogaram em favor da racionalização da exploração da natureza brasílica. Como exemplo, António Nunes Ribeiro

---

<sup>1</sup> Durante o século XVIII a Coroa se preocupou em fomentar o desenvolvimento do campo botânico no país, contratando professores e pesquisadores de renome do estrangeiro para lecionar na Universidade de Coimbra. O ápice desse movimento veio no seio das reformas pombalinas com a contratação do naturalista italiano Domenico Vandelli (1735-1816), que foi um dos fundadores e primeiro diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, lente de História Natural e Química na universidade, fundador do Jardim Botânico do Palácio do Monteiro-Mor e um dos criadores do Jardim Botânico da Ajuda. Seu papel também foi preponderante na consumação das *Viagens Filosóficas*, onde pesquisadores treinados na Universidade de Coimbra partiram para as colônias portuguesas com o intuito de documentar cientificamente a natureza ali existente (Carvalho 1987, 98; Pataca 2006, 251).

Sanches (1699-1783) foi um dos que argumentaram sobre como as riquezas naturais do Brasil eram subaproveitadas, tanto no sentido científico quanto comercial (Sanches 1763).

Ainda que o século XVI reflita em alguns aspectos no século XVIII no que toca ao uso terapêutico de plantas brasileiras, são as mudanças sociais e paradigmáticas relacionadas ao campo farmacêutico que justificam o período como segundo recorte temporal de destaque dentro da História Farmácia. Foi durante esse período que, de maneira gradual, mas generalizada, se deu a aceitação e estabelecimento da farmácia química pelas boticas portuguesas (Pita 1996, 13-26). Antes pouco difundida entre os profissionais do país, os compostos de origem química paulatinamente se estabeleceram como parte essencial do arsenal terapêutico dos boticários portugueses. Todavia, ainda que a farmácia química tenha gradativamente se estabelecido como principal terapêutica do período, a sua condição hegemônica não refletiu em uma produção generalizada de remédios químicos pelos boticários. Em grande parte, e devido à quase inexistência de laboratórios químicos em Portugal até o final do século, o acesso aos compostos químicos utilizados nas boticas esteve restrito aos medicamentos importados pelos droguistas (Dias 1994, 37).

É nesse contexto histórico de mudanças agudas na esfera socioprofissional e paradigmática da farmácia que a presente pesquisa está inserida<sup>2</sup>. Se o século XVIII foi reconhecido pela emergência de uma nova farmácia, caracterizada pela defesa dos medicamentos químicos e suas qualidades medicinais, não é menos verdadeiro afirmar que o uso histórico das plantas como medicamentos não havia perdido sua primazia dentro das boticas do país. Assim, Portugal era um palco singular dentro do

---

<sup>2</sup> A presente pesquisa foi redigida em conformidade com o Acordo Ortográfico de 1990. Todavia, compreendo que o mesmo não padroniza totalmente o português, persistindo ainda entre os países de língua lusófona diferenças expressivas na gramática, sintaxe, semântica, léxico e estrutura morfológica das frases. Assim, se procurou atenuar ao máximo as passagens onde as diferenças eram mais acentuadas, mas sem com isso evitar que determinadas passagens e expressões possam parecer inusitadas aos leitores de matriz europeia. Tal condição sobressai nas palavras que admitem grafias diferentes, a exemplo de húmido/úmido, controle/controlo, onipresença/omnipresença, dezasseis/dezesseis; assim como nas palavras que possuem acentuações gráficas distintas, como fenômeno/fenómeno e acadêmico/académico.

Para as formatações de página e normas de citação foram obedecidas as normas propostas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas). Nas citações diretas das fontes históricas utilizadas ao longo do texto, respeitou-se a grafia original das palavras. Devido ao léxico do período, em alguns poucos casos onde determinadas expressões poderiam levar a uma compreensão dúbia ou errônea, foram feitas notas de rodapé onde estão apontados os significados contemporâneos dessas expressões. Com relação às plantas descritas, sempre que possível, foi identificada a táxon binominal contemporânea ou família que pertencem na primeira vez que aparecem no texto.

cenário médico-farmacêutico europeu. Como em nenhuma outra parte, o galenismo ainda se fazia presente como paradigma aceito mesmo em meio a emergência da farmácia química e do pensamento iatroquímico. Na verdade, mesmo se impondo como paradigmas opostos em suas bases teóricas, a presente pesquisa defende e mostrará ao longo de suas páginas que o galenismo e a iatroquímica coexistiam em regime de complementaridade dentro do campo profissional farmacêutico português. Compreendemos que os boticários faziam uso de ambos em seu cotidiano profissional. Tal condição pode ser vista nas diversas farmacopeias publicadas ao longo do século XVIII em Portugal. Começando pela *Pharmacopea Lusitana* (1704), primeira farmacopeia portuguesa impressa e assinada por D. Caetano de Santo António (c. 1660-1739), até a *Pharmacopeia Geral* (1794) Francisco Tavares (1750-1812) imposta pela Coroa como a farmacopeia oficial do Reino, todas as farmacopeias do período reproduzem a existência complementar de ambos os paradigmas dentro da farmácia portuguesa.

Foi com o intuito compreender melhor as razões da resistência do pensamento galênico, que então sobrevivia em paralelo à ascensão da iatroquímica em Portugal, que as obras do frei João de Jesus Maria (1716- 1795) foram aqui analisadas. Autor da *Pharmacopea Dogmatica* (1772) e *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* (1777), o frei era natural da freguesia de S. João de Souto, Braga. Inicialmente cursou humanidades na Universidade de Coimbra, prestando exame para ascensão à profissão farmacêutica em 1741. Depois ingressou na ordem beneditina, professando seus votos monásticos em 1744. Uma vez na vida monástica, passou pelos mosteiros beneditinos de S. Miguel de Refojos, Lisboa, Couto de Cucujães, Paço de Sousa e, por fim, em Santo Tirso, onde ocupou o cargo de primeiro administrador da botica (Silva 1982, 305). Também é relevante ressaltar que, em meio a um cenário de crescente animosidade aos religiosos que desempenhavam funções relacionadas à medicina, Jesus Maria foi o último clérigo a publicar uma farmacopeia no país.

Todavia, a pesquisa não tem como objetivo impor-se como uma biografia histórica e científica. Antes, o estudo de suas obras foi realizado com a intenção de lançar luz às modificações e resistências no pensamento médico-farmacêutico que caracterizaram a farmácia portuguesa durante o século XVIII. Para isso os capítulos apresentados ao longo do estudo abordam diferentes eixos temáticos, onde a obra

de Jesus Maria é articulada em conjunto com fontes secundárias produzidas no período, para que, assim, a análise possa melhor caracterizar o cenário socioprofissional e paradigmático do período. O objetivo principal foi de compreender as relações profissionais, culturais, materiais e políticas que influenciaram o desenvolvimento do campo farmacêutico. Com efeito, Jesus Maria foi aqui tratado como parte dos agentes históricos do período, mas não de forma sobreposta ou deslocada do contexto histórico de que fazia parte. Ao longo da pesquisa foram elencadas uma série de obras de cunho médico-farmacêutico do período, confrontando o conteúdo por elas apresentado com o das obras de Jesus Maria. Assim, pretende-se evidenciar tanto os elementos que o autor compartilhava com seus pares quanto as idiosincrasias existentes em seu pensamento médico-farmacêutico.

Para tanto, o primeiro capítulo tem como objetivo caracterizar o campo farmacêutico europeu através um recorte temporal de longa duração, salientando a importância dos mosteiros e conventos para o desenvolvimento médico-farmacêutico ocidental. No caso específico português, demonstrou-se que os mosteiros exerceram um papel de destaque no campo médico nacional desde a gênese do país. No entanto, a hegemonia histórica dos clérigos frente às profissões médicas sofreu um forte revés ao longo dos séculos XVII e XVIII. Como consequência dos ideais reformadores iluministas, gradativamente os profissionais laicos emergiram como principal categoria socioprofissional, conquistando espaço e importância no campo médico-farmacêutico do país.

Em paralelo, o mesmo capítulo tem como objetivo retratar a condição socioprofissional do boticário em Portugal. Se verificou que a condição de ofício manual, tradicionalmente relacionado à profissão farmacêutica, colaborou para a manutenção da baixa posição econômica e hierárquica desses profissionais ao longo do tempo. Tal condição se refletiu na educação profissional farmacêutica, que privilegiava um ensino essencialmente prático em detrimento ao teórico-científico. Tal condição persistiu mesmo após as reformas pombalinas do ensino superior, que apesar de instituírem um desenvolvimento científico considerável, não romperam com a tradição essencialmente mecânica e prática que era oferecida aos estudantes boticários.

No segundo capítulo foram analisadas as farmacopeias publicadas em Portugal ao longo do século XVIII. Ocupa um espaço central na análise ressaltar as características teóricas, definição de matéria médica e o arsenal terapêutico apresentado por seus autores, bem como as diferenças e semelhanças que tais obras possuem entre si. Também foi abordada a importância que essas fontes constituem para o estudo da história. São as farmacopeias importantes fontes históricas que refletem as condições materiais, culturais, educacionais e paradigmáticas do período em que foram produzidas. Após realizar uma revisão bibliográfica de como as farmacopeias foram retratadas pela historiografia portuguesa, se apontou que, para além do pequeno número de pesquisadores que as analisaram, inexistiu um estudo profundo sobre a *Pharmacopea Dogmatica*. Assim, no decorrer do capítulo, a farmacopeia assinada por Jesus Maria foi apresentada de maneira verticalizada, comparando os resultados verificados com as demais farmacopeias portuguesas.

O terceiro capítulo tem como objetivo ressaltar a importância científica e comercial das plantas brasileiras durante o século XVIII. Devido à vertiginosa queda na quantidade de ouro extraído da capitania de Minas Gerais, a Coroa viu-se forçada a procurar por uma nova fonte de lucro que viabilizasse os custos do processo colonizatório. Para além da Coroa, uma quantidade expressiva de obras foram produzidas no período defendendo uma melhor e maior exploração da flora colonial. Entre tais obras, se destaca o tratado escrito pelo médico António Nunes Ribeiro Sanches em 1763 intitulado *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a aquellas produções naturaes que pode enriquecer a Medicina, e o Commercio*. Até pouco tempo de todo desconhecido pela historiografia, o manuscrito alocado na Sessão de Livros e Documentos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal impõe-se como ardoroso discurso em favor de uma melhor exploração comercial e científica das potencialidades naturais encontradas na colônia brasileira. Devido à importância que tal documento apresenta ao longo do estudo, além do caráter inédito que o manuscrito possui, ele se encontra integralmente transcrito no Anexo 2 da presente pesquisa. Para tanto, na transcrição foram conservadas a grafia, pontuação, acentuação e grifos apresentados pelo autor no documento original.

Com efeito, também as farmacopeias aparecem como fontes documentais que advogaram pela melhor exploração das potencialidades médicas e comerciais das plantas brasileiras. Em todas elas se percebe a forte presença das drogas brasileiras, integrando parte considerável do receituário farmacêutico apresentado em suas páginas. Entre as farmacopeias analisadas, está o manuscrito *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, produzido por Jesus Maria com o intuito de ser o III Tomo de sua *Pharmacopea Dogmatica*. Ao longo do manuscrito o autor possuiu como objetivo único retratar as plantas medicinais não-portuguesas, sendo que as de origem brasileira receberam um espaço de destaque. Apesar de possuir todas as licenças necessárias, a obra nunca foi impressa, permanecendo em sua forma manuscrita e como exemplar único no acervo do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos em Coimbra. Suas páginas constituem um registro singular do conhecimento e uso das plantas brasileiras entre os boticários portugueses. Curiosamente, como será mostrado ao longo do presente estudo, seja no Brasil ou em Portugal, não existem pesquisas historiográficas que analisaram seu conteúdo de maneira aprofundada. Assim, por ser uma obra inédita e parte essencial do presente estudo, transcrições das principais plantas brasileiras e americanas existentes na *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* se encontram no Anexo 1.

Uma vez identificado o valor medicinal que Jesus Maria atribuiu às plantas brasileiras, o quarto capítulo tem como objetivo apresentar como as propriedades terapêuticas da flora colonial foram compreendidas pelo autor a partir da teoria humoral galênica. Após pormenorizar as características históricas e bases teóricas deste paradigma, se procurou mostrar que as plantas brasileiras foram entendidas, seja na sua indicação terapêutica ou na compreensão de suas características físicas, de maneira indissociável ao galenismo. Historicamente elas foram descritas e utilizadas a partir de conceitos humorais, perpetuando tal terapêutica ao longo do tempo.

Por fim, o quinto e último capítulo tem como objetivo mostrar que, apesar da forte presença do galenismo na obra de Jesus Maria, o autor não se privou de utilizar as teorias científicas que estavam em voga durante o período. Antes, associado à teoria humoral, o autor usava uma miríade de autores e pensamentos médico-farmacêuticos para descrever as características médicas e terapêuticas das

plantas brasileiras. Dessa forma, o capítulo tem o intuito de caracterizar seu pensamento sincrético, que aliava conceitos e práticas antigas com elementos científicos modernos.

Como resultado, a pesquisa espera articular uma discussão que relacione temas que geralmente são tratados em momentos distintos pela historiografia. Assim, a intenção é abordar a assimilação das drogas brasileiras pelo pensamento médico-farmacêutico português, o que usualmente está circunscrito às pesquisas relacionadas ao século XVI, e sua correspondência com a mudança paradigmática em curso durante o século XVIII. Ao longo do texto o objetivo foi demonstrar que existe uma relação direta entre as plantas medicinais brasileiras e o cenário farmacêutico português do século XVIII.

## **Capítulo 1 – Profissão Boticária em Portugal: um ofício mecânico dividido entre clérigos e leigos**

Apesar de suas raízes datarem o século XII, quando da construção de um templo para São Vicente por ordem de D. Afonso Henriques, o levantamento definitivo do Mosteiro de São Vicente de Fora deu-se apenas no fim do século XVI. Obra arquitetônica que aliava o maneirismo romano ao estilo estético português, o mosteiro também teve como objetivo propagandear simbolicamente o poder de Filipe II na cidade (Soromenho, 2012, 39). Localizado no atual bairro de Alfama, o nome São Vicente de Fora deriva por, além do histórico culto lisboeta ao mártir S. Vicente, sua localização se encontrar fora dos muros quinhentistas que circundavam a cidade.

Gerida pelos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, o mosteiro tinha importante papel no serviço da fé na cidade, ocupando posição de destaque entre os espaços religiosos da capital. Porém, a importância desta casa conventual estava circunscrita para além da esfera espiritual. Seu papel também era relevante no campo físico, visto sua histórica atuação na cura das enfermidades dos fiéis.

Assim como em outros mosteiros e conventos portugueses – e europeus – a botica do mosteiro, ainda que originalmente destinada aos membros eclesiásticos, também foi largamente utilizada pelas comunidades contíguas. Se inicialmente restrita às populações circunvizinhas, gradualmente a botica do mosteiro passou a abastecer toda a cidade em suas necessidades farmacológicas. O auge de sua importância se deu entre o século XVII e a primeira metade do XVIII, quando os boticários agostinianos eram reconhecidos por abastecer Lisboa em suas necessidades terapêuticas, seja pelo trabalho caritativo aos enfermos pobres, na venda de mezinhas a particulares e no suprimento de fármaco aos hospitais locais (Basso, Neto 1994, 14). A partir da segunda metade do século XVIII, em reflexo do enfraquecimento da importância das casas conventuais no país, o papel destacado do mosteiro em cuidar das necessidades farmacológicas da cidade entra em franco declínio. Decadente e quase inativa, a botica monástica de S. Vicente de Fora fechou suas portas definitivamente em 1882, dois anos antes da extinção derradeira do mosteiro.

Antes que suas atividades fossem definitivamente encerradas, a botica do mosteiro era reconhecida pelo fabrico de um fármaco específico: a panaceia mercurial. Em virtude da fama propagandeada sobre suas qualidades terapêuticas, a distribuição da panaceia era também remetida para outras localidades, inclusive possessões portuguesas em além-mar. Como a produção desta era realizada em regime de monopólio, visto que a botica dos cônegos agostinianos era a única a deter seu segredo<sup>3</sup>, o sucesso e altos rendimentos da botica eram proporcionais ao descontentamento criado entre o restante dos boticários lisboetas. Por sua utilização ser alargada, além de abranger um espectro grande de achaques e doenças, os boticários da cidade queixavam-se do impacto negativo que a panaceia distribuída pelos clérigos produzia na venda de suas boticas.

O caso da panaceia mercurial do Mosteiro de S. Vicente de Fora é apenas um exemplo dentre os vários que podem ilustrar o atrito entre os boticários conventuais e laicos que caracterizou a História da Farmácia portuguesa no século XVIII. Além de contar com um mercado cativo em decorrência do peso que a religiosidade exercia sobre a sociedade setecentista portuguesa, as mezinhas produzidas dentro dos mosteiros e conventos não estavam sujeitas à taxação da Fazenda Real (Basso, Neto 1994, 14). Mais baratos, e muitas vezes distribuídos gratuitamente entre os pobres e Hospitais da cidade, o alto consumo das mezinhas conventuais estagnava a venda daquelas produzidas pelos boticários laicos. Logo, se para os clérigos a botica era um instrumento à serviço da caridade, aos boticários leigos era fonte de subsistência. Com interesses frontalmente opostos, a celeuma era inevitável. O agravamento das relações entre eles chegou ao seu ápice quando, nos fins do XVIII, por considerarem desleal a concorrência existente entre seus fármacos e aqueles produzidos em S. Vicente de Fora, os boticários de Lisboa endereçaram uma petição à Coroa pedindo o encerramento das boticas conventuais (Dias 2007, 276).

O atrito entre esses dois tipos de botica não esteve unicamente restrito à cidade de Lisboa, mas antes, caracterizou parte importante do campo boticário português ao longo do século XVIII. O conflito não conheceria seu fim antes da

---

<sup>3</sup> O Manuscrito Jesuíta *Colecção de Várias Receitas Particulares das Principais Boticas da Nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau, e do Brasil (...)*(1766) também refere a uma receita de panaceia mercurial. Todavia, essa esta creditada como proveniente do Colégio Jesuíta em Salvador. Ainda que seja provável que o Colégio de Santo Antão também produzisse-a, além de outros boticários laicos, foram os dominicanos que tiveram maior projeção na venda deste composto.

primeira metade do século seguinte, através da designada Reforma Geral do Clero. Iniciada entre 1833 e 1834 pelo Ministro e Secretário de Estado Joaquim António de Aguiar, a Comissão da Reforma Geral do Clero encerrou todos os conventos, mosteiros e colégios religiosos de todas as ordens existentes em território nacional<sup>4</sup>, e como consequência, todas as boticas que operavam dentro destes estabelecimentos religiosos.

Ao ver-se livre da concorrência conventual, a botica de administração laica colocava fim a uma tradição histórica de hegemonia religiosa no campo farmacêutico em Portugal. Todavia, até o derradeiro epílogo da farmácia conventual ser assinalado pela Reforma Geral do Clero, o desagravo dos boticários passou gradativamente a se acirrar e ocupar mais espaço nos debates e textos de caráter médico e político durante o século XVIII.

Um dos personagens mais célebres a capitanear as reivindicações dos boticários laicos foi António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783). O médico português então radicado em Paris discorreu asperamente sobre o tema em *Apontamentos para estabelecer hum Tribunal & Colégio de Medicina na intenção que esta Ciência se conservasse de tal modo que sempre fosse útil ao Reino de Portugal e dos seus dilatados Domínios*. Em suas páginas, Ribeiro Sanches pretendia delimitar as esferas de atuação dos médicos, cirurgiões, e boticários, assim como sublinhar a urgência na criação de um Tribunal de Medicina para garantir o bom exercício das profissões médicas em Portugal.

Apesar de não ser uma das bandeiras do texto, são marcantes as críticas tecidas pelo autor à condição em que se encontrava a farmácia laica portuguesa. Segundo Ribeiro Sanches, em razão da população ser passiva ao poder exercido pelas Ordens eclesiásticas, os medicamentos eram obtidos quase em totalidade entre os clérigos, razão pela qual as boticas laicas “*não gastam os remédios que compram e muito menos aqueles que compõem: ficando por último corruptos, e podres*” (Sanches 1959, 22). Com efeito, o médico defendia que o impedimento real que vetava aos mosteiros e conventos venderem as hortaliças produzidas pelos

---

<sup>4</sup> O processo de extinção ocorreu no decurso da afirmação do modelo social e político do liberalismo do século XIX, em caracterizado pelo sentimento anticlerical fomentado em círculos da elite política e burguesa. Com a derradeira extinção das ordens, os membros masculinos do corpo monástico foram coagidos a secularizarem-se, enquanto os conventos femininos não foram por hora fechados, mas obrigados a não aceitarem mais noviças, para assim inevitavelmente fecharem as suas portas por falta de novos membros (Franco 2011, 22).

clérigos, com o intuito de proteger a economia e os produtores locais, deveria estender-se também aos remédios produzidos dentro das boticas conventuais (Sanches 1959, 19).

Para além das questões relativas aos interesses comerciais dos boticários laicos, Ribeiro Sanches denunciava que a atuação das boticas conventuais corroía também os fundamentos econômicos do Império, devido à produção decorrente das casas religiosas não serem taxadas pela Fazenda Real. A conjuntura também afetava o progresso da farmácia em Portugal, visto que em condição de miséria, os boticários laicos pouco ou nada contribuíam para o desenvolvimentos das artes de curar. Dessa forma, Ribeiro Sanches afirmou que “é tão evidente este roubo do público, e aos Boticários seculares pelas Boticas dos Conventos, que só uma piedade fátua, só uma indolência e aversão para todo o bem comum poderá conservá-las no estado que hoje existem” (Sanches 1959, 63). Assim, para ele, as contradições do campo boticário em Portugal não configuravam um problema de ordem localizada, exclusivamente concernente aos interesses dos boticários laicos, mas antes, uma ameaça a estabilidade do Estado.

Se a atuação da botica conventual era objeto de críticas dos praticantes laicos, seus argumentos não contemplaram um importante elemento que explica a proeminência dessa: sua existência estava firmemente assentada na atuação histórica que os clérigos tiveram nesse campo de saber.

### **1.1 Medicina e Cura nas Ordens Religiosas durante o Medievo**

Assim como ocorrido em outros países europeus, foi acentuado o papel das boticas religiosas portuguesas na prática, ação e desenvolvimento da Farmácia em Portugal. A imbricada história formada pela justaposição da espiritualidade e cura, apesar possuir raízes anteriores<sup>5</sup>, tem como marco a fundação da Ordem Beneditina (Lose *et al.* 2009, 21).

---

<sup>5</sup> A relação de fé e medicina possui um histórico atemporal e que não está restrita à tradição cristã. Em *The Rise of Medicine*, Vivian Nutton afirma que a religião esteve intimamente presente entre os povos antigos da Babilônia, Índia, Egito e Grécia. Todavia, ainda que possuam um forte caráter espiritual, isso não significa que essas culturas tenham reduzido seus processos de cura unicamente à esfera espiritual. As fontes documentais mostram que existia uma apurada e cuidadosa observação dos processos de cura e funcionamento das drogas que transcende os aspectos espirituais e religiosos (Nutton 2006, 50-51).

Seu patriarca, Bento de Núrsia (480-547), era membro de uma família nobre e ainda jovem partiu para Roma com o intuito de estudar retórica e filosofia. Desiludido com a degradação espiritual da cidade, a abandona e adota uma vida baseada no isolamento ascético como forma de cumprir os verdadeiros princípios morais cristãos. Em 529 funda o Mosteiro de Montecassino, situada no topo do monte homônimo, o qual viria a ser o berço da Ordem e seu centro de dispersão pela Europa. Ali ele escreveu a *Regula Benedicti*, regra fundamental da vida beneditina. Em suas páginas, Bento de Núrsia defende que a vida monástica deveria ser norteada pelos princípios do *Ora et Labora*, ou seja, a oração, estudo e trabalho como ideias a serem cultivadas pelos monges. Assim, a busca da harmonia entre a vida espiritual e a vida terrena assume um papel de destaque entre os monges beneditinos, fomentando não somente a propagação da Ordem pela Europa, mas também influenciando outras Ordens religiosas que surgiram no mesmo período.

Dentre os vários capítulos que constituem a Regra Beneditina, a dedicação aos enfermos como um dos princípios da caridade cristã possui um espaço de destaque. O capítulo 36, *Dos Irmãos Enfermos*, relata a necessidade de acolher os enfermos em locais próprios, devotando-se à cura com a mesma piedade e fervor que os monges dedicavam-se ao estudo das Escrituras (2003, 25). Ainda que a passagem fosse erroneamente interpretada como prova da inclinação beneditina para a cura, é relevante sublinhar que o capítulo aponta para os cuidados que deveriam ser tomados entre seus membros enfermos, e não necessariamente a população enferma em geral (Park 1991, 68). Logo, a prática da medicina fora dos portões dos mosteiros não foi, ainda que de maneira oficial, uma das bandeiras de atuação dos Beneditinos.

Porém, mesmo não sendo uma posição manifesta Beneditina, as atividades que envolviam práticas de cura assumiram tamanha relevância ao longo de sua história que tornaram-se um dos elementos de caracterização da Ordem. Tal condição justifica-se em razão dos Beneditinos considerarem o trabalho manual como uma forma elevada de penitência a Deus; através desse entendimento, as práticas da preparação de medicamentos e cura dos enfermos foram regularmente áreas de atuação com a maior presença Beneditina (Smith 2008, 294). Para os beneditinos, o trabalho médico oferecia tanto a restituição da vida do enfermo quanto a elevação espiritual do agente da cura.

A ligação monástica com as práticas médicas também esteve intimamente conectada através da preservação e cópia dos textos gregos e latinos realizada pelos monges durante a Alta Idade Média, dentre os quais, muitos com particular interesse ao campo médico-farmacêutico (Pita 1998, 82). O *scriptorium*, ainda que anteriormente encontrado como prática monástica em outras localidades, adquire com Cassiodoro (480-575) um elemento de caracterização da vida monástica, e como tal adotada e incentivada pelos beneditinos e outras Ordens religiosas. Com efeito, os mosteiros resguardaram os herbários, tratados médicos e manuscritos de cunho farmacêutico, utilizando em suas enfermarias e hospitais o conhecimento extraído destes livros (Arsdall 2014, 50). Por isso, como afirma o historiador João Rui Pita, não é de estranhar que as atividades mais significantes do saber médico-farmacêutico durante a Alta Idade Média, assim como em outros campos de saber, tenham no corpo eclesiástico seus principais autores (Pita 1998, 82).

Ademais de sua importância bibliófila, o monaquismo também influenciou diretamente a disseminação dos Hospitais pela Europa Ocidental durante a Idade Média. A Ordem mais emblemática nesse sentido foi a Ordem de São João. Após a tomada de Jerusalém em 1099, os cruzados encontraram na cidade um hospital cristão administrado por monges que se autodenominavam *Os Irmãos Pobres do Hospital de São João*. Transformada posteriormente em Ordem militar religiosa, a Ordem dos Cavaleiros de São João cresceram e expandiram sua influência, especialmente em França e Itália, onde administravam numerosos hospitais (Vieira 2012, 419). Durante a idade média, os clérigos estiveram à frente de 500 a 1050 hospitais por toda a Europa<sup>6</sup>, os quais eram destinados ao atendimento de uma variedade de estratos sociais, que passava desde os próprios monges, a peregrinos, pobres e até mesmo à nobreza (Silverman 2002, 11).

Apesar do poder institucional que os Hospitais exercem na sociedade contemporânea, como importantes centros de autoridade científica, econômica e cultural, a História mostra que essa não foi uma realidade atemporal, mas antes uma

---

<sup>6</sup> Sob a designação de hospitais funcionavam no período também casas de pobres e asilos, cuja função não necessariamente corresponde com a concepção moderna que temos hoje sobre os hospitais. Com isso, nem sempre tais locais ofereciam assistência médica regular, destinando-se também ao acolhimento de pobres e peregrinos. O seu papel de alojamento social resistiu até a época moderna, quando então, gradativamente e com especificidades regionais, o caráter de local destinado ao restabelecimento da saúde passou a caracterizar e diferenciar os hospitais das demais instituições supra mencionadas (Lindemann 2002, 124).

condição alcançada apenas em períodos recentes. Até o final da época moderna, o nascimento e a morte, assim como práticas de restabelecimento e manutenção da saúde, estavam regularmente restritos ao ambiente domiciliar (Lindemann 2002, 121). Essa condição mudou no final do século XVIII, quando o desenvolvimento da prática médica transformou os hospitais em importantes centros de ensino, prática e cura médica. Com isso, emergiu, nas palavras de Mary Lindemann, a *lenda negra* forjada pelos críticos iluministas de que os hospitais anteriormente a esse período eram meras passagens para a morte e focos de infecção (Lindemann 2002, 122). Ainda que as questões de sepsis estivessem muito aquém dos parâmetros atuais, a imagem aterradora pintada por muitos autores sobre tais hospitais corresponde a uma tentativa de legitimar o caráter de excelência dos hospitais e a importância da figura do médico durante o Iluminismo.

Para esses, e corroborado pela historiografia de até meados do século XX, o médico foi a razão fundamental do desenvolvimento da cura hospitalar (Lindemann 2002, 121-123). Assim, a emergência socioprofissional dessa categoria e sua compreensão como parte essencial da *expertise* iluminista, legitimou uma compreensão exacerbada do papel do médico no desenvolvimento medicinal ocidental. Erroneamente se impingiu a eles a condição de únicos atores históricos responsáveis pelo desenvolvimento das práticas de cura. Essa visão refletiu não somente na elevação do médico como protagonista único no estudo da História dos Hospitais, mas também na condição secundária relegada pela História da Medicina aos demais ofícios ligados à cura. No entanto, o protagonismo médico passou a ser questionado com as novas abordagens da História da Medicina, que busca agregar a ação de diferentes agentes para uma melhor compreensão da prática médica e seu desenvolvimento. Mulheres, enfermeiros, boticários, cirurgiões, administradores laicos e religiosos, atores históricos que antes foram quase completamente esquecidos pela historiografia, são hoje entendidos como peças fundamentais para o estudo da vida hospitalar na história ocidental (Lindemann 2002, 123).

*Ubi tre physici, dui athei* (a cada três médicos, dois são ateus) diz um ditado medieval italiano sobre a incompatibilidade irrevogável entre a medicina e a fé. Todavia, essa que foi a ideia convencionalmente propagada mostra-se frágil em uma abordagem criteriosa. Com a emergência de estudos sobre classes profissionais pouco abordadas anteriormente pela historiografia, o papel da medicina monástica

toma contornos mais positivos sobre sua importância na História da Medicina. Nesse quesito, se faz necessário frisar que o próprio Hospital - historicamente a mais importante instituição médica ocidental – nasceu e se desenvolveu intimamente ligado a moral cristã da caridade, sendo durante séculos um ambiente hegemonicamente gerido por clérigos (Porter 1998, 110).

Como vimos acima, a emergência hospitalar e salvaguarda dos textos clássicos de interesse médico colocam a medicina monástica em um papel de destaque dentro da prática e ensino médico durante a Alta Idade Média. Entretanto, a presença monástica no campo médico passou por um gradual declínio a partir de 1130, quando o Concílio de Clermont coíbe que os monges pratiquem a medicina de forma regular. Proeminentes na arte de curar, não era raro que fossem recrutados pelos membros da realeza e nobreza, de tal maneira que muitos foram os casos de deserção da vida monástica em favor da posição como médicos cortesãos (González 2009, 51).

Outros sínodos eclesiais posteriores também reforçaram essa posição, como o Concílio de Rheims (1131), o Segundo Concílio de Latrão (1139) e Concílio de Tours (1163). Entretanto, a investigação, estudo e prática médica, realizadas dentro dos mosteiros não foram postas em causa pelos Concílios acima referidos (Magner 2005, 143). A posição manifesta da Igreja, ainda que tenha inserido obstáculos ao exercício, não era de vetar a participação monástica no campo médico; antes era impedir que monges e clérigos se dedicassem à medicina de maneira a relegar a vida clerical a um plano secundário. Assim, ainda que o ofício médico profissional tenha sido posto em xeque, o papel assistencial e caritativo da medicina monástica não perdeu sua importância na sociedade medieval (Pinto, Dias 2003, 231). Também é relevante sublinhar que os sínodos eclesiais possuíam a intenção de balizar os caminhos da Igreja e da Fé, mas nem por isso eram rigorosamente respeitados, como pode ser visto no Concílio de Latrão de 1215, que proibia médicos não aprovados pela Igreja de praticar a profissão. A restrição tinha como objetivo impedir os médicos judeus de praticarem a medicina, todavia, ainda que impedidos, muitos médicos judeus com grande posição socioprofissional podiam ser encontrados praticamente em toda Europa, em especial na Espanha (Porter 1998, 110).

Os limites impostos à medicina clerical a partir dos séculos XII e XIII, ainda que relevantes, não são a causa única da transferência da prática médica para as mãos dos laicos. O calendário dos sínodos eclesiásticos que limitaram a prática médica pelos monges coincide também com a ascensão das Universidades na Europa (French 2003, 88-92). A medicina escolástica, ao deslocar o ensino médico dos mosteiros para dentro das universidades, desempenhou um papel preponderante para a mudança do campo médico. Gradualmente o ofício médico passa a galgar *status* de maior respeito dentro da hierarquia social medieval, ao mesmo tempo em que se torna prática potencialmente lucrativa (French 2003, 88).

Porém, se a época de primazia dos monges médicos conhecia seu fim, a figura do monge boticário emerge como nova categoria de atuação religiosa no campo da cura (González 2009, 52). Mesmo não sendo um personagem novo entre os clérigos, a importância dos monges boticários passa gradualmente a angariar um maior prestígio no contexto monástico. O próprio jardim do mosteiro, além de seu papel em prover os víveres necessários a manutenção da instituição monasterial, assume gradualmente um novo papel: o de cultivar as plantas medicinais destinadas a abastecer a botica monástica. Alguns mosteiros medievais possuíam extensos jardins devotados para o cultivo de plantas terapêuticas, os quais eram cultivados por monges que costumeiramente realizavam trocas de informações, sementes e plantas entre si, o que sugere um traço de observação botânica direta entre esses homens (Park 2013, 616-617).

## **1.2 Atuação das Boticas Conventuais em Portugal e Brasil Colônia**

A atuação monástica em Portugal remonta ao período de formação do próprio reino portugalense, estando a história das Ordens religiosas no país intimamente imbricada com os primeiros anos de formação nacional. Inicialmente, as principais Ordens que ingressaram no país foram a regra beneditina, adotada pelos mosteiros da diocese de Braga ainda no século XI, e a agostiniana, que tem no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1132) sua principal localidade. A fundação desse último mosteiro revela-se especialmente significativa, visto sua importância nos primeiros anos do reinado, uma vez que D. Afonso Henriques, ao transferir a corte de Guimarães para Coimbra, utilizou suas dependências como chancelaria e guarda

dos tesouros reais, além de frequentemente fazer uso dos membros do mosteiro nas atividades reais.

Com relação às questões referentes à assistência dos pobres e enfermos, o Mosteiro de Santa Cruz foi um dos primeiros a destacar-se, figurando durante quase dois séculos como principal centro de difusão, aprendizagem e prática médica-farmacêutica em Portugal (Santos 2015, 76). Sua posição hegemônica no campo médico nacional permaneceu até a fundação do *Studium generale* (1290), que estruturou o ensino acadêmico no reino e retirou o praticamente monopólio monástico da educação médica no país.

Todavia, ainda que o ensino da medicina tenha sido transferido para a esfera secular, o legado monástico na cura e manutenção da saúde persistiu nas atividades do Hospital de São Nicolau. Fundado entre 1148 e 1150 pelo primeiro prior, S. Teotónio (1082-1162), o Hospital funcionava acima da Igreja de Santa Cruz e, apesar de não ser conhecido o número oficial de leitos, os indícios apontam que eles não eram muitos em princípio (Santos 2015, 87). Reformado e ampliado por D. João Teotónio, segundo prior de Santa Cruz entre 1162 a 1181, sua atividade amplificava-se, atuando principalmente na assistência e acolhimento dos peregrinos, enfermos, pobres e idosos. Em suas dependências também figurava o horto claustral, destinado à manipulação das boticas e mezinhas administradas na cura dos enfermos abrigados. Assim, a experiência exercida no cuidado dos irmãos e enfermos albergados nas dependências do Hospital de São Nicolau, concretizou a inclinação da Santa Cruz de Coimbra no campo médico. Ainda que não fosse a principal missão do mosteiro, a cura caracterizou o papel da ordem crúzia em Coimbra.

É também de dentro do mosteiro que tem origem um dos principais personagens das práticas médico-farmacêuticas do Portugal medieval: S. Frei Gil (1185/90-1265), também conhecido como Frei Gil de Santarém. Natural de Vouzela, o frei iniciou seus estudos médicos, filosofia e em língua latina no mosteiro crúzio, sendo posteriormente enviado para Paris por Sancho I (1154-1211), com o objetivo de complementar sua educação (Santos 2012, 58). Sua atuação terapêutica reflete as preocupações do campo médico do período, marcadas por uma forte vertente galênica na administração das drogas de origem vegetal e animal, associadas às

práticas mágico-religiosas características da medicina monástica medieval (Pita 1998, 91-92).

Outra personalidade proveniente do clero, Pedro Hispano (1200-1277) notabilizou-se como um dos principais vultos da farmácia lusitana na Idade Média. Natural de Lisboa, o clérigo estudou medicina em Paris e também era versado em matemática e filosofia. Eleito pontífice maior da Igreja em 1276, quando então adotou o nome de João XXI, a obra *Thesaurus Pauperum* foi sua contribuição de caráter médico mais significativa. Nela, Pedro Hispano compilou uma série de fórmulas farmacêuticas e práticas terapêuticas que transparecem a influência que a medicina árabe exercia sobre o autor, além de inúmeras referências a autores clássicos, como Galeno, Avicena e Dioscórides (Pita 1998, 92).

Por meio desse olhar retrospectivo podemos identificar como a tradição médico-farmacêutica esteve profundamente enraizada na atuação conventual e monástica não somente em Portugal, mas também por toda Europa. Quando observada de perto, a própria gnose cristã legitima as práticas médicas como parte integrante do espírito caritativo que caracteriza a vida cristã. Dessa forma, a assimilação metafórica de elementos peculiares ao universo médico, que quando relacionados ao campo espiritual criam uma visão cristã singular sobre a medicina (Dias 2003, 209). Assim, pecado e doença, cura e cristianismo, e mais, mesmo a figura do médico como o Redentor, se aproximam e se associam simbolicamente, compartilhando o mesmo significado catártico.

Dentro das Escrituras, várias são as passagens em que a associação metafórica dos elementos espirituais e médicos são utilizadas como exemplos característicos da caridade cristã, ou mesmo como expressão da benevolência do Criador frente às mazelas humanas. Talvez o excerto mais ilustrativo dessa associação simbólica dá-se quando os Fariseus acusam Cristo de partilhar a mesa com pecadores, e Ele responde que “não necessitam de médico os sãos, mas, sim, os doentes” (Mateus 9:12; Marcos 2:17; Lucas 5:31). São também recorrentes os casos em que os milagres de Cristo são narrados dentro de uma esfera de cura de doentes e inválidos, como quando na cura de leproso (Marcos 1:40-45; Mateus 8:1-4; Lucas 17:11-19), um cego nas proximidades de Jericó (Marcos 10:46-52, Mateus 20:29-34 e Lucas 18:35-43) ou ainda na cura da febre de Simão (Lucas 4: 38-39). Tais passagens permeiam a figura do *Christus medicus*, isso é, a compreensão de

Cristo como, simultaneamente, médico e o próprio medicamento, tanto no combate da doença em seu aspecto físico, como em seu aspecto espiritual na remissão dos pecados (Dias 2003, 209).

Por conseguinte, as práticas relacionadas à cura estavam intimamente inscritas na práxis da vida cristã e, como tal, sua atividade estendia-se à própria atividade litúrgica e evangelizadora. Especificamente no caso português, podemos verificar como a associação desses elementos convergiram, durante o período de expansão ultramarina<sup>7</sup>, e foram usados como instrumento de catequização e compreensão do mundo natural.

A mortalidade dos povos nativos americanos decorrente da exposição aos vírus, bactérias, protozoários e bacilos foi uma das principais razões para o declínio da população indígena durante os primeiros séculos de presença europeia no continente (Diamond 2009, 77). A fragilidade dos povos nativos frente a nova gama de doenças trazidas com as naus portuguesas justifica-se devido aos milhares de anos de isolamento geográfico desses dois povos. Logo, o sistema imunológico dos ameríndios não estava desenvolvido para combater a maior parte das doenças infecciosas de origem indo-europeia (Diamond 2009). Varíola, sarampo, gripe, tifo, tuberculose, rubéola e outros achaques originários da Europa manifestaram-se especialmente agressivos contra os indígenas, desencadernando verdadeiras pandemias ao longo do processo colonizatório europeu no Novo Mundo.

A Companhia de Jesus, uma das Ordens religiosas mais atuantes na América portuguesa durante os dois primeiros séculos pós descobrimento<sup>8</sup>, percebeu logo

---

<sup>7</sup> A historiadora Vera Regina Beltrão Marques em *Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista* afirma que o reconhecimento das propriedades médicas da flora local foi uma das preocupações elementares para a manutenção do processo colonizatório europeu no Brasil. No caso das ordens religiosas existentes no Brasil durante o século XVI e XVII, a oferta de tratamento médico foi amplamente utilizada como ferramenta auxiliar no processo de catequização dos índios, visto que a presença europeia na colônia desencadeou o alastramento de epidemias mortais aos índios (Marques 1999, 37-96).

<sup>8</sup> Nas últimas décadas a historiografia latino-americana debateu fervorosamente se a utilização da expressão *descobrimento* era uma forma moralmente legítima de identificar o processo histórico de ocupação europeia do Novo Mundo (Gomes & Rocha, 2016). Tal condição se legitima pela existência anterior de milhares de povos indígenas no mesmo local, e que em decorrência da ocupação europeia foram brutalmente massacrados. Ainda que o presente estudo seja sensível ao processo de desintegração cultural indígena no Brasil, que se iniciou ainda no século XVI e foi reforçado com o passar dos anos, não se utiliza aqui o termo *achamento* como substituto de *descobrimento*. Apesar de tal expressão ser defendida por setores da historiografia, entendo que a mera substituição dos termos não implica em uma real modificação do papel indígena, seja em sua caracterização dentro da história do país ou no reconhecimento de sua importância na sociedade brasileira.

que o sucesso de suas missões dependia do convívio direto com os indígenas, em especial, na atenção às suas primeiras necessidades (Gurgel 2010, 137). Em meio a um contexto de convulsão social decorrente das doenças que afligiam a população nativa, o auxílio médico e boticário tornou-se uma das principais emergências a serem sanadas. Assim, a associação entre a assistência médica e o trabalho evangelizador foi uma das características do trabalho desenvolvido pelos jesuítas no Brasil.

Entretanto, devido à intervenção e modificação da vida cotidiana dos grupos indígenas, a missão evangelizadora jesuítica não foi passiva e pacificamente aceita por muitos dos povos nativos. Aos olhos da Ordem, a verdadeira adoção da fé cristã somente seria factível com o completo abandono das práticas e costumes que orientavam a vida indígena. Para esse fim, a estratégia adotada pelos padres foi reunir os indígenas em reduções próprias, onde estes estariam sujeitos a uma vida hierarquizada e orientada pelos princípios cristãos, em contraposição à vida comunal de suas aldeias. Por consequência, são vários os casos de resistência indígena – e, em muitos casos, resistências violentas<sup>9</sup> – contra a imposição de um *modus vivendi* que pressupunha o abandono de suas práticas e tradições características.

Especificamente no âmbito dos cuidados médicos, a forma tradicional de cura indígena chocava-se frontalmente com a concepção cristã realizada pelos padres nas reduções jesuíticas. Tendo em vista os aspectos ritualísticos que lhes caracterizavam, os indígenas compreendiam as doenças como reflexo direto de manifestações ou influências espirituais malignas. Nesse sentido, o processo de cura era usualmente mediado pela figura do pajé, o qual, ao lado da administração terapêutica de espécimes da flora e fauna, desempenhava ritualmente uma série de sopros, sucções e cânticos, com fim último de livrar o enfermo dos espíritos malignos que o acometiam (Edler 2006, 18). Tais práticas rituais foram vistas pelos jesuítas como ações condenáveis, as quais não eram compatíveis com os preceitos cristãos, sendo, portanto, os pajés e sua influência entre os indígenas radicalmente combatidos (Resende 2003, 244-255).

---

<sup>9</sup> A catequização dos índios não foi um processo recebido passivamente, sendo várias as vezes que os índios responderam com violência contra a tentativa dos clérigos em os catequizar. Um dos casos mais emblemático foi de Dom Pedro Fernandes Sardinha (1496-1556), bispo na cidade de Salvador que foi capturado, morto e devorado pelos índios caetés que existiam na região. Mas, para além da violência e confronto direto, também foram vários os casos de rejeição da exigência de abandono da vida tribal, escárnio das práticas cristãs e assaltos às reduções jesuíticas (Vainfas 1995).

A atuação médico-farmacêutico do clero na Colônia não esteve apenas circunscrita às populações indígenas, mas antes, também ocupou um papel significativo na assistência aos enfermos das vilas e cidades. Suporte cultural dessa sociedade, os eventos e ritos eclesiais abarcavam não somente os campos da fé, mas também, as formas, digamos, mais mundanas da vida, como se verifica na popularidade das procissões e cultos de santos curandeiros no Brasil colonial. Seja pelas ruas, Igrejas ou no ambiente domiciliar, as preces que clamavam a intervenção dos santos possuíam o mesmo significado e importância que a própria intervenção médica. São Sebastião era invocado contra as epidemias; Santo Adrião contra a peste; para as dores no peito, Santa Ágata; contra os achaques e dores nos braços e pernas, clamava-se misericórdia de Santo Amaro (Edler, 2006, 31).

Somado a Igreja, o segundo elemento que compunha o eixo médico-farmacêutico colonial era o dos agentes de cura populares. Devido à escassez de médicos e boticários com formação universitária durante os dois primeiros séculos de colonização, era recorrente a população local fazer uso agentes terapêuticos locais, como curandeiros, raizeiros e erveiros encontrados largamente nos espaços urbanos. A importância desses agentes de cura populares foi tamanha na sociedade colonial que, mesmo em centros urbanos desenvolvidos, a exemplo do Rio de Janeiro e Salvador, tais personagens persistiram por séculos como parte integrante substancial dos agentes médicos. Mesmo sob o protesto dos médicos licenciados e da perseguição das instituições médicas do governo, era costumeiro encontrar toda sorte de curandeiros e sangradores oferecendo seus serviços pelas ruas da cidade, atendendo tanto a massa trabalhadora marginalizada como as elites locais (Edler 2006, 17).

Com a vinda da Coroa para o Rio de Janeiro no início do século XIX, uma série de artistas acompanharam a corte até a nova capital do Império português. Entre eles estava Jean-Baptiste Debret (1768-1848), artista francês que durante 15 anos retratou o Brasil em sua *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1834-1839). Dentre suas obras, se encontram duas onde podemos vislumbrar a importância e presença disseminada dos agentes de cura populares na sociedade colonial. Na imagem *Le chirurgien nègre posant des ventouses* (Figura 1), Debret retrata um cirurgião aplicando ventosas e realizando sangrias em uma rua do Rio de Janeiro. A julgar pela imagem, onde os indivíduos são retratados descalços, pode-se

inferir que sejam todos escravos, visto que a ausência de calçado era uma das formas de distinção social daqueles que se encontravam sob o estatuto da escravidão (Karasch 2010, 188). Em outra gravura, intitulada *Boutique de barbiers*, Debret debuxa uma cena urbana onde pode-se ver escravos trabalhando em uma pequena “loja de barbeiros”. Acima da loja está afixada a placa com a identificação de que no local, para além do serviço de barbearia também se ofereciam serviços relacionados à cura, como era comum no período. Dentre eles, constam o de sangrador, dentista e “deitar bixas”, expressão relacionada à administração terapêutica de sanguessugas.



**Figura 1. Le chirurgien nègre posant des ventouse (Debret 1835)**



Figura 2. *Boutique de barbiers* (Debret 1835)

Assim, ainda que exista um eixo que divide as práticas de cura realizada por laicos e religiosos no Brasil colonial, o campo profissional não era completamente polarizado. Por exemplo, foi relevante a atuação médica da Igreja dentro das confrarias médicas, seja na administração direta ou no fomento para a fundação de confrarias laicas. Tais confrarias eram articuladas conforme as ocupações profissionais e estratos sociais de seus membros, constituindo um importante elemento da sociedade colonial (Edler 2008, 32). Dentre as confrarias voltadas ao auxílio dos doentes, a da Misericórdia, administrada pelas Irmandades de Nossa Senhora da Misericórdia, figurava como a maior e mais antiga em exercício no Brasil. Sua fundação estava diretamente ligada com a ausência de locais apropriados para tratar tantos os doentes locais, quanto os marinheiros provenientes do comércio ultramarino que desembarcavam enfermos das longas viagens marítimas. Pouco após a fundação da primeira Santa Casa no Brasil, erguida no povoado de Enguaguaçu em 1543, a Coroa concede a confraria colonial os mesmos privilégios de sua matriz inspiradora em Lisboa, o Hospital de todos os Santos

(Gurgel 2010, 211). Com efeito, ao passo que os espaços urbanos coloniais foram crescendo, novas Santas Casas de Misericórdia foram sendo fundadas por toda Colônia.

A atividade missionária na Colônia, seja ela levada a cabo por portugueses ou por clérigos estrangeiros em atividade dentro do império ultramarino americano, também esteve diretamente ligada ao reconhecimento da natureza terapêutica local. A falta de profissionais da saúde, além da dificuldade em encontrar drogas europeias nas boticas coloniais, aliada à possibilidade de conquistar a confiança das populações locais através das práticas medicinais, motivou muitos missionários a dedicarem-se ao aprendizado das propriedades terapêuticas nativas (Dias 2003, 309). Através da observação dos usos da fauna e flora local empregados nas práticas de cura indígenas, os missionários<sup>10</sup> documentaram uma vasta gama de drogas coloniais de interesse para o campo médico-farmacêutico que, até então, eram desconhecidas pelo conhecimento médico europeu.

As características ambientais do Novo Mundo também justificam a atenção dos missionários para com a natureza local. Ao adentrarem a Mata Atlântica, biosfera encontrada ao longo de toda faixa litorânea brasileira, esses homens rapidamente perceberam a singularidade da fauna e flora local. A floresta tropical em que estavam inseridos, apesar da exuberância copiosamente relatada em tratados e cartas do período, também tinha como característica ser o ambiente que abriga o maior número de espécies endêmicas do planeta (Dean 1996, 25). Desde as grandes árvores, algumas delas com mais de 50 metros, como o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*), até às menores criaturas, a exemplo do bicho-de-pé (*Tunga penetrans*), representavam aos colonizadores tanto uma potencial ameaça, como uma possibilidade terapêutica eficaz, ambas igualmente desconhecidas por eles. O caráter incógnito dos gêneros naturais ali encontrados, os quais muito se distinguiram da natureza europeia, justifica alto grau de observação, catalogação, descrição e classificação da fauna e flora local levada a cabo por esses homens (Marques 1996, 37-96; Miranda 2004, 21-28; Hollanda 1956, 85-104; Gurgel 2010, 121).

---

<sup>10</sup> Jesuítas como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Fernão Cardim foram os primeiros a descrever a natureza brasileira. Para maiores informações sobre os primeiros europeus a escreverem sobre a flora e fauna brasileira, se recomenda a leitura de *Natureza em boiões* (1999) de Vera Regina Beltrão Marques.

Outro fator preponderante para o destaque clérigo, no que remete ao descortinamento das potencialidades terapêuticas da natureza brasílica, tem ligação com as redes comerciais e de informação estabelecidas pelas Ordens religiosas. Dispersos pelo mundo, os missionários criaram uma estrutura organizada por onde transitaram bens, conhecimentos e espécies naturais, os quais abasteceram os jardins botânicos e gabinetes de história natural pela Europa (Dias 2010, 313). Foi, em grande parte, por meio destas redes de comunicação que a flora e fauna terapêutica da América portuguesa se dispersou pelo globo. A quina (*Cinchona sp*), a raiz da ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*) e o óleo da copaíba (*Caesalpinaceae sp*) espécimes naturais originárias da América do Sul, e quais tiveram considerável importância na terapêutica europeia, foram todas dadas a conhecer através das redes ultramarinas montadas pelas ordens religiosas.

Como efeito, as passagens supra elencadas manifestam como a atividade eclesiástica, ao fincar alicerces históricos no cuidado caritativo dos enfermos, conferiu às práticas de cura uma das caracterizações do ofício sacerdotal. A legitimação para a marcante atuação do clero no campo médico advém da tradição cristã que remonta não somente as ordens monásticas, como no caso mencionada Regra de São Bento, mas também a própria Escritura. Na linha de frente de tal assertiva, as Ordens religiosas estiveram diretamente ligadas à difusão dos hospitais pelo Ocidente, preservação de textos médico-farmacêuticos clássicos e desenvolvimento de hortos voltados ao abastecimento das boticas conventuais. Utilizada como instrumento de propagação da fé cristã no Novo Mundo, as práticas relacionadas aos métodos de cura também deram suporte para o reconhecimento da natureza terapêutica local.

### **1.3 Hegemonia da Farmácia Conventual**

Como herdeiras de uma tradição que tanto legitimava como impelia as práticas médico-farmacêuticas, as boticas conventuais portuguesas desempenharam um papel considerável na evolução do campo farmacêutico nacional (Silva 1972, 9). Sua riqueza e influência exercida no panorama farmacêutico português caracterizou-a até o século XVIII. A trajetória proeminente desta botica ao longo da História justifica-a por si só como objeto de estudo; todavia,

o contraste de sua opulência frente à, até então, fragilidade da farmácia laica portuguesa fomenta ainda mais sua singularidade (Dias 2007, 274).

Muitos mosteiros possuíam entre seus muros jardins e boticas dedicadas ao atendimento de suas necessidades internas, abastecimento dos mosteiros que não possuíam boticas, e serviço à população que as circundavam. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Dominicanos e Jesuítas foram Ordens cuja atividade boticária conheceu maior projeção, sendo os Carmelitas, Beneditinos e Oratorianos também reconhecidos nesse campo (Dias 2007, 275). Sob a bandeira de tais instituições, as atividades desempenhadas pelos monges boticários fizeram seu legado estar indissociável à própria História da Farmácia portuguesa. Como exemplo disto, basta lembrar que a primeira botica do país, a botica do Mosteiro de Alcobaça, foi uma instituição conventual, além da primeira farmacopeia portuguesa publicada ser de autoria do monge boticário crúzio D. Caetano de Santo António (Silva 1972, 9).

Na cidade de Lisboa, além do anteriormente citado Mosteiro de São Vicente de Fora, as boticas do Convento de São Domingos, do Colégio de Santo Antão, Casa Professa de São Roque e São Bento da Saúde estampavam como os vultos mais proeminentes da farmácia conventual da cidade. Ao longo do país são também dignos de nota as atividades boticárias desenvolvidas no Mosteiro de Grijó, Real Convento de Mafra, São Domingos de Aveiro, São Domingos da Batalha, Convento de Nossa Senhora do Carmo em Aveiro, Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro de São Martinho de Tibães, Convento de Tomar e o Mosteiro de Santo Tirso. Apesar das numerosas boticas conventuais existentes, além da relevância de sua atuação ao longo da História, infelizmente sua importância não se traduz em uma riqueza documental disponível nos arquivos portugueses (Dias 2007, 274-275).

A pouca quantidade de material documental tem como reflexo a forma como foi conduzido o fechamento destas instituições. Em 1834, como consequência da Reforma Geral Eclesiástica, foram extintos os conventos, mosteiros, conventos, hospitais, casas religiosas e as atividades desenvolvidas pelas ordens religiosas, sendo o patrimônio móvel e imóvel desses absorvidos pelo Estado. O destino dos bens foram, em parte, convertidos para uso direto do Governo - como é o caso do Palácio de São Bento, transformado em sede do Governo em 1834 - ou ainda postos a venda ao longo do século XIX (Silveira 1991, 586). Sobre os bens relativos

às boticas conventuais, pouco se sabe do paradeiro. O reduzido número de documentos, aliado a quase inexistência de objetos materiais que resistiram ao tempo, tornam hercúlea a tentativa de compreender holisticamente como eram e como funcionavam tais boticas, especialmente em suas últimas décadas de funcionamento. De sua grandeza, restaram poucas sombras, alguns fragmentos resilientes do passado que nos permitem vislumbrar a proeminência de sua atividade boticária.

Dentre tais elementos, a literatura farmacêutica produzida pelos monges boticários figura como importante meio para mensurar a importância da farmácia convencional portuguesa, com especial ênfase, em sua atuação durante o século XVIII. Autor da primeira farmacopeia a ser publicada em Portugal<sup>11</sup>, D. Caetano de Santo António (c. 1660-1739) era ainda monge boticário do Real Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra quando deu estampa a sua *Pharmacopea Lusitana*, em 1704. Outras edições da farmacopeia foram posteriormente impressas em Lisboa, quando esse passou a residir nessa cidade, mais especificamente no Mosteiro de São Vicente de Fora (Pita 1999, 52). A *Pharmacopea Lusitana* foi precursora de uma série de outras farmacopeias publicadas ao longo dos setecentos. Dentre elas, também de autoria clerical, a *Pharmacopea Dogmatica* de frei João de Jesus Maria (1716- 1795), monge beneditino administrador da botica do Mosteiro de Santo Tirso. Além destes, outros clérigos, como D. António dos Mártires, tradutor de uma das versões da *Pharmacopea Baetana* que circularam em Portugal, e o carmelita frei Cristovão dos Reis, responsável pela botica do Convento do Carmo em Braga, também figuram como clérigos que produziram textos de carácter farmacêutico durante o período (Dias 2007, 275).

Os inventários<sup>12</sup> relativos aos bens das boticas conventuais também são outra importante fonte para compreender o funcionamento de tais espaços, principalmente para a sistematização dos utensílios, faianças, drogas e influencias bibliográficas

---

<sup>11</sup> Antes desta, ainda foram publicadas outras duas obras que designavam-se farmacopeias, nomeadamente a *Pharmacopoea Elegantissima* de Zacuto Lusitano (1557-1642) e a *Pharmacopeia* de Francisco Sanches (1636). Todavia, ambas destinavam a ser consultas por médicos (Dias 2007, 75; Conceição *et. al.* 2014, 50). Logo, por ser escrita integralmente em português, impressa em Portugal e ter como público-alvo os boticários, convencionou-se a nomear a *Pharmacopea Lusitana* como primeira farmacopéia portuguesa.

<sup>12</sup> Para mais informações sobre o processo de inventário dos rendimentos das Ordens em Portugal, se recomenda o estudo *O rendimento das ordens religiosas nos finais do antigo regime* (1981) de Fernando Sousa.

que caracterizavam a atuação dessas boticas. Todavia, ainda que seja inegável sua relevância, tais inventários possuem limites claros sobre até onde nos permitem entender o funcionamento de tais boticas. Primeiramente, boa parte desta documentação data um período posterior ao século XVIII, visto que os relatórios de extinção foram realizados após o fim das ordens e, em consequência, no período posterior ao funcionamento das boticas (Dias 2007, 275). Ou ainda, por não constituírem um corpo documental uniforme, sendo alguns destes documentos mais pormenorizados que outros no que tange o levantamento dos medicamentos, instrumentos e livros relativos a esses espaços (Pita 2012, 251).

Vários foram os pesquisadores que se debruçaram sobre estes inventários e livros de contas das boticas conventuais, responsáveis pela produção de um rico corpo bibliográfico sobre seu funcionamento. Um dos primeiros autores a utilizar os inventários dos espólios boticários conventuais como fonte de estudo foi o farmacêutico e historiador A. C. Correia da Silva. Em *Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII* (1972), Correia da Silva, através de um inventário datado de 1770, traça algumas considerações sobre a botica do Mosteiro de Grijó. Ao longo do texto, o autor ressalta que, na inexistência de subsídios materiais que tenham sobrevivido ao tempo, o inventário revela-se precioso para a compreensão do funcionamento desta botica, entretanto, sua viabilidade para tal fim não é ilimitada. Ao observar a ausência de maior detalhamento sobre de vasos de vidros e alfaias listados no inventário, Correia da Silva admite que, sob tal limitação encontrada na fonte bibliográfica, não há como recorrer a outro caminho que não o da suposição (1972, 132) Assim, não fica clara ao longo do documento a forma como eram realizados o armazenamento e preparação de algumas das mais de seiscentas drogas listadas na Botica do Mosteiro de Grijó, visto que o inventário somente cita a existência de algumas uma centena de recipientes.

O inventário da botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo também foi objeto de pesquisa dos historiadores João Rui Pita e Ana Leonor Pereira em *A arte farmacêutica no século XVIII: a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)* (2012). Para além do referido tema, o estudo também propõe discorrer sobre a importância da botica conventual ao longo do século XVIII, as transformações paradigmáticas da terapêutica em Portugal e a literatura farmacêutica publicada durante o período, com ênfase a anteriormente

abordada *Pharmacopea Lusitana*. No que concerne a utilização de tal documentação como forma de compreender a botica conventual, os autores também têm a mesma opinião de Correia: apesar de transmitir importantes elementos da configuração desta botica, o inventário tem limites reduzidos, impossibilitando a transmissão de um panorama mais abrangente (Pita, Pereira 2012, 259).

No texto *Os boiões e canudos de botica da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo* (2009), a historiadora Maria Isabel Fernandes, por meio do inventário produzido na botica durante os anos de 1781 e 1782, trata da utilização dos recipientes farmacêuticos encontrados na botica da Santa Casa daquela casa de Misericórdia. Focado principalmente nas questões relacionadas à preservação e documentação dos bens materiais, Fernandes utiliza o inventário como forma de convivência de diferentes tipos de faianças, boiões e fármacos em vidro na preparação e armazenamento dos medicamentos (2009, 233). A autora também se preocupa em como tais utensílios, nas páginas de algumas farmacopeias publicadas no século XVIII, foram descritos e para que eram utilizados, o que lança luzes sobre como tais utensílios estavam relacionados às práticas farmacêuticas.

Produzido pela *Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares*, o inventário dado a cabo em 1823 foi fonte de pesquisa no trabalho de Ricardo Pessoa de Oliveira. A Junta tinha como objetivo inteirar-se sobre os rendimentos, patrimônio móvel e imóvel, dívidas e valor das rendas de seus membros, para que assim fossem racionalizados os espaços religiosos e solucionados os problemas financeiros das mesmas. No artigo *Para o Estudo da Saúde Conventual no Início Do Século XIX: as boticas* (2011), Oliveira se ateu às nove boticas listadas pelo documento, quais pertenciam a diversas Ordens masculinas, nomeadamente, a Ordem de São Domingos, Ordem de São Bento e a Terceira Ordem da Penitência de São Francisco. Em sua investigação, o historiador observou o contraste existente entre estas, seja no tocante ao valor, número de drogas existentes, utensílios usados nas práticas farmacêuticas ou nas instalações destas boticas conventuais. Em conclusão, Oliveira entende que as primeiras décadas do século XIX representam o fim de um período áureo da botica conventual portuguesa. Além do contraste existente entre as boticas estudadas, em algumas era marcante a escassez de drogas e ausência de utensílios indispensáveis na prática boticária (Oliveira 2011, 140). Refletida no inventário, o fim da hegemonia

conventual no campo farmacêutico coincide com o fechamento de suas portas, visto que poucos anos depois da data do documento eram extintas as Ordens religiosas em Portugal.

A situação de decadência material e de recursos humanos encontrada nas farmácias conventuais nas primeiras décadas do século XIX, nas vésperas de seu fim derradeiro, em nada faz jus à imponência que detinham nos séculos anteriores. Com relação ao século XVIII, existe um claro contraste entre a projeção técnico-científica das boticas conventuais quando comparadas com as boticas administradas por boticários laicos (Dias 1990, 12). As boticas operadas pelos clérigos, além de possuírem um histórico de funcionamento que retoma séculos, como é o caso da botica do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, detinham melhores e mais utensílios na preparação de remédios quando comparados com as boticas não conventuais. Essas condições permitiram aos clérigos uma primazia na produção e venda dos fármacos, abastecendo hospitais, casas de misericórdia e a população em geral.

Muitas Ordens também ficaram famosas pelos remédios de segredo que produziam e vendiam em grandes quantidades. Os remédios de segredo eram compostos medicinais que tiveram um relevante prestígio em Portugal, assim como demais países Europeus, durante o século XVIII. Tais fórmulas, mantidas em segredo pelos seus produtores, prometiam a cura de uma variedade de achaques, como o mal francês ou morbo gálico (sífilis), febres intermitentes, boubas, problemas intestinais, doenças do trato urinário e etc. Um dos segredos mais famosos, os quais alcançaram grande popularidade durante os fins de XVII e primeira metade do XVIII, foram os *segredos curvianos*. Fórmulas de autoria do médico João Curvo Semedo (1635-1719), seu *bezoártico*, *água lusitana* e os *trociscos de Fioravante* foram objetos ávida procura. Apesar de serem remédios de um médico laico, esse segredo teve uma ligação forte com a botica conventual, visto que Curvo Semedo utilizava o Convento de São Domingos em Lisboa como um dos pontos de venda de seus segredos (Dias 2007, 289-290).

Outro médico português que lançou mão da rede e prestígio das Ordens religiosas para a venda de seus remédios de segredo foi Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762). Imigrado em Inglaterra, a rede de distribuição da *Água de Inglaterra* de Castro Sarmiento foi assentada na distribuição pelos Jesuítas (Dias 2013, 38; Pita,

Pereira 2012, 243). Pelo nome de *Água de Inglaterra* eram conhecidos várias fórmulas farmacêuticas que tinham como composição principal vinho e a quina. Sua indicação principal era para o tratamento do paludismo<sup>13</sup>, doença que atingia uma grande parte de Portugal Continental, em especial nas localidades ao Centro-Sul do país. Devido à popularidade e procura deste composto farmacêutico, seguiram-se várias outras fórmulas de outros produtores locais, como a de André Lopes de Castro (1734-1803), sobrinho-neto de Castro Sarmiento. Assim como seu familiar mais velho e mais reconhecido, André Lopes de Castro também se utilizou das Ordens religiosas como agentes de revenda de seu remédio, no caso, a Ordem Dominicana em Elvas (Dias 1990, 12).

A respeito dos segredos produzidos exclusivamente pelos clérigos, a *Teriaga Brasília* foi aquela que conseguiu a maior fama. Elaborada pelos Jesuítas no Colégio que mantinham em Salvador, a teriaga era largamente consumida na Colônia, além de exportada para diferentes pontos do Império. Sua composição contava com mais de 78 tipos diferentes de compostos de origem animal, vegetal e mineral, os quais eram provenientes de várias localidades do Império Luso. O prestígio da *Teriaga Brasília* era tamanho que ela tornou-se a segunda fonte de rendimentos da Companhia de Jesus no Brasil, sendo assim objeto de grande interesse das autoridades pombalinas após o sequestro dos bens da Ordem na Bahia em 1760 (Edler 2006, 33). Do colégio dos Jesuítas em Salvador, também eram fabricados em regime de segredo outros fármacos exportados tanto para as outras províncias do Brasil como para a Metrópole. As principais eram a *Pedra Infernal*, feita a base de prata e recomendada para o tratamento de ulcerações cutâneas; *Pílula Angélica*, elaborada com resinas das árvores brasileiras e utilizada contra cóleras estomacais; e o Óleo de Bicuíbas, feito a base o óleo da bicuíba, planta conhecida como a noz-moscada brasileira, que sanava com eficácia as dores de cabeça (Leite 2013, 77).

Também foi de notável reputação a *Panaceia Mercurial*. A fórmula era produzida na botica do Mosteiro de S. Vicente de Fora e distribuída em profusão dentro de Lisboa e enviada para outras localidades do Império, além de também constar entre os remédios produzidos pelas boticas Jesuíticas. Elaborado a partir da

---

<sup>13</sup> Paludismo é uma das formas de denominar a malária, doença infecciosa causada por protozoários parasitários transmitidos através da picada de mosquitos.

destilação de um preparado de vinho em adição ao mercúrio, a terapêutica deste composto era destinada a uma gama de males, como a sífilis, escorbuto, parasitas do trato digestivo, e, ao ser aplicado diretamente a pele, combatia escoriações diversas, herpes e escrófulas (Leite 2013, 77). Como afirmava sua própria denominação, uma verdadeira panaceia contra diversos males.

De origem clerical, as *Pedras Cordiais* também foram outro composto farmacêutico que alcançou considerável fama e dispersão pelo Império Luso. Sua origem provém do Colégio de São Paulo, em Goa, que teve sua fórmula elaborada pelo Jesuíta Fiorentino Gaspar António a partir da pedra bezoar, acrescida de outras pedras preciosas e até mesmo ouro (Gracias 1994, 282). Exportada para o Oriente e Ocidente, os rendimentos advindos das pedras cordiais passaram a despertar a cobiça de outros boticários de Goa, qual produziam suas próprias versões das *Pedras Cordiais*. Tal atitude levou o Provincial local da Companhia a exigir o monopólio de seu preparo para o Colégio de São Paulo (Leite 1956, 11).

#### **1.4 Farmácia, ofício mecânico**

Se de um lado a farmácia conventual estava historicamente respaldada por condições econômicas favoráveis, a de origem laica existia dentro de uma conjuntura social e material completamente adversa. Enquanto a primeira possuía prestígio social, suporte material assegurado pela Igreja e um desenvolvimento capaz de produzir fármacos e literatura farmacêutica cientificamente relevante, a segunda era caracterizada pelo baixo nível educacional e nível socioeconômico mediano entre a maior parte de seus praticantes (Dias 2007, 274). Em suma, ao menos até o século XVIII, não existia qualquer equidade material ou científica entre a farmácia conventual e laica. Ambas estavam em situações completamente opostas. A disparidade entre as duas categorias de botica, assim como condição adversa dos boticários laicos, refletia o estatuto social qual a profissão farmacêutica estava inserida na sociedade portuguesa do Antigo Regime.

Com relação às diversas profissões ligadas à saúde, existia uma divisão hierárquica clara que separa aquelas que exerciam ofícios mecânicos daquelas que atuavam no campo teórico. Obviamente, as de caráter mecânico, do qual fazia parte o ofício boticário, possuíam menor prestígio em comparação a profissão médica, o topo da hierarquia socioprofissional. O médico Brás Luís de Abreu em sua obra

*Portugal Médico ou Monarquia médico-lusitana*, publicado em 1726, descreve de maneira clara como estavam divididas a Arte Médica em Portugal do Antigo Regime. Segundo o autor, a medicina dividia-se em Mecânica e Doutrinal, sendo a primeira o campo de atividade próprio dos boticários, cirurgiões, barbeiros e etc. Argumentou ainda Luís de Abreu que a aspiração dos profissionais ligados ao serviço da saúde era de assumirem o ofício médico ou, ao menos, aproximar-se deles o máximo possível (*apud* Dias 1990, 6).

Na divisão social dos ofícios ligados à saúde, o diagnóstico e prescrição terapêutica eram de alçada exclusiva dos médicos. O monopólio dessas funções baseava-se no fato do ofício médico estar legitimado enquanto um saber acadêmico, com estatuto universitário de caráter prático e teórico sobre o corpo humano, seus achaques e formas de cura (Rocha 2004, 40). Em contraposição, enfermeiros, barbeiros sangradores, cirurgiões, boticários e parteiras estavam todos agrupados na fileira das profissões tidas como mecânicas. Diferentes em suas práticas, o ponto em comum estava por serem hegemonicamente ligadas ao aprendizado empírico, de caráter manual e que dispensava maiores conhecimentos teóricos para a sua boa execução (Abreu 2007).

Enquanto pertencente a um estrato social e profissional superior, o médico estava não somente acima das outras categorias ligadas à saúde, como também liberto do exercício manual da profissão. Por conseguinte, o ofício boticário possuía um caráter hegemonicamente servil e mecânico, dependente da autoridade médica. As restrições em sua prática laboral impunham que o próprio saber teórico farmacêutico estivesse em posse dos médicos. Assim, ao boticário restava a reprodução das fórmulas produzidas pelos médicos, sendo fiel aos medicamentos prescritos de forma a não modificá-los ou inserir novos fármacos ao receituário original (Rocha 2004, 41). A condição subalterna e servil dos boticários acompanhou sua classe profissional ao longo do tempo, sendo superada apenas em séculos posteriores quando a profissão farmacêutica elevou-se como categoria profissional e campo de estudo independente (Dias 1990, 6).

Todavia, é mister assinalar que por integrarem uma profissão relacionada à medicina, os boticários – assim como os demais ofícios assim compreendidos – não estavam por completo limitados a um *status* semelhante a outras profissões mecânicas. A sombra do prestígio da medicina, e ainda que subserviente à ela,

proporcionava uma distinção positiva no reconhecimento social, estando os boticários e outras profissões ligadas à saúde em um “estado do meio” que separava profissões nobres das puramente mecânicas (Calainho 2001, 489).

Para Sousa Dias, esse caráter intermediário na estrutura socioprofissional influenciou uma série de questões que caracterizaria o ofício boticário no século XVIII. O irrevogável caráter mecânico boticário impediu uma maior acumulação de capital; acrescido ao fato de que a posição intermediária estimulava a mobilidade recursos e pessoas para fora da profissão (Dias 2007, 3). Por esse motivo, raramente a botica era passada ao filho mais velho como forma de conservar ao primogênito a continuação da profissão paternal. Antes, a botica era transmitida como parte do dote das filhas (que não raras vezes se casavam com subordinados do proprietário), ou ainda para a manutenção material da viúva (Dias 2007, 253-258). Tais circunstâncias impuseram um obstáculo ao avanço científico do campo boticário do período, assim como também impossibilitaram a manutenção de linhagens familiares onde por gerações a prática boticária foi executada.

Mas até à legitimação da Farmácia enquanto prática e campo de conhecimento independente, o caráter manual e subalterno profissional boticário irá permanecer durante todo o século XVIII. Essa condição secundária e subordinada à figura do médico era ratificada ainda nas formas iniciais de acesso à profissão. Seja através de sua via empírica, por meio da aprendizagem nas boticas de mestres boticários, ou em sua forma posterior, no ensino ministrado na Universidade de Coimbra, o ensino do ofício boticário possuía uma tendência a ser pouco científico e baseado em seus aspectos mecânicos.

A porta usual de entrada à profissão dava-se pela aprendizagem empírica realizada dentro da botica, sob a supervisão de um mestre boticário, por um período que variava entre quatro a cinco anos (Dias 2007, 221). Essa também era a forma recorrente de acesso a outras profissões de caráter essencialmente mecânico, que dependia do ensino e aval de um mestre para seu pleno exercício. Depois de realizado o período de aprendizagem na botica, bem como acrescida a anuência do mestre, os aspirantes a boticários deveriam submeterem-se ao exame imposto pela Coroa como condição compulsória ao exercício legal à profissão.

Desde o século XVI, o texto base que orientou o exame dos boticários e outros ofícios ligados à saúde foi o *Regimento do Físico-Mor do Reino*, aprovado por

D. Manuel em 1521<sup>14</sup>. Por meio dela, todos aqueles que tencionavam exercer o ofício boticário, sejam nacionais ou estrangeiros, deveriam submeter-se à junta do físico-mor como forma de avaliar seus conhecimentos na arte de manipular e identificar os principais compostos e simples que compunham a botica. Para tal, o exame era essencialmente focado nos conhecimentos mecânicos dos aspirantes a boticário, não requerendo de maneira mais acintosa conhecimentos teóricos ou científicos referentes ao exercício farmacêutico.

O regimento também possuía o papel de regulamentar a profissão, postulando as normas de funcionamento necessárias ao bom funcionamento das boticas e do exercício boticário. Para tanto, eram constituídos comissários médicos que, em conjunto com outros três boticários, visitavam as boticas com o propósito de verificar as licenças legais exigidas, a qualidade dos medicamentos, os preços praticados, as balanças e, em suma, a adequação da botica para o seu bom funcionamento (Subtil 2015, 42). Entre os objetivos da visitação estava confirmar a real atuação dos boticários em seu exercício profissional, de forma que os mesmos não estivessem a ultrapassar a autoridade médica na prescrição das drogas. Apesar do monopólio farmacêutico na venda de remédios, dada a proibição dos médicos em venderem simples ou compostos aos doentes, a dispensa do receituário médico era vigiada com vigor pelos comissários do físico-mor. Dessa forma, a receita prescrita pelo médico deveria ser seguida literalmente pelo boticário no momento da preparação do composto, que após grafada o preço total na mesma, deveria guardá-la até sua inspeção (Rocha 2004, 41; Dias 2007, 192-193).

Para além do *Regimento do Físico-Mor*, em 1744 surgiu outro documento de regulação ao acesso à profissão, o *Regimento do que Devem Observar os Comissários Delegados do Físico-Mor do Reino no Estado do Brasil*. Todavia, salvo um pequeno número de exceções, o texto seguia a mesma orientação quinhentista até então em voga (Dias 2007, 221). Além dos dois anteriores, também existia o *Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos-Velhos* de 1604, que regulava uma segunda via de acesso, porém restrita a um grupo profissional limitado de cristãos-velhos na Universidade de Coimbra (Dias 2007, 221-222).

---

<sup>14</sup> A primeira carta que ordena a profissão data o ano de 1515. Todavia, o *Regimento do Físico-Mor* de 1521 foi marco de instrução de regras obrigatórias para o exercício boticário, qual persistiu e influenciou as futuras legislações da Coroa nesse sentido.

Nas últimas décadas do século XVIII o *Regimento do Físico-Mor* foi derrubado e substituído por um novo organismo regulador, a Junta do Protomedicado. De caráter intencional, a Junta diferenciava-se do antigo regimento por apresentar uma autonomia funcional, qual aliava as antigas competências da fisicatura a novas atribuições jurídicas (Subtil 2015, 43). Todavia, por seu caráter reformista e antagônico as antigas estruturas de acesso e controle da profissão, a Junta acabou por despertar a ira dos boticários, médicos e cirurgiões. Por pressão destes, a mesma acabou por ser dissolvida em 1809, durante o contexto de mudança da Corte para o Rio de Janeiro, retornando então a antiga estrutura da fisiocracia (Subtil 2015, 45).

Seja pelo *Regimento do Físico-Mor* ou pelas ordenações que se seguiram, a intenção manifesta da Coroa era controlar a atuação dos boticários, assim como dos demais ofícios inscritos na estrutura profissional dos ofícios ligados à medicina. De toda forma, o caráter reformista que as legislações régias preconizavam “no interesse das populações”, nas palavras de Laurinda de Abreu, esbarravam no interesse privados de médicos, boticários e cirurgiões no tocante a manter para essas categorias vantagens profissionais que em outros países já há algum tempo vinham sendo abandonadas (Abreu 2010, 119-120). Essa condição correspondia a uma realidade histórica em Portugal, onde os interesses privados foram a toante da estrutura médica nacional, ao passo que a Coroa assumia o papel de regulamentação e fiscalização das profissões ligadas à saúde (Subtil 2015, 63).

### **1.5 Ensino farmacêutico universitário**

O ensino da farmácia na Universidade de Coimbra possui dois períodos distintos demarcados pela reforma pombalina. É bem verdade que todo o ensino universitário português passou por grandes transformações em decorrência do projeto educacional empreendido por Marquês de Pombal; todavia, a ruptura epistemológica pós 1772 no ensino da Farmácia foi particularmente significativa por representar o primeiro passo para sua emergência enquanto profissão e campo de estudo independente. A importância desse segundo momento do ensino da Farmácia em Coimbra destaca-se principalmente em face da estrutura até então existente na educação dos aspirantes boticários.

Historiador da farmácia portuguesa, João Rui Pita afirma que os primórdios do ensino farmacêutico em Portugal são mal estudados, onde pouco se conhece sobre as origens universitárias do campo. Todavia, ainda que muitas lacunas e incertezas estejam latentes, o *Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos-Velhos* sugere que vigorava seu ensinamento na Universidade de Coimbra desde finais do século XVI (Pita 1996, 285). Anteriormente referido, o regimento foi assinado em 1604 e tinha como objetivo regular e apoiar o acesso de cristãos-velhos à profissão boticária. Para tal, o regimento destinava vinte partidos (bolsas de estudo)<sup>15</sup> para que candidatos cristãos-velhos estudassem farmácia na Universidade de Coimbra.

O curso para ascensão à profissão boticária consistia em um total de seis anos, onde os dois primeiros anos seriam estudando latim no Colégio das Artes, ou em outro local onde existisse o ensino da língua latina, como Évora, Lisboa ou Braga. (Pita 1996, 288). O ensino da língua latina tinha estreita correspondência como a adequação e viabilização da profissão, visto que as publicações necessárias para o exercício boticários estavam quase que integralmente redigidas em latim. Ademais, somente na metade do século XVII que as receitas expedidas pelos médicos passaram a ser integralmente redigidas em língua vernácula com a proibição expressa de sua redação em latim (Dias 1982, 47).

Após esse período inicial de aprendizado da língua latina, os quatro anos restantes eram despendidos em uma botica, seja em Coimbra ou em outras cidades, desde que a mesma possuísse boa reputação (Pita 1996, 288). Nas boticas, sob orientação de mestres boticários, o aprendizado ofertado era de ordem essencialmente prática, focado nos aspectos mecânicos do bom cumprimento da profissão. Se era vantajoso aos aspirantes o tempo despendido dentro das boticas, igualmente era aos mestres boticários, visto a possibilidade de utilizarem do trabalho dos jovens boticários e ainda receber parte do valor dos partidos disponibilizados aos boticários em formação (Pita 1996, 290; Rocha 2004, 64). Essa condição era tão patente que o próprio *Regimento* limitava a dois ou três aspirantes para cada boticário mestre, para que eles assim não utilizassem demasiados aspirantes em suas boticas.

---

<sup>15</sup> Como registrado por Pita, o valor pago não poderia ultrapassar o valor de 16\$000 reis anuais, os quais eram pagos aos quartéis, ou seja, de três em três meses (Pita 1996, 287).

Após completos os seis anos de estudo, os aspirantes a boticário eram então submetidos a uma avaliação final perante lentes médicos da Universidade de Coimbra, nomeadamente o lente de prima e o lente de véspera da Faculdade de Medicina, além de boticários proeminentes da cidade. Os boticários considerados aptos poderiam assim exercer a profissão em qualquer parte do país, sem qualquer outra condição ser exigida por parte do físico-mor (Pita 1996, 289).

Ao que tudo indica, os elementos acima relacionados orientaram o modelo de ensino farmacêutico empreendido pela Universidade de Coimbra até 1772, com os novos Estatutos universitários instituídos no seio da reforma pombalina (Pita 1996, 287). Assim, o primeiro modelo de ensino farmacêutico universitário caracterizava-se por dois elementos principais: sua condução em grande parte em espaços exteriores a Universidades, aliado a uma orientação hegemonicamente prática (Pita 1996, 291; Rocha 2004, 66). Hegemonicamente prática pois não existia qualquer ensinamento de caráter teórico-científico administrado pela Universidade ao longo da formação dos aspirantes a boticário. Sua realização extramuros da universidade também realçava essa condição prática, visto que a orientação pedagógica dos mestres boticários era norteada pelos aspectos mecânicos da profissão. O tempo despendido na Universidade, local capacitado para o ensino teórico-científico farmacêutico, era ocupado exclusivamente pelas aulas de latim.

Nesse sentido, o ensino farmacêutico, ainda que ofertado pela Universidade de Coimbra, não existia de fato em seus muros, muito menos era controlado pelos seus lentes. A Universidade limitava-se a, além de patrocinar os alunos por meio dos partidos, atuar apenas nos dois extremos do ensino: na fase inicial, com as aulas de latim, e no período final, onde conduzia as provas que avaliavam a capacidade ou não do aspirante em ingressar oficialmente à profissão boticária. Essa não era uma característica singular portuguesa, mas antes estava em conformidade com o regime educacional de outras nações europeias, que não conferiam ao boticário, mesmo aos educados no seio das Universidades, diplomas de ensino superior (Pita 1996, 289).

Um dos pontos importantes do *Regimento* de 1604 era a determinação de que tanto os aspirantes a boticários como os médicos boticários fossem cristãos-velhos. Como é evidente, essa era uma condição imposta para impedir o ingresso e prática de cristãos-novos a profissões ligadas à saúde. O dito impedimento não era

uma condição exclusiva de Portugal, mas antes provém de uma tradição histórica da Europa em coibir o atividade profissional de médicos, boticários e cirurgiões de origem judaica.

A proibição de judeus a praticar medicina pode ser encontrada ainda nas raízes das primeiras Faculdade de Medicina na Europa, que tinham expressos em seus regulamentos o veto a estudantes não-cristãos (Nutton 2006, 64). Todavia mesmo com proibição, podiam ser encontrados por toda Europa um sem número de médicos judeus de grande prestígio (Porter 1998, 110; Nutton 2006, 66).

Ainda que não seja um elemento exclusivo de Portugal, o país escreveu um capítulo próprio em relação à perseguição aos profissionais de origem judaica devido aos eventos históricos que levaram à expulsão e conversão forçada destes no século XV. A sinceridade da fé dos cristãos-novos, como eram chamados aqueles que abandonaram de forma mais ou menos espontânea à religião judaica, não era por completo aceita por uma camada considerável dos cristãos-velhos. Visto a rjeza como a Inquisição tratava o criptojudaísmo, as denúncias a cristãos-novos tornaram-se uma estratégia para afastar e/ou impedir de total a atividade profissional de potenciais concorrentes (Rocha 2004,64-65).

Levantar em causa uma possível duplicidade de fé era uma grave acusação, ao ponto de ser passível a penas capitais pelo Tribunal da Inquisição. Mesmo quando da expiação do pecador através auto-da-fé, ou constatação de falsa denúncia, os acusados eram, por regra, tratados como hereges e marginalizados socialmente (Rowland 2010, 181). Frente a perspectivas tão desfavoráveis, fugir para o estrangeiro foi uma resposta comum em muitos casos, evento esse conhecido como diáspora judaica. Em meio aos diversos grupos socioprofissionais que emigraram durante o século XV ao século XVIII, os médicos judeus de Portugal destacam-se por não raras vezes terem galgado considerável prestígio profissional por onde passaram (Alves 2014, 94-97). Entre a copiosa lista, figuram nomes como Amato Lusitano (1511-1568), que foi médico do Papa Júlio III (1487-1555); Judah Abravanel (1464-1535), que adquiriu fama e reputação como físico nos principados italianos; e Rodrigues da Fonseca (1550-1622), que lecionou Medicina na Universidade de Pisa.

Entre os médicos judeus emigrados no século XVIII, os anteriormente citados António Nunes Ribeiro Sanches e Jacob de Castro Sarmiento destacaram-se não

somente pela notoriedade de suas trajetórias profissionais, mas também pelo papel decisivo que ambos desempenharam na modernização do campo científico nacional. Entre 1756 e 1763, Ribeiro Sanches escreveu uma série de obras que continham duras críticas ao sistema educacional e estrutura médica no país, além de apontar recomendações para que Coroa revertesse a situação, que considerava inadequada para o Reino. São essas obras o *Tratado de Conservação e Saúde dos povos* (1756), *Método para Aprender e Estudar a Medicina* (1761), *Apontamentos para formar-se uma Universidade Real* (1761), além da obra relatada no começo do capítulo, *Apontamentos para estabelecer hum Tribunal & Colégio de Medicina* (1763). Influenciado pelos círculos mais proeminentes da ciência londrina, décadas antes Castro Sarmiento publicou em português *Materia Medica Physico-Historico-Mechanica* (1735)<sup>16</sup>. Nessa, o médico transmite com pioneirismo o método experimental da ciência moderna, em especial a relevância do emprego da Química à Medicina (Dias 2005).

Ainda que sua saída de Portugal não tenha ocorrido em caráter coercivo como nos casos anteriores, Luís António Verney (1713-1792) também realizou do exterior seu contributo para a adequação portuguesa à ciência moderna. Em seu *Verdadeiro Método de Estudar*, publicado em 1746 na Itália, o teólogo e pedagogo baseado em Roma faz duríssimas críticas ao ensino de médico na Universidade de Coimbra. Ao longo da obra, Verney deixa claro que a situação crítica que o ensino médico se encontra é de responsabilidade da Coroa, visto sua negligência para com a situação existe entre a formação dos profissionais ligados à manutenção da saúde (Abreu 2013, 72).

Mesmo que não façam parte do mesmo grupo socioprofissional, os três autores acima relatados compartilham em comum o empenho - seja o maior ou menor o grau de engajamento que apresentaram - em promover um novo espírito técnico-científico no país. Tal condição os reunia, tanto a eles como a outras personalidades semelhantes, dentro da categorização conceitual de *estrangeirados* (Carneiro *et al.* 2000). Ainda que ausentes em sentido físico, os estrangeirados

---

<sup>16</sup> Em 1735 foi publicado a primeira parte, qual abordava os medicamentos de origem mineral. Apenas em 1758 publica a segunda parte, dedicada aos medicamentos de origem animal e vegetal, anexado a segunda edição do tomo anterior. Além desta, Castro Sarmiento também publicou em português *Theorica Verdadeira Das Marés, Conforme à Philosophia do incomparavel cavalhero Isaac Newton* (1737) e *Appendix ao que se acha escrito na Materia Medica, sobre a natureza, contentos, effeytos, e uso pratico, em forma de bebida, e banhos das agoas das Caldas da Rainha* (1753).

foram personalidades praticamente omnipresentes nos círculos científicos e governamentais portugueses do século XVIII. Isto devido às redes de contato que mantiveram, massiva publicação de trabalhos e textos, participação nas academias científico-literárias e estreita relação com as elites aristocráticas. Atores ativos na divulgação científica, o papel dos estrangeirados também foi decisivo na criação de canais de produção de conhecimento português à luz dos conceitos modernos de ciência (Carneiro *et al.* 2000<sup>a</sup>, 74-75). No caso específico do campo médico, é patente a influência que homens como Ribeiro Sanches, Castro Sarmiento e Verney operaram na difusão do método científico experimental e na propagação de obras de pensadores como Van Swieten e Boerhaave (Pita 1996,52-66).

A identificação do problema estrutural do ensino médico, bem como a apresentação de resoluções para tal, foram os primeiros passos rumo ao que viria ser a Reforma de 1772. Para além dos tratados redigidos por personalidades médicas, a exemplo dos estrangeirados acima elencados, a Coroa também se preocupou em identificar as condições que justificariam a elaboração de novos Estatutos universitários. Nomeadamente, a Junta de Providência Literária, criada por decisão régia em 1770, teve grande influência na renovação institucional promovida por Pombal (Pita 1996, 41). Seu objetivo era avaliar e comunicar à Coroa a situação da Universidade, bem como as possíveis mudanças que poderiam ser realizadas para uma melhor gestão da instituição. Assim, foi redigido e publicado em 1771 o documento *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*.

Ao longo do texto, nota-se a forte influência anti-jesuítica e apelo à institucionalização das ciências e cursos científicos que norteariam as mudanças realizadas no ano seguinte (Pita 1996, 41). Relativamente ao ensino médico, o *Compêndio* possui uma série de pontos no texto identificados como “estragos feitos na Medicina pelos jesuítas”. Para tanto, o texto ocupa-se antes em discorrer longamente pela História da Medicina na Europa e em Portugal, que afirma ser a partir dos finais do século XV em diante o período que a Universidade passou a lecionar a arte médica com sabedoria. A exemplo de Tomás António da Veiga (1513-1579), Enrique Cuellar (1480-1544) e António Luís (? - c.1565), são enumerados uma série de professores laicos, que por serem reconhecidamente eruditos nas artes médicas, foram arregimentados anteriormente pela Coroa nas cátedras da Universidade. Todavia,

“logo que a profissão e direcção dos mesmos Estudos foi arrancada das mãos dos célebres Professores, que ensinavam com tão grande louvor, para ser entregue aos Jesuítas, logo, dizemos, que esta nova Cartago veio estabelecer o seu campo” (Compêndio 2008, 339).

Dessa forma, o *Compêndio* apresenta em todo seu corpo uma marcante crítica a forma como a Universidade estava orientada, e como tal, era consequente da influência que os Jesuítas exerciam na estrutura pedagógica. Os Estatutos jesuíticos, ao suplantarem “a verdadeira Física, a Química Filosófica e Farmacêutica, a Botânica e a Anatomia”, elementos esses que formavam o cerne do verdadeiro aprendizado médico, produziram apenas “as discórdias dos sãos e as mortes dos enfermos” (Compêndio 2008, 102). Como o problema era estrutural, a mudança também deveria ser, para que assim uma forma completamente nova de ensino médico permitisse a formação de profissionais instruídos à luz da ciência moderna. Para tal, a Junta recomendava a reestruturação dos Estatutos, direcionados agora para um ensino de valorização do espírito experimental tal como praticada nas mais modernas Universidades.

No tocante à farmácia, o *Compêndio* assumia sua importância não como disciplina independente, mas, assim como a Botânica, Anatomia e Química, um conhecimento suporte ao bom exercício da medicina (Pita 1996, 43). Não era essa uma circunstância assumida apenas no texto preparado pela Junta de Providência Literária, mas antes, um elemento em concordância com a visão de subordinação da farmácia frente à medicina. Fomentar seu estudo não estava atrelado necessariamente a boa formação de boticários, ainda que seja esse um dos resultados secundários. Primeiramente, promover a modernização do ensino da farmácia legitimava-se pela necessidade de melhor instruir os estudantes de medicina, dando a eles o suporte necessário para o pleno exercício profissional.

A condição secundária da farmácia, como elemento destinado e subordinado à medicina, também estará registrada nos novos Estatutos elaborados no seio da Reforma pombalina. Não obstante, ainda que por hora irremediavelmente passiva aos constrangimentos resultantes da hierarquia sócio-profissional do período, a Reforma modificou drasticamente a formação dos boticários. Um dos efeitos imediatos foi a suspensão da distinção entre cristãos novos e velhos presente no *Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos-Velhos*, documento esse que norteava o direcionamento dos Estatutos de Coimbra até 1772. Dessa forma, o programa de

impedimento manifesto de impedir o acesso educacional médico-farmacêutico a indivíduos de ascendência judaica, como era o caso dos cristãos-novos, caía frente a ação modernizante intentada com a Reforma. Estabelecia-se então que, contrariamente ao grande valor anteriormente atribuído ao grupo étnico de pertença, as condicionantes para o ingresso à Universidade estariam orientadas por princípios educacionais e etários<sup>17</sup>.

Como afirma João Rui Pita, o objetivo expresso da Reforma de 1772, que era de adequar o ensino português ao espírito investigativo próprio das novas ciências experimentais, não concernia somente a mudança teórica que regia os Estatutos, mas também na organização de uma nova estrutura, tanto de ordem física como de capital humano (Pita 1996, 47). Em seu nível organizacional, a Reforma implantou duas novas Faculdades: Filosofia e Matemática juntaram-se às anteriormente existentes Faculdades de Teologia, Leis, Cânone e de Medicina. Para abrangê-las, além de comportar as modificações efetuadas nas Faculdades preexistentes, foram instituídas novas instalações de auxílio ao ensino e investigação. Nomeadamente foram criados o Hospital Escolar, Dispensatório Farmacêutico, Teatro Anatômico, Gabinete de História Natural, Jardim Botânico, Laboratório Químico, Gabinete de Física Experimental e Observatório Astronômico. Essas novas instalações tinham como objetivo atender a nova direção pedagógica instituída com a reforma, que era de fomentar as ciências experimentais principalmente entre as disciplinas de ciências naturais e filosóficas (Pita 1996, 37-65; Pita 2006, 93).

Mesmo que preexistisse o desejo de renovar os quadros docentes, integrando assim profissionais simpáticos ao novo direcionamento posto em prática com a Reforma, os efeitos secundários impeliram a Universidade a contratar novos professores com urgência. Primeiramente, em razão da expulsão e impedimento dos professores Jesuítas em lecionar nas instituições de ensino em todo território imperial, fato esse que reduziu substancialmente o corpo docente do país. Em segundo, a abertura de novas faculdades e cadeiras, agravado pelo jubramento de

---

<sup>17</sup> Para o caso dos alunos de medicina, era exigida a idade mínima de 18 anos para ingresso na Faculdade de Medicina. Além disso, também eram exigidos do candidato estudos preparatórios em línguas clássicas, filosofia, física e matemática. As disciplinas de filosofia e línguas não existiam a obrigatoriedade de serem cursadas na Universidade; todavia, no caso da física e matemática, era compulsória a frequência e aprovação da Universidade de Coimbra (Pita 1996, 68-69).

todos docentes da Faculdade de Medicina, resultaram em numerosas vagas a serem preenchidas (Pita 1996, 48-52).

As medidas adotadas para sanar o problema também iam de encontro a um dos objetivos da Reforma Pombalina, que era de converter a Universidade de Coimbra em uma instituição que estivesse em conformidade com as práticas pedagógicas e científicas internacionais. Para isso, a tentativa de renovar o corpo docente universitário aliou a contratação de médicos estrangeiros ao envio de alunos portugueses para formação em Universidades estrangeiras de renome. No caso específico da Faculdade de Medicina, foram contratados os médicos Simão Gold e Luís Cichi, ambos então radicados na cidade do Porto. A boa reputação clínica que possuíam foi uma das causas determinantes para a contratação, todavia, aparentemente pouco proveitosa foi a passagem de ambos pela Universidade. Enquanto Gold morreu em 1776, quando os reflexos da Reforma ainda não se consolidaram, Cichi foi demitido em 1779 após entrar em choque com as diretorias universitárias (Pita 2006, 95).

Em paralelo, a política de renovar o corpo docente através da formação de alunos portugueses em Universidades estrangeiras de reconhecida reputação tinha como influência ideias anteriormente publicadas por Ribeiro Sanches e Jacob Sarmiento. Para eles, seria profícuo ao campo científico português o envio dos melhores estudantes para a formação com os melhores cientistas internacionais, ingressando-os posteriormente ao corpo docente da Universidade, para que assim pudesse o conhecimento adquirido ser capilarizado entre seus alunos (Pita 2006, 96-97).

Devido ao programa pedagógico de formação dos boticários estar inscrito e ser de responsabilidade da Faculdade de Medicina, as reformas que atingiram o ensino médico modificaram de maneira inequívoca o ensino, e de maneira mais abrangente, o próprio campo farmacêutico português do século XVIII. Todavia, ainda que os dois programas pedagógicos estejam ligados, deve-se sublinhar que não existia entre eles qualquer equiparidade, mas antes, uma ordem onde o ensino boticário estava subjulgado ao ensino médico. As marcantes diferenças impostas entre as duas formações eram legitimadas pelo próprio estatuto mecânico da profissão farmacêutica. Até então, e em conformidade com a maior parte das instituições europeias, ainda que os boticários frequentassem o ensino universitário,

não lhes era conferido qualquer título acadêmico após a conclusão dos estudos (Pita 1996, 289). O ensino aos boticários na Universidade de Coimbra equivalia ao treinamento profissional dos ofícios mecânicos, condição essa que se traduzia nas designações presentes nos Estatutos pombalinos sobre a categoria. Enquanto os alunos de medicina eram denominados genericamente por *estudantes*, os alunos boticários eram denominados no documento como *operários* ou *praticantes* (Pita 1996, 305). Assim, os Estatutos ratificavam a ordem sócio-profissional do período, o qual inscrevia os boticários como praticantes de um ofício essencialmente manual e hierarquicamente inferior ao estatuto médico.

Com relação ao programa pedagógico, a formação dos boticários foi completamente reformulada. Em oposição à obrigatoriedade anterior do domínio da língua latina, nada consta nos Estatutos de 1772 sobre o tema para o ingresso dos boticários na Universidade. Contudo, ainda que não expresse, Pita sublinha a então impossibilidade de exercer a profissão sem o conhecimento do latim, o que justifica a presença constante do certificado de “exame de latim” ou similar nos livros de registro de matrícula dos alunos (1996, 298-299). Assim, ainda que não conste nos Estatuto, assume-se na prática uma necessidade implícita de formação preliminar de latim para o ingresso na formação boticária.

No tocante ao programa pedagógico, se antes a formação era realizada em seis anos, pós 1772 ela foi reduzida a quatro anos. Outra diferença estava na participação da universidade na formação do profissional. Outrora, grande parte do aprendizado era efetuado fora dos muros da Universidade, sendo de responsabilidade da instituição apenas o ensino da língua latina e a realização do exame final. Com a Reforma, os quatro anos de ensino seriam então realizados integralmente dentro da Universidade, sendo ela a responsável pelo ensino, prática e testes necessários para o acesso formal à profissão.

Os quatro anos de formação dos boticários estavam divididos: dois anos de prática no Laboratório Químico, e outros dois anos de prática no Dispensário Farmacêutico<sup>18</sup>. Os dois locais faziam parte das instalações recém-inauguradas pela Reforma pombalina, onde também eram realizadas aulas referentes ao primeiro ano

---

<sup>18</sup> A construção do Dispensário Farmacêutico foi concluída em 1779 e o Laboratório Químico não antes de 1775/1776. Logo, de 1772 até a data de seu estabelecimento definitivo, foi o Hospital Real que garantiu o ensino e prática dos alunos, enquanto o fornecimento dos medicamentos era feito através dos boticários existentes em Coimbra (Pita 2006, 96).

do curso médico. Na verdade, a formação boticária estava intimamente conectada ao currículo médico, com a diferença de que, para os médicos, as disciplinas compunham cadeiras do primeiro ano<sup>19</sup>, enquanto para os boticários, elas representavam a totalidade de sua formação específica (Pita 1996, 294).

Os dois primeiros anos despendidos no Laboratório Químico representavam o elemento do novo Estatuto que mais contrastava quando comparado com o modelo antigo de ensino farmacêutico. Na verdade, a ausência completa de qualquer prática e teoria química era uma das maiores deficiências encontradas anteriormente, uma ausência inconcebível frente às mudanças que o campo químico impingiam à farmácia ao longo do período (Pita 1996, 125). Dentro do Laboratório Químico eram ensinadas as principais preparações químicas utilizadas no fábriço farmacêutico; ou seja, o ensino tinha um caráter hegemonicamente prático e carente de aprofundamento teórico. Contudo, é necessário frisar que o caráter prático do ensino químico não desvalorizava sua importância, visto que era então permitido aos futuros boticários um contato inédito com as operações químicas fundamentais (Pita 2006, 109).

A segunda parte do ensino, que se passava dentro do Dispensário Farmacêutico, era onde os alunos entrariam em contato de maneira mais direta com as práticas que compunham o ofício boticário. Assim como no caso anterior, o ensino do Dispensário possuía um caráter essencialmente prático, voltado hegemonicamente para o auxílio e preparação dos medicamentos que seriam utilizados pelo Dispensário ou no Hospital Escolar. De fato, o ensino teórico estava inscrito nas aulas de Matéria Médica, que eram exclusivas aos alunos de medicina (Pita 1996, 297). Assim, ainda que pareça controverso os aspirantes boticários não receberem os ensinamentos teóricos de sua própria profissão, o fato justificava-se devido aos boticários estarem inscritos em uma prática mecânica onde os

---

<sup>19</sup> Para além da formação preliminar anteriormente relatada, a formação dos médicos era composta de seis anos de estudos. No 1º ano eram cursadas as disciplinas de Matéria Médica e Arte Farmacêutica, justamente o ano onde eram realizadas as cadeiras em conjunto com alunos boticários. No 2º ano era estudado o corpo humano nas disciplinas de Anatomia, Operações Cirúrgicas e Arte Obstétrica; o 3º era dedicado à disciplina de Instituições Médico-Cirúrgicas, que congregava a Fisiologia, Patologia, Semiótica, Higiene e Terapêutica; no 4º os alunos ascendiam à cadeira de Aforismo, onde eram estudados os aforismos de Hipócrates e Boerhaave, além de uma complementação com prática hospitalar; por fim, o 5º e 6º ano eram voltados exclusivamente a prática clínica hospitalar e cirúrgica (Pita 1996, 72-75).

conhecimentos práticos formavam a essência característica da profissão. O campo teórico era exclusivo aos médicos.

## Capítulo 2 – Literatura Farmacêutica e seus Autores

O século XVIII foi marcado por uma contínua e incessante publicação de textos de ordem farmacêutica, entre os quais se destacam as várias farmacopeias impressas durante o período. Inaugurado pela *Pharmacopea Lusitana* no ano de 1704, seguiram-se outras oito publicações de mesma categoria, incluindo a primeira farmacopeia oficial portuguesa em 1794. Além destas, também foram impressas duas traduções de farmacopeias inglesas, nomeadamente a *Pharmacopea Baetana* e *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis*. Todavia, dizer que setecentos inaugura a publicações de farmacopeias não é de todo certo, visto que Zacuto Lusitano e Francisco Sanches redigiram farmacopeias no período anterior. Mas é necessário frisar que as publicações de setecentos se distinguem por serem voltadas aos boticários, enquanto as antecedentes eram destinadas à consulta de médicos (Dias 2007, 75; Conceição *et. al.* 2014, 50). Assim, como se convencionou assinalar na história da medicina e farmácia, é seguro afirmar que o século XVIII conhece a evolução de um estilo novo de publicação, maioritariamente voltado à orientação dos boticários na boa execução de seu ofício, conhecimento das drogas, fórmulas e processos de fabrico dos fármacos.

Ainda que todas foram publicadas igualmente como farmacopeias, existe uma clara diferença nos conteúdos apresentados, tanto no que toca aos interesses dos autores, como no paradigma científico que baliza tais publicações. Desta forma, o carácter heterogêneo verificado entre elas reflete as diferenças de seus autores e do período temporal em que foram produzidas. Médicos, boticários laicos e religiosos estamparam em suas farmacopeias noções pessoais que tinham sobre a farmácia, além de sua caracterização e composição medicamentosa. Todavia, era patente em tais publicações o desejo dos autores em inscrever seus nomes no campo científico português, ou ainda propagandear suas boticas e medicamentos (Dias 2007, 314). Assim as farmacopeias, ainda que apresentem um conteúdo cientificamente rigoroso, não se impõem apenas como textos de carácter científico. Antes, constituem-se também como plataformas de ascensão profissional e comercial.

Na verdade o fenômeno da publicação de farmacopeias ao longo de seiscentos e setecentos não foi apenas sentido em Portugal, mas antes, uma condição expressa em outros reinos europeus do mesmo período. A primeira obra a

inaugurar o estilo<sup>20</sup>, a *Pharmacopoeia Londinensis*, tem sua primeira edição assinada em 1618. Com o intuito de normatizar e regulamentar a profissão boticária, outros países também imprimiram suas próprias farmacopeias, como a *Pharmacopoea Amstelredamensis* em 1638, *Pharmacopoeia Brandenburgensis* em 1698, *Pharmacopoeja Holmiensis de Estocolomo* em 1686 ou a *Pharmacopoeia Edinburgensis* em 1699. Nação mais próxima de Portugal, são impressas na Espanha em 1734 a primeira edição da *Pharmacopoeia Matritenses*, obra que encontrou grande difusão em Portugal, e posteriormente dada prensa a *Pharmacopoea Hispana*, primeira farmacopeia oficial desse reino publicada em 1794, coincidentemente no mesmo ano de publicação da primeira farmacopeia portuguesa (Pita, 1996, 176).

A ampla publicação das farmacopeias ao longo de toda Europa reflete um amadurecimento do campo boticário durante o período. Além disso, ao normalizar o ofício através destas publicações, existe uma tentativa do Governo em balizar a profissão farmacêutica. Dessa forma, as farmacopeias estão articuladas como obras que escapam ao interesse médico, sendo também um meio de padronizar as formas como o boticário e seu ofício eram dirigidos.

## 2.1 As farmacopeias não oficiais

O marco seminal das farmacopeias portuguesas setecentistas se deu com a publicação da *Pharmacopoea Lusitana*, assinada em 1704 por D. Caetano de Santo António. Monge boticário e Cônego Regrante da Ordem de Santo Agostinho, D. Caetano de Santo António era natural de Buarcos, localidade próxima à Figueira da Foz, e professou a vida monástica no ano de 1698. Ainda que inicialmente tenha exercido a arte boticária no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, local onde imprime a primeira edição de sua farmacopeia, sabe-se que em 1709 o monge já residia no Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, onde permaneceu à frente da botica do mesmo mosteiro até sua morte em 1730 (Pita, Leonor 2012, 246-247). Além da mudança para o convento lisboeta, o trajeto de D. Caetano de Santo António entre

---

<sup>20</sup> Ainda que o conceito estrito sobre farmacopeia possa ser encontrado em textos muito anteriores aos referidos, a exemplo *De Materia Medica* (c.50) de Dioscórides, e o termo *farmacopeia* tenha aparecido pela primeira vez em uma publicação em Basileia do século XVI, a *Pharmacopoeia Londinensis* é precursora ao sistematizar as características que balizariam as publicações posteriores de mesmo tipo.

as duas cidades também foi acompanhado de transformações expressivas em seus paradigmas farmacêuticos, transformações estas que podem ser vistas ao longo das reedições de sua obra.

A primeira edição da *Pharmacopea Lusitana* foi impressa na cidade de Coimbra pelo livreiro João Antunes em 1704<sup>21</sup>, com o subtítulo *Methodo pratico de preparar & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais*. De maneira manifesta, as páginas da primeira edição da farmacopéia refletem a forte influência galênica existente na farmácia portuguesa do período. Ainda no prólogo, D. Caetano de Santo António expressa o caráter conservador de sua obra ao afirmar que, apesar do seu zelo e estudo para compô-la, o leitor pode até a reprovar “que nada te offereço de novo nesta obra, & q tudo o que escrevo se acha nos livros” (1704, s/p). Todavia, ao expressar que “tudo que escrevo se acha nos livros” o autor imprime um forte componente de legitimação do conteúdo apresentado, no sentido que o conhecimento ali exposto era ratificado pelas grandes personalidades do pensamento médico-farmacêutico ocidental.

Após esta primeira versão, se seguiram outras três edições impressas na cidade de Lisboa, respectivamente em 1711, 1725 e 1754, sendo esta última publicada postumamente. Em sua segunda edição, o subtítulo vem como *Reformada methodo pratico de preparar os medicamentos na fórma galenica, & chimica*, enquanto nas edições posteriores foi grafada a passagem como *Augmentada methodo pratico de preparar os medicamentos na fórma galenica, & chimica*. A mudança do subtítulo legitima-se no sucessivo acréscimo de fórmulas e elementos químicos boticários introduzidos nas páginas da farmacopeia. Na parte introdutória da obra, mais respectivamente no Prólogo ao Leitor da segunda edição, o autor justifica as modificações sentidas na nova edição tendo em conta que:

“depois que o Norte introduzio a Chimica setem apurado tanto esta importantissima arte, que parece outra muyto diferente, do que foy no seu principio; (...) & cortando por todos os escandalos da maledicencia me resolvi Censor de mim mesmo a reformar a minha Pharmacopea Lusitana, receitandolhe as receytas, & doutrinas modernas” (1711, §3).

Pouco a frente, ainda no Prólogo, o boticário agostiniano sublinha que “escrevo nesta *Pharmacopea* muytos remedios chimicos com o modo mais facil de

---

<sup>21</sup> Em 2000 foi publicado o fac-simile da primeira edição da *Pharmacopea Lusitana* acrescido do capítulo introdutório “A *Pharmacopea Lusitana* de D. Caetano de Santo António ou quando se faz ‘Divino o Remédio Humano’” de autoria de João Rui Pita.

os preparar, escrevendo também as virtudes, & doses, para q com mais segurança se applicuem” (1711, §3). A inserção das composições e remédios químicos representariam um aumento considerável no volume total da obra. Em suas originais 494 páginas, divididas em doze tratados - excluindo o index de plantas e as demais partes introdutórias da obra - a segunda edição *Pharmacopea Lusitana* possui 53 páginas a mais que sua versão antecedente. Em números de fórmulas farmacêuticas dispostas ao longo das páginas, as anteriores 395 quase triplicaram na segunda edição, chegando perto de 1050 (Dias 2007, 91-93). Nas novas fórmulas, são encontradas composições onde figuram elementos característicos da farmácia química, como o antimônio, chumbo, mercúrio, enxofre e sais diversos. Também é patente a inserção de fórmulas químicas de autoria de médicos adeptos da farmácia química, como os pós caquéticos de Quercetano e de Lémery, específico cefálico de Etmüller, pós anti-epiléticos de Schröder, solutivos de Fouquet, pós absorventes de Uvedélio entre outros (Dias 2007, 96-96).

Como observa José Pedro Sousa Dias, ainda que a estrutura do texto seja em grande parte similar, a versão de 1711 é uma farmacopeia bastante diferente em seu conteúdo (Dias 2007, 93). A introdução de novas drogas verificada na segunda edição da *Pharmacopea Lusitana* ilustra a assimilação da farmácia química que D. Caetano de Santo António vivenciou em sua mudança para Lisboa. Em um sentido mais abrangente, as mudanças sentidas nas edições posteriores da farmacopeia refletem a própria transformação do campo farmacêutico português então em curso. A partir de setecentos, cresce em Portugal o número de remédios de origem química, além de publicações relativas a *nova farmácia*, onde são impressas as formas de produção, indicação e uso de compostos químicos para as mais diversas enfermidades.

A emergência química iniciada no período pode ser vista quando confrontados os autores utilizados nas diversas edições da *Pharmacopea Lusitana*. No *Index dos Autores que se Allegaõ neste Livro*, uma das passagens introdutórias da obra, D. Caetano de Santo António lista uma série de autores referenciais em sua obra com o intuito de legitimar o conteúdo apresentado<sup>22</sup>. Entre eles, destacam-se uma série de médicos e filósofos clássicos, como Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.),

---

<sup>22</sup> Como praxe na época, os nomes estrangeiros são traduzidos pelo autor para sua versão em português. Para fins de exemplo, Friedrich Hoffmann e Michael Etmüller constam respectivamente como Frederico Hoffmano e Miguel Etmullero.

Teorasto (372 a.C.-287 a.C.), Virgílio (15-70), Plínio (23-79), Dioscórides (?-90), Suetónio (69-c.141), Galeno (c. 130-217), Aécio de Amida (502 – 575), Mesué (777-857) e Avicena (c. 980-1037). Ainda que em menor número, também constam autores portugueses como Zacuto Lusitano (c. 1450-c. 1522), Amato Lusitano (1511-1568), Garcia de Orta (1501-1568), João Curvo Semedo (1653-1719), além dos estrangeiros radicados em Portugal, mais propriamente Gabriel Grisley (?-c. 1690) e João Vigier (1662-1723). Com a introdução de remédios de origem química a partir da segunda edição, novos autores são elencados ao *Index*, como Friedrich Hoffmann (1660-1742), Michael Ettmüller (1644-1683), Johann Schröder (1600-1664), Jean-Jacques Manget (1652-1742) Moysé Charas (1618-1698) e Nicolas Lémery (1645-1715).

Ainda que esta não seja a obra introdutória na divulgação dos remédios de origem química em Portugal, as edições posteriores da *Pharmacopea Lusitana* constituem um importante marco para a popularização das drogas químicas entre os boticários do país. Todavia, sua tímida abordagem sobre os mesmos corresponde a pouca disseminação e conhecimento sobre a farmácia química existente durante o período, o que pode ser verificado tanto no número reduzido de drogas deste gênero na obra quanto na inexistência de maiores explicações sobre o seu preparo.

Também foi pelas mãos de D. Caetano de Santo António que uma segunda farmacopeia, a *Pharmacopea Baetana*<sup>23</sup>, foi publicada em Portugal. Na verdade ela é a tradução da homônima *Pharmacopoeia Bateana: Or Bate's Dispensatory* (1664), escrita por George Bate (1608–1668), médico da família real inglesa e um dos fundadores da Royal Society. Assim como no caso de sua *Pharmacopea Lusitana*, questões de ordem pedagógica e de divulgação do conhecimento boticário cumpriam um forte papel entre as motivações para a publicação da *Pharmacopea Baetana* (Pita 1999, 52-53). Como expresso pelo tradutor nas primeiras páginas da obra, a alta qualidade das fórmulas medicamentosas descritas ao longo da farmacopeia seriam de grande ajuda ao ofício dos boticários nacionais, o que o

---

<sup>23</sup> Consta ainda uma segunda edição da mesma farmacopeia, impressa em 1763 sob o título de *Pharmacopea Baetana, augmentada com os segredos goddarianos de Jonathan Goddardo (...) com o appendix á mesma farma de (...) Thomás Fuller; acrescentada com hum additamento de João Junchero, e Francisco Paulino Touquet, e de outros (...)*, assinada pelas iniciais J.M.J. Pedro José da Silva identifica D. António dos Mártires, o cônego regrante de Santo Agostinho e autor de outras obras relacionadas à farmácia, como o tradutor desta segunda edição da farmacopeia de Georg Bate (Biblioteca Nacional de Portugal 1972, 16).

motivou “fazer a tradução em idioma pátrio, porque se a mandasse imprimir em Latim, nada fazia de novo, nem utilizava tanto aos naturais, a quem desejo servir” (Santo António, 1713, s/p).

A primeira obra onde a preparação dos remédios químicos aparece de maneira mais relevante foi a *Pharmacopea Ulyssiponense, galénica e química, que contém os princípios definições e termos gerais de uma e outra Farmácia*, publicada em 1716 por João Vigier (1662-1723). Natural de Espondeilhan, localidade próxima a Béziers e Montpellier, Vigier foi educado como boticário em França, radicando-se em Lisboa entre os anos de 1677 e 1682. Sua vinda à Portugal se deu por influência de seu tio Pedro Donadieu, que ocupava um importante cargo como boticário da Rainha além de ser um reconhecido droguista na cidade (Dias 2007, 313-316; Dias 1987, 31-34; Dias e Pita, 1994, 84-90).

Apesar de sua formação boticária, ele nunca chegou a realizar o exame para o exercício da profissão em Portugal, estabelecendo-se efetivamente como droguista durante seu trajeto laboral. Sua atividade no ramo comercial permitiu a Vigier escapar do estigma das profissões manuais de que a profissão boticária fazia parte, o que explica sua elevada condição socioeconômica. Com efeito, sua fortuna foi avaliada em 1719 em mais de 40.000 cruzados, um valor impressionante tanto para o período como pela ocupação profissional de Vigier (Dias 2007, 315). O êxito comercial de Vigier foi tamanho que o droguista conseguiu inclusive ingressar um de seus filhos na Ordem de Cristo, feito então impensável a um boticário do período, mesmo os boticários da Casa Real, os quais ocupavam o topo hierárquico da profissão (Dias 1987 31-35).

Para além de sua importância como droguista, Vigier também se destacou pela expressiva quantidade de obras de interesse médico-farmacêutico de que foi autor, além de outras mais que traduziu ao português. A primeira de suas obras foi o *Thesouro Apolineo, Galenico, Chimico, Chirurgico, Pharmaceutico*, publicada pela primeira vez em 1714, conhecendo uma segunda publicação póstuma em 1745. Também leva sua assinatura a *Cirurgia anatómica, & completa por perguntas e respostas*, publicada primeiramente em 1715, depois postumamente em 1758 e 1768. A obra *Cirurgia anatómica* de Vigier corresponde a tradução do livro homônimo de Daniel Leclerc (1652-1728), publicado originalmente em 1702. Publicada em 1718, sua última obra foi a *História das Plantas da Europa e das mais*

*usadas que vem da Ásia, África & das Américas*, tradução da obra homônima publicada em Lyon em 1670 por Jean Baptiste De Ville. Em recompensa ao trabalho de Vigier como autor, D. João V fez-lhe mercê de 40.000 reis de tença, além de outros 12.000 relativos ao hábito da Ordem de Cristo, ambos atribuídos aos seus filhos (Dias 2007, 98).

Ainda que os livros anteriormente elencados sejam relevantes tanto para a trajetória profissional do autor como para o amadurecimento do campo médico-farmacêutico português, a principal e mais reconhecida obra de Vigier foi a *Pharmacopea Ulyssiponense*. Como dito anteriormente, esta foi a primeira publicação em português onde se encontram, de maneira organizada e sistemática, as formas de preparação dos remédios de origem química.

A *Pharmacopea Ulyssiponense* encontra-se dividida em cinco partes. A primeira, como usual em outras farmacopeias, é uma introdução geral e caracterização da farmácia, assim como do ofício boticário. As quatro posteriores têm seu foco calcado nas formas de preparar os simples e compostos farmacêuticos, divididos em suas formas de preparo e caracterização física. Na quinta parte se encontram as principais técnicas de manipulação da farmácia química. Como observa Sousa Dias, esta passagem possui uma forte influência das obras *Cours de Chymie* (1675) e *Pharmacopée Universelle* (1697) de Nicolás Lemery, quando mesmo de uma tradução literal de excertos dessas obras (Dias 2007, 99-100).

Para além da explicação textual sobre como realizar a preparação dos remédios químicos, a obra introduz pela primeira vez xilogravuras onde estão ilustrados os principais instrumentos boticários necessários à produção e manipulação dos remédios químicos. As seis imagens ocupam uma página cada e estão dispostas ao final da quinta parte do livro, em páginas não marcadas. Em grande parte, as ilustrações são de fornalhas e instrumentos destinados à destilação. Ao lado de cada uma se encontra um índice onde estão descritos brevemente cada instrumento disposto na ilustração.

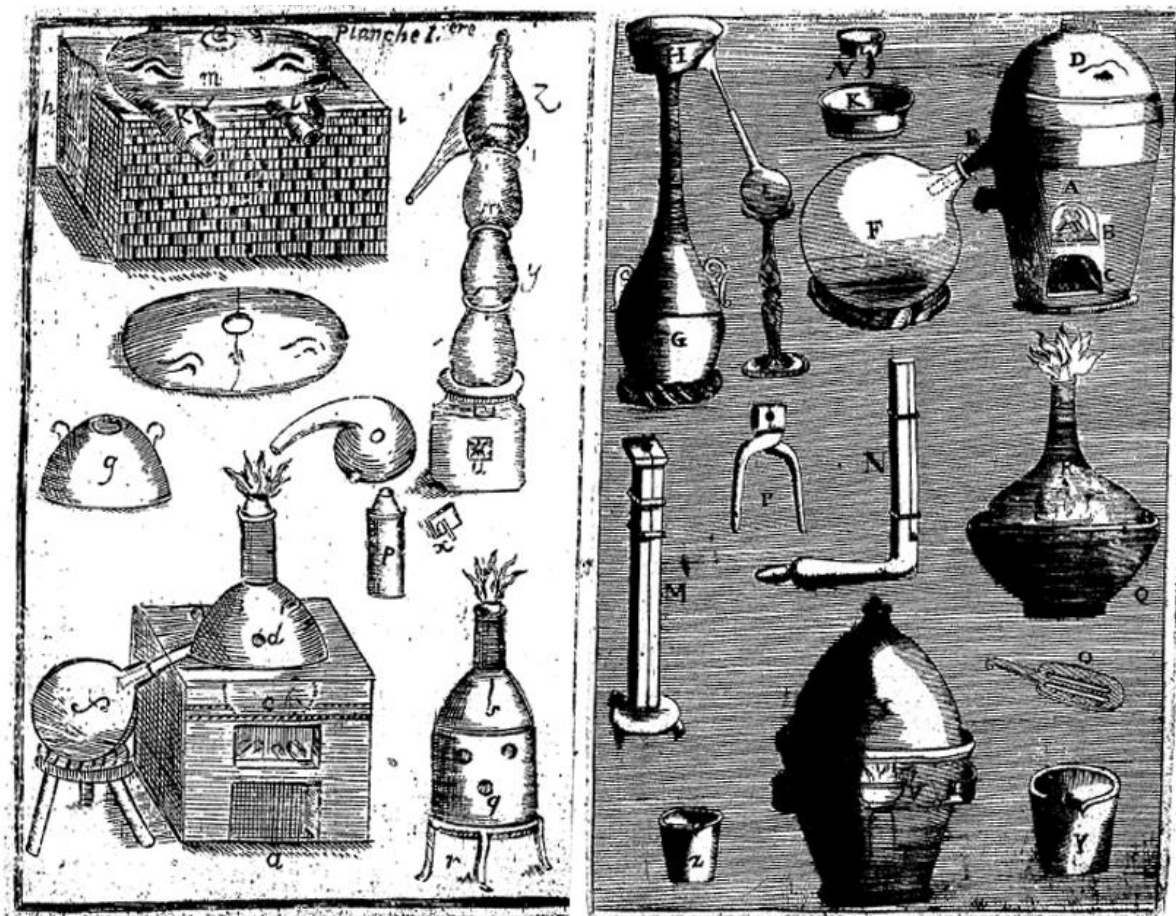


Figura 3. Estampa primeira e quinta da *Pharmacopea Ulyssiponense* (Vigier 1716)

Publicada em 1735, a *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galênica* do boticário Manoel Rodrigues Coelho (1685-c.1752) se destaca com relação às farmacopeias até então publicadas tanto pelo volume de seu conteúdo farmacêutico como pela ampla disseminação que conheceu entre os boticários nacionais. De fato, talvez seja a farmacopeia não oficial que obteve a maior divulgação em Portugal e seus domínios (Pita 1996, 173). A ampla dispersão da farmacopeia de Rodrigues Coelho evidencia a importância da obra como manual de preparação farmacêutica e conhecimento sobre os simples e compostos entre os boticários luso-brasileiros até o começo do século XIX (Marques 1999, 74).

Originalmente a *Pharmacopea Tubalense* era constituída por duas partes distintas divididas em um total de 85 capítulos. A primeira parte se inicia com uma dissertação do autor sobre a definição da medicina e farmácia, bem como um relato breve sobre a história das duas disciplinas médicas. Posteriormente são abordados por ele origem e característica dos simples, as operações farmacêuticas essenciais

ao ofício, um capítulo sobre os pesos e medidas usadas na botica e além de um extenso dicionário de léxico farmacêutico. A segunda parte é dedicada aos medicamentos compostos, relatando em suas páginas um total de 961 fórmulas de preparação medicamentosa (Dias 2007, 104). Foi ainda publicada uma terceira parte da obra em 1751, que na verdade se apresentava mais como um apêndice complementar das duas partes anteriores do que a propriamente um conteúdo adicional à farmacopeia. A condição de complementaridade desta terceira parte, afirma Sousa Dias, sugere que os motivos de sua publicação estavam relacionados, em grande parte, aos anseios comerciais do editor (Dias 2007, 103). Além desta terceira parte, foi ainda impressa em Roma, na oficina de Balaiio Geredini, uma segunda edição das duas primeiras partes no ano de 1760.

Após mais de trinta anos sem publicações de novas farmacopeias<sup>24</sup>, são impressas na segunda metade da década de sessenta a *Pharmacopea portuense, em a qual se achaõ muitas das compoziçoens que estao mais em uso* (1766) e a *Pharmacopea Meadiana, accomodata com preceitos medicos do celebre autor Ricardo Mead* (1768). Ambos os títulos foram levados a cabo pelo cirurgião António Rodrigues Portugal (1738-1788) e publicadas em Porto, cidade onde residia o autor. Todavia, vale sublinhar que as duas obras não possuem a mesma importância histórica ou relevância científica quando confrontadas com as publicações anteriores de mesma ordem. Enquanto a *Pharmacopea portuense* se constitui como uma compilação de receitas retiradas de várias farmacopeias estrangeiras, como as farmacopeias de Londres, Edinburgo, Paris e Augustana; a *Pharmacopea Meadiana* é tradução da obra homônima do médico inglês Richard Mead (1673-1754). Assim, a relevância maior delas está inscrita por serem as primeiras farmacopeias publicadas em Porto (as anteriores, quando publicadas em território nacional, foram impressas

---

<sup>24</sup> Merece a ressalva que em 1749 foi publicada em Inglaterra a *Pharmacopoea Contracta in usum nosocomii ad pauperes e gente Lusitanica curando nuper instituti*, obra assinada por Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) e Philip de la Cour (?-?), médico co-fundador do Hospital Judeu Hispano-Português *Beth Holim*. A *Pharmacopoea Contracta* tem seu nome gravado na História da Farmácia primeiramente por ser a primeira farmacopeia publicada especificamente ao uso interno de um Hospital Inglês, bem como por sua influência na produção da *Lititz Pharmacopoeia*, escrita pelo médico estadunidense William Brown (1752-1792) e largamente utilizada durante a Guerra Civil dos Estados Unidos da América. Todavia, ainda que a mesma apareça em alguns trabalhos como uma das farmacopeias portuguesas impressas de maneira não oficial, ela não foi elencada no presente estudo por suas características serem gravemente distintas das restantes farmacopeias não oficiais, nomeadamente por sua publicação ser em língua latina, as fórmulas boticárias descritas serem maioritariamente de drogas utilizadas popularmente em Inglaterra e por sua circulação pequena em Portugal.

em Lisboa ou Coimbra), além de serem as primeiras assinadas por um profissional que não estava estritamente ligado ao ofício boticário.

Em segmento foi publicada em 1772 a *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*, de autoria do monge boticário beneditino frei João de Jesus Maria. A obra, que constitui o objeto de investigação do presente texto, será analisada posteriormente neste mesmo capítulo com maior minúcia.

Por fim, em 1785, o médico-boticário Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829) publica a última farmacopeia autoral não oficial de Portugal<sup>25</sup> do século XVIII, a *Farmacopéa Lisbonense; ou, collecção dos simples, preparações e composições mais efficazes e de maior uso*. A obra ainda teve uma segunda edição em 1802.

Autor e tradutor de mais de 50 obras de interesse médico-farmacêutico, Henriques da Paiva foi uma importante figura do cenário científico luso-brasileiro do final do século XVIII e início do século XIX, atuando de sobremaneira na divulgação dos avanços da medicina ao longo de sua trajetória profissional (Abreu 2013, 70-71). É relevante sublinhar que além de Henriques de Paiva, uma série de outros familiares seus tiveram seus nomes marcados na história da medicina em Portugal e Brasil. Seu pai, Antônio Ribeiro de Paiva, exerceu o ofício de boticário em Castelo Branco e posteriormente atuou como boticário no Hospital Real Militar e Ultramar, na cidade do Rio de Janeiro. Antônio Nunes Ribeiro Sanches, uma das maiores personalidades médicas do Iluminismo português, era aparentado seu pelo lado paterno e o influenciou a seguir a profissão médica. José Henriques Ferreira, um dos seus irmãos, teve uma importante trajetória profissional como médico no Brasil, sendo comissário do físico-mor e médico do presídio na cidade de Salvador, médico do Hospital Real Militar e Ultramar, no Rio de Janeiro, e físico do Senado da Câmara e da Saúde (Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, s/p). Francisco Antônio Ribeiro de Paiva (1757-1831), outro de seus irmãos e que também possuía formação médica, foi lente da Faculdade de Filosofia de Coimbra, onde lecionou mineralogia e zoologia. Aliás, por indicação de Domingos Vandelli -

---

<sup>25</sup> Também foi o médico responsável pela tradução e publicação de uma versão adaptada da *Pharmacopoeia collegii regalis medicorum londinensis* em 1791. Todavia, como ela não constitui um material autoral do médico, para o registro cronológico das publicações das farmacopeias portuguesas ao longo do século XVIII, o presente trabalho opta por apontar a *Farmacopéa Lisbonense* como a última publicação portuguesa não oficial durante o período.

com quem manteve um relacionamento conturbado, que alternou admiração e repulsa em ambos - o próprio Henriques da Paiva também atuou como demonstrador do Laboratório Químico e de História Natural na Faculdade de Filosofia, chegando posteriormente ao cargo de lente na mesma Faculdade.

Para além do interesse que os familiares de Henriques da Paiva compartilhavam com os ofícios ligados à saúde, os mesmos também têm em comum a perseguição que sofreram pelo Santo Ofício por serem cristãos-novos. Assim como Ribeiro Sanches, o pai de Henriques de Paiva também foi preso pela Inquisição, libertado 1747 por inexistência de provas cabais de seu criptojudaísmo. O próprio Henriques da Paiva foi alvo de investigações do Santo Ofício quando estudava medicina em Coimbra, onde recebeu dos Inquisidores a recomendação de prisão e instituição do processo legal, ação esta que não chegou a ser efetivada, pois Henriques da Paiva saiu da cidade em 1779 para se estabelecer profissionalmente em Lisboa (Herson 1996, 215).

Ainda que suspeitas sobre a sinceridade de sua fé cristã fossem uma premissa constante durante toda sua vida, Manuel Joaquim Henriques de Paiva acabou por ser encarcerado não por motivos religiosos, mas antes por supostamente ter colaborado com a ocupação francesa em Portugal. Mesmo condenado a dez anos de degredo em Moçambique por crime de lesa-majestade, as redes de contato de Henriques da Paiva permitiram-no tanto comutar sua transferência de África ao Brasil, como posteriormente obter o efetivo perdão régio de sua pena. Todavia, o médico negou-se terminantemente retornar a Lisboa, fixando-se no Brasil em definitivo graças à intercessão do Conde da Palma (1779-1843), então Governador da Capitania da Bahia. Também graças ao seu bom relacionamento com o Governador que foi nomeado lente de Farmácia e Matéria Médica da recém-inaugurada Escola Médico-Cirúrgica de Salvador em 1819 (Jornada e Barreto 2013, 6).

Dentre as suas várias publicações e traduções, a *Farmacopéa Lisbonense* merece destaque não somente pelo seu caráter científico, mas também pelo discurso político presente em seu conteúdo. Para o autor, era urgente à necessidade de normatizar definitivamente o ofício boticário através da publicação de uma farmacopeia oficial portuguesa. Também era esta a posição expressa nos Estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra desde 1772, mas sem que até aquela data

fosse efetivado a publicação da mesma. Henriques de Paiva defendia que quanto mais normatizada estivesse a produção de medicamentos, as normas sobre as operações farmacêuticas e regras claras sobre os pesos e medidas boticárias, melhor seriam sanadas as necessidades médicas da população (Pita 2008, 126). Desta forma, a publicação de uma farmacopeia oficial ultrapassava seu sentido farmacêutico, sendo também um elemento relevante aos interesses sanitários do país (Pita 1999, 55).

Com relação ao seu conteúdo, a *Farmacopéa Lisbonense* é sensivelmente menor que as farmacopeias das primeiras décadas do século. Sua primeira edição possui pouco mais de 250 páginas divididas em duas partes distintas, sendo a primeira parte dedicada a matéria médica; enquanto a segunda aborda a preparação dos medicamentos compostos. A sua segunda edição foi ainda acrescida com novas formulas, mas a característica geral da obra permaneceu a mesma. A condição de apresentar um conteúdo expressivamente menor que outras farmacopeias do mesmo período advém do entendimento de Henriques da Paiva de que deveria ser reduzido substancialmente o arsenal terapêutico utilizado no país, bem como a complexidade das preparações farmacêuticas realizadas pelos boticários (Pita 2008, 127). Assim, fica tácito ao longo da *Farmacopéa Lisbonense* uma simplificação das fórmulas apresentadas, tanto na complexidade de preparo quando no número de drogas necessárias para sua produção.

## **2.2 Farmacopeia oficial e o controle médico da profissão boticária**

Como anteriormente dito, os Estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra eram bastante diretos sobre a necessidade da Faculdade de Medicina em redigir uma farmacopeia oficial portuguesa. Na passagem concernente a farmacopeia, o texto declara:

“Ficando proibidas, depois da publicação dela, todas e quaisquer outras Farmacopeias compostas por Colégios, Faculdades, ou professores de medicina, e farmácia; ou sejam nacionais, ou sejam estrangeiros, para que nenhuma delas possa mais servir de regimento aos boticários; sendo todos obrigados a praticar segundo o método estabelecido na Farmacopeia do reino ordenada pela Congregação da Faculdade” (Estatutos da Universidade de Coimbra 1772, 133).

Desta forma, mesmo vinte e dois anos antes da derradeira publicação da *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal* de Francisco Tavares (1750-1812), os Estatutos da Universidade de Coimbra expressavam o desejo, tanto da própria Universidade quanto do Governo, em regular com rigidez o ofício farmacêutico. Como demonstrado no capítulo anterior, o *Regimento do Físico-mor* e a Faculdade de Medicina representavam historicamente as duas únicas vias de acesso legal à profissão em Portugal e seus domínios. Eram por elas e através delas que estavam definidos os elementos então considerados necessários ao aprendizado e ingresso legal à profissão boticária. Todavia, a *Pharmacopeia Geral* amplificava o controle até então exercido sobre a atividade farmacêutica.

Logo em suas primeiras páginas a *Pharmacopeia Geral* expressa a condição de controle profissional pretendida pela Coroa. Anexado à publicação constava o Alvará Real de 7 de Janeiro de 1794, onde a Rainha D. Maria I (1734-1816) expressa que:

“por falta de huma Phamacopeia, que sirva para regular a necessaria das ditas preparações, e composições; sendo certo, que sem que haja esta uniformidade, he impossivel que a Medicina se pratique sem riscos da vida, e saude de Meus Fieis Vassalos, deixando-se á vontade, e capricho de cada hum dos Boticarios adoptar diferentes methodos de compor, e preparar os remedios de toda, e qualquer Pharmacopeia” (Alvará Real de 7 de Janeiro de 1794, s/p).

Assim, o edito régio legitima a publicação da farmacopeia de Tavares como elemento fundamental para os interesses da saúde pública do país. A inexistência de uma obra que balizasse a profissão, “deixando-se á vontade e capricho de cada hum dos Boticarios adoptar diferentes methodos de compor” a preparação das drogas, à luz do entendimento real, atestava uma condição negativa sobre a saúde dos súditos. Para corrigir esta situação, o edito régio elevava a *Pharmacopeia Geral* à condição de documento máximo para o funcionamento da farmácia em Portugal e em seus domínios. A partir de sua publicação, a obra de Tavares passaria a ser “instrução de todos os que aprenderem a Arte Pharmaceutica” (Alvará Real de 7 de Janeiro de 1794, s/p), bem os exames realizados nos aspirantes sejam realizados com base no conteúdo apresentado na farmacopeia. Também ordena o Alvará Real que “Todos os Boticarios serão obrigados a ter hum Exemplar da Pharmacopeia

Geral, o qual deverãõ apresentar tanto nas Vistas Geraes, como nas Particulares” (Alvará Real de 7 de Janeiro de 1794, s/p).

A imposição de normas estritas sobre a profissão boticária refletia a intenção do Estado em tutelar as profissões relacionadas à saúde pública (Pita 1996, 204). Esta intenção refletia a compreensão - que deveras não era original do período, mas nele apresentou maior solidez - de que a saúde era uma das condições elementares para o desenvolvimento nacional. Assim, o interesse do Estado em tutelar às profissões ligadas à saúde explicita a articulação do poder político com o poder médico (Pita 1996, 204) Para tanto, o Estado concentrou seus esforços em criar instituições e leis que garantissem controlar tanto o ensino quanto a prática cotidiana do ofício boticário. Observamos aqui o caso farmacêutico, mas fato é que o zelo da Coroa se estendia também para todas as esferas da sociedade. Não por acaso que Pina Manique (1733-1805) adotou entre as responsabilidades da Intendência Geral da Polícia, órgão qual estava à frente entre 1777 e 1805, questões de ordem sanitária e saúde pública como assuntos de máxima importância, os quais a Intendência deveria se debruçar com veemência (Abreu 2013, 285).

Com relação ao conteúdo apresentado na *Pharmacopeia Geral*, observamos que o mesmo não foge ao modelo praticado anteriormente nas obras de mesmo gênero, tanto àquelas produzidas em outras nações europeias quanto às publicadas de maneira não oficial no país. Ao todo a obra possui dois tomos, divididos em cinco partes distintas, orientados de forma a elencar os principais elementos que caracterizam o ofício do boticário, tanto em suas dimensões físicas quanto conceituais.

De maneira introdutória, ainda antes iniciar a primeira parte, Tavares abre o primeiro tomo de sua farmacopeia com uma breve passagem conceitual sobre o que é a farmácia, de forma a sublinhar sua definição e utilidade para os seres humanos. Ainda na mesma passagem, o autor também explana de maneira breve a respeito dos principais instrumentos e medidas utilizadas quotidianamente pelos boticários. Esta parte possui um objetivo marcadamente pedagógico ao traçar de maneira sucinta, porém precisa, os elementos necessários para a boa administração de uma botica. Tais elementos são fundamentais para a compreensão do conteúdo exposto ao longo da farmacopeia, visto que tanto os instrumentos quanto os valores e

medidas utilizadas na obra estão orientados com base no conteúdo exposto nesta parte inicial.

A primeira parte do primeiro tomo é constituída por um único capítulo intitulado *Regras geraes relativas á collecção, e arrecadação dos Simples*. Nela, Tavares aborda a atenção necessária aos boticários para o tratamento dispensado nos diferentes tipos de simples medicinais. Afirma o autor que “nos Vegetaes, que fornecem a maior parte da materia Pharmaceutica, he que se deve ter escrupulosa atenção sobre o lugar nativo proprio a cada hum” (Tavares 1794, 12) pois o local de onde são originários influi na forma como as propriedades medicinais são apresentadas por cada planta. A preocupação de Tavares sobre os vegetais usados na medicina, assim como sua afirmação que os mesmos “fornecem a maior parte da materia Pharmaceutica”, corresponde à importância dada aos simples de origem vegetal. Dos 206 itens listados como simples por Tavares, 168 deles provém do reino vegetal. Um total de 81,5% dos simples relatados em toda farmacopeia (Pita 1996, 221).

A segunda parte, que compõe a maior parte do primeiro tomo, é dedicada aos processos usuais empregados na preparação dos medicamentos. Para tanto, Tavares explica de forma didática a maneira como devem ser realizadas diversas práticas do ofício boticário, como a pulverização dos simples, purificação das substâncias líquidas, preparação dos sais, infusões, óleos, etc.

Ao fim do primeiro tomo, a terceira parte tem como objetivo retratar como deve ser realizada a preparação dos medicamentos compostos, ou seja, a correta elaboração dos fármacos produzidos a partir da combinação de dois ou mais componentes. Entre eles estão os sabões, xaropes, conservas, unguentos, emplastros e outros compostos usuais na farmácia do século XVIII. A terceira parte ainda consta de duas listagens, nomeadamente a *Da diversa quantidade de vários saes de uso medicinal, que se dissolve n'hum dada quantidade de agua (...)* e a *das affinidades das diversas substancias, segundo Lewis*. Ao fim se encontra uma lista de abreviaturas e caracteres químicos elencados com seu elemento correspondente.

O segundo tomo da *Pharmacopeia Geral* é dividido em duas partes. A primeira delas se ocupa em elencar os diversos elementos animais, vegetais, minerais e químicos utilizados na terapêutica. Os mesmos são listados em ordem

alfabética, a partir de seu nome popular, seguido pela exposição das classificações científicas e outros nomes populares ou estrangeiros que poderiam ser reconhecidos. De maneira geral as descrições são curtas e orientadas pela tríade *lugar, forma e propriedade*, ou seja, as descrições relatam a origem e demais localizações geográficas onde os simples podem ser encontrados, principais características físicas e as propriedades medicinais que possuem.

A segunda parte deste tomo é voltada à descrição dos compostos, indicando as matérias-primas e quantidades necessárias para sua preparação, bem como uma breve descrição de como deve ser realizada a produção de cada um. Ao final da obra consta ainda uma listagem de designação nominal, onde uma série de simples e compostos estão elencados de forma a identificar tanto a nomenclatura antiga quanto a variante moderna, bem como uma segunda listagem relativa às doses utilizadas para uma série de medicamentos de uso interno.

Ainda que o conteúdo da *Pharmacopeia Geral* siga o padrão estrutural preexistente em outras farmacopeias, a mesma apresenta uma particularidade que a distingue das demais. Ao contrário das farmacopeias publicadas em Portugal durante o século XVIII, a *Pharmacopeia Geral* não possui a assinatura de seu autor. Seja no frontispício ou ao longo de suas páginas, a autoria do trabalho não está expressamente declarada, motivo este que fomentou inúmeras incertezas entre os historiadores sobre quem, ou ainda aqueles, por trás da realização da obra.

Como apontado por João Rui Pita, foi recorrente até o terceiro quarto do século XX, para além do próprio Francisco Tavares, apontar Joaquim de Azevedo como um dos autores da *Pharmacopeia Geral* (Pita 1996, 207-215). Então professor de Matéria Médica e Farmácia, disciplina que reunia o arcabouço teórico e prático do ofício boticário na Universidade, fazia de Azevedo aquele que melhor reunia competências e condições técnicas para a produção de tal obra. Todavia, Azevedo não desempenhou ao longo de sua trajetória profissional um papel de protagonismo científico digno de nota, seja no desempenho ou publicação de trabalhos relacionados ao ofício boticário (Pita 1996, 208-209). Em contraposição, entre os fins do século XVIII e início do XIX, Tavares foi uma das figuras mais proeminentes da história da medicina portuguesa, deixando uma vasta obra relacionada ao campo da farmácia e hidrologia médica (Pita 2014, 163). Além disto, vale sublinhar que o conteúdo apresentado na *Pharmacopeia Geral* possui grande semelhança com

outras obras assinadas por Francisco Tavares, nomeadamente *De Pharmacologia Libellus* (1786) e *Medicamentorum Sylloge* (1787) (Pita 1996, 210-215)

Ao que consta, Tavares também fez valer o poder de sua posição profissional na estrutura de poder do Antigo Regime para efetivar a publicação de sua farmacopeia. Como dito anteriormente, ainda que a produção de uma farmacopeia geral para o Reino Português estivesse preconizada nos Estatutos pombalinos da Universidade, a sua efetiva publicação arrastou-se de forma a não sair antes de mais de duas décadas de espera. Existia até mesmo na Universidade uma preocupação sobre a ineficiência de seus quadros em produzir bibliografia científica e de ensino relevante. De fato, tanto a orientação estatutária como a da própria direção era de que os lentes produzissem as obras que serviriam como base de estudo para suas disciplinas, mas até então, em especial na Faculdade de Medicina, era gritante a ausência de publicações que atendesse este propósito (Pita 2014, 169).

Se existia antes certa protelação da Universidade em lançar uma obra capaz de balizar o ofício boticário, tanto no que diz respeito ao ensino como na prática laboral quotidiana, a emergência da Junta do Protomedicato modificaria esta situação. Fundada em 1782 e investida de amplos poderes pela Coroa para organizar as profissões médicas, sua emergência representou um forte revés para a Universidade de Coimbra, visto que anteriormente era ela quem detinha grande parte desta função. Confrontado com a disposição da Junta em modificar o eixo de poder sobre as profissões ligadas à saúde, Francisco Tavares fez uso de sua posição profissional como lente da Universidade ao publicar a *Pharmacopeia Geral* em 1794. Como afirma Laurinda Abreu, a atitude de Tavares foi amplamente criticada pelos membros da Junta, visto que um de seus deputados estava no limiar de imprimir aquela que seria a farmacopeia oficial do reino (Abreu 2013, 349-353). Mas, mesmo sob os protestos da Junta, a posição privilegiada de Tavares na estrutura do poder político português prevaleceu como elemento decisivo na imposição de sua obra como a primeira farmacopeia oficial do reino português.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), as estruturas de poder não são apenas expressas por seu caráter objetivo, mas também por seu caráter simbólico. Seu pensamento está assentado na noção de que a manutenção das elites está diretamente ligada às condições simbólicas em que o poder é exercido.

Ou seja, para além de sua faceta mais visível, a manutenção das estruturas de poder passam rigorosamente por práticas e instituições que internalizam o poder como uma ordem inerente à própria sociedade (Bourdieu 1989). Afirma ele que “num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, (...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado (...), que é precisamente onde o poder simbólico atua com mais expressividade” (Bourdieu 1989, 7). Assim, a estrutura do poder está dispersa de forma que todo o tecido social, mesmo em seu âmago mais interno, é tanto a extensão como a legitimação de seu poder.

Para tanto, Bourdieu entende que a produção intelectual, em complemento ao seu objetivo manifesto, funciona como instrumentos de manutenção da ordem estabelecida. Como exemplo, o sociólogo identifica o trabalho dos especialistas como uma das formas em que a estrutura de poder é reproduzida. O trabalho intelectual adquire assim uma função de definir estruturas que separam as classes segundo sua posição em relação à cultura dominante (Bourdieu 1989, 11). Mas, para que essa condição seja concretizada, é necessária a existência de estruturas que contribuam na reprodução da estrutura de poder. Entre tais, o autor assinala os ritos institucionais e hierárquicos, como os de “iniciados” e “não-iniciados”.

Ainda que o trabalho de Bourdieu esteja em grande parte focado nas estruturas culturais do poder simbólico, se faz relevante sua leitura para compreensão das dimensões sociais da publicação da *Pharmacopeia Geral*. Ao publicar a primeira farmacopeia oficial de Portugal, Tavares ratifica a hegemonia do papel médico na estrutura hierárquica de poder das profissões ligadas à saúde. Com exceção de Henriques da Paiva, que possuía tanto formação médica e boticária<sup>26</sup>, todos os autores das farmacopeias não oficiais publicadas ao longo do período eram boticários<sup>27</sup>. Logo, até então, as farmacopeias eram essencialmente obras de e para

---

<sup>26</sup> Henriques de Paiva recebeu carta de admissão da prática boticária em 16 de Julho de 1770 no Rio de Janeiro. Posteriormente retornou a Portugal, onde realizou os estudos de medicina na Universidade de Coimbra. Para maiores informações sobre a biografia profissional de Paiva, consultar José Ilton Pinheiro Jornada e Maria Renilda Nery Barreto. Circulação de Homens e Saberes entre Brasil e Portugal: a Química de Seabra Telles e Henriques de Paiva (séculos XVIII e XIX). XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

<sup>27</sup> Ainda que não tenha desempenhado oficialmente a função de boticário em sua estadia em Portugal por não ter se submetido ao exame do Físico-Mor, João Vigier possuía formação boticária. Também é importante ressaltar que como droguista, ou seja, como vendedor de drogas para as boticas da cidade, Vigier ocupava um ofício estreitamente ligado ao de boticário.

boticários. A condição internalista das farmacopeias não foi apenas modificada com a obra de Tavares, mas sua publicação representou também o impedimento dos boticários em produzirem farmacopeias para seus pares.

### **2.3 A farmacopeia como fonte para o historiador**

Como visto nas páginas anteriores, a publicação sistemática de farmacopeias foi uma das principais características do campo farmacêutico português durante o século XVIII. Podemos entre seus autores encontrar homens com diferentes bagagens culturais, formações profissionais e trajetórias científicas. Heterogêneas em sua essência, as farmacopeias refletem as transformações ocorridas tanto no campo profissional como no campo científico da farmácia portuguesa ao longo do período. Através delas podemos perceber a emergência da farmácia química em Portugal, a emergência dos boticários laicos entre a elite profissional, a preocupação do Estado em tutelar a profissão e a consolidação médica no controle do ensino e profissão farmacêutica.

Ainda que a botica e sua prática profissional estejam mais diretamente relacionadas em suas páginas, a capacidade comunicativa das farmacopeias extrapola o mero campo farmacêutico. A análise de seu conteúdo também permite lançar luzes sobre diversos elementos relativos à sociedade portuguesa setecentista. Entre eles, podemos destacar a relevância das farmacopeias para compreender as dinâmicas de ensino da matéria médica na Universidade de Lisboa, as modificações na ordem pedagógica ocorridas com a Reforma pombalina e as disputas de poder ocasionadas pela emergência da Junta do Protomedicato. Desse modo, através das farmacopeias, podemos perceber a estrutura social contígua à profissão farmacêutica tanto em seus domínios científicos como socioprofissionais.

A utilização das farmacopeias como fontes históricas alargadas em seus propósitos investigativos está estreitamente relacionado com o projeto da *Escola dos Annales* de compreender a história de uma forma mais ampla e interdisciplinar. Tendo como seus principais fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch, a *Escola dos Annales* é herdeira do legado forjado pela revista *Annales d'histoire économique et sociale*, onde os dois historiadores eram editores. Para além de um periódico de história, a *Annales d'histoire économique* pretendia também servir como propaganda de uma nova abordagem epistemológica que contrastava com as concepções

históricas em voga durante o começo do século XX. Ainda que os estudos em história econômica tenham predominado em seus anos inaugurais, a importância da revista refletiu em toda a ciência histórica. Seus autores, em contraposição ao pensamento positivista, defendiam que não apenas textos de caráter oficial fossem usados como fontes máximas na pesquisa histórica, mas antes, que o conceito de fonte fosse alargado de forma que o historiador aplicasse o leque com que estuda o passado. Como definiu Peter Burke, os Annales redefiniram o conceito de história de forma que a historiografia jamais será a mesma (Burke 1992, 89).

Medievalista e profundamente influenciado por Émile Durkheim, Marc Bloch defendeu um abandono da história exclusivamente cronológica e focada nos grandes personagens em favor a uma maior reflexão sobre as relações entre o homem e a sociedade. Entre suas obras, se destaca a *Apologia da História ou Ofício do Historiador*, trabalho publicado postumamente<sup>28</sup>, onde Bloch sintetiza vários elementos relativos à agenda epistemológica da escola dos Annales. Entre tais elementos, está a defesa de que, ao contrário da autoridade da fonte documental outorgada pela tradição positivista, o documento era por si só inócuo em sua capacidade de refletir sobre o período histórico em que foi produzido. Afirmou o historiador que “os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (Bloch 2002, 79). Com isto, Bloch defende que a fonte documento é um meio de analisar a história, mas a capacidade do historiador é quem, em última instância, determinará a capacidade da fonte em refletir o passado.

A escolha do documento também foi um ponto de preocupação para Bloch, especialmente no que tange a veracidade da informação transmitida pela fonte documental (Bloch 2002, 89-124). Todavia, o conceito de veracidade histórica do documento foi tratado de maneira diversa por Jacques Le Goff. Em *História e Memória*, livro que reúne uma série de ensaios publicados na Enciclopédia Einaudi, o autor aponta a relatividade sobre o conceito de verdade. No capítulo *Documento/Monumento* o historiador francês, e um dos principais representantes da

---

<sup>28</sup> A redação da obra foi realizada em meio ao envolvimento do autor com as forças de resistência contra a ocupação da Alemanha Nazista em França. Antes de ser capturado, torturado e fuzilado pelas forças da Gestapo, Bloch enviara ao seu amigo Lucien Febvre as partes que constam do presente ensaio, publicado originalmente em 1949.

terceira geração dos Annales<sup>29</sup>, afirma a necessidade de analisar os documentos também como monumentos do passado. Como monumento, Le Goff entende os objetos destinados, seja de maneira voluntária ou involuntária, a transmitir ao futuro questões próprias do tempo em que foram produzidos. Em contraponto, os documentos textuais por seu caráter de pseudo-isenção frente aos monumentos, foram erroneamente eleitos como fontes de maior credibilidade para a pesquisa histórica. A este fato Le Goff chama de triunfo do documento (Le Goff 1990, 537).

Pela sua suposta maior credibilidade do documento, Le Goff sublinhou que:

“O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo” (Le Goff 1990, 548).

A discussão sobre a necessidade de observar o documento como um monumento também foi relatada por Michael Foucault em *A Arqueologia do Saber*. Para o filósofo francês, o documento histórico deve ser pensado em seu significado discursivo, ou seja, como um signo materialmente construído pelos homens e não como um reflexo dos acontecimentos passados. Por isso, Foucault observa que se houve um tempo em que a arqueologia era uma disciplina “dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado” (Foucault 2008, 8) e conseqüentemente dependente da História para produzir uma narrativa inteligível, agora “a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia - para a descrição intrínseca do monumento” (Foucault 2008, 8) como forma de desvendar os sedimentos discursivos imbuídos nos documentos.

Para tanto, a escolha dos documentos que formarão a pesquisa foi entendida por Roger Chartier como parte do que ele chamou de *intriga histórica*, ou seja, a construção da narrativa histórica tanto pelo discurso do historiador, como pela análise do discurso das suas fontes. Para isto, Chartier admite que a “compreensão histórica é construída no e pelo próprio relato, pelos seus ordenamentos e

---

<sup>29</sup> Convencionou-se a identificar Marc Bloch e Lucien Febvre como a primeira geração dos Annales. Fernand Braudel esteve a frente da segunda geração, sendo ele o pesquisador de maior proeminência durante o período. A terceira geração é formada por homens como Jacques Le Goff e Philippe Ariès, pesquisadores que alargaram os objetos de estudo para temas não antes estudados pelos historiadores dos Annales. Para maiores informações, se recomenda a leitura de Peter Burke, *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia* (1997).

composições” (Chartier 1990, 82). Não obstante, o historiador impõe ao conjunto documental de sua pesquisa um crivo seletivo que torne inteligível a análise da intriga histórica a qual se propôs desvendar. Assim, para dar forma à intriga e torná-la compreensível aos leitores, à escolha dos documentos representa tanto o exercício da escrita histórica como o ofício máximo do historiador.

Entretanto, a noção do rigor científico na escolha das fontes documentais como a tradução do *métier* do historiador recebe uma crítica cáustica dos historiadores pós-modernistas. Como teoria metodológica, o pós-modernismo é frequentemente associado à defesa das rupturas de modelos e autoridades preestabelecidas, mas o seu aspecto historiográfico está especialmente fundamentado na crítica e reavaliação da posição do historiador em seu trabalho (Barros 2011, 147-150). Entre eles se destacam Roland Barthes, Hayden White e Edward Hallet Carr. Todavia, foi com Keith Jenkins em *A História Repensada* que a autoridade do historiador, especialmente sua credibilidade, recebeu sua crítica mais ácida.

Dada a impossibilidade de conhecer o passado em sua totalidade, bem como observar nos documentos históricos uma tradução literal do que ocorreu, Jenkins admite que “não importando o quanto a história seja autenticada, amplamente aceita ou verificável, ela está fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como ‘narrador’” (Jenkins 2007, 32). Quanto a isso, não há nada de revolucionário na afirmação do historiador britânico. A impossibilidade de traduzir a realidade factual do passado através da história foi amplamente discutida pelos autores anteriormente referidos. E, em conformidade com eles, Jenkins entende que a história não é a tradução do passado, mas antes a visão que os historiadores fazem sobre o passado (Jenkins 2007, 50). No entanto, a posição de Jenkins se afasta dos anteriores ao rejeitar que o trabalho do historiador, como meio confiável de compreender o passado, está legitimado pelos procedimentos metodológicos por eles empregados. Antes, Jenkins entende que em meio ao amplo número de metodologias utilizadas pelos historiadores, é impossível sustentar que uma metodologia seja mais ou menos precisa (Jenkins 2007, 36-43).

Por ser feita pelos historiadores “com base em frágeis comprovações” (Jenkins 2009, 50), a História está fadada ao seu caráter relativista e dependente da análise pessoal de cada pesquisador. Assim, para Jenkins, não é de se estagnar

que muitos possam questionar o estatuto da história como disciplina científica. Mas, ao contrário do que poderia supor, a contestação para ele é uma maneira positiva de observar a história. Jenkins sublinha que a condição subjetiva da disciplina “é uma liberação, pois joga velhas certezas no lixo e possibilita desmascarar quem se beneficia delas” (Jenkins 2007, 51).

Ao desconstruir o discurso de autoridade do historiador enquanto detentor de um método autêntico de escrever o passado, Jenkins denuncia a atuação de poder como elemento que define os discursos dominantes e os relegados à margem (Jenkins 2007, 51). Nesse ponto as ideias do historiador britânico possuem uma forte correspondência com as defesas de Pierre Bourdieu em seu trabalho sobre *campo intelectual*. Para Bourdieu, o campo intelectual é em essência o campo de produção de bens simbólicos, sejam eles artísticos ou científicos. Para tanto, o campo intelectual é dotado de uma autonomia relativa, visto que está sujeito a um sistema de leis próprias regidos tanto pelo grupo como pela sociedade em que estão inseridos. Para Bourdieu, ao analisar um determinado trabalho intelectual, é necessário estar ciente que a produção do mesmo foi determinada pelo sistema de relações que o seu criador possuía com o a estrutura do campo intelectual que faz parte, assim como a posição que o mesmo possui no próprio campo (Bourdieu 2002, 9). Logo, o prestígio e autenticidade dos trabalhos intelectuais, ainda que não de maneira completamente determinista, estão significativamente atrelados à aceitação conferida pelo campo intelectual.

Ao discorrer sobre a relação existente entre poder e saber, Jenkins assume uma posição similar a de Bourdieu, ainda que não utilize o conceito de campo intelectual cunhado pelo historiador francês. Para Jenkins, ainda que o ofício do historiador seja subjetivo as análises imprimidas por cada pesquisador, o prestígio que o trabalho historiográfico pode ou não alcançar escapa da capacidade individual do seu autor. Em grande parte, o que determinará o sucesso ou esquecimento de determinada pesquisa irá conhecer está determinado pela aceitação ou rejeição transmitida pelos pares, e para tal, em sua capacidade de estar alinhado ao discurso aceito por eles (Jenkins 2007, 102).

## 2.4 Frei João de Jesus Maria e a historiografia

Ainda que existam diferenças marcantes no pensamento dos autores acima referidos, as questões que levantaram revelam a importância de problematizar o papel do historiador, especialmente no que toca à metodologia com que conduz o seu trabalho. Sobretudo, é através desse exercício reflexivo que podemos perceber com maior clareza questões relacionadas ao legado do frei João de Jesus Maria na História da Farmácia portuguesa.

Em uma perspectiva balizada pelo conceito de *campo intelectual* forjado por Bourdieu, observamos que o frei Jesus Maria estava radicalmente apartado do *campo intelectual* farmacêutico português do século XVIII. Último autor clérigo de uma farmacopeia, o monge representava uma tradição boticária que perdia cada vez mais espaço com a emergência da farmácia laica ao longo do período, emergência esta que seria concretizada no século posterior com a Reforma Geral do Clero, que colocou fim aos mosteiros portugueses. O contraste de sua posição socioprofissional com relação à ordem então existente no campo farmacêutico português, ou seja, de um clérigo boticário em um campo onde a botica laica tradicionalmente era rival, refletiu na aceitação da farmacopeia frente aos seus pares. Pouco comentada, tanto a obra como seu autor acabaram por ser esquecidos, sobretudo quando a sua publicação estava próxima à da *Pharmacopeia Geral*, obra que tinha como objetivo suprimir todas as outras farmacopeias então publicadas.

A apagada presença da farmacopeia ao longo do século XVIII refletiu na imagem posteriormente forjada pela historiografia sobre a obra e seu autor.

Em *Du climat et des maladies du Brésil*, Joseph François Xavier Sigaud (1796-1586), médico francês radicado no Rio de Janeiro, concede um pequeno espaço para a *Pharmacopea Dogmatica*. O tratado foi um dos primeiros sobre os reflexos das condições geográficas e climáticas do país em sua condição sanitária. Para tanto, Sigaud - adepto de um pensamento médico com forte influência da teoria humoral galênica - tem como objetivo mostrar que as patologias que afetam os habitantes do Brasil possuem direta relação com as particularidades climáticas do país. Assim, ele afirma que não existia diferenças substanciais entre a saúde de europeus, africanos ou indígenas. Ademais, para ele as questões raciais pouco influíam na manutenção da daqueles que viviam no país, mas antes, eram preponderantes os fatores climáticos a que os indivíduos estavam expostos, regime

alimentar e hábitos que cultivavam. Na passagem onde fala sobre a varíola, doença que identifica como sendo de raiz africana e trazida ao Brasil pelos escravos, Sigaud aponta que “dans la Pharmacopea Dogmatica, publiée à Oporto en 1772, on trouve une formule analogue à celle adoptée par le docteur Moura<sup>30</sup>” (Sigaud 1844, 375). Na breve passagem, Sigaud se refere ao óleo obtido “du corps des lézards blancs”, que se encontra no *III Tratado Do Reyno Animal* do II Tomo da *Pharmacopea Dogmatica*. Na passagem, o frei beneditino descreve o óleo produzido por meio de 20 lagartixas e óleo de amêndoas amargas, “tudo em vaso de vidro se deixa em cinzas quentes por 8 dias, e findado estes, se coa”, sendo indicado para expelir bexigas (Jesus Maria 1772, 43).

No *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Innocencio Francisco da Silva registrou que Jesus Maria foi boticário e administrador da botica do Mosteiro de Santo Tirso, porém que sua obra é “hoje de todo esquecida, e de que não tenho visto algum exemplar, para dar aqui a seu respeito mais miúda indicação” (Silva 1859, 387-388). Por sua vez Maximiano Lemos, pioneiro entre os que escreveram sobre a história da medicina em Portugal, registra uma curta passagem para a *Pharmacopea Dogmatica* em sua *História da Medicina em Portugal* publicada em 1899. Ainda que não a aborde seu conteúdo, Lemos escreveu sobre a admirável quantidade de conteúdos relativos à matéria médica que podem ser encontrados na *Pharmacopea Dogmatica*. Afirmou ele que:

“se este livro não leva vantagem à Pharmacopea Tubalense de Manuel Rodrigues Coelho, devemos dizer que seu auctor era certamente um pharmaceutico hábil e erudito, e que no seu volumoso tratado compendiou grande número de notícias sobre a colheira e preparação das substâncias medicinais” (Lemos 1991, 142).

Ainda que abundem publicações nos últimos cinquenta anos que retratem as farmacopeias publicadas ao longo do século XVIII, sejam elas como objeto de pesquisa ou retratadas de indireta, é patente à inexistência de trabalhos dedicados a analisar a farmacopeia escrita pelo frei beneditino. De maneira geral, a historiografia se restringiu apenas a apontar a obra como mais uma entre aquelas publicadas de

---

<sup>30</sup> João Alves de Moura (1802-?), médico nascido em Lisboa e formado na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Foi membro titular da Academia Nacional de Medicina do Brasil, cirurgião da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e Hospital de São Francisco de Paula.

maneira não oficial durante o período (Pita 1996, 174; Pita 1999, 54; Pita 2014, 145; Dias 1990, 14; Dias 2007; Conceição *et al* 2014, 51; Oliveira 2011, 134; Rocha 2004, 73; Costa 2014, 211), ou ainda como um exemplo dos vultos da farmácia conventual portuguesa (Pita e Pereira 2012, 244; Dias 2011, 180; Silva 1955, 8; Silva 1972, 9). Entre outras publicações, consta também o artigo do historiador Christian Fausto Moraes dos Santos, que de maneira breve escreveu sobre a existência de descrições sobre a natureza brasílica nas páginas da *Pharmacopea Dogmatica* (Santos 2008, 220-221). Também se faz nota da publicação assinada pelo clérigo e historiador Francisco Carvalho Correia, onde afirma que o Convento de Santo Tirso possuía “a melhor botica e o melhor boticário” do século XVIII (Correia 2011, 428), afirmação essa que o autor não apoia com nenhuma análise ou referência.

Como uma das razões sobre a *Pharmacopea Dogmatica* não ter sido utilizada com maior esmero pela historiografia, podemos apontar sua não-eleição como parte da *intriga histórica*, elemento esse que Chartier apontou como parte substancial do trabalho do historiador (Chartier 1990, 82). Para os autores anteriormente citados, outras fontes e outros atores históricos foram escolhidos para a *intriga histórica* de seus estudos, relegando um papel secundário, ou ainda apagado, para a farmacopeia de Jesus Maria. Como apontado por Jenkins, ainda que sejam inúmeros as metodologias utilizadas na produção do conhecimento histórico, todos provém de escolhas pessoais as quais são impossíveis de admitir que uma seja mais ou menos precisa que a outra (Jenkins 2007, 36-43). Ainda que a visão pós-moderna do historiador britânico possa ser tomada como radical, fato é que as metodologias escolhidas pelos historiadores da farmácia portuguesa acabaram por suprimir a presença da *Pharmacopea Dogmatica* na história. Assim, por estar deslocada do *campo intelectual* e não aparecer na *intriga histórica* da historiografia, a *Pharmacopea Dogmatica* e seu autor são objetos de estudo ainda a serem desbravados.

Escrito pelo professor e historiador da farmácia Alberto Carlos Correia da Silva, o artigo *Frei João de Jesus Maria e a farmacopeia dogmática* representa o único registro que contrasta com a condição anteriormente exposta. Resultante de um Colóquio de História decorrido na cidade de Santo Tirso em 1979, o artigo se propõe de maneira inédita a retratar o boticário beneditino e sua obra. Por ser

registro único até os dias de hoje, as páginas do sobredito artigo representam parte substancial do que se sabe sobre a *Pharmacopea Dogmatica* e seu autor.

Em grande parte, o artigo de Correia da Silva está articulado de forma a descrever partes que constituem a farmacopeia, contudo, de maneira pouco rigorosa e profunda. Como é patente em outras de suas obras<sup>31</sup>, a escrita do artigo é calcada por um forte componente romântico, com adjetivações por vezes excessivas sobre o autor e sua obra. Como exemplo, podemos perceber a conclusão do artigo, que sublinha que o frei Jesus Maria “se apagou no humílimo anonimato do seu nome em religião e gastou talvez a sua vida a preparar as mezinhas e remédios que mitigaram sofrimentos ou fizeram nascer esperanças de cura” (Silva 1982, 305). Todavia, o fato não retira o mérito de Correia da Silva, tanto em sua importância como pioneiro dos estudos da história da farmácia quanto pelo valor histórico do estudo em questão. Sobretudo porque, como vale ressaltar, o artigo constitui ainda hoje o principal material publicado sobre o monge boticário e sua farmacopeia.

## **2.5 A *Pharmacopea Dogmatica***

Portanto, e em conta a ausência de trabalhos que abordem de maneira criteriosa a farmacopeia de Jesus Maria, se faz necessário um olhar rigoroso sobre suas páginas. Publicada sob o título de *Pharmacopea Dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*, a mesma foi dada à prensa na oficina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar no ano de 1772. É dedicada ao “ao Nosso Reverendissimo D. Abbade Geral de S. Bento, E mais Monges desta Congregação de Portugal, e Provincia do Brasil”, sendo o autor identificado como “Monge da mesma Congregação, e Administrador da Botica do Reformado, e antiquissimo Mosteiro de Santo Thyrso”. Abaixo, se lê que a farmacopeia dada prensa na oficina de António Álvares Ribeiro Guimarães e “à sua custa impressa”<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Grande parte da obra de Correia da Silva está reunida, em especial suas publicações relativas a história da farmácia, estão reunidos em *Farmácia, História e Profissão : Colectânea De Estudos Ensaíos*, prefaciado por José Pedro Sousa Dias e publicado pela Ordem dos Farmacêuticos de Lisboa em 1998.

<sup>32</sup> Não foi o objetivo do presente estudo realizar uma extensa pesquisa censória sobre os locais que abrigam a *Pharmacopea Dogmatica*; todavia, registra-se que existem três exemplares disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal, uma à venda na Livraria Castro e Silva em Lisboa, uma na Wellcome Library em Londres e, por fim, uma no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Também consta que no espólio do boticários carioca Antônio Pereira Ferreira, falecido em 1798, constava, entre outras farmacopeias, o Tomo I da *Pharmacopea Dogmatica* (Cavalcanti 2004, 419).



Figura 4. Frontispício do Tomo I da Pharmacoepa Dogmática (Jesus Maria 1772)

Em dedicatória destinada ao Reverendíssimo Senhor Dr. Frei Manuel Caetano de Loreto (1724-1797), então Abade Geral da Congregação de S. Bento, o frei Jesus Maria inicia a passagem com a afirmação de que “pouca fortuna me interessa em dedicar (...) este fraco parto de minhas vigílias, e incansavel fadiga do meu trabalho”. Por fim, como que para registrar a humildade e objetivo de seu trabalho, o monge boticário conclui sua dedicatória com a passagem:

“he certo, que retumbando desta os écos da verdade Evangelica nas 4. partes do Orbe, tem estabelecido hum immortal Padrão a seus filhos, premiados de tam immensos, he incompreensíveis predicados, que ainda,

quando fossem as influencias da Rethorica, e profundas as subtilezas do conceito, vacilarão os discursos, e ficaraõ exhaustas as Elegancias, sem nunca se conseguir completa a exposição de suas heroicas virtudes, Sanctidade, e letras; de cujas grandezas, se sagrados Dotes só o silencio as chega a exaggerar; por se vedar ao culto das palavras, aquelle conhecimento, que só se póde decifrar, com huma seria, e profunda reflexaõ” (Jesus Maria, 1772, s/p).

Dessa forma, ainda no início de sua obra, Jesus Maria explicita o peso do moral espiritual cristão em sua obra. Neste sentido, o conhecimento, no caso específico o conhecimento médico-farmacêutico, era não somente legitimado pela sua concordância com os ideais cristãos, assim como também possibilitado unicamente pela Graça de Deus. A assertiva foi realçada ainda no prólogo, onde cita a necessidade da humildade frente as “incertezas das cousas naturaes” (Jesus Maria 1772, II), que para o autor pode ser verificado em Mateus 11:25<sup>33</sup>. A autoridade das Escrituras também foi evocada quando, citando Eclesiásticos 38<sup>34</sup>, o autor dissertou sobre a o caráter divino da farmácia quando empregada instrumento de cura dos doentes e necessitados (Jesus Maria 1772, 2). A importância em seguir os preceitos cristãos no ato profissional também pode ser verificado na passagem quando o autor sublinha as principais características de um bom farmacêutico. Para ele, o verdadeiro boticário deve sempre “mostrar em todas as suas acçoens o sempre respeitado Temor de Deos na completa observancia dos Divinos Preceitos, como tambem nos da Santa Igreja” (Jesus Maria 1772, 4). A assertiva também pode ser verificada na importância do profissional não desviar dos valores cristãos no seu ofício, “fugindo de jogos, e applicaçã a livros profanos, que, (...) são de ordinario motora causa de peccaminosos absurdos, que inteiramente nos trazem para o infernal assimbro, de eternas penas” (Jesus Maria 1772, 7).

---

<sup>33</sup> Naquele tempo, respondendo Jesus, disse: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, que occultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos.

<sup>34</sup> Honra o médico por causa da necessidade, pois foi o Altíssimo quem o criou. <sup>2</sup>(Toda a medicina provém de Deus), e ele recebe presentes do rei: <sup>3</sup>a ciência do médico o eleva em honra; ele é admirado na presença dos grandes. <sup>4</sup>O Senhor fez a terra produzir os medicamentos: o homem sensato não os despreza. <sup>5</sup>Uma espécie de madeira não adoçou o amargor da água? Essa virtude chegou ao conhecimento dos homens. <sup>6</sup>O Altíssimo deu-lhes a ciência da medicina para ser honrado em suas maravilhas; <sup>7</sup>e dela se serve para acalmar as dores e curá-las; o farmacêutico faz misturas agradáveis, compõe unguentos úteis à saúde, e seu trabalho não terminará, <sup>8</sup>até que a paz divina se estenda sobre a face da terra.

Por ser um boticário religioso e através da cosmologia cristã entender tanto a boa atuação do farmacêutico quanto o conhecimento por ele exercido, o frei Jesus Maria, assim como sua toda obra, contrasta drasticamente com os autores das demais farmacopeias publicadas no mesmo período. Não que os outros expressassem uma concepção agnóstica ou mesmo anticlerical no conteúdo de suas obras. Até mesmo porque a anuência e censura do Santo Ofício condicionava a impressão de todas elas. Mas, quando confrontada a *Pharmacopeia Dogmatica* com as demais, com exceção a *Pharmacopeia Lusitana* de D. Caetano de Santo António, é marcante como o peso da autoridade cristã assume um papel de grande importância na obra do monge beneditino. Esta condição era tão marcante que para Jesus Maria a profissão boticária não deveria ser uma via para obter lucro, mas antes, uma forma de praticar a caridade cristã. Registrou que o ofício farmacêutico não é destinado “para pobres, que precisaõ sustentar-se della; mas sim só para Pessoas abundantes de cabedaes, que sem oppressão das quotidianas urgencias hajaõ de cumprir com fartura dos urgentes gastos da Botica” (Jesus Maria 1772, 4), de forma a atender os necessitados sem atrelar os ganhos da botica como seu sustento material.

O contraste entre a concepção cristã da botica conventual do frei Jesus Maria com a emergência de uma farmácia laica e calcada por um discurso secular, não era exclusivo a Portugal, mas antes, uma realidade experimentada nos demais países europeus. Como afirma o historiador da medicina Roy Porter, o período que compreende o final do século XVIII e começo do século XIX foi caracterizado pela confiança da medicina, e consequentemente em suas práticas médicas como a farmácia, como conhecimento que permite ao homem desvendar os mistérios do mundo natural. Corroborava tal visão a explosão populacional ocorrida na Europa durante o período, o desenvolvimento científico e a melhora visível na qualidade da saúde dos indivíduos. Com efeito, em detrimento da autoridade religiosa, cada vez mais a medicina secularizada consolidava seu peso no campo da cura (Porter 1998, 302).

Voltando ao conteúdo exposto na *Pharmacopea Dogmática*, as 938 páginas da obra estão dispostas em dois tomos distintos. Como expresso no frontispício, “na primeira se tracta das principais partes e operaçoens da Pharmacologia Galenico-Chimica, com as mais particularizadas Compozições Antigas, e Modernas,

exageradas com anotações, e expurgações do melhor Methodo”. Dividida em dois tratados, em um total de 45 capítulos, as 420 páginas do Tomo I são destinadas essencialmente à matéria médica, caracterização da farmácia e apresentação de fórmulas.

De maneira preliminar, Jesus Maria define que a farmácia remete o conhecimento dos gregos sobre as plantas e suas propriedades medicinais. O conhecimento farmacêutico tem como seu domínio ser “principalíssima parte da Medicina Curativa, ou Methodico Dogmática (...) o melhor instrumento, sem o qual não podera curar o Medico”, e como tal, existe entre a medicina e a farmácia igual equivalência em importância (Jesus Maria 1772, 1). Dada a importância de seu ofício, necessita o farmacêutico “saber indispensavelmente latim, como também os nomes da lingua paterna, e estrangeiras, pertencentes aos simples e compostos” (Jesus Maria 1772, 4), sendo que “ultrajam a pharmacia com grave danno” os profissionais ignorantes da matéria médica, que não se utilizam do livros necessários para o bom preparo dos simples e compostos (Jesus Maria 1772, 8). Para tanto, o autor elenca uma série de obras que considera “de avantajada estimação” para que o boticário possa exercer sua profissão de maneira satisfatória (Jesus Maria 1772, 4) (Tabela 1)<sup>35</sup>.

Autor	Nacionalidade	Título	Local e Ano de Publicação Sugerido
Robert Boyle	Inglês	Opera Omnia	Gênova, 1744
Joseph Pitton de Tournefort	Francês	Corollarium Institutionum Rei Herbariae	Paris, 1703
Joseph Pitton de Tournefort	Francês	Materia Medica, seu Descripto , Vires, Usus & Analysis	Londres, 1708 2. vol. Paris, 1724
Étienne François Geoffroy	Francês	Materia Medica	Veneza, 1742
Johann Gottfried Berger	Alemão	“trata da efficacia das agoas Thermaes”	Dresden, 1709
Johann Joachim Becher	Alemão	Physica Subterranea	Leipzig, 1735

<sup>35</sup> No quadro os autores e títulos das obras foram redigidos pelas suas nomenclaturas originais, enquanto que na *Pharmacopea Dogmatica*, especialmente com relação aos autores, o frei Jesus Maria – como praxe no período – grafou o versão em português dos mesmos.

Johann Ernst Hebenstreit	Alemão	Museum Richterianum Illustratum, Icontbus, & Commentariis	Leipzig, 1748
Johann Andreas Cramer	Alemão	Elementa Artis Docimasticae	Leiden, 1744
Georg Ernst Stahl	Alemão	Opusculum Chymico-physico-Medicum	Alemanha, 1715
Frederik Ruysch	Holandês	Thesaurus Animalium	Amsterdam, 1710
Carolus Linnaeus	Sueco	Systema Naturae	1746
Jacob Theodor Klein	Alemão	Dubia Circa Classes Naturales Quadrupedum & Historiae Naturalis Piscium	Gdańsk, 1744
Georges Edwards	Inglês	Historia Avium	Londres, 1743. Edição com estampas em 1747
Peter Artedi	Sueco	Ichthyologia	Leiden, 1738
John Ray	Inglês	Historia Insectorum	Londres, 1710
Jan Swammerdam	Holandês	Biblia Naturae Sive Historia Insectorum	Leiden, 1737
Johann Ludwigius	Alemão	Radicum officinalium bonitate	Leipzig, 1743
Johann Ludwigius	Alemão	Libellus de corruptelis medicamentorum	Dresden, 1732
Angeli Salae	Italiano	Opera omnia medico-chymica	Frankfurt, 1647 e 1685
Johann Schröder	Alemão	Pharmacopoeia medico-chymica	Nuremberg, 1746 e 1747
-	-	Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis	Londres, 1746
Adriaan van Royen	Holandês	Specimen Phisicum Medicum Inaugurale	1761
Jean-Jacques Manget	Francês	Bibliotheca Pharmaceutica Medica	Colônia, 1703
Johann Helferich Jungken	Alemão	Corpus pharmaceutico-chymico-medicum	1732
Johann Helfrich Jungken	Alemão	Lexicon chimico-pharmaceuticum	1710 e 1732
Jacob le Mort	Francês	Pharmacia Medico-Physica Rationibus	Leiden, 1784
Nicolas Lemery	Francês	Pharmacopée universelle	Paris, 1697
Nicolas Lemery	Francês	Cours de chymie	“traduzido em Hespanhol no anno de 1721”

George Bate	Inglês	Pharmacopea Baetana	Londres, 1700
Hieronymus David Gaubius	Alemão	Libellus De Methodo Concinnandi Formulas Medicamentorum	Leiden, 1739
Johann Friedrich Cartheuser	Alemão	Fundamenta Materiae Medicae	Paris, 1732
Giulio Pontedera	Italiano	Antiquitatum Latinarum Graecarumque enarrationes	Padova, 1740
Samuel Dale	Inglês	Pharmacologia ad Materiam Medicam	Londres, 1737
Herman Boerhaave	Holandês	Elementa Chymiae	Paris, 1733
Theodor Muykens	Holandês	Collectanea Chymica Leydensia	Antuerpia, 1702
Georg Ernst Stahl	Alemão	Fundamenta Chymiae Dogmaticae	Nuremberg, 1746 e 1747
Giovanni Francisco Vigani/John Francis	Italiano	Medulla Chymiae	Londres, 1687

**Tabela 1. Livros recomendados na Pharmacopea Dogmatica como obras necessárias ao bom exercício farmacêutico**

Fica patente a erudição do monge boticário com relação à farmácia e aos temas contíguos ao ofício boticário. Ainda que seja impressiva a lista com os 37 livros indicados pelo frei, tanto pela gama de diferentes autores e diferentes tradições científicas, cabe ressaltar alguns pontos sobre essa relação bibliográfica.

Em sua lista constam obras que abarcam a matéria médica, química, zoologia, ictiologia, entomologia, ornitologia, botânica e taxonomia; obras estas, quase que em sua totalidade escritas em latim, ainda que conste a tradução para o espanhol do *Cours de Chymie* de Nicolas Lemery (1645-1715) (Jesus Maria 1772, 5). Sobre a nacionalidade dos 31 autores apresentados, são encontrados entre eles suecos (2), italianos (3), holandeses (5), ingleses (5)<sup>36</sup>, franceses (5) e alemães (11).

No entanto, ao confrontar o conteúdo apresentado ao longo da farmacopeia com a lista de livros elencados pelo frei Jesus Maria, parece pouco verossímil que o autor conhecia de maneira satisfatória a totalidade das obras listadas, visto que

<sup>36</sup> Um dos livros apresentados, a *Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis* assinada pelo *Royal College of Physicians of London*, não foi contabilizado entre os números de autores ingleses por ser uma obra coletiva e relacionada a uma instituição. Uma segunda situação sobre a autoria dos livros está presente na obra de Giovanni Francisco Vigani, autor *Medulla Chymiae*. Ainda que o médico italiano tenha vivido na Inglaterra, onde foi o primeiro professor da cadeira de Química na Universidade de Cambridge, e assim adotado o nome de John Francis, o presente texto adotou o local de nascimento como critério para a atribuição das nacionalidades.

alguns livros e autores por ele apresentados pouco aparecem ao longo da obra. Tal condição é especialmente presente com relação aos autores químicos alemães citados pelo monge-boticário. Além de a química ser o tema com maior representatividade na lista, os autores de nacionalidade alemã são o grupo mais numeroso entre os demais. Com efeito, apenas um entre eles, o médico naturalista Jacob Theodor Klein (1685-1759), não possui a química como principal atuação profissional. Todavia, a ausência dos mesmos nomes ao longo dos capítulos IV, V e VI, destinados respectivamente à química, combinação dos elementos químicos e operações características da farmácia químico-galênica.

Ao longo dos três capítulos supracitados, Jesus Maria faz uma longa exposição sobre a farmácia química, sua caracterização, principais operações e elementos que a constituem. Todavia, apenas uma pequena parte dos autores alemães por ele anteriormente elencados foram citados, e ainda assim de maneira tímida quando comparada a outros autores por ele utilizados. Dos dez autores de nacionalidade alemã, apenas quatro foram citados: Johann Friedrich Cartheuser (1704-1777), em sua descrição sobre as diferentes categorias de sais usados na farmácia (Jesus Maria 1772, 95-96); Johann Helfrich Jungken (? - c.1730), quando relatava a mudança de cor dos ferros quando fundidos e sobre a fermentação dos líquidos (Jesus Maria 1772, 120,131); Johann Schröder (1600-1664), quando caracterizava a preparação dos simples e compostos para sua utilização como remédios (Jesus Maria 1772, 114); Johann Joachim Becher (1635-1682), sobre a produção do espírito de ácido e espírito da terra (Jesus Maria 1772, 89, 103).

De modo diverso aos quatro anteriores, que foram utilizados de maneira secundária pelo frei Jesus Maria, existe uma presença muito maior de outros autores químicos. Entre eles, Herman Boerhaave (1668-1738) e sua obra *Elementa Chimiae* aparecem com grande destaque teórico sobre as questões relativas à química. Também são dignos de nota a presença de Robert Boyle (1627-1691), Nicolas Lemery (1645-1715) e Étienne François Geoffroy (1672-1731). Curiosamente, o autor também menciona por diversas vezes os médicos alemães Michael Etmüller (1644-1683) e Friedrich Hoffmann (1660-1742), ainda que não os tenha apontado em sua lista de livros recomendados aos boticários<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Ainda que igualmente não elencados na lista, também aparecem, mesmo que de maneira menor, os nomes de Thomas Willis (1621-1675), Theodor Zwinger (1533-1588), John Conrad Barchusen (1666-1723), Johann Rudolf Glauber (1604-1670), Caspard Bauhin (1560-1624), Edme Mariotte (1620-

No segmento desta passagem, a farmacopeia termina o primeiro tratado do tomo com uma descrição sobre as demais operações realizadas no ofício boticário, assim como dos utensílios necessários para a preparação dos remédios (Tabela 2). Para os vasos e alfaias, frei Jesus Maria recomenda “os verde germanicos, o qual prefere a todas as espécies (...) por serem mais incorruptíveis”, mas adverte que os brancos e cristalinos “o manda regeitar; por cauza da mayor facilidade, que tem de se fundir, e communicar o seu alcalino (...) aos remédios em produção” (Jesus Maria 1772, 153).

Utensílios necessários ao boticário segundo a <i>Pharmacopea Dogmatica</i>
Alambiques de cobre e/ou estanho.
Almofarizes <i>conus fusorius</i> para fundições.
Almofarizes de bronze, ferro, chumbo, pedra, vidro e demais matérias-primas, de diferentes tamanhos.
<i>Canaes</i> para fundir ferro.
Colheres e espátulas.
Fornos e fornalhas de diversos tipos.
Lutos.
Serpentina.
Tachos e panelas
Vasos <i>cucurbitas</i> , <i>pelicanos</i> , <i>phialas</i> e <i>recipientes</i> para processos químicos.
Vasos <i>olla</i> de barro.

**Tabela 2.** Lista de utensílios apresentados na *Pharmacopea Dogmatica* como necessários ao ofício boticário

O segundo tratado do Tomo I trata exclusivamente dos compostos medicamentosos. Ao todo são apresentados 34 tipos diferentes de compostos, em um total de 829 fórmulas (Tabela 3).

Os compostos são divididos a partir de suas características físicas, contudo, em alguns casos de similaridade, os mesmos podem ser apresentados em conjunto, a exemplo das tinturas essenciais e elixires; conditos, conservas e polpas; gelatinas, mucilagens e mivas; confeições, eletuários e opiados; emplastros, cerotos e propaces; unguentos e linimentos. Para cada classe de composto, o monge boticário dedica uma breve explicação sobre as suas características, indicações terapêuticas e formas de preparo. Em seguida, são apresentadas receitas relativas a cada

---

1684), Werner Rolfinck (1599-1673), Jan Baptist van Helmont (1579-1644) e do alquimista Basilio Valentim (? - c. 1395).

composto, onde o número e as explicações sobre cada uma podem variar substancialmente.

No caso específico das águas oficiais, que possui o maior capítulo entre os compostos e o maior número de receitas apresentadas, Jesus Maria faz uma longa descrição sobre a caracterização deste composto, que extraído “da destillação de hum, ou muitos simples, que pelo moto, e impulso do calor se faz” (Jesus Maria 1772, 186). Sobre os componentes usados “extrahem-se com frequencia as referidas Agoas dos vegetaes; algumas vezes dos Animaes, e rara vez dos Mineraes” (Jesus Maria 1772, 186). Todavia, ainda que os vegetais são os mais indicados para realizar as destilações, “só aquellas Plantas, recheas de particula activas, e volateis, daõ Agoas destilladas, que resistindo á corrupçaõ por mais tempo, se fazem bastantemente aptas para o uso Medico”, indicando as plantas e ervas aromáticas como aquelas com a maior presença volátil (Jesus Maria 1772, 187).

A forma como o monge boticário redige as receitas segue o mesmo modelo para cada um dos compostos. Para tanto, redige ele em latim as matérias-primas e modo de preparo dos remédios, seguido de uma breve explicação em português sobre as virtudes de cada receita, indicação terapêutica e forma de administração. Quando extraída de algum autor ou obra específica, o frei identifica a fonte em seu título, como é o caso da *Spiritus Cochleariae Ph. Edinburgensis*, receita de destilação produzida com espécies do gênero *Cochlearia* e, como expresso no título, tem a receita original extraída da Farmacopeia de Edimburgo (Jesus Maria 1772, 200). Neste caso em específico, assim como acontece em outros momentos, a *Pharmacopea Dogmatica* também indica que o modo de preparo não é uma unanimidade entre os autores consultados pelo autor. Assinala Jesus Maria que, enquanto Ettmüller recomenda a administração do remédio em conjunto com uma solução ácida, o mesmo é desaconselhando por Jungken.

Classe de compostos	Número de fórmulas
Ácido vinoso exaltado	7
Águas officinais	80
Espíritos officinais	21
Sais officinais	9
Óleos em geral	14
Óleos empyreumaticos	7

Óleos expressos	13
Óleos por infusão e cocção	27
Cozimentos	77
Clisteres e injeções	21
Colírios	8
Emulsões	16
Infusão	19
Tinturas essenciais e elixires	42
Sucos	6
Mucilagens	7
Extratos sólidos	4
Bálsamos	24
Misturas artificiais	8
Xaropes	54
Julepes	11
Conditos, conservas e polpas	6
Looches	13
Gelatinas, mucilagens e mivas	4
Confeições, eletuários e opiados	35
Rótulas	12
Trociscos	36
Pílulas	37
Pós	58
Emplastros, cerotos e propaces	65
Cataplasmas	26
Ungentos e linimentos	62

**Tabela 3. Lista dos compostos apresentados na *Pharmacopea Dogmatica* e o número de fórmulas respectivas a cada composto**

O segundo tomo da *Pharmacopea Dogmatica* é composto por três diferentes tratados, que ao contrário dos dois tratados do tomo anterior, não possuem divisão por capítulos.

O tratado terceiro, intitulado *Do Reyno Animal*, é o menor dentre os que compõe o terceiro capítulo. Como fica patente em seu título, o mesmo é destinado aos animais que podem ser utilizados na botica. O autor divide os animais em três categorias: peixes, aves e animais terrestres. Por sua vez, estas categorias são divididas de acordo com as características dos espécimes que compõe o grupo, sendo ao todo apresentado 150 classes distintas.

Ao longo do presente tratado é patente a influência aristotélica na classificação zoológica empregada por Jesus Maria, especialmente no que tange a reprodução. Escrita por Aristóteles (384-322 a.C.), a obra *De generatione animalium*

ultrapassou séculos, da Antiguidade até a Idade Média, como base teórica mais expressiva sobre a classificação dos animais (Mayr 2000, 110-113). Em suas páginas, Aristóteles defende que os seres vivos podiam ser organizados hierarquicamente em uma *scala naturæ* a partir do mais para o menos perfeito. O homem, como ser mais perfeito, estava no topo hierárquico, sendo todos os animais restantes divididos segundo sua distância para com a perfeição expressa pelo homem.

Em conformidade com a compreensão aristotélicas sobre a divisão dos animais, escreveu o frei Jesus Maria que “(...) nos Animaes perfeitos se descobria em certo vigor formatriz, com o qual geraõ a descendencia e successão similhante assi, porem nos Animaes, a que chamaõ imperfeitos, ou Infectos disputaõ, se produzem da materia pútrida” (Jesus Maria 1772, 4). Na taxonomia expressa em *De generatione animalium*, os animais superiores são aqueles que se reproduzem de maneira cruzada, estando em posição hierarquicamente oposta aqueles que se reproduzem por abiogénese (Ariza e Martins 2010, 30-31). Como exemplo dos animais inferiores, Aristóteles aponta os insetos, algumas espécies de peixes e anfíbios rastejantes como capazes de se gerar espontaneamente, não necessitando do cruzamento entre espécies para gerar descendência.

Entretanto, ainda que siga os preceitos aristotélicos no que tange a taxonomia dos animais, ele não o faz com relação à caracterização física dos animais. Ainda que no excerto anterior o monge boticário tenha pontuado a geração espontânea dos animais imperfeitos, que é característico do pensamento aristotélico, o autor posteriormente descarta a legitimidade da teoria em todos os animais apontados por Aristóteles. Ao abordar os insetos, que em *De generatione animalium* são descritos como exemplo de animais abiogénicos, Jesus Maria escreveu que a suposta geração espontânea dos insetos era

“couza absolutamente reconhecida como falsa, na estimação dos Philosophos Modernos, os quaes tem por certo, que todo animal, e ainda os mais imperceptiveis se geraõ de ovos, organisando se o seu todo, tão admiravel, e perfeitamente, como o de outro qualquer animal” (Jesus Maria 1772, 44).

O mesmo é encontrado em sua descrição sobre a *exanguia aquatica*, peixes que segundo Aristóteles não possuem sangue. Entretanto, ainda que siga a

nomenclatura expressa pelo filósofo grego, Jesus Maria entende que a classe *exanguia* possui sangue, mas que este não possui a cor vermelha, o que por muito tempo fomentou o entendimento que tais peixes fossem desprovidos de tal característica (Jesus Maria 1772, 7).

Para além de Aristóteles, Jesus Maria também baliza sua descrição sobre os animais em outros autores, como Galeno, Hipócrates, Platão, Avicena Johann Friedrich Cartheuser, Paracelso (1493-1541), Jacob de Castro Sarmiento, Luis António Verney (1713-1792)<sup>38</sup>, Michael Etmüller, Jean-Jacques Manget, Ulisse Aldrovandi (1522-1605), George Bate, Conrad Gessner (1516-1565), Thomas Bartholin (1616-1680), Friederich Hoffmann, Nicolas Lemery, Simon Paul Hilscher (1682-1748), Johann Schröder, Theodor Zwinger, Georges Edwards, Giuseppe Lanzoni (1663-1730).

Em sua descrição sobre as aves, Jesus Maria as divide em três classes distintas: as maiores, mediocres e menores. Entre todas, a *gallina* “(...) aquella vulgar ave penada; primeira entre as aves domésticas, pelo bom alimento, que refunde aos sãos, e doentes (...)” (Jesus Maria 1772, 22) foi a que maior atenção recebeu do monge boticário. Seu caldo serve para doenças do peito, “gozando de mayor louvor para os doentes, que os de outras mais aves”; suas moelas em forma de pó “além, de terem utilidade na incontinencia das ourinas, rebatem as dores de estomago, e colicas”, além de “serem uteis nos vomitos, e para precaver o aborto”; seu esterco branco “goza o louvor de optimo discuciente dos crassos humores” contra a pleurisia (inflamação da pleura em razão de pneumonia ou tuberculose) e icterícia (Jesus Maria 1772, 22).

No que toca aos animais terrestres, também foi outro animal doméstico que recebeu maior atenção ao longo da obra devido as suas propriedades medicinais. Aos bois, a *Pharmacopea Dogmatica* destaca uma série de utilidades médicas. Sua carne, para além do uso na alimentação, “firme sobre os olhos socorre as ophthalmias” (Jesus Maria 1772, 27). A bilis, chamada de *féis*, servem para as obstruções do baço, mata as lombrigas, também é útil da surdez e para tirar as nódoas faciais. O fígado em pó suspende o fluxo sanguíneo, disenterias, cura as feridas e abranda os tumores. A urina serve para amenizar as dores de ouvido e

---

<sup>38</sup> O autor é identificado na *Pharmacopea Dogmatica* pelo pseudônimo R. P. Barbadinho, que Verney utilizou na primeira edição de *Verdadeiro Metodo de Estudar*, publicada em Roma em 1746.

abrandar as epilepsias histéricas, enquanto o esterco serve para as cólicas e, em forma de cataplasma, tem boa utilidade no tratamento de queimaduras e inflamações cutâneas (Jesus Maria 1772, 27-28).

Para além de um estudo sobre as propriedades médicas dos animais, o *Tratado Do Reyno Animal* também se constitui como um texto de interesse zoológico, onde diversas espécimes são retratados sem que sejam atrelados à elas qualquer uso medicinal. O fato é especialmente presente nos animais não europeus, como a exemplo de um dos peixes da classe dos *Cetaceos*<sup>39</sup> identificados como *Tritão* “(...)que do meyo para cima mostra apparencias de Homem; dizem, se faz estrago grande em Porto seguro abaixo da Bahia oito legoas” (Jesus Maria 1772, 13).

A descrição do *tritão* feita por frei Jesus Maria corresponde em exatidão ao reporte feito pelo holandês Gaspar Barléu (1548-1648), na obra *Rervm per octennivm in Brasília et alibi nuper gestarum*. Publicada em 1647, a obra tem como objetivo relatar o Império colonial holandês no Brasil, contendo um grande número de mapas, ilustrações e relatos sobre a região. Escreveu Barléu sobre os *tritões*, que na língua indígena são denominados *ipupiaras*, “veem-se a sete ou oito léguas da baía de Todos os Santos, bem como nas proximidades de Porto Seguro. Crê-se que matam os homens, apertando-os com seu abraço, não de propósito, mas por afeto” (Barléu 2005, 164).

Descrição semelhante é encontrada no *Vocabulario Portuguez e Latino*, publicado em 1721 pelo padre Raphael Bluteau (1638-1734). Sobre o *tritão*, o padre Bluteau escreveu que “o Gentio chama de *Ypupiapia* (...) andão estes Tritoens pelas bocas dos Rios, abayxo de Lagoatipe, sete, ou oyto legoas da Bahia de todos os Sántos, & perto de Porto Seguro, onde fazem grandes estragos” (Bluteau 1721, 298).

---

<sup>39</sup> Ainda que não sejam os cetáceos propriamente peixes, o texto utiliza aqui - assim como ao longo de todo o estudo - a nomenclatura utilizada pelo autor, não a atualizando para a taxonomia voga.

Dos peixes, ou aquáticos animais, e amphibios	
Exanguia aquatica	12
Crustaceos peixes	10
Testaceos	3
Cetaceos	8
Branchiaes	12
Amphibios	4

Dos Animais volateis, chamados Aves	
Aves Mayores, ou Insignes	18
Aves Mediocres	12
Aves Menores	4

**Tabelas 4 e 5. Listas com os animais aquáticos e aves apresentados na Pharmacopea Dogmatica, assim como os numeros de diferentes classes identificadas**

Animais terrestres, ou brutos	
Domesticos	24
Sylvestres	16
Animais de menor corpulencia	4
Reptis	5
Insectos	18

**Tabela 6. Lista com os animais terrestres apresentados na Pharmacopea Dogmatica, assim como os numeros de diferentes classes identificadas**

Ao fim do tratado sobre animais, Jesus Maria apresenta uma série de qualidades extraídas de partes do ser humano. Afirma o monge boticário que “(...) dos membros, e partes do Homem se fabricão não poucos medicamentos; tendo a experiencia descoberto em muitas de suas partes singulares virtudes, para varios achaques com particular uso, e efeito” (Jesus Maria 1772, 53). Da inalação da fumaça dos cabelos se combate a letargia, torrados em pós e administrado em cozimento de celidônia (*Chelidonium majus*) são boas contra a icterícia. As unhas pulverizadas e infundidas em vinho promovem o vômito. A saliva dos que mascam louro e arruda são indicados contra mordeduras venenosas, enquanto a saliva dos que em jejum mascam louro com mel são boas para a vista. A cera de ouvido tomada em água de flor é administrada contra cólicas, enquanto sua fumaça provoca vômitos. O sangue venal é administrado contra epilepsias, e em pó suspende o fluxo sanguíneo. A urina, em especial a dos meninos sãos, é indicada contra as obstruções das vísceras, icterícia, hidropisia. A carne seca expurga a cabeça e conforta as dores no baço, enquanto a pele auxilia nas afecções urinárias. O pó dos ossos é útil para expurgar os catarros, ao passo que o do crânio dos mortos com violência é indicado contra a epilepsia. Com relação às mulheres, a

menstruação das mulheres de 15 anos são indicados para emplastos contra dores nefríticas; o leite materno auxilia os tísicos, dores de estômago, ulcerações internas e inflamações nos ouvidos; e as secundidas dos primeiros partos, assim como o cordão umbilical, trata a epilepsia, vertigens e melhora as dores do parto (Jesus Maria 1772, 53-55).

Em segmento, o Tratado IV *Das Agoas Mineraes, e Reyno Mineral* tem início com um breve texto sobre as propriedades terapêuticas das águas minerais. Este foi considerado por Maximiano Lemos um dos primeiros estudos sobre o tema em língua portuguesa (Lemos 1991, 142), entretanto, o mesmo foi antecedido pela *Matéria Médica*, onde Castro Sarmiento havia dedicado um capítulo para as águas minerais e seus usos medicinais. Inclusive, ainda que o frei cite diversos autores ao longo do estudo, transparece de sobremaneira a influência de Castro Sarmiento em seu texto. A exemplo disto temos na *Pharmacopea Dogmatica* a passagem sobre o peso dos metais (Jesus Maria 1772, 60), descrito com os mesmos resultados e com texto semelhante na *Matéria Médica* (Sarmiento 1735, 1-2); ou ainda na apresentação dos instrumentos capazes de definir o elemento químico principal de determinada solução aquosa, como a *bomba boyleana* e a *balança hydrostatica* (Jesus Maria 1772, 72-73), que também aparecem com o texto igualmente semelhante não da obra de Castro Sarmiento (Sarmiento 1735, 339-340).

Após a exposição sobre as águas minerais, o restante do tratado é destinado a descrever as características e propriedades medicinais de alguns elementos e compostos químicos (Tabela 7). Para tanto, o autor compila 56 tipos diferentes, identificados por seu nome em latim e em português, sendo também apresentados nas demais nomenclaturas que podiam ser conhecidos, além de seu nome em língua francesa, italiana, inglesa, espanhola ou alemã. Em 23 deles, redige receitas onde o elemento ou composto químico se apresenta como matéria-prima principal. No total são compiladas 186 diferentes fórmulas. Assim como no segundo tratado do tomo primeiro, as receitas e o modo de preparo são redigidos em latim, seguidos (em grande parte) de uma breve explicação em português sobre as virtudes de cada receita, indicação terapêutica e forma de administração. Nos restantes 33 elementos e compostos químicos, ainda que não constem receitas, foi expresso a propriedade medicinal que os mesmos possuem.

Elemento/composto químico e o respectivo número de receitas							
Ouro	2	Realgar	0	Pedra Lince	0	Enxofre	10
Prata	3	Arsênico	4	Pedra Lasul	0	Betume	0
Cobre	5	Cadmia	0	Pedra Armênica	0	Ambrá Citrina	3
Ferro	9	Pedra Calaminar	2	Pedra de Aquila	0	Azeviche	0
Estanho	3	Tutia	0	Pedra Quadrada	0	Âmbar	1
Antimónio	52	Tutia Vulgar	0	Pedra Hematites	0	Petróleo	0
Mercúrio	19	Pompholyx Candida	0	Pedra de Cevár	0	Sal Gema	0
Cinábrio	1	Espódio	0	Solda dos Ossos	0	Sal Marinho	6
Chumbo	14	Calcita	0	Pedra Pomex	0	Sal Catártico	1
Marcassita	0	Cal	9	Cristal Montano	0	Sal Amoníaco	9
Bismuto	0	Talco	0	Greda Branca	0	Nitro	19
Pirita	0	Pedra Cananor	0	Argila	0	Vitríolo	8
Zinco	0	Pedra Judaica	0	Bolo Armêno	0	Alúmen	4
Auripigmento	1	Pedra Nefrítica	0	Terra Lemnia	0	Trincal	1

**Tabela 7. Lista com os elementos e compostos químicos, seguido do número de receitas correspondentes apresentadas na Pharmacoepa Dogmatica**

O último e mais extenso tratado, intitulado *Do Reyno Vegetal*, trata-se de um amplo compêndio sobre plantas com propriedades medicinais e as formas indicadas para seu preparo. O tratado tem como objetivo ressaltar a importância da botânica para a boa execução do ofício boticário "(...) a qual, sendo huma das das tres partes da Pharmacologia, vem a ensinar a estructura, ou fabrica, descripção, virtudes, e usos das Plantas(...)" (Jesus Maria 1772, 1). Assim como no *Do Reyno Animal*, o monge boticário extrapola o seu texto para além dos limites relativos à farmácia, onde em diversas passagens o texto se ausenta de tais discursões ao assumir um caráter puramente botânico. Por conseguinte são também descritos ao longo desta passagem uma série de questões sobre a morfologia vegetal, características de suas estruturas, reprodução, nutrição e as denominações das diversas classes de vegetais.

Como parte essencial do conhecimento boticário, pontuou que são "(...) infinitos os Escritores, que antiga, e modernamente tractaraõ da botânica (...)" (Jesus Maria 1772, 2), de forma que seja necessário ao boticário saber escolher dentre obras, aquelas mais relevantes para se guiar. Desta forma, e assim como no tomo primeiro, o autor apresenta uma lista de autores e obras que considera os mais indicados para este intuito (Tabela 8).

Autor	Nacionalidade	Título	Local e Ano de Publicação Sugerido
Joannes Mesué (Yuhanna ibn Masawaih)	Assírio nestoriano	Mesué Opera	Veneza 1603
Rembert Dodoens	Belga	Stirpium historiae pemptades sex	Antuérpia, 1616 e 1644
Johann Bauhin	Suíço	Historia Plantarum	1650 e 1651
Jacobus Bontius	Holandês	Historiae naturalis et medicae Indiae orientalis	Amsterdam, 1658
Carolus Clusius	Belga	Historia Plantarum	1574
John Ray	Inglês	Historia Plantarum Generalis	Londres, 1693
Jacques-Philippe Cornut	Francês	Canadensium plantarum	Paris, 1635
Robert Morison	Escocês	Plantarum historia universalis Oxoniensis	Londres, 1715
Caspar Commelin	Holandês	Icones plantarum	1715 e 1716
Pierre Pomet	Francês	Histoire générale des drogues	Paris, 1735
Nicolas Lemery	Francês	Dictionnaire, ou traité universel des drogues	Paris, 1714
Joseph Pitton de Tournefort	Francês	Institutiones rei herbariae	Paris, 1719
Johann Jacob Dillenius	Alemão/britânico	Historia muscorum	Londres, 1741
Johannes Commelin	Holandês	Horti medici amstelodamensis rariorum tam Orientalis	Amsterdam, 1701
Batty Langley	Inglês	Pomona	Londres, 1727
Jean-François Séguier	Francês	Bibliotheca botanica	1704
Casimir Christoph Schmidel	Alemão	Icones plantarum et analyses partium	Nuremberg, 1748
Johann Schröder	Alemão	Phitologia Schroderi illust. Per Etmullerum Opera Omnia	Veneza, 1734
Thomas Short	Inglês	Medicina Britânica	Londres, 1748
Carolus Linnaeus	Sueco	Historia Naturae	Leida, 1735 e 1740
Giulio Pontedera	Italiano	Antiquitatum Latinarum Graecarumque enarrationes	1740
Mark Catesby	Inglês	Natural History of Carolina	Londres, 1731 e 1743

**Tabela 8. Livros recomendados na Pharmacoepa Dogmatica como obras necessárias ao bom exercício farmacêutico**

Ao longo do tratado são apresentadas um total de 389 espécies, classificadas em ordem alfabética a partir do seu binômio latim, além dos nomes que são reconhecidas em português, espanhol, francês, italiano, inglês e alemão. Também conta no corpo de cada entrada uma breve descrição da morfologia, meses de frutificação ou florescimento (quando é o caso), e sua distribuição geográfica.

Todavia, no que tange à distribuição, o frei Jesus Maria tem como foco expor onde a planta pode ser encontrada, em detrimento do local de origem.

Tal condição pode ser vista no caso do *Ananas aculeatus*, vulgarmente conhecido como ananás ou abacaxi (*Ananas comosus* L.). Bromeliácea de origem Americana, o ananás foi domesticado e disseminado pelos povos indígenas em grande parte da América do Sul, Central e lhas do Caribe ainda no período anterior à colonização europeia do Novo Mundo (Ferrão 1992, 55). Todavia, nada sobre o local de origem do fruto é assinalado pelo autor, que ao contrário, afirma que “ha muitas Pessoas curiosas, que em Lisboa, e Porto os conservão nos jardins” (Jesus Maria 1772, 43-44). Esta situação se justifica por ser a *Pharmacopea Dogmatica* essencialmente uma obra redigida de e para boticários. A intenção primordial da farmacopeia, ainda que por vezes seja ampliada para demais áreas, era de balizar o ofício e estudo farmacêutico. De maneira paradigmática, interessava ao leitor da sobredita farmacopeia poder encontrar os simples do reino vegetal ali compilados, não a compreensão sobre seu local de dispersão original.

## 2.6 Uma análise comparada

A publicação da *Pharmacopea Dogmatica* antecedeu em 13 anos a *Farmacopéa Lisbonense* de Henriques Paiva, e em 22 anos da *Pharmacopeia Geral* de Francisco Tavares. Ainda que a publicação do frei Jesus Maria fosse posterior às farmacopeias de António Rodrigues Portugal, publicadas em 1766 e 1768, vale lembrar que as mesmas são traduções e compilações de receitas de farmacopeias estrangeira, como anteriormente sublinhado no presente capítulo. Logo, é mais relevante apontar a *Pharmacopea Tubalense* de Rodrigues Coelho como sua verdadeira antecessora.

Quando comparadas às farmacopeias publicadas no período posterior à obra do frei beneditino, são observadas diferenças gritantes no que toca ao conteúdo apresentado entre elas. Em número de páginas, a *Pharmacopea Dogmatica* é quase quatro vezes maior que a obra de Henriques Paiva. Por ser um entusiasta da simplificação das fórmulas e substâncias que deveriam fazer parte do ofício boticário, a primeira edição da *Farmacopéa Lisbonense* menciona um total de 291 matérias-primas, entre simples e compostos, boa parte deles (um total de 261) relativos ao reino vegetal (Pita 1996, 180). Tal quantia representa uma ínfima parte

das 725 substâncias apresentadas por Jesus Maria em sua farmacopeia. A mesma discrepância pode ser vista com relação ao número de fórmulas manifestas nas obras dos dois autores. Ao passo que a primeira edição da farmacopeia de Henriques de Paiva possui 473 fórmulas (Pita 1996, 186), o monge boticário inscreveu 829 em sua farmacopeia.

Condição semelhante é verificada quando a *Pharmacopea Dogmatica* é comparada com a *Pharmacopeia Geral*. Ainda que maior que a farmacopeia de Henriques de Paiva, a obra de Francisco Tavares possui um total de 376 páginas, enquanto a do frei beneditino 938. Também é verificado um número menor de fórmulas e simples apresentados na *Pharmacopeia Geral* (Pita 1996, 224-229). Todavia, quando comparada a *Pharmacopea Dogmatica*, a obra de Francisco Tavares contém uma lista mais rigorosa dos instrumentos que compõe a botica, assim como um capítulo destinado aos pesos e medidas mais usadas na preparação medicamentosa, elemento ausente na obra de Jesus Maria.

Aos comparar as diferenças que a *Pharmacopea Dogmatica* com as duas farmacopeias sobreditas, não se almeja inferir um suposto maior ou menor rigor científico em suas páginas. Antes, o objetivo é verificar que a farmacopeia do frei Jesus Maria, ao contrário das farmacopeias posteriores e com as quais estava temporalmente mais próxima, apresentava maior correspondência à farmacopeia de Rodrigues Coelho. Em ambas é patente a prolixidade de seus autores, tanto no conteúdo apresentado quando na extensão do texto. Inclusive, a *Pharmacopea Tubalense* excede a *Pharmacopea Dogmatica* em conteúdo apresentado, como a exemplo das fórmulas, que na *Pharmacopea Tubalense* são 961 (Dias 2007, 104), 132 a mais que na farmacopeia do frei Jesus Maria.

Assim, o que se verifica na *Pharmacopea Dogmatica* é sua posição de transição no seio da farmácia portuguesa da segunda metade do século XVIII. O modelo apresentado por Jesus Maria, essencialmente marcado pela grande compilação de fórmulas e apresentação de matérias-primas, não corresponde ao padrão adotado pelas duas farmacopeias posteriores, que primaram por uma simplificação tanto das fórmulas medicamentosas como do uso de simples e compostos boticários.

### Capítulo 3 - Plantas Brasileiras: importância científica e comercial

A notícia da descoberta dos primeiros filões auríferos no “sertão do Brasil”, região que a partir de 1720 seria denominada Capitania de Minas Gerais, rapidamente se fez conhecida por todo o Império. Ainda que reportes anteriores tivessem dado notícia da presença de ouro aluvionar em outras regiões da Colônia, como no litoral sul de São Vicente, atual Estado do Paraná (Liccadro *et al.* 2004), a quantidade nunca foi tão significativa quanto a encontrada em Minas Gerais por volta de 1690. Tal descoberta supria uma ânsia da Coroa que transpassava os séculos. Desde o primeiro momento, quando da chegada da frota comandada por Pedro Álvares Cabral e pelas consecutivas expedições capitaneadas pelos portugueses, descobrir a existência de ouro no território esteve como um dos objetivos primordiais para o sucesso do processo de colonização<sup>40</sup>. Todavia era pouco expressivo o volume de ouro até então extraído. Enquanto os portos do reino vizinho recebiam naus carregadas de ouro e outros metais preciosos, quantidade que somente de prata chegou a 30 mil toneladas entre 1560 e 1685 (Garner 1988, 899), a América portuguesa ainda carecia de uma fonte exploratória de maior potencial lucrativo.

Empobrecida pelos elevados custos da administração Imperial, a descoberta aurífera foi recebida com grande euforia pela Coroa. A notícia era especialmente positiva por conta do declínio dos rendimentos registrado pela agroindústria canavieira, o então pilar econômico colonial, devido à concorrência das plantações oriundas das Antilhas (Schwarcz e Starling 2015, 109). As pepitas de cor levemente

---

<sup>40</sup> Roberto Simonsen em *História Econômica do Brasil* (1937), uma das obras mais importantes da primeira metade do século XX no estudo das questões econômicas do Brasil, entendia que a história econômica do país estava imperiosamente determinada por ciclos econômicos temporários. Para ele, tais ciclos dominavam momentaneamente toda a economia nacional, impondo ao país um caráter hegemonicamente exportador de matérias-primas. Para tanto, até a data de sua produção, Simonsen defendia a existência de três principais ciclos: açúcar, ouro e café (1937). No que toca ao ciclo do ouro, Simonsen entendia que sua duração se estendia do segundo século de colonização até período de independência. Todavia, Caio Prado Jr, outro importante historiador econômico do período, discordava da ideia de ciclos econômicos definidos. Porém, Prado Jr. concordava com Simonsen com relação à dependência do Brasil para a exportação de bens primários. “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (Prado Jr. 1942, 25).

escurecida<sup>41</sup> gradativamente fizeram à administração real, em detrimento a anterior predileção pelas Índias Orientais, empregar mais de seus recursos e homens à Colônia brasileira. A mesma euforia também foi sentida entre os súditos, tanto da Colônia como da metrópole. Rapidamente Minas Gerais passou a atrair toda sorte de pessoas. Uma profusão de aventureiros, mercadores, profissionais liberais da metrópole, residentes de outras capitanias, degredados e mesmo estrangeiros - muitos deles sem qualquer experiência prévia com a mineração - engrossaram as fileiras dos ávidos por um quinhão da riqueza daquele que prometia ser o *El Dorado* português.

Com fluxo crescente de novos moradores, por toda a região brotaram novas vilas e povoações. Todavia, a estrutura preexistente não se mostrou satisfatoriamente capaz de comportar tão numerosa população. Ainda na viragem do século a escassez de víveres alcançou níveis preocupantes (Dias 2001, 46). A penúria que a região viveu foi registrada pelo padre jesuíta André João Antonil (1649-1716) em sua *Cultura e Opulência do Brasil*. Publicado originalmente em 1711, Antonil denunciava que o abandono das lavouras, somado ao valor elevado do pouco que podia ser encontrado nos armazéns, fazia da fome uma realidade constante. Com efeito, pelos caminhos que levavam as minas, se veem “não poucos mortos com huma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento (Antonil 1837, 153).

Mesmo em face das numerosas adversidades, a quantidade de ouro existente era grande demais para ser ignorada. A abundância era tamanha que estima-se que ao longo dos primeiros setenta anos do século XVIII, o ouro retirado das minas do Brasil representou mais da metade do que o extraído em todo o mundo nos dois séculos anteriores<sup>42</sup> (Figueirôa e Silva 2000, 178). Para taxar e regulamentar a produção, a Coroa montou uma rígida estrutura administrativa articulada pela

---

<sup>41</sup> A maior parte do ouro extraído na primeira metade do século XVIII era retirado no leito do curso dos rios, conhecido como *ouro de aluvião*. Devido à presença de paládio em sua composição, que proporcionava ao metal uma coloração levemente escurecida, os primeiros mineiros o chamavam de *ouro preto*. Como Ouro Preto também foi posteriormente foi batizada a principal cidade de extração aurífera do período, a antiga *Vila Rica* (Medeiros 2001, 32-33).

<sup>42</sup> Ainda que seja difícil precisar a real quantidade de ouro extraído, sobretudo pelas existência das inúmeras redes clandestinas de escoamento e consequente sonegação de parte considerável da produção, calcula-se que, somente em remessas provenientes dos impostos cobrados pela coroa, o total remetido a Lisboa foi de 3,5 toneladas em 1725, 4,2 toneladas em 1731 e, em seu ápice, 11,5 toneladas em 1741 (Schwarcz e Starling 2015, 125).

*Intendência do Ouro* e pela cobrança de impostos tanto dos mineiros e comarcas. Ademais, se instituiu a proibição da venda de ouro sem o selo real impresso nas *Casas de Fundição*, apoiada por uma severa fiscalização ao longo das redes de escoamento do minério extraído nas minas.

O Estado português rapidamente passou a ser dependente das divisas obtidas pelo ouro de sua Colônia no Novo Mundo. O ouro custeava quase que integralmente a máquina administrativa Imperial, assim como compra de produtos manufaturados do país adquiridos principalmente da Inglaterra. Assim, sua entrada nos portos de Lisboa era proporcionalmente tão grande – e rápida – quanto sua saída. Não é de se espantar o temor causado quando, por volta de meados de 1760, a produção aurífera passou a mostrar sinais de esgotamento. Se até meados do século a arrecadação era contabilizada em dezenas de toneladas, nas últimas décadas se converteu em centenas de quilos (Schwarcz e Starling 2015, 125).

Os reflexos na economia portuguesa e colonial foram devastadores. A primeira atitude da Coroa foi de enrijecimento do controle e das taxas cobradas, o que provocou a revolta dos produtores e elites locais, fomentando movimentos de insurreição como a *Inconfidência Mineira*<sup>43</sup> de 1789 (Maxwell 1995). Em um segundo momento, a Coroa passou a buscar na ciência e no desenvolvimento tecnológico uma resposta satisfatória para suprimir o decréscimo na extração do ouro (Figueirôa e Silva 2000). Registrou-se um investimento significativo nos instrumentos de mineração e desenvolvimento de técnicas para identificação de novos pontos de extração do mineral. Todavia, os resultados pouco interferiram na espiral decrescente da quantidade de ouro obtida. Como consequência, Portugal experimentou um declínio considerável de seus rendimentos; enquanto a província de Minas Gerais, antes região colonial com maior concentração urbana, viveu um período de acentuada ruralização de sua estrutura social.

---

<sup>43</sup> A Inconfidência Mineira, também conhecida como Conjuração Mineira, foi uma tentativa de conspiração com intenção separatista fomentada por membros militares, intelectuais, clérigos e proprietários rurais de Minas Gerais descontentes com os altos impostos cobrados pela Coroa portuguesa. O movimento foi desmantelado no ano de 1789, ainda em sua fase de elaboração, graças à delação de Joaquim Silvério dos Reis, um de seus membros. Ainda que doze de seus membros foram condenados à morte, apenas Joaquim José da Silva Xavier, também conhecido como *Tiradentes*, foi efetivamente executado. A data da sua morte (21 de Abril) é feriado nacional no Brasil, estando seu nome inscrito entre os *Heróis da Pátria*. Para maiores informações sobre a Inconfidência, seus antecedentes e consequências no Império português, se recomenda a leitura de Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa - a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*.

### **3.1 Conhecimento natural como nova fonte de lucro no processo de colonização o Brasil**

Assim como ocorrido em outros reinos europeus, o *período das Luzes* em Portugal tem entre suas características a intenção do Estado em racionalizar os ganhos advindos da Colônia, de forma que as potencialidades econômicas fossem melhores exploradas. O gradual decréscimo dos lucros provenientes com a extração do ouro, como acima exposto, impunha a necessidade de obter novos meios de exploração comercial. Encontrar no território brasileiro uma nova fonte de lucro era uma premissa que condicionava a própria manutenção do processo colonial. No que tange ao conhecimento das potencialidades naturais, a estratégia do governo português foi de aliar um maior conhecimento da fauna e flora colonial, introduzindo os gêneros naturais da Colônia de maneira eficiente ao comércio ultramarino. O projeto atrelava de maneira direta o desenvolvimento econômico do Reino ao conhecimento natural das possessões do Novo Mundo. Assim, era urgente a necessidade de melhor explorar e conhecer as potencialidades da natureza colonial.

A assertiva se mostrava relevante pois, nos dois primeiros séculos de colonização, Portugal não havia impingido à natureza brasileira nenhum estudo de grande magnitude. Em contraposição às possessões territoriais espanholas, as quais foram objetos de obras amplamente disseminadas, como a exemplo da *Historia natural y moral de las Indias* do jesuíta espanhol José de Acosta, a maior parte do material documental português conheceu pouca ou nenhuma difusão. Ainda que ao primeiro século foram produzidas diversas cartas e tratados de viajantes, clérigos e colonizadores, onde podem ser encontradas uma rica descrição natural da América portuguesa, estas estiveram durante muito tempo restritas a pequenos círculos de leitores. Podemos perceber tal condição nas cartas escritas pelos padres jesuítas Manuel da Nóbrega (1517-1570) e o espanhol José de Anchieta (1534-1597), que apesar da importância para o reconhecimento natural da Colônia, permaneceram restritas às redes de comunicação jesuítas. Em outros casos, como no *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) e *Tratados da Terra e da Gente do Brasil* de Fernão Cardim (c.1549-1625), permaneceriam ainda incógnitas durante séculos, sendo publicadas integralmente apenas no século XIX. Ainda que algumas exceções se façam presentes, como a publicação relativa às viagens dos franceses André Thevet (1502-1590) e Jean de

Léry (1536-1613), bem como a obra *História da Província Santa Cruz* do cronista português Pêro de Magalhães Gândavo (1540-1580), a natureza da América portuguesa somente foi difundida de maneira ampla pelas mãos de George Marcgraf (1610 – 1644) e Guilherme Piso (1611-1678) durante o século seguinte.

A *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), assinada pelos dois naturalistas<sup>44</sup> a serviço da Coroa holandesa durante as expedições que ambos realizaram no Brasil, foi a obra que pela primeira vez, de maneira ampla e com maior consistência, deu notícia à Europa sobre a natureza brasílica (Ehrenpreis 2015, 78-86). A vinda dos naturalistas ao Brasil ocorreu durante a ocupação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no litoral nordeste, que esteve sob o comando do Conde Maurício de Nassau (1604-1679), a quem a obra é dedicada.

Como dito anteriormente, a publicação da *História da Província Santa Cruz*, publicada quase um século antes, foi de fato a primeira obra impressa sobre a natureza colonial portuguesa. Contudo, a publicação holandesa se diferencia desta por ter sido impressa em latim, língua científica do período, o que permitiu alcançar um número significativamente maior de leitores. A *Historia Naturalis Brasiliae* também se distingue por seu conteúdo que, em coesão com a literatura científica do século XVII, se apresenta como um rigoroso tratado de História Natural da flora e fauna brasileira. Ricamente ilustrado, em suas páginas são encontrados uma série de gravuras sobre as plantas, peixes, insetos, mamíferos e répteis do Brasil, que por serem de todo desconhecidos na Europa, foram recebidos com grande curiosidade entre os naturalistas. A obra tem especial ênfase nas propriedades medicinais destes animais e plantas, além de relacionar as patologias as quais os colonos estavam vulneráveis. Para além de um tratado médico, a obra também relata a geografia, população e cultivo da cana-de-açúcar na região.

A importância da *Historia Naturalis Brasiliae* para a comunidade intelectual europeia atravessou os séculos, sendo a principal fonte de conhecimento sobre a

---

<sup>44</sup> Originalmente era creditada apenas a Guilherme Piso, que a escreveu sob a direção de João de Laet (1581-1649). Todavia, pairavam incertezas sobre a autoria de Piso na totalidade da obra, visto que era sabido do papel relevante de George Marcgraf, que havia morrido em Luanda antes da publicação da obra, durante as expedições de Piso pelo litoral nordestino. Dez anos após a primeira publicação, Piso reedita a obra, acrescentando novo conteúdo, como o *Tractatus Topographicus* de Marcgraf, além de sublinhar ao longo do conteúdo que muitas das iconografias presentes do livro foram debuxadas por Marcgraf. Assim, convencionou-se pela historiografia a admitir a dupla autoria da *Historia Naturalis Brasiliae*, sendo a primeira parte, *De Medicina Brasiliensi*, creditada a Piso, e a segunda, de nome *Historiae Rerum Naturalium Brasiliae*, creditada a Marcgraf.

natureza brasileira até o princípio do século XIX<sup>45</sup>. Ainda que a produção de conhecimento sobre o território brasileiro – seja com maior ou menor intensidade, empreendida pela Coroa, Igreja, grupos privados ou ação individual - tenha ocorrido de maneira incessante durante todo o período de colonização, nenhuma obra produzida até então se assemelhou ao trabalho holandês.

Apenas no último quartel do século XVIII, como resultado da série de expedições científicas patrocinadas pela Coroa em seus domínios imperiais ultramarinos, que Portugal encabeçaria um trabalho com semelhante relevância científica. Entre tais expedições, se destaca a *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Naturalista formado pela Universidade de Coimbra, Rodrigues Ferreira trabalhava no Real Museu da Ajuda quando, no intuito de dinamizar a exploração econômica dos bens naturais existentes na Colônia, foi convidado por Domenico Vandelli<sup>46</sup> (1735-1816) a capitanear a expedição ao Brasil. Sua viagem foi em grande parte realizada por via fluvial através da porção amazônica do Brasil, percorrendo os rios Amazonas, Negro, Branco, Madeira, Mamoré e Guaporé entre 1783 e 1792 (Pataca 2006, 251). Ao longo da expedição, Rodrigues Ferreira remeteu a Lisboa grande quantidade animais, plantas, cartas geográficas, objetos de interesse etnológicos, imagens, descrições da fauna, flora e população das regiões que percorreu.

Ainda que compilados posteriormente em obras diversas, os espólios da expedição remetidos à Portugal não foram completamente publicados, visto que parte considerável do conteúdo foi extraviada ou perdida por conta da invasão e

---

<sup>45</sup> A partir do século XIX, tendo em vista a emergência da nova botânica e zoologia, assim como pela vinda da Coroa portuguesa ao Rio de Janeiro, o Brasil assiste um crescimento significativo do número de expedições estrangeiras em seu território. Entre eles, se destaca a expedição de Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que classificaram milhares de espécies da fauna e flora do Brasil. A expedição foi levada a cabo no seio da posteriormente conhecida como Missão Artística Austriaco-Alemã, em que uma série de cientistas e artistas acompanharam a princesa Leopolina (1797-1826), futura esposa do imperador D. Pedro I (1798-1834), ao Brasil com o intuito de registrar e catalogar a natureza local. Para maiores informações, consultar *A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e civilização na Viagem pelo Brasil, 1817-1820* de Karen Macknow Lisboa.

<sup>46</sup> Domenico Agostino Vandelli foi um naturalista italiano que ocupou um papel fundamental no desenvolvimento da História Natural e química em Portugal. Contratado pela Coroa nos fins do século XVIII, Vandelli foi um dos fundadores e primeiro diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, lente de História Natural e Química na mesma universidade, criador do Jardim Botânico do Palácio do Monteiro-Mor e um dos criadores do Jardim Botânico da Ajuda.

ocupação francesa em Portugal no início do século XIX. No decurso da ocupação, o naturalista Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) esteve no país e enviou a Paris parte dos materiais da expedição de Rodrigues Ferreira, além de demais objetos de interesse natural encontrados nos Museus, Jardins Botânicos e Institutos de Portugal. Para evitar a pilhagem das coleções, vários objetos foram enviados para coleções privadas ou ainda intencionalmente escondidos, o que constitui, até os dias atuais, um entrave persistente para a identificação e reunião do patrimônio natural relacionado à expedição de Rodrigues Ferreira (Santos 2001, 180-181). Por conseguinte, não é motivo de surpresa que existam até os dias de hoje uma variedade de materiais naturais e etnográficos da expedição a serem redescobertos. Como exemplo, em 2010, durante um levantamento das coleções pertencentes à Universidade de Coimbra, foram encontrados vários exemplares de peixes do Brasil conservados em cartão, no formato de herbário, e classificados por Rodrigues Ferreira a partir do sistema de Lineu (Casaleiro *et al* 2011). Desiludido por ver sua obra desaparecer, o ínfimo reconhecimento adquirido e pelos louros de seu trabalho ser literalmente apoderado por Saint-Hilaire<sup>47</sup>, Rodrigues Ferreira morreu misantropo, alcoólatra e “acometido de fatal melancolia” (Nava 2004, 168).

Ainda que em vida Alexandre Rodrigues Ferreira não tenha recebido os méritos relativos ao valor científico de seu trabalho, sua importância para a História Natural Luso-brasileira é inegável, sendo um dos naturalistas mais importantes do iluminismo português. Sua expedição pelos rincões da Colônia proporcionou o contato com uma série de plantas, animais e culturas que até então eram completamente desconhecidas dos europeus. No que toca exclusivamente as plantas, tanto as espécies descritas como as remetidas para Portugal, existe um interesse latente do autor em sublinhar as propriedades medicinais das espécies que estudou. Como pode ser visto nos diários da *Viagem Filosófica* publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* no final do século XIX, o conhecimento sobre as plantas medicinais estava diretamente relacionado à identificação das plantas utilizadas nas práticas de cura das populações nativas.

---

<sup>47</sup> Um dos primeiros naturalistas a acusarem a usurpação do material de Rodrigues Ferreira por Saint-Hilaire foi o naturalista Emílio Goeldi. Em pesquisa de 1895, Goeldi apontou que pelo menos 19 espécies de macacos vindos do Brasil por meio do trabalho do naturalista português foram classificados em Paris por Saint-Hilaire sem qualquer referência a Rodrigues Ferreira e seu trabalho anterior de identificação e classificação de tais animais (Santos 2001, 180).

Escreveu Rodrigues Ferreira que os habitantes do Brasil que exerciam profissões de cura, ainda que não possuíssem ensino acadêmico e “talvez sem saberem lêr, possuem as virtudes das plantas, caracterizam todas e cada uma das enfermidades, e, para alguma d’ellas têm uma herva occulta, e um segredo pratico, que os empiricos do paiz o entendem” (Ferreira 1888, 147). O conhecimento europeu assim estava fortemente dependente dos saberes e usos tradicionais das populações nativas brasileiras.



**Figura 5. Ilustração de um índio da etnia *mura* inalando *paricá* (Ferreira, 1971, prancha 21). O *paricá* era uma substância produzida a partir dos frutos da árvore de mesmo nome, inalada como parte do repertório médico-religioso indígena e descrito por Alexandre Rodrigues Ferreira como um dos narcóticos à semelhança de como era consumido o tabaco (Raminelli 2001, 977)**

O interesse em reconhecer as propriedades medicinais das plantas brasileiras estava diretamente ligado ao entendimento iluminista de comercialmente melhor explorar os recursos naturais da Colônia, como anteriormente dito. Reconhecer na flora brasileira uma planta medicinal anteriormente incógnita, para além de sua importância científica, também significava abrir uma nova fonte de lucro à Coroa. Todavia, ainda que seja relevante o trabalho de reconhecimento da natureza brasileira levantado no seio da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, tal condição não representou inauguração de um novo pensamento sobre a natureza colonial. Antes, a compreensão sobre as potencialidades coloniais advém de um período anterior a Rodrigues Ferreira.

Antônio Nunes Ribeiro Sanches foi um dos autores que melhor sintetizou a necessidade da Coroa em empreender um esforço para reconhecer as plantas medicinais do Brasil. Em sua até pouco tempo inédita<sup>48</sup> carta intitulada *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a aquellas produções naturaes que pode enriquecer a Medicina, e o Commercio*, Ribeiro Sanches argumenta como o pouco conhecimento sobre a natureza do Brasil era um entrave tanto para o desenvolvimento científico como para o comércio ultramarino. Devido à importância que tal documento apresenta ao longo do estudo, além do caráter inédito que o manuscrito possui, ele se encontra integralmente transcrito no Anexo 2 da presente pesquisa. Datada de 2 de Outubro de 1763 e escrita em Paris, a carta não apresenta a assinatura do médico ao longo de suas páginas, mas a leitura do conteúdo evidencia sua autoria. Em dado excerto, Ribeiro Sanches aponta que “nas Cartas que escrevi sobre a educação da Mocidade, como tãobem no methodo para aprender, e ensinar a Medecina” (Sanches 1763, 6r), o desenvolvimento científico português esteve quase que exclusivamente dependente dos intelectuais educados no exterior. Em contraposição ao presente documento, *Cartas sobre a Educação da Mocidade* assim como *Método para Aprender e Estudar a Medicina* são obras de Ribeiro Sanches trabalhadas exaustivamente pela historiografia. Em ambas, e assim como em *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa*, Ribeiro Sanches sublinha a necessidade da coroa em

---

<sup>48</sup> Após a conclusão da primeira versão do presente estudo, o tratado foi publicado por Gisele C. Conceição na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* com o título *Evidences of the circulation of natural philosophical knowledge about Brazil in a 1763 manuscript by Antônio Nunes Ribeiro Sanche*.

reorganizar as bases institucionais e educacionais do ensino no país, condição essa que foi incorporada no cerne das reformas instituídas por Marques de Pombal na segunda metade do século XVIII.

O documento de 11 fólios está exclusivamente orientado a ressaltar como o bom aproveitamento das plantas brasileiras seria relevante tanto para a medicina como para o comércio ultramarino. Nele, o médico aponta que a verdadeira riqueza do Brasil, em detrimento do ouro e outros metais preciosos, que na metade do século XVIII ainda eram o principal pilar econômico da Colônia, estava na verdade nas plantas que cresciam nos campos e florestas do país. O desenvolvimento da agricultura e conhecimento das drogas naturais do Brasil “são as maiores riquezas com que podia utilizar a minha Patria” (Sanches 1763, 1r). No entanto, além de mal aproveitada, tal riqueza estava oculta e impedida de ser utilizada pelo Coroa devido ao mais completo desconhecimento sobre os gêneros naturais existentes na Colônia. “Parece que até gora não se avaliou a quelle dominio se não para dominar os gentios e tirar outro das suas minas; não considerando por riqueza a quella que provem da agricultura” (Sanches 1763, 4r).

Para tanto, Ribeiro Sanches defendeu a necessidade de uma posição mais assertiva da Coroa sobre o assunto, criando instituições capazes de coordenar a exploração e reconhecimento das riquezas naturais do Brasil. Em sua opinião, o estabelecimento de um Colégio de Medicina na Capital deveria ser a principal medida, visto que a ausência de tal instituição era a razão pela qual “estão desconhecidas as produçoens necessarias ás boticas, e a muitas artes, não somente a aquellas que nascem no Reino, mas tãoobem nas conquistas, e nas Colonias” (Sanches 1763, 5r). O mesmo argumento foi defendido de maneira mais alongada em *Apontamentos para estabelecer hum Tribunal & Colégio de Medicina*, texto de 1761 onde Ribeiro Sanches também salienta a urgência em instituir um Colégio de Medicina capaz de normatizar a prática médica em todo Império, desde a educação de físicos, cirurgiões e boticários, até a fiscalização em suas práticas profissionais. Todavia, ainda que em muitas passagens ambos os textos apresentem semelhanças nos seus respectivos conteúdos, além de *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa* ser mais sucinto, suas páginas possuem um enfoque maior nas questões relativas ao reconhecimento e aproveitamento da natureza brasílica.

Para Ribeiro Sanches, o Colégio de Medicina a ser instituído, além de seu papel no ensino médico, também deveria servir como centro de identificação e análise das plantas enviadas da Colônia portuguesa na América. Através do trabalho de médicos e botânicos experientes, as plantas seriam analisadas de forma a melhor identificar sua utilidade e preparo farmacológico. Por conseguinte, o Colégio deveria estar diretamente associado a uma rede de médicos e botânicos enviados para Colônia, “homens introduzidos e doutrinados não só na *Physica Geral*, mais ainda na economia dos Estados” (Sanches 1763, 6v) para assim estarem suficientemente qualificados para identificar, colher e enviar as plantas medicinais brasileiras para o Colégio de maneira satisfatória. Sobre as características dos profissionais enviados para a Colônia, sublinha Ribeiro Sanches que eles deveriam ser

“sinco ou seis Estudantes de Medicina de idade de desoito até vinte um annos, dotados de genio e engenho, saos e robustos, capazes de trabalho corporal e de animo (o officio de Boticario e de Naturalista, ou como nós dizemos, de Herbolario, he para caminhar por montes e serras, exposto a todos os temporaes, e a muitos perigos) a aprender a Botanica, e a Historia Natural em primeiro lugar; e em segundo, a aquella Astronomia Practica do fazer huma Carta Geographica, tomar as alturas, marcar as longitudes, conhecimentos necessários no exercicio da Historia Natural nos Climas e nas Serras ignoradas, ou pouco conhecidas” (Sanches 1763, 6v).

Nesse quesito, é interessante perceber como o projeto de Ribeiro Sanches defendido no tratado, ainda que provavelmente não tenha sido utilizado pela Coroa na elaboração das *Viagens Filosóficas*, se assemelhou de sobremaneira a forma como elas ocorreram. Os conhecimentos notáveis de Alexandre Rodrigues Ferreira no estudo de solos, fauna e flora do Brasil foram preponderantes para que Vandelli, que anteriormente havia nomeado o jovem estudante como demonstrador das aulas de História Natural na Universidade de Coimbra, o indicasse para estar à frente da expedição científica ao Brasil (Carvalho 1987, 98). Entretanto, mesmo com sua experiência de campo e tendo passado seus primeiros catorze anos de vida na Colônia, o estranhamento do naturalista frente aos perigos e obstáculos da natureza brasileira foi motivo de queixas em uma carta remetida ao Abade Corrêa da Serra. Assinada em 2 de Fevereiro de 1784, Rodrigues Ferreira relatou que “a quem quizer ouvir, e lêr notícias do purgatório português: já me incharão as pernas, já aqueci

bem com 4 febres, já me morderão a seu gosto os mosquitos carapaná, pium e Miroim, e o mais he, q dizem os pachorrentos, q isto ainda não he nada” (*apud* Pataca 2006, 254). Não sem razão Ribeiro Sanches frisou a necessidade de jovens “saos e robustos” capazes de enfrentar os perigos inerentes à jornada.

Uma vez as plantas remetidas a Portugal, e estas por fim analisadas pelo Colégio de Medicina, era necessário então comunicar a comunidade médica sobre as características terapêuticas de tais plantas. Assim, a rede inicialmente proposta por Ribeiro Sanches, que ligaria os naturalistas no Brasil ao Colégio de Medicina em Portugal, seria expandido em uma rede maior, com suas pontas tecida entre Portugal e o restante das nações europeias, para que as propriedades medicinais das plantas fossem dadas a “conhecer por escritos públicos não só a todo o Reino, mas tãobem aos Estrangeiros” (Sanches 1763, 9r). A necessidade de que as plantas brasileiras “fossem mandados a Inglaterra, Hollanda e França para serem conhecidas” (Sanches 1763, 9v) se justificava pela forma que o texto de Ribeiro Sanches se articula. As páginas de *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa* possuem uma clara direção no sentido de que reconhecer a natureza medicinal do Brasil, ainda que seja positivo para o desenvolvimento da medicina, representaria um aumento significativo nos lucros comerciais da Coroa. Enviar as plantas, de maneira que elas fossem conhecidas pelos médicos europeus, tinha a clara intenção de criar um mercado consumidor de tais gêneros.

Ponto central do texto, a até então inaptidão do processo colonizatório em promover as plantas brasileiras, segundo Ribeiro Sanches era a principal razão de Portugal perder o protagonismo tanto nas descobertas científicas da natureza brasílica como no comércio ultramarino das drogas americanas. Por esse motivo que, mesmo sendo a principal nação europeia a ocupar o território colonial, foram os holandeses e não os portugueses que publicaram a até então obra mais importante sobre a natureza do território brasileiro, a anteriormente citada *Historia Naturalis Brasiliae*. Em sua carta, Ribeiro Sanches pontua que no curto espaço de tempo que os holandeses estiveram no litoral nordestino, fizeram o que Portugal não havia realizado em mais de dois séculos de colonização: montar um Jardim Botânico, empregar naturalistas competentes a estudarem a natureza local e publicar os resultados por eles obtidos. Assim, não sem alguma tristeza em suas palavras, concluí o médico que “(...) se não fosse por esta desgraça [a ocupação holandesa

do litoral do Nordeste do Brasil], não saberíamos as plantas, os animais, nem os insetos do Brasil. Em onze anos tiverão tempo para nos darem as obras que temos na Historia Natural da quelle Continente (...)" (Sanches 1763, 8v).

A falta de um maior investimento na divulgação, e conseqüente aumento comercial das plantas brasileiras, foi um tema também presente em sua carta para seu primo José Henriques Ferreira<sup>49</sup>, irmão do famoso médico Henriques da Paiva. José Henriques Ferreira teve uma importante trajetória profissional na Colônia, sendo inclusive um dos fundadores da *Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica* fundada em 1772 na cidade do Rio de Janeiro (Cavalcanti 2004, 224). Em texto enviado para a Academia das Ciências de Lisboa, intitulado *História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades*, Ferreira relata uma carta em que seu tio Ribeiro Sanches confessa seu desgosto sobre os poucos esforços destinados para o descobrimento das potencialidades naturais existentes no Brasil. Na carta, Ribeiro Sanches informa o papel imprescindível pessoas como Ferreira, versadas na História Natural e Botânica, estivessem engajados em descortinar os mistérios naturais do país e enviassem com regularidade cartas e tratados à Portugal, assim como exemplares de plantas com propriedades medicinais desconhecidas pelos médicos e naturalistas da Metrópole. Em meio ao seu estudo sobre a cochonilha, Ferreira transcreve a passagem em que seu tio diz:

"Nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, a casca barbatimão, a almeçaga e outras mil raízes, frutos e cascas que podem servir na medicina e nas artes tintas. E admiro-me como o óleo de copaíba e a ipecacuanha chegaram a ser conhecidas, devemos aos quondam jesuítas" (Ferreira s/d, fl 342-343).

Importante notar que Ribeiro Sanches faz uma menção direta aos Jesuítas como grupo importante na divulgação das drogas naturais do Brasil, sobretudo por sua contenda contra a atuação das ordens religiosas na venda de boticas. Como vimos no primeiro capítulo do presente estudo, o médico defendia que a atividade boticária desempenhada no seio dos Monastérios e Conventos do país, provendo a população de suas necessidades farmacológicas, era a principal causa da miséria

---

<sup>49</sup> Uma descrição maior sobre José Henriques Ferreira está presente no capítulo 2 do presente trabalho, nomeadamente na passagem relativa a trajetória profissional de Henriques da Paiva.

dos boticários laicos nacionais. Como medida, para ele era urgente que a Coroa impedisse que as ordens religiosas de sua atuação no campo da cura, da mesma forma que existia um impedimento real que as mesmas ordens vendessem hortaliças, visto que tal atitude prejudicaria os produtores locais (Sanchez 1955, 19-22).

### **3.2 “Um tesouro mais precioso que os diamantes”: o uso e os lucros obtidos com o uso das plantas medicinais brasileiras**

Implícito ao argumento de Ribeiro Sanchez está à questão de que as práticas de cura, para além de seus aspectos científicos, possuíam um forte componente econômico. Nesse quesito, as ordens religiosas representavam uma forte concorrência aos boticários laicos, visto que elas possuíam grande proeminência no campo médico-farmacêutico português. Entre tais ordens, a Companhia de Jesus se destacava entre as demais especialmente por sua presença atuante no comércio de plantas medicinais e drogas oriundas das Américas. Os jesuítas possuíam um conhecimento singular sobre a natureza do Novo Mundo, e conseqüentemente, do valor comercial que tal conhecimento acarretava. Presente na região colonial brasileira desde 1549, que aliás foi o primeiro local das Américas onde a ordem se estabeleceu (Bushnell 2009, 198), o interesse jesuíta sobre a flora e fauna nativa foi imediato. Aliado ao processo de evangelização das populações indígenas, os membros da ordem descortinaram a natureza brasileira em suas cartas e tratados, relatando com minúcia as plantas medicinais por eles utilizadas. Para além de um tema de interesse daqueles que eram versados na filosofia natural, descrever a natureza que os rodeava era uma prática recomendada pela Companhia de Jesus, que indicava aos jesuítas reportes sobre “as coisas que, entre nós, fossem ou dignas de admiração, ou desconhecidas deste mundo” (Alfonso-Goldfarb *et al* 2010, 1621). Assim, através da rede de contatos jesuítas, as plantas brasileiras ganharam a Europa, existindo uma rica bibliografia a respeito da importância e papel dos jesuítas para o conhecimento europeu das plantas medicinais brasileiras, bem como na participação da Ordem no desenvolvimento das práticas medicinais do Brasil Colônia<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Entre tais obras, destaca-se a do historiador jesuíta Serafim Soares Leite, que produziu estudos essenciais para a compreensão da presença da Companhia de Jesus no Brasil, a exemplo do

Entre as inúmeras espécies da flora medicinal propagandeadas pelos jesuítas, a quina (*Cinchona sp*) talvez seja a que historicamente recebeu maior destaque. A associação entre jesuítas e a quina foi tamanha que ela também foi conhecida como casca ou pó dos jesuítas (Porter 1998, 233). Devido ao alcaloide presente em sua constituição química, sua terapêutica era especialmente prescrita para a cura de febres em geral. Em Portugal, a quina foi largamente utilizada contra o paludismo, sendo a principal matéria-prima da *Água de Inglaterra*, remédio secreto cuja fórmula foi desenvolvida e explorada comercialmente por Castro Sarmiento (Dias 2013, 38). Paludismo, também é conhecido como malária, é uma expressão oriunda do italiano *mala aria*, ou ar ruim, pois a crença médica do período era que a doença era transmitida pelo ar infecto dos pântanos e esgotos<sup>51</sup> (Oliveira, Szczerbowski 2009, 1971).

As histórias sobre a origem do “descobrimento” da quina pelos europeus são variadas. Uma delas é que uma criada de origem indígena forneceu uma infusão feita a partir da casca da planta à mulher do Vice-Rei do Peru, a Condessa de Chinchón, que estava gravemente acometida por paludismo. Por conta disto que em 1742 Lineu cunhou o gênero *Cinchona* para as plantas de onde a quina era extraída. Também é narrado que o primeiro contato deu-se através do corregedor da coroa espanhola, D. Juan Lopez Canizares, que viveu na povoação de Loja, no Peru, e por experiência própria atestou as qualidades terapêuticas da casca de uma espécie de árvore abundante na região (Ferrão 1992, 129). Ainda que seja impossível identificar o ou os responsáveis primeiros por enviar a quina para Europa, é inegável que no início do século XVII a quina foi recebida pelos médicos europeus como droga de

---

monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1938) e *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* (1953). Há ainda que sublinhar a importância da historiografia recente sobre o tema, como *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos* (2010) de Cristina Gurgel, onde é sublinhado o papel dos jesuítas no papel médico da Colônia. Também são dignos de nota as publicações de Heloisa Meireles Gesteira, como *A cura do corpo e a conversão da alma – conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII* (2004), e Daniela Buono Calainho, em *Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial* (2005). Todavia, como bem exemplifica Timothy Dale Walker, existe uma lacuna considerável na publicação em inglês (e, conseqüentemente, para um público mais alargado) dos feitos realizados pelos jesuítas, visto que a maior parte dos trabalhos publicados em língua inglesa estão focados no que tange as Colônias britânicas e holandesas, e em menor incidência, também as áreas francesa e espanhola (Walker 2013,406).

<sup>51</sup> A crença de a malária ser originária de ares infectos persistiu com maior ou científica até ser derrubada em 1880, quando o médico francês Charles Louis Alphonse Laveran descobre que a doença é causada pelo protozoário *Plasmodium falciparum*, transmitido pela picada do mosquito *Anopheles sp.* (Oliveira & Szczerbowski 2009, 1971).

grande efeito terapêutico, sendo seu comércio intensamente explorado pela Espanha (Boumediene 2016, 187-188).

O impacto da quina para a medicina europeia foi enorme. Sua rápida disseminação, propagada pelos efeitos curativos milagrosos a ela atribuídos, fez a casca da árvore de *Cinchona* uma droga com alta procura. Como o abastecimento estava atrelado à quantidade da matéria-prima existente em quase monopólio dos espanhóis, a quantidade de quina disponível era limitada e o valor praticado no comércio era alto. Até o final do século XIX, mesmo em face o desenvolvimento da química experimentada ao longo do período, nenhuma outra droga foi encontrada ou sintetizada de forma a substituir o uso da quina no tratamento contra o paludismo (Weatherall 2009, 216). Assim, vários foram os países que tentaram, com maior ou menor sucesso, transplantar a árvore *Cinchona* para suas Colônias Tropicais. Entretanto, logo se descobriu que a quantidade do alcaloide presente na casca e responsável pela terapêutica variava de maneira expressiva entre suas espécies. No caso português, a experiência foi singularmente mal sucedida. Na metade do século XIX, foram importadas 30.000 sementes da planta, distribuídas por vários territórios do Império. No entanto, a espécie transplantada era a *Cinchona ledgeriana*, espécie que não possui grande presença do alcaloide em sua casaca, logo, desaconselhada para uso terapêutico (Ferrão 1992, 130).

A necessidade de Portugal investir no cultivo da *Cinchona* foi amplamente defendido pelo médico e botânico Bernardino António Gomes (1768-1823), que em 1810 isolou o primeiro alcaloide conhecido da planta, o *cinchonine* (Carreira *et al* 2007, 2-4). Anteriormente Ribeiro Sanches já apontava tanto a importância da quina para a medicina, quanto à necessidade da Coroa em melhor aproveitar ela e outras plantas do Brasil. Na anteriormente relatada *Apontamentos para descobrir na America Portuguesa a aquellas produções naturaes*, o médico afirma que aquele que apresentou a para os espanhóis a quina “fes o maior presente ao genero humano, do que se lha-fizesse de todo o ouro e prata que tem saido da America” (Sanches 1763, 1r). Todavia, mesmo tendo em conta a importância médica que tal droga representava, seu cultivo no Brasil era completamente ignorado. Ribeiro Sanches sublinha que desde os primeiros anos do século XVIII eram reportados a existência de uma espécie de quina na Colônia, que crescia na Capitania do Maranhão e era identificada como quina selvagem. No entanto, pelo

desconhecimento da Coroa e dos habitantes locais, a mesma não era utilizada em grande escala. Para ele, caso a planta fosse comercialmente explorada “teríamos hum thezouro mais precioso, do que a dos diamantes” (Sanches 1763, 2v).

Exemplo de como as drogas e plantas medicinais da Colônia podiam ser um *tesouro mais precioso do que diamantes*, como escreveu Ribeiro Sanches, pode ser visto no caso da triaga brasílica.

O histórico da Companhia de Jesus em produzir e comercializar triagas é anterior a presença da ordem no Brasil, assim como o consumo de tais medicamentos na europa também antecede, e em muito, o descobrimento do Novo Mundo. Em sua definição, *triaga* é o nome dado para compostos medicamentosos fabricados com uma variedade de componentes distintos, e de uso terapêutico amplo, quase sempre apresentado como cura de diversos males. Sua origem remete a *teriaca* latina de Andrômaco o Velho, médico de Nero (37-68), que era fabricada com 62 a 64 componentes de origem vegetal, animal e mineral e indicada para curar uma gama variada de doenças e envenenamentos. A fórmula do médico do imperador romano persistiu ao tempo devido à transcrição que Galeno fez em *De theriaca ad Pisonem*, difundida por toda a europa no seio do Renascimento (Leite 2012, 5-7). Assim, como próprio da cultura humanista do período, a fórmula passou por diversas revisões, sendo adicionados novos componentes ao longo do tempo e local onde foi produzida. Como pontua o historiador Bruno Leite, as alterações seguiram-se por intenso debates entre os filósofos naturais e médicos renascentistas sobre a melhor forma de preparar a teriaca, bem como se a versão adaptada era superior ou inferior ao original de Andrômaco (Leite 2012, 8).

De toda forma, a fórmula original foi extensamente modificada também para atender a condições logísticas, especialmente no que toca a oferta ou não dos ingredientes originais prescritos por Andrômaco. Na ausência destes, foram incluídos novas substâncias, transformando a teriaca em novos medicamentos. É o caso da teriaga brasílica produzida pelos jesuítas do Colégio de Salvador. Sua produção existia em paralelo a *triaga optima*, outra fórmula baseada na teriaca do médico de Nero e comercializada pelos jesuítas do Colégio Romano como antídoto para uma série de males (Edler 2006, 33). Fonte de rendimentos consideráveis, sua fórmula foi adaptada a realidade natural encontrada pelos jesuítas na Colônia brasileira, onde inexistiam grande parte das matérias-primas originais utilizadas na

preparação da triaga optima. Assim, os trociscos de víbora foram substituídos pelos da jararaca (*Bothrops sp*), e as raízes e plantas europeias comutadas por plantas nativas do Brasil e utilizadas largamente na medicina indígena, como a *jaborandi* (*Pilocarpus microphyllus*) e *ipecacuanha* (*Cephaelis ipecacuanha*).

Sua eficiência medicinal, propagandeada com grande alarde pelas redes de comunicação jesuítica, fez o seu uso ser difundido não somente na Colônia, mas também exportada a Portugal como remédio miraculoso. No século XVI, tanto na Colônia como em Portugal, corria a espantosa notícia sobre a cura de uma criança brasileira que, acometida de grave doença e quase moribunda, pediu a mãe como último desejo ser para ser levada à Igreja, ainda que sob protestos do pai, que por sua vez desejava levá-la a um feiticeiro. Todavia, uma vez na Igreja, lhe foi administrada a triaga pelos jesuítas, o que a curou com brevidade (Bresciani 1999, 165). A história sobre a cura miraculosa da criança servia não somente como difusor das qualidades medicinais da triaga, mas também para legitimar o poder da cura cristã, no caso exercida pelas mãos dos jesuítas, frente ao curandeirismo, forma terapêutica largamente difundida no Brasil e historicamente ligada ao paganismo herético dos índios e africanos.

As excelências da triaga brasílica também foram descritas pelo médico João Curvo Semedo (1635-1719) em *Memorial de Vários Simples que da Índia Oriental, da América e de outras partes do Mundo vem ao nosso Reino*, panfleto não datado, mas possivelmente publicado na primeira dezena do século XVIII. Nele, como manifesto no título, Semedo descrevia uma série de medicamentos próprios das Colônias Ultramarinas. Ao abordar a triaga brasílica, escreveu o médico que ela é feita de “várias plantas, raízes, ervas, frutos, & outras que nascem no Brasil”, qual os jesuítas “se curam no Brasil de qualquer peçonha, & mordedura venenosa, como também de outras enfermidades, só com mastigallas” (Semedo s/d, 17-18). Ao seu valor terapêutico, atesta Semedo que a triaga brasílica “senão he melhor que a Triaga Magna, não he inferior a ella” (Semedo s/d, 17-18), sendo a *triaga magna* desenvolvida por Andrômaco, de forma que a triaga da Colônia, em seu julgamento, era igual ou superior a receita original (Leite 2012, 10).

Devidas as suas qualidades terapêuticas, a notoriedade da triaga brasílica traduziu-se em uma fonte de lucro importante para a Companhia de Jesus no Brasil. Consta que a sua comercialização era a segunda maior fonte de lucro dos jesuítas

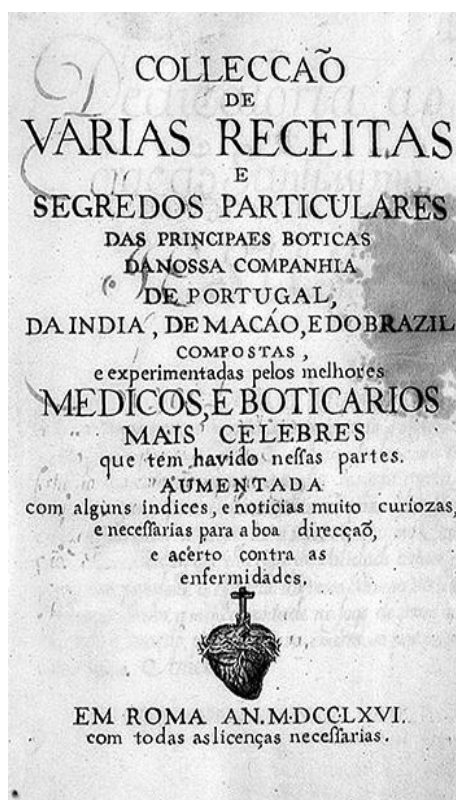
no Brasil, sendo seu segredo objeto de cobiça das autoridades pombalinas durante o sequestro dos bens dos jesuítas após a expulsão da ordem (Edler 2006, 33). O desembargador Francisco António Berquó da Silveira Pereira, um dos responsáveis por listar os bens da Companhia no Brasil, registrou que “tinha grande consumo por ser pronto o seu efeito e que não faltaria quem desse pelo segredo três ou quatro mil cruzados” (Pereira 1760, 401). Portanto, tendo em vista os altos lucros que advinham do comércio da triaga brasílica, o desembargador alertava que, durante o sequestro dos bens do Colégio da Companhia de Jesus na Bahia, precisou utilizar as “diligências necessárias” para tomar posse do segredo da triaga, visto que os padres tentavam de toda forma “ocultar a dita receita” (Pereira 1760, 401).

Conscientes não somente no que toca a triaga brasílica, mas de todo o poder econômico que o arsenal farmacêutico produzido nas boticas dos Colégios da Companhia de Jesus representava, suas fórmulas e preparos eram guardados em segredo. Um raro livro que atesta o sigilo imposto as suas produções boticárias pode ser visto no *Collecção de Varias Receitas de Segredos Particulares des Principaes Boticas da Nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macao e do Brasil*. Datado de 1766, o manuscrito é uma compilação de 603 páginas sobre diversas receitas dos remédios produzidos nos Colégios da Companhia de Jesus espalhados nos quatro diferentes continentes em que a Ordem estava presente, estando agora sob a guarda do *Archivum Romanum Societatis Iesu*. Além das receitas, o manuscrito também apresenta em suas últimas páginas um índice de pesos e medidas, índice de matérias-primas que podem ser adquiridas sem determinação de qualidade, regras gerais sobre a produção de medicamentos e advertências sobre as características físicas e de vários simples.

Sobre o autor infelizmente nada se sabe. A obra não é assinada, mas possui uma página onde o autor apresenta a obra, as suas razões em escrevê-la e algumas considerações pertinentes aos leitores. Ao início do prólogo, o autor sublinha que a produção da obra tem como objetivo não se perder os segredos das receitas que ali poderiam ser encontradas. Mas, para além de que tais receitas não se perdessem com o tempo, seu objetivo era que as receitas “não andassem espalhados por todas as mãos; pois bem sabes, q[ue] reveladas estes, ainda q[ue] seja de hua Botica p[ara] outra, perdem toda sua estimação” (1766, s/p). Tendo em conta que uma vez disperso os segredos da produção dos medicamentos, os mesmos “perdem toda

sua estimação”, o autor salienta que o leitor “seja m[uito] acautellado, e escrupuloso em não revelar alguns destes segredos” (1766, s/p). Tal condição vem a atender que muitas das receitas compiladas são de “grande apreço, e estima com fama, e lucros consideravel da Botica a q[ue] pertence” (1766, s/p). Portanto, o autor de *Collecção de Varias Receitas de Segredos* frisa que sua leitura era subordinada ao cuidado em manter em segredo as fórmulas ali existentes, de forma a salvaguardar os lucros advindos do conhecimento de tais medicamentos.

Ao longo de suas páginas é marcante o caráter colaborativo que o texto apresenta, visto que as receitas são assinaladas como de autoria de diversos jesuítas, a exemplo do *Emplastro Atrahente do Irmão Boticario Manuel de Carvalho*, ou a *Jelea Optima de Ponta de Veado do Irmão Boticario Francisco da Silva*. Também são identificadas como de procedência de Colégios jesuíticos específicos, como no caso da *Massa Optima para Mordedura de Caes Dannados da Botica do Collegio de Evora*, o *Oleo de Apparicio da Botica do Collegio de Macão* ou a *Agoa Benedita da Botica do Collegio do Recife*. Também se encontram receitas de boticários e médicos renomados, mas que todavia não eram jesuítas, como a *Limonea Purgativa de Jacob de Castro Sarmiento* e os famosos *Trociscos de Estancar Sangue de João Curvo Semedo*. Como afirma a historiadora da medicina Amy Bueno, por ser uma obra produzida através da compilação de receitas de vários autores, a *Collecção de Varias Receitas de Segredos Particulares* revela a extensão das redes de informação dos jesuítas (Bueno 2014, 7). Através de suas redes, engendradas por meio das cartas que enviavam entre si, circulavam em profusão informações sobre o mundo natural, doenças e remédios dos locais onde a Ordem estava presentes. A obra em questão, escrita em português, na cidade Roma, onde estão compiladas receitas provenientes dos Colégios de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Lisboa, Évora, Macau e Goa, demonstra a extensão das redes jesuíticas e atesta o abundante fluxo de informação que circulava através delas.



**Figura 6. Frontispício da *Colecção de varias receitas de segredos particulares des principaes boticas da nossa companhia de Portugal, da Índia, de Macao e do Brasil* (1766)**

Entre as receitas compiladas ao longo da obra, uma das que se destaca é a da triaga brasílica, apresentada pelo autor como *Triaga Brasilica celeberrima em todo aquelle Novo Mundo da Botica do Collegio da Bahia*. Enquanto a maior parte das receitas era transcrita em uma ou duas páginas, a da triaga brasílica ocupa um total de três páginas, onde se registrou as matérias-primas que a constituíam, modo de preparo, terapêutica indicada e locais onde poderiam ser encontradas os simples e compostos necessários à sua produção. Ao todo, são utilizados 87 diferentes simples e compostos de origem vegetal, animal e mineral. Entre eles, a maior parte são de gêneros originários do Brasil, como a raiz de ipecacuanha, raiz de jaborandi, raiz de contra-erva, balsamo do Brasil e torciscos de jararacas; entretanto, também se encontram entre as matérias-primas elementos de origem europeia e asiática que historicamente faziam parte do receituário farmacêutico europeu, como o extrato de ópio, a mirra e a canela das Índias. Tal condição atesta a característica singular da triaga brasílica.

Como dito anteriormente, de uma fórmula originalmente europeia, a receita da triaga foi modificada ao longo do tempo de forma a se adaptar tanto ao período histórico como às realidades locais onde foi produzida. Mesclando tradições europeias de preparo da receita com as matérias-primas de origem brasileiras - matérias-primas estas profundamente associadas as práticas indígenas de cura - a triaga brasílica se apresenta como um remédio distinto. Sincrético por confluir em sua constituição física elementos e práticas de dois mundos distintos; moderno por adaptar as novas matérias-primas descobertas com a chegada dos europeus no Novo Mundo; mas também tradicional, por preservar em si a tradição da triaga europeia.

A constituição sincrética que caracteriza a triaga brasílica foi sublinhada pelo autor da *Collecção de Varias Receitas de Segredos Particulares*, o qual afirmou que o fármaco era feito “á imitação da Triaga de Roma, e de Veneza; de varias plantas, raizes, ervas, e drogas do Brasil, q[ue] a natureza dotou de taõ excellentes virtudes q[ue] cada hua por si só pode servir em lugar da Triaga de Europa” (1766, 407). Em adição à afirmação de que as virtudes dos gêneros naturais brasileiros poderiam substituir os originais da receita da triaga da Europa, o autor ainda sustentou que a própria triaga brasílica “se não he melhor q[ue] a Triaga da Europa, aomenos não lhe he inferior em cousa alguma” (1766, 408).

Assim como a receita tradicional europeia, a triaga brasílica era indicada contra uma miríade de doenças e males, sendo administrada “contra qualquer bebida de veneno (...) e p[ara] modedura de qualquer qualid[ade] de cobras, e outros animais peçonhentos (...) (1766, 408). Seu uso também estava associado ao tratamento contra “qualquer dor interna, como de estomago, vomitos, cólica, flatos, e pontadas, principal[mente] se forem cauzadas de frio: para lombrigas, he qualquer humor corrupto que se gene nos intestinos” (1766, 408-409). Também era indicado “p[ara] qualquer achaque de cabeça (...), boa contra a peste, e doenças epidémicas (...), potente contra as bexigas, e sarampos (...) (1766, 409).

### **3.3 As diversas representações da ipecacuanha na literatura médico-farmacêutica portuguesa e europeia**

Como pontuou José Pedro Sousa Dias, a natureza do interesse dos missionários sobre a matéria médica fez com que as descobertas naturais realizadas

pelas ordens religiosas permanecessem alienadas do grande público (Dias 2003, 318). Focados em uma prática médica subordinada aos objetivos espirituais, a publicação científica sobre as plantas medicinais brasileiras ocupou uma posição secundária nos interesses dos jesuítas, quando não foi de completo desaconselhada, como vimos no caso da cautela imposta ao leitor da *Collecção de Varias Receitas de Segredos Particulares* as receitas existentes em suas páginas. Assim, ainda que muitas plantas brasileiras tenham sido reconhecidas através das mãos dos jesuítas, nem sempre seu reconhecimento está diretamente ligado ao uso de tais plantas na Europa. Em muitos casos, existem grandes lacunas temporais entre o contato dos jesuítas com tais plantas no Brasil e sua disseminação e adoção como droga nos textos médico-farmacêuticos europeus. Uma das plantas que melhor ilustra esta condição é a ipecacuanha, planta de origem brasileira que os jesuítas entraram em contato ainda século XVI, mas que o uso somente foi disseminado na europa séculos depois (Dias 2003, 318).

Da família das Rubiáceas, a ipecacuanha é um arbusto com ampla distribuição nas florestas e matas húmidas da América do Sul, especialmente nos estados brasileiros do Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Bahia, e Rio de Janeiro. Suas raízes e rizomas com mais de 3 anos possuem alcaloides isoquinoleicos, celefina, psicotrina, metilpsicotrina e, principalmente, emetina na proporção que pode chegar de 60% a 75% dos elementos químicos ativos (Cunha *et al.* 2012, 406-407). Devido a sua emetina, seu consumo provoca um forte reflexo de vômito, podendo também, em pequenas quantidades, ter efeito expectorante, mucolítico e obstipante. Seu uso pelas populações indígenas esteve ligado ao tratamento contra envenenamento, mas uma vez trazida à Europa, a raiz foi usada principalmente em casos de diarreia e diarreia hemorrágica (Weatherall 2009, 216).

Um dos primeiros europeus a escrever seu uso terapêutico foi o padre José de Anchieta, que em carta datada de 1560 descreve a ipecacuanha como planta “abundante no campo e utilíssima para a saúde”, sendo que sua administração “se bem que provoque o vômito com bastante violência, todavia bebe-se sem perigo de vida” (Anchieta 1988, 137). Em *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, o também jesuíta Fernão Cardim foi mais prolixo quando descreveu a morfologia da planta, a qual chamou de *Igpecacóaya*. Registrou Cardim que “esta erva he proveitosa para

camaras de sangue<sup>52</sup>”, sendo que “sua haste he de comprimento de hum palmo, e as raizes de outro, ou mais” (Cardim 1978, 48). Para seu uso, Cardim diz que se aproveita a raiz moída diluída em água de forma que a solução fique a “serenar huma noite toda, e pela manhã se aqueça a agua com a mesma raiz moida, e coada se bebe sómente a agua, e logo faz purgar de maneira que cessão as camaras de todo” (Cardim 1978, 48). Também consta entre as primeiras descrições feitas sobre a ipecacuanha a realizada por Piso e MarcGraf na segunda metade do século seguinte em *Historia Naturalis Brasiliae*, onde além de descrever seu uso no combate a envenenamentos, realizam a primeira ilustração conhecida da ipecacuanha.

Todavia, ainda que existam tais referências do contato europeu com a planta, atestando suas potencialidades medicinais, a ipecacuanha foi pouco ou nada utilizada pela medicina europeia até os finais do século XVII, quando um evento singular a transformou de droga desconhecida para item procurado com avidez entre os médicos. Tal evento vem a ser a cura um dos filhos de Luís XIV (1638-1715), que sofria de uma forte disenteria, através de um remédio produzido por Jean-Adrien Helvetius (c. 1661-1727) à base de ipecacuanha (Dias 2003, 318). De origem holandesa, Helvetius era até então um médico pouco conhecido em França, mas ao ser o responsável pela cura do delfim da França, rapidamente sua popularidade alcançou os mais altos níveis do campo médico, ocupando cargo de médico pessoal do Duque de Orleans e inspetor do Hospital Général e do Hotel-Dieu (Boumediene 2016, 228).

Se a ipecacuanha alavancou a projeção profissional de Helvetius, fazendo o médico holandês ser reconhecido internacional, o mesmo aconteceu com ela própria. De uma planta colonial até então desconhecida, as propriedades médicas atribuídas a sua administração foram tema de inúmeras publicações, tratados e obras ao longo do século XVII e XVIII. Na França, o próprio Helvetius publicou em 1688 *Remède contre les cours de Ventre*, onde narra a cura do filho de Luís XIV, assim como as qualidades atribuídas ao seu uso terapêutico. A ipecacuanha também está presente em *Traité de la Peste* (1721), onde o médico francês Jean-Jacques Manget (1652-1742) sublinha que, tendo em conta suas propriedades purgativas, a raiz brasileira era uma das plantas mais indicadas para o tratamento

---

<sup>52</sup> Câmara de sangue era o nome usualmente dado para a diarreia hemorrágica.

contra a peste (Manget 1721, 301-302). Em *Traité universel des drogues simples* (1698) de Nicolás Lémery (1645-1715) a chama de *Mine d'or*, tanto por suas qualidades terapêuticas como por ser proveniente da região onde existiam as minas de ouro da Colônia portuguesa no Brasil (Lémery 1698, 387). Por fim, em *Chymie hydraulique pour extraire les sels essentiels des végétaux, animaux & minéraux* (1746), o médico Claude-Toussaint Marot de La Garaye (1675-1755) aborda como produzir o sal essencial da ipecacuanha através da decantação do pó de sua raiz em uma solução aquosa, qual considera “un des meilleurs remedes de la Médecine” (132-135).

Com efeito, os inúmeros reportes sobre a ipecacuanha na literatura médico-farmacêutica francesa apontam para o seu significativo uso no país. Além da ipecacuanha, o final do século XVII e começo do século XVIII foi marcado por amplo interesse francês sobre as plantas medicinais portuguesas e de suas Colônias. É significativo realçar, como apontou Sousa Dias, que o interesse francês coincide com uma aproximação diplomática entre os dois países devido ao final do século XVII a rainha de Portugal, D. Maria Francisca de Saboia (1646-1683), ser francesa (Dias 2003, 319). A relação direta que então existia entre a aproximação diplomática entre os dois países com a introdução de drogas coloniais na França, entre elas a ipecacuanha, é corroborada pelo papel mercantil desempenhado pelos diplomatas franceses em Portugal. Tanto Michel Amelot (1624-1687) como Louis-Raulin Ruillé, seu sucessor como embaixador de Luís XIV em Portugal, foram responsáveis por enviar largas quantidades de drogas coloniais para França (Dias 2003, 319). Mais, o mesmo período também coincide também com a vinda a Portugal de dois dos mais importantes naturalistas franceses: Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708) e Antoine de Jussieu (1686-1758). Ambos desempenharam um papel expressivo na exploração e catalogação da flora existente em Portugal, que dada a então latente inexistência de um trabalho vultoso de mesmo objetivo, serviram de inspiração para que portugueses versados na botânica e filosofia natural tomassem as rédeas do empreendimento de produzir uma História Natural de Portugal e da Colônia brasileira (Carvalho 1987, 20).

Em nenhum outro país a ipecacuanha recebeu a mesma inserção na literatura médico-farmacêutica como em França, todavia, publicações sobre as propriedades terapêuticas de sua raiz podem ser encontradas por toda Europa. Em Espanha, a

ipecacuanha, que por vezes também foi chamada de bejuquillo<sup>53</sup>, foi intensamente descrita e utilizada. Sua presença nas boticas espanholas pode ser comprovada pela taxaço imposta ao seu comércio, como consta no *Reglamento y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España a Indias* (1788), o texto real instituído por Carlos III com o intuito de flexibilizar o monopólio comercial entre os mercadores da Espanha e suas Colônias. Nele, constam taxaçoes tanto para a importaço de bejuquillo (1788, 182) e da raíz do bejuquillo (1788, 233), qual ambas são cobradas “cada quintal ochocientos reales, (...) pagará en ésta à razon de tres por ciento veinte y quatro reales, y quedará libre à la salida” (1788, 182,233).

No que toca especificamente a literatura médico-farmacêutica, no livro *Explicacion de la naturaleza, principios, virtudes, usos y dosis de las preparaciones y composiciones de la farmacopeia de España*, podemos ver quão disseminada a planta brasileira era no reino espanhol. A obra foi assinada pelo médico Don José María de la Paz Rodríguez, professor de Medicina e Química de Talavera de la Reina. Em suas páginas, afirma o autor que existem três espécies distintas de ipecacuanha: cinza do Peru, negra do Brasil e banca, qual não é determinado o local de origem. Entre elas, Paz Rodriguez afirma que a primeira “(...)se encuentra por lo comum en las Boticas” (Paz Rodriguez 1807, 103), o que atesta o uso disseminado da entre as as boticas espanholas.

A ipecacuanha também aparece na obra *Medicina palpable, y escuela de la naturaleza* (1743), escrita pelo médico Don Miguel Rodriguez, acadêmico da *Real Academia Médica Matridense* e sócio da *Regia Sociedad de Ciencias de Sevilla*. Grande parte da obra é articulada em torno de um diálogo fictício entre o médico Bedulio, o sacristão Zenon e o boticário Roderico. O diálogo está dividido em 12 capítulos, onde os três personagens discutem sobre posiçoes distintas ligadas a prática médica, em especial sobre a sangria. No primeiro capítulo, intitulado *Inquerese, se la Sangria es util, o inutil, sobra, ò falta en la Medicina?*, parte é dedicada a discussão sobre drogas administradas com a sangria, onde o boticário Roderico versa sobre os benefícios da administraço de mercúrio, quina, ópio e bejuquillo (Rodriguez 1743,16).

---

<sup>53</sup> Correspondente ao seu uso medicinal diretamente ligado a disenteria, a ipecacuanha também era conhecida na Europa pelo nome de *cagosanga* e *beloculo* (Lémery 1698, 387).

Outra fonte relevante para compreender como a ipecacuanha era uma droga encontrada facilmente nas boticas da Espanha é o *Advice to the Gentlemen in the Army of her Majesty's Forces in Spain and Portugal* (1708) de John Polus Lecaan. Em grande parte, a obra do médico militar tem como objetivo advertir sobre como as condições geográficas e climáticas de Espanha de Portugal, locais por onde esteve para redigir o livro, poderiam afetar os soldados britânicos (Chartes 2013, 6-7). Porém, mais do que isso, *Advice to the Gentlemen* contém uma listagem das plantas medicinais utilizadas em Espanha, onde o autor indica suas características, indicação terapêutica e formas de uso. Além de ser médico, Lecaan elaborou seu texto através de seu contato com Joan Salvador i Riera (1683-1726), patriarca da família Salvador, célebre dinastia de boticários catalães. Leecan e Joan Salvador regularmente trocavam correspondência, sendo o médico britânico quem intermediou o contato do boticário catalão com importantes personalidades da medicina e filosofia natural, como Hans Sloane e Herman Boerhaave (Martí Ecajol 2001,179). Entre as diversas plantas elencadas por Lecaan, se encontra a ipecacuanha, além de ter debuxada sua ilustração ao final da obra, é descrita por seu “extraordinary good success” no tratamento da disenteria, bem como por ser “highly commended by Dr. Herman” por suas qualidades terapêuticas (Lecaan 1708, 14).

O *Dr. Herman* citado por Lecaan é Herman Boerhaave (1668-1738), professor de medicina na Universidade de Leiden, teórico da iatromecânica e uma das personalidades médicas de maior destaque durante a primeira metade do século XVIII. Sua importância na prática médica do período foi tamanha que seus livros foram traduzidos e publicados nas mais diversas línguas ao longo de todo o século, influenciando também campos de conhecimento contíguos a medicina, como a química e botânica (Burns 2003, 30-31). Como disse o médico britânico, Boerhaave recomendava a ipecacuanha como um dos melhores eméticos até então conhecidos, além de também apresentar propriedades como adstringente para a cura da disenteria (Boerhaave 1755, 151-152).

Na Alemanha foi publicada uma das obras mais abrangentes sobre a ipecacuanha. De autoria do célebre matemático Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646-1716), a obra *Relatio de novo Antidysenterico Americano magnis successibus comprobato* (1696) apresenta o extenso resultado de suas experiências com a raiz

brasileira. Curiosamente, para além do interesse científico, Leibniz se debruçou sobre as propriedades medicinais da ipecacuanha também por um interesse pessoal. Como afirma Justin Smith, a saúde debilitada de Leibniz por volta de 1690 refletiu de sobremaneira em sua personalidade, fazendo-o passar por uma crise existencial que influenciaria diretamente os caminhos que seu trabalho tomaria a partir de então (Smith 2012, 387). Assim, seu interesse pela ipecacuanha provém também pela vontade de poder restaurar sua saúde, buscando em remédios e plantas desconhecidas a cura, ou ao menos uma melhora de sua saúde, que a terapêutica baseada nas drogas convencionais não lhe oferecia.

Publicada pela Academia de Ciências Leopoldina, *Relatio de novo Antidysenterico Americano* é uma publicação singular quando comparada ao restante de sua produção intelectual, sendo sua maior contribuição no campo médico. Ao longo da obra, Leibniz atesta que a raiz brasileira é indicada para o tratamento de inúmeros males: além do combate a disenteria, Leibniz afirmou que a ipecacuanha também era um poderoso emético, sudorífico e expectorante, de forma que sua administração surtia resultados consideráveis a males ligados ao trato intestinal arterial e hepático (Leibniz 1696).

Em Inglaterra a ipecacuanha também conheceu uma considerável dispersão na literatura médico-farmacêutico, podendo ser encontrados vários textos a respeito das propriedades medicinais da raiz brasileira na *Philosophical Transactions*, o periódico científico da Sociedade Real de Londres. No entanto, a eficácia de sua terapêutica, em alguns casos, foi questionada pela resistência dos médicos britânicos em adotarem a droga então em franca popularização. Um dos primeiros textos foi assinado por Hans Sloane (1660-1753), importante médico e naturalista britânico e sucessor de Isaac Newton (1642-1726) na presidência da instituição, posição essa que ocupou de 1727 à 1741. Em *Of the Use of the Root Ipecacuanha for Loosenesses* (1698), Sloane traduz uma carta francesa de autoria não identificada, mas onde a ipecacuanha é descrita como um elixir poderoso contra os males do estômago, seja administrada oralmente ou por clister. Todavia, Sloane registra que, em sua opinião, “the root mentioned in the foregoing paper, is not so infallible a remedy for fluxes, as is pretended” (Sloane 1698, 78). Não obstante, ainda que não compartilhe o mesmo entusiasmo que os médicos do país vizinho sobre a ipecacuanha, ele acredita que seu uso não deveria ser de todo descartado.

Antes, a sua aplicação caberia ao julgamento dos médicos britânicos, que a partir de suas próprias experiências e observações sobre a planta, definiriam até que ponto sua administração poderia ser prejudicial ou útil no processo de cura (Sloane 1698, 78).

Ao final do texto, ao listar a bibliografia então disponível sobre a planta, Sloane escreve que a primeira notícia publicada sobre a ipecacuanha em Inglaterra aparece no livro *Purchas his Pilgrimes* (1625), obra de quatro volumes em que o clérigo Samuel Purchas (c. 1577-1625) compila uma série de relatos de viagem pela Ásia, África, América e áreas periféricas da Europa<sup>54</sup>. Sloane registra que, na obra de Purchas, a droga em questão aparece sob o nome de *Igpecaya* ou *Pigaya*, o que além de apresentar semelhança na grafia, também era indicada para o tratamento dos fluxos intestinais; ou seja, a mesma indicação terapêutica da ipecacuanha encontrada na carta traduzida por Sloane (Sloane 1698, 79).

Igualmente cético sobre as qualidades medicinais amplamente alardeadas da ipecacuanha, o médico escocês William Cockburn (1669–1739) defende em *A Discourse Concerning the Difficult of Curing Fluxes* (1731) que a ipecacuanha era de maneira indiscriminada e inconsequente utilizada nos territórios franceses, onde os médicos a prescreviam para todos os casos de disenteria, inclusive para os que ela era prejudicial. Afirma Cockburn que em casos como de uma diarreia hemorrágica aguda, a ação da ipecacuanha é extremamente nociva, levando o doente a um agravamento de seu caso clínico (Cockburn 1731, 386-387). Para ele, o mau uso da ipecacuanha, ocasionado por sua popularização repentina após a cura do delfim da França, seguia o modelo de outras drogas que, apesar de possuírem positivas qualidades medicinais, foram tão erroneamente utilizadas que sua utilização “(...) have been lost, because they were not understood” (Cockburn 1731, 385-386). Assim, como Hans Sloane, Cockburn criticou a supervalorização das qualidades medicinais atribuídas a ipecacuanha, mas sem com isso deslegitimar por completo seu uso medicinal.

---

<sup>54</sup> Na obra de Purchas onde se encontra a citação sobre a ipecacuanha é erroneamente creditada a Manoel Tristão. Na verdade, o texto publicado por Purchas é parte do *Tratados da Terra e Gente do Brasil de Fernão Cardim*. Confiscado no final do século XVI por corsários ingleses, posteriormente o texto foi vendido para o clérigo e publicado em seu livro sob o título de *A Treatise of Brazil written by a Portugall which had long lived there*. A autoria atribuída a Samuel Tristão decorreu devido a algumas receitas anexadas ao texto levarem sua assinatura. Na verdade, Samuel Tristão era enfermeiro do Colégio da Bahia com quem Cardim havia entrado em contato.

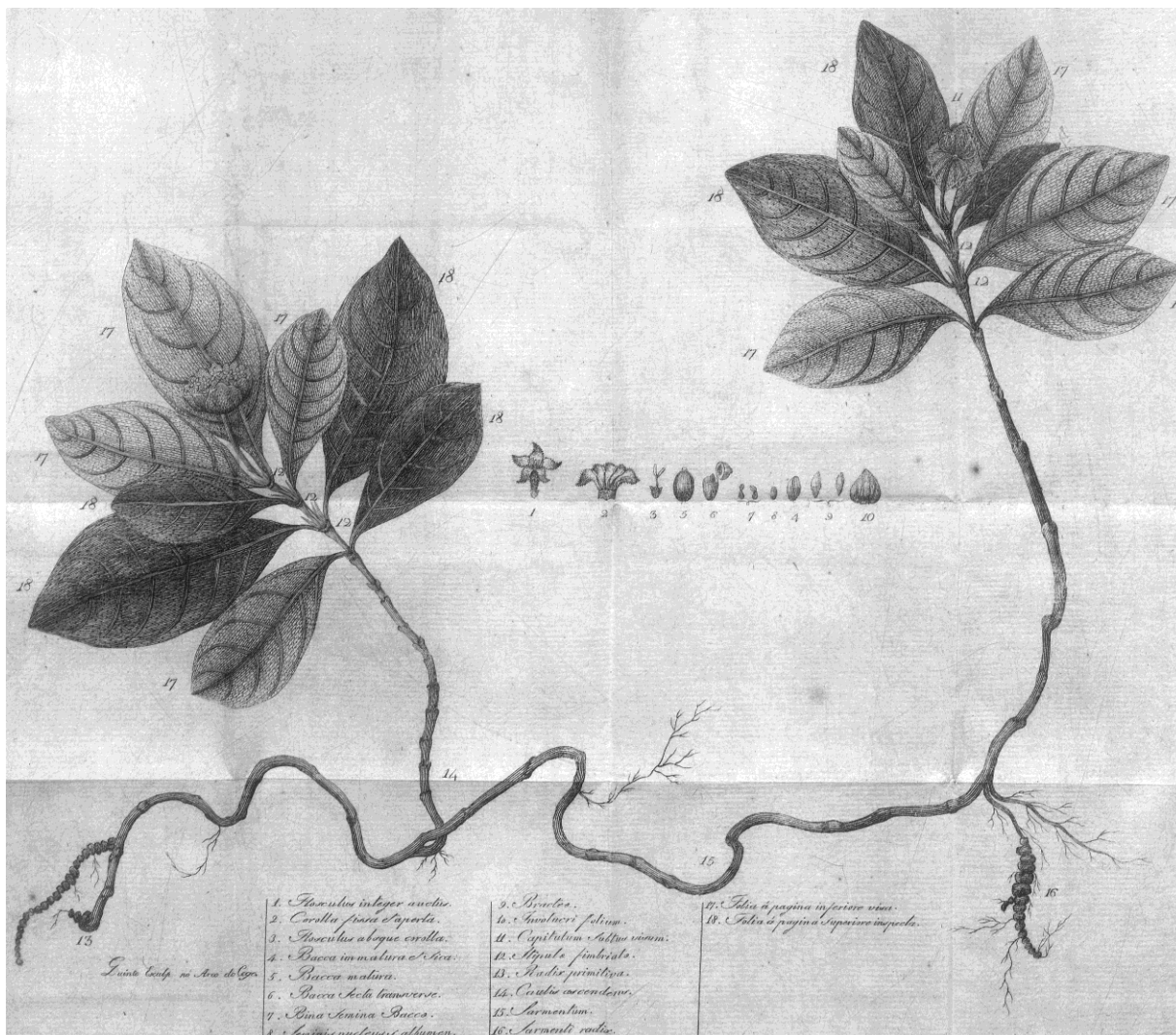
Todavia, ainda que os dois autores acima mencionados apresentem críticas a aspectos terapêuticos da planta, o uso da ipecacuanha pelos médicos britânicos, ainda que não de maneira tão disseminado como no caso francês, pode ser verificado pela existência de diversas publicações subsequentes que abordam a sua administração no país. Entre tais reportes, consta *A Catalogue of Such Foreign Plants as Are Worthy of Being Encouraged in the American Colonies* (1770) em que John Ellis lista uma série de espécies vegetais que julga ser necessário cultivar nas colônias inglesas no Novo Mundo. Entre tais plantas, encontra-se a ipecacuanha, também denominada pelo autor como raiz brasileira, a qual considera “very useful in medicine, and worthy of our attention to propagate it in our West-India islands” (Ellis 1770, 266). Também é digno de nota o curioso relato do médico irlandês Samuel Crumpe (1766–1796), que em *History of a Case in Which Very Uncommon Worms Were Discharged from the Stomach* (1791) narra que entre Novembro de 1788 à Setembro de 1789 socorreu uma jovem de 26 anos com um severo caso de vômitos hemorrágicos incessantes. Ao longo do tratamento, o qual entre as drogas administradas incluía a ipecacuanha, a paciente expele entre 13 de Agosto e 3 de Setembro inúmeros vermes em meio aos vômitos, os quais tanto Crumpe como outros médicos com quem entrou em contato afirmam desconhecer a espécie (Crumpe 1791, 61). Após expelir os vermes, o médico afirma que a mulher recuperou com sucesso sua saúde, ainda que permaneça debilitada pelo longo tempo em que permaneceu enferma.

Entre as outras publicações da *Philosophical Transactions* sobre a ipecacuanha, consta *A Short Account of the Different Kinds of Ipecacuanha* (1729/1730), assinada por Dr. James Douglas (1675-1742). Em seu estudo, que recorre com frequência ao trabalho anteriormente citado de Hans Sloane como suporte teórico, o autor identifica quatro tipos distintos da raiz de ipecacuanha, as quais se distinguem entre si pela cor que possuem: preta, marrom, cinza ou branca. Para Dr. Douglas, ainda que as diferenças na coloração da raiz não signifiquem necessariamente que as mesmas pertencerem a espécies diferentes, ele ressalta que as propriedades medicinais encontradas entre as quatro são completamente diferentes, sendo a cinza a mais indicada para a fabricação medicamentosa (Douglas 1729/1730, 155).

Ainda que amplamente divulgada na literatura médico-farmacêutica europeia, descrita e estudada por personalidades como Boerhaave e Leibniz, a ipecacuanha não recebeu notoriedade equivalente em Portugal. O mais surpreendente é por Portugal estar intimamente ligada a ela através da colonização do Brasil, como muita das fontes citam (Lémery 1698, 388; Leibniz 1696, 9; Sloane 1698, 79; Boerhaave 1755, 151). O primeiro estudo robusto publicado sobre a ipecacuanha ocorreu apenas em 1801, mais de um século após a enorme publicidade que a planta recebeu com a cura do filho de Luis XIV. Intitulado *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou Cipó das Nossas Terras*, o estudo foi redigido por Bernardino Antônio Gomes (1768-1823) e publicado pela Casa Literária do Arco do Cego. Idealizada por D. Rodrigo Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), a tipografia e casa literária do Arco do Cego tinha como projeto político a publicação e divulgação obras que estimulassem o progresso tecnológico-científico em Portugal e suas possessões ultramarinas, principalmente a Colônia do Brasil. Para tanto, o foco do Arco do Cego eram áreas do conhecimento consideradas então pouco desenvolvidas no país, como a Agronomia e História Natural. Apesar do curto espaço de tempo em que esteve operante, em torno de 28 meses, a Casa Literária do Arco do Cego publicou mais de oitenta títulos, grande parte deles voltados a questões relacionadas à História Natural do Brasil. (Santos 2008, 2012).

Bernardino Antônio Gomes tinha grande interesse no desenvolvimento da matéria médica em Portugal e no Brasil. Com relação ao Brasil, Gomes acreditava piamente na necessidade de melhor compreender e utilizar as drogas do país, assim como as práticas tradicionais relativas a elas. Em suma, ele defendia uma medicina brasileira adequada e adaptada as doenças e curas oriundas da Colônia (Ferraz *et al.* 2012, 85). No texto supracitado sobre a ipecacuanha, Gomes inicia o estudo relatando os dois tipos de ipecacuanha que reconhece, a branca e a cinza (considerando a primeira falsa), além de descrever a constituição física morfológica da planta para sua correta identificação. Entre suas qualidades medicinais, Gomes atesta que a ipecacuanha é “emetica, antipasmódica, expectorante, diaforetica, e antidoto do opio” (Gomes 1801, 18). Nada muito diferente do que já foi publicado anteriormente, com exceção de quando Gomes atesta ser a ipecacuanha um antidoto do ópio. Historicamente, a administração da ipecacuanha estava intimamente ligada a do ópio, sendo as duas drogas utilizadas em conjunto como

forma de provocar suor e eliminar toxinas presentes no sangue<sup>55</sup> (Rodriguez 1743,16; Weatherall 2009, 216).



**Figura 7. Ilustração da ipecacuanha debuxada no anexo *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou Cipó das Nossas Terras* (Gomes 1801)**

Além da publicação de Gomes, Félix Avelar Brotero (1744-1828) apresentou a ipecacuanha para a Sociedade Linneana no mesmo ano, sob o título de *Description*

<sup>55</sup> O médico britânico chamado Thomas Dover, segundo capitão do navio Duke da expedição do corsário Woodes Roger (c. 1679-1732) para a América do Sul em 1708, foi um dos primeiros a utilizar a ipecacuanha e o ópio em um mesmo fármaco. As qualidades terapêuticas de tal droga foi exaltada no verso anônimo publicado em 1923 pelo Hospital de São Bartolomeu, em Londres: *Oh, Dover was a pirate and he sailed the Spanish Main./ A hacking cough convulse him; he had a agonising pain./ So he mixed hisself a powder which he liked it more and more./ Ipecac. and opium and K<sub>2</sub>SO<sub>4</sub><sup>2</sup>.* (apud Weatherall 2009, 217).

of *Callicoca ipecacuanha*, apresentação esta publicada no ano seguinte pelo periódico da instituição. No entanto, ainda que escrita em latim e não português, a apresentação de Brotero se assemelha de sobremaneira ao texto publicado por Gomes, especialmente nas descrições morfológicas da planta. Ainda que Brotero explicitasse não ter efetuado a análise da planta viva, mas antes, utilizado das fontes manuscritas que tinha então em mãos, dentre as quais estava a *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil*, Gomes se mostrou insatisfeito com o ocorrido e levou a questão para a justiça. O questionamento de Gomes se fundamentava por Brotero ter utilizado sua descrição sobre a planta, mas ter feito ele mesmo uma nova classificação científica da ipecacuanha. A querela de Gomes e Brotero acabou por ser apaziguada de forma que ambos os autores deveriam ser igualmente citados como responsáveis pela identificação e classificação científica moderna da ipecacuanha (Ferraz *et al.* 2012, 192).

Todavia, para além de possíveis polêmicas sobre a classificação da planta, a ipecacuanha apareceu em poucas obras de interesse médico-farmacêuticas anteriores a Gomes e Brotero. Uma das poucas exceções foi o panfleto intitulado *Memorial de Vários Simples que da India Oriental, da América e de outras partes do Mundo vem ao nosso Reino*, não datado, mas possivelmente publicado nas duas primeiras décadas do século XVIII e assinado pelo célebre médico João Curvo Semedo. Ao longo do panfleto, o autor apresenta uma série de plantas originárias da América, Ásia e África, como a calumba, bálsamo de copaíba, butua, raiz de mil-homens e orelha de onça, existe uma breve passagem sobre a ipecacuanha, qual Semedo chama de *raiz de cypó*. Prossegue o médico dizendo que esta é a planta que “chama o gentio da America de Picaquanha, que he o mesmo, que dizer Pica de cão (...)” (Semedo s/d, 12). No entanto, a tradução de Semedo do nome indígena da planta, ainda que se aproxime, não corresponde com a realidade. Com efeito, o nome ipecacuanha vem do tupi *ipega'kwãi*, que pode ser traduzido para *falo de pato* (Ferreira 1986, 966). Antes, ao invés de um improvável conhecimento de parte termo indígena para ipecacuanha, inferimos que Semedo indicou *pica de cão* por uma mera associação de palavras e comparação com a imagem fálica da raiz, visto que tal indicação etimológica aparece somente na obra de Semedo.

Para além das obras acima expostas, a ipecacuanha aparece também de maneira menor e diluída ao longo das diversas farmacopeias publicadas em

Portugal no século XVIII. Com efeito, as farmacopeias são das poucas exceções na literatura médico-farmacêutica portuguesa do século XVIII onde a ipecacuanha foi objeto de investigação e divulgação. Todavia, a forma como a planta é descrita nas farmacopeias muda radicalmente ao longo do tempo.

Droguista francês radicado em Lisboa e autor da *Pharmacopea Ulyssiponense*, João Vigier relega uma passagem sucinta sobre a ipecacuanha e sua farmacopeia. Em suas palavras, a ipecacuanha é “huma pequena raiz, que nos he trazida de varias partes da America, há de tres especies, escura, cinzenta, branca” (Vigier 1716, 424). Das três espécies distintas descritas por Vigier, a de cor negra é a que manifesta de maneira mais patente as propriedades medicinais da planta. Para tanto, serve a ipecacuanha para cura da disenteria, por ter a capacidade de ser “purgativa, adstringente, faz vomitar” (Vigier 1716, 424).

Autor da *Pharmacopea Tubalense*, Manuel Rodrigues Coelho, assim como Curvo Semedo, descreve a ipecacuanha sob o nome de *raiz do cypó*, uma denominação interessante visto que a ipecacuanha, por suas diminutas dimensões, não se assemelha fisicamente ao cipó. Ainda assim, devemos lembrar que apenas a raiz planta chegava a Europa, sendo que a maior parte dos autores que a descreveram não tiveram contato com a planta *in loco*. Ainda assim, Coelho exprime que a *raiz do cypó* também poderia ser reconhecida sob o nome de “ipecacuanha, specacuanha, hypencaunna, bexuquillo, bexuquelba, cogosanga, beculo, beloculo, e radix brasiliensis” (Coelho 1735, 272), todos nomes que a ipecacuanha usualmente foi denominada. Coelho prossegue dizendo que existem quatro espécies distintas, classificadas a partir de suas cores: branca, cinza, cinza para vermelho e negra. Mesmo diferentes em cores, todas eram remetidas a Portugal desde o Brasil, “principalmente Rio de Janeiro” (Coelho 1735, 272). Sobre suas propriedades medicinais, afirma Coelho que a *raiz do cypó* é um dos melhores remédios contra a disenteria, fazendo purgar “tanto por vômito, e curso” (Coelho 1735, 272), ou seja, o efeito foi descrito por Coelho tanto pela capacidade emética como pelo efeito purgante.

Assim como Coelho, o frei Jesus Maria em seu *Tratado V. Do Reyno Vegetal*, também se referiu a ipecacuanha por um de seus sinônimos: *bexuguillo*. Todavia, ao lado, o boticário beneditino indica que a mesma planta também pode ser reconhecida pelos nomes de “ipecacuanha Offic., Radix Dysenterica, sive Cypo”

(Jesus Maria 1772, 73). Em comparações com os anteriores, a descrição de Jesus Maria é maior, abordando os aspectos morfológicos, diferenças físicas e de ação terapêutica existente entre as diferentes espécies. A respeito das características físicas, o autor da *Pharmacopea Dogmatica* assinala que a ipecacuanha é “torcida, e algum tanto dura, e densa raiz aspera”, que “se propaga nos sombrios sitios, e jardins particularmente no Perú, e Brasil” (Jesus Maria 1772, 73). Assim como os autores anteriores, Jesus Maria distingue as espécies de ipecacuanha a partir das diferentes cores que podem apresentar. Para tanto, afirma que são três as espécies: fusca, cinzenta e branca, sendo essa última e menos recomendada na farmácia, visto que “não se encontra o vigor de excitar cursos, nem vomitos” (Jesus Maria 1772, 73). Sobre as outras duas, Jesus Maria afirma ser a cinzenta proveniente do Perú, enquanto a fusca originária do Brasil. Ao final, o frei beneditino apresenta uma receita a base do pó da ipecacuanha, cozimento de folhas de marmeleiro e tanchagem (*Plantago major*) e gelatina de ponta de veado, indicada para “epidemicas, e malignas dysenterias” (Jesus Maria 1772, 74).

Em texto de menor extensão, o autor da *Pharmacopeia Geral* aborda a ipecacuanha quando aborda os diversos simples utilizados nas boticas portuguesas, onde descreve duas espécies de ipecacuanha. A primeira afirma ser a ipecacuanha cipó, encontrada no Brasil e México, e a segunda a ipecacuanha branca, natural do Brasil. Para ambas, afirma o autor serem de cheiro um tanto enjoativo, gosto acre, um pouco aromático e amargo (Tavares 1794, 65). Em um segundo momento, onde estão compilados uma série de medicamentos compostos, Tavares apresenta dois medicamentos em que a ipecacuanha figura entre as matérias-primas. O primeiro, o tradicional *pos d’ipecacuanha com opio*, ou *pos de Dover*, que leva pó de raiz de ipecacuanha (quantidade não especificada), uma oitava de ópio purificado e uma onça de alcali vegetal (Tavares 1794, 199). A segunda receita é a do *vinho de ipecacuanha*, que se prepara diluindo duas onças de pó de raiz de ipecacuanha em duas libras e meia de vinho branco, filtrando após o sexto dia (Tavares 1794, 220).

Seja descrita de maneira sucinta, ou apresentando maior minúcia acerca a respeito de suas características, a ipecacuanha aparece em grande parte das farmacopeias portuguesas. Assim como a ipecacuanha, as farmacopeias também abordam as plantas de origem brasileira de maneira distinta, algumas reservando grande ênfase, enquanto outras se ocupam de maneira menor. Todavia, todas elas

destacaram a necessidade de melhor conhecer e utilizar as potencialidades medicinais da flora colonial. A *Pharmacopea Dogmatica* do frei Jesus Maria sublinha tal condição ainda em seu prólogo, onde registra que:

“não deixando de lamentar, segundo as noticias, que ha de Pessoas, que viverão nas Americas, a falta, que temos de pôr na Praxe Medica a muitos vegetaes de conhecida efficacia, para varias queixas, que, dizem, tem descuberto com largas experiencias a rustica agilidade racional dos Caboucos daquelles Estados; que, a ser certo, poderia haver com utilidade da saude, e acrescido lucro, aumento no comercio, igual ao que se vê nos generos, vindos de fóra do Reyno” (Jesus Maria 1772, s/p).

Como deixa implícito, o frei considera que um melhor conhecimento das plantas brasileiras refletiria não apenas nas práticas medicinais, mas também no desenvolvimento do comércio. No caso específico da ipecacuanha, fica claro que, mesmo sendo ela uma planta de origem brasileira que os portugueses entraram em contato desde o primeiro século de colonização do Novo Mundo, sua inserção no comércio ultramarino ocorreu através dos franceses (Dias 2003, 318-319).

Dentre as farmacopeias que abordaram as plantas brasileiras, algumas destinaram capítulos inteiros para descrever seus usos e propriedades medicinais. Uma delas é a *Farmacopeia Ulissiponense* de João Vigier, onde existe um capítulo intitulado *Tratado das virtudes e descrições de diversas plantas, e partes de animais do Brasil, e das mais partes da América, ou Índia Ocidental, de algumas do Oriente descobertas no último século*. Ao longo do capítulo, Vigier manifestou grande ênfase nas propriedades medicinais das plantas oriundas do Brasil. Nas quase 60 páginas do capítulo, o qual encerra a *Farmacopeia Ulissiponense*, o autor compilou uma série de espécies naturais até então desconhecidas por grande parte dos boticários portugueses. Em grande parte, as plantas ali compiladas são retiradas da *Piso*, MarcGraf, Nicolás Monardes (1493-1588), Carolus Clusius (1526-1609) e José de Acosta (1539-1600).

Entre as plantas brasileiras descritas no capítulo, o caju (*Anacardium occidentale*), ananás (*Ananas sp*), andira (*Andira sp*), copaíba (*Copaifera sp*), cacau (*Theobroma sp*), contra-erva, jabotapita (*Ouratea jabotapita*), manacá (*Tibouchina sp*), tabaco e a anteriormente citada ipecacuanha. A descrição das plantas segue o mesmo modelo: textos curtos, onde se apresentam as características morfológicas seguidas de suas propriedades e usos medicinais. Em grande parte das descrições,

Vigier indica o autor ou os autores aos quais se utilizou para descrever a planta. Isto acontece especialmente nas plantas que aparentam ser desconhecidas aos seus leitores, como é o caso da jabotapita, que o droguista francês indica ser Piso aquele que primeiro a descreveu.

A *Farmacopeia Tubalense químico-galênica* do boticário Manuel Rodrigues Coelho também contém um capítulo destinado às plantas existentes nas Colônias portuguesas, o *Em que se dá a notícia da origem dos sîmplices mais versados no uso médico, que das Índias, América, e de mais partes nos vêm a este Reino*. Nesse texto, o boticário identifica espécies dos três reinos naturais, qual do reino vegetal afirma que de todas as partes de uma planta podem ser retirados elementos utilizados para a cura, necessitando o boticário o correto conhecimento das operações farmacêuticas, para “fabricando-se dellas, e de todas as suas partes, os mais seguros, e benignos remedios para a saude humana” (Coelho, 1735: 183),

Quanta a vasta gama de plantas brasileiras abordada ao longo do capítulo, uma das que recebe maior atenção pelo boticário é a abútua, ou parreira-brava (*Abutua sp*). Sua raiz macerada e diluída em água era destinada ao tratamento contra as câmaras de sangue e abscessos do trato intestinal. Ao misturar o mesmo pó com vinagre, de forma a produzir um emplastro, torna-se propícia para cura de chagas e quistos cutâneos. Cozida, a raiz ou seu pó em água quente funciona contra contusões decorrente de quedas, dores do parto, cólicas, dores de cabeça e no tratamento contra chagas no fígado. Ressalta o autor que além de outros proveitos “he potentissima para provocar a ourina, expulsar as arêas, pedras do rins, e bexiga” (Coelho, 1735, 189).

### **3.4 O Terceiro Tomo da Pharmacopea Dogmatica: a farmacopeia nunca publicada do frei João Jesus Maria**

Ainda que todas as farmacopeias portuguesas tenham abordado os usos das plantas brasileiras, uma delas se destaca: a *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática*.

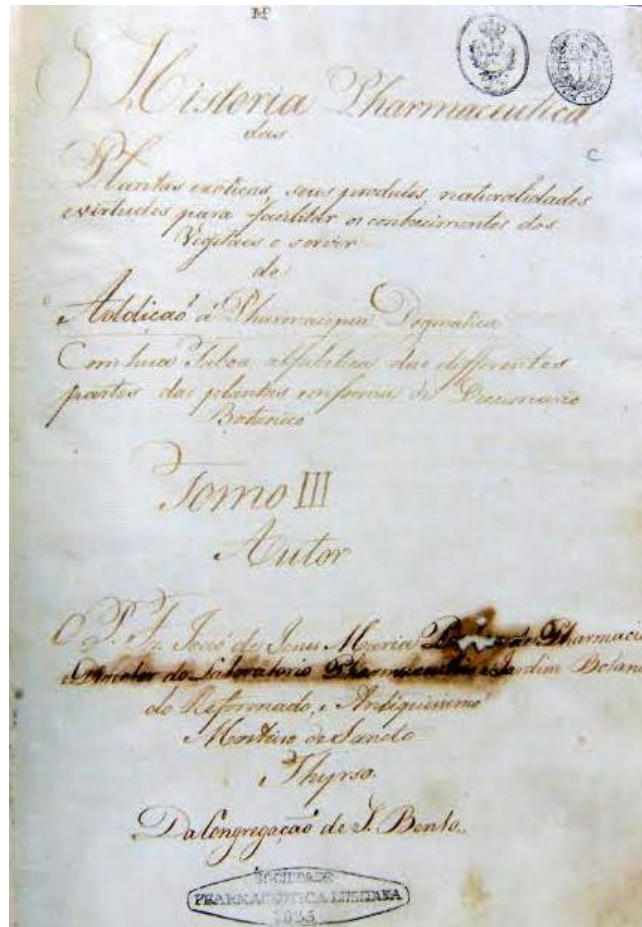


Figura 8. Frontispício da *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* (Jesus Maria 1777)

Segunda obra escrita pelo frei João de Jesus Maria, a *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* tinha como objetivo ser o III tomo de sua *Pharmacopeia Dogmatica*. Apesar de não datado, sua escrita fora concluída antes 1777, data que consta em suas páginas como da de aprovação para publicação. Segundo o Catálogo dos Escritores Benedictinos da Congregação de Portugal elaborado pelo frei Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* levou entre oito a nove anos a ser realizado e esteve na Livraria da Botica do Mosteiro de S. Bento da Saúde - atual Assembleia da República - até ser doado por António José Nogueira à Sociedade Farmacêutica Lusitana em 1837 (Centro de Documentação Farmacêutica 2016).

Na última página da obra pode ser visto uma anotação que atesta que publicação do texto deveria ser realizada em Maio de 1800, todavia, ainda que possua todas as licenças necessárias, curiosamente a obra nunca foi publicada. Sobre isto não existe qualquer justificação aparente para além de sua produção coincidir com a publicação da *Pharmacopeia Geral*, que devido ao seu caráter oficial

tinha como objetivo impedir a publicação de novas farmacopeias em Portugal. Assim, a *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* se encontra ainda em manuscrito, estando hoje em guarda do Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos em Coimbra. Com efeito, devido sua importância essencial ao presente estudo, bem como pela inexistência de uma versão fac-similada da mesma, se encontra no Anexo 1 a transcrição de uma série de plantas brasileiras e americanas existentes ao longo do manuscrito de Jesus Maria.

Ao todo, o manuscrito de 588 páginas possui 10 capítulos distintos, onde estão descritas 505 espécies de plantas exóticas a Portugal. Por ser uma obra de interesse médico-farmacêutico, as plantas foram descritas principalmente por conta das propriedades medicinais que possuem. Mas, assim como na *Pharmacopea Dogmatica*, o manuscrito de Jesus Maria também extrapola as questões meramente relacionadas aos processos cura. Campos como a botânica, agricultura, taxonomia e filosofia natural desempenham um papel relevante ao longo do conteúdo disposto na obra. Para tanto, as entradas das espécies descritas seguem um mesmo modelo: apresentação do nome ou possíveis nomes pelos quais a planta era conhecida, descrição de sua morfologia, indicação geográfica de onde ela era natural e, por fim, suas virtudes e utilização médico-farmacêutica. Em alguns casos também são apresentadas receitas farmacêuticas onde a planta descrita figura como principal matéria-prima. Ao todo, são elencadas 241 receitas ao longo do texto.

Em todas as entradas de plantas medicinais, o frei Jesus Maria aponta o local, ou os locais, de onde tais plantas são naturais. A indicação pode variar entre região ampla e pouco definida, como no caso da *conífera*, que afirma ser europeia (Jesus Maria 1777, 27); ou com maior precisão, a exemplo da *becuiva*, relatada por Jesus Maria como sendo originária do Rio de Janeiro (Jesus Maria 1777, 319). Assim, utilizando as informações apresentadas pelo autor para apontar a procedência de cada planta<sup>56</sup>, foram descritas no manuscrito 192 espécies de plantas da América, 153 da Ásia e Oceânia, 66 da África e 90 da Europa. Entre as plantas originárias da América, que constituem o maior número espécies descritas, a indicação de naturalidade foi novamente feita por vezes de maneira precisa, e outras

---

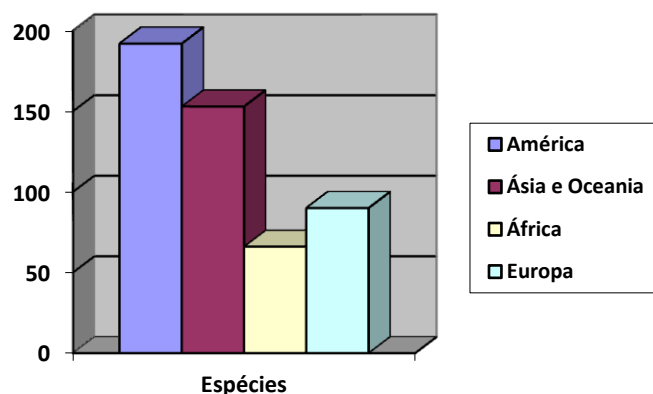
<sup>56</sup> Foram tabuladas apenas as plantas que o autor descreve de onde são originárias, sendo que quatro delas não constam na obra o local de origem: *Rhagadiolus*, *Anil Bastardo*, *Xylobalsamum* e *Antophylli*.

de maneira genérica. Entre as por ele citadas, encontram-se exemplos da Lousiana, Antilhas, Virgínia, México, Peru, Nova Espanha, Guiana, Jamaica Santo Domingo, Canada, Florida e Brasil. Em outras situações, ele aponta como *provenientes da América*, ou ainda termos igualmente vagos, como próprias das *Ilhas da América*, *América Setentrional* ou *Índias Ocidentais*. Entre as plantas identificadas com maior rigor geográfico<sup>57</sup>, a maior parte delas, em um total de 47, são relatadas como sendo do Brasil. As Antilhas (12), Nova Espanha (8) e Guiana (7) também são outras regiões que possuem um número expressivo de plantas descritas. Todavia, o maior número foi identificado de maneira genérica como sendo provenientes da América, totalizando 60 espécies.

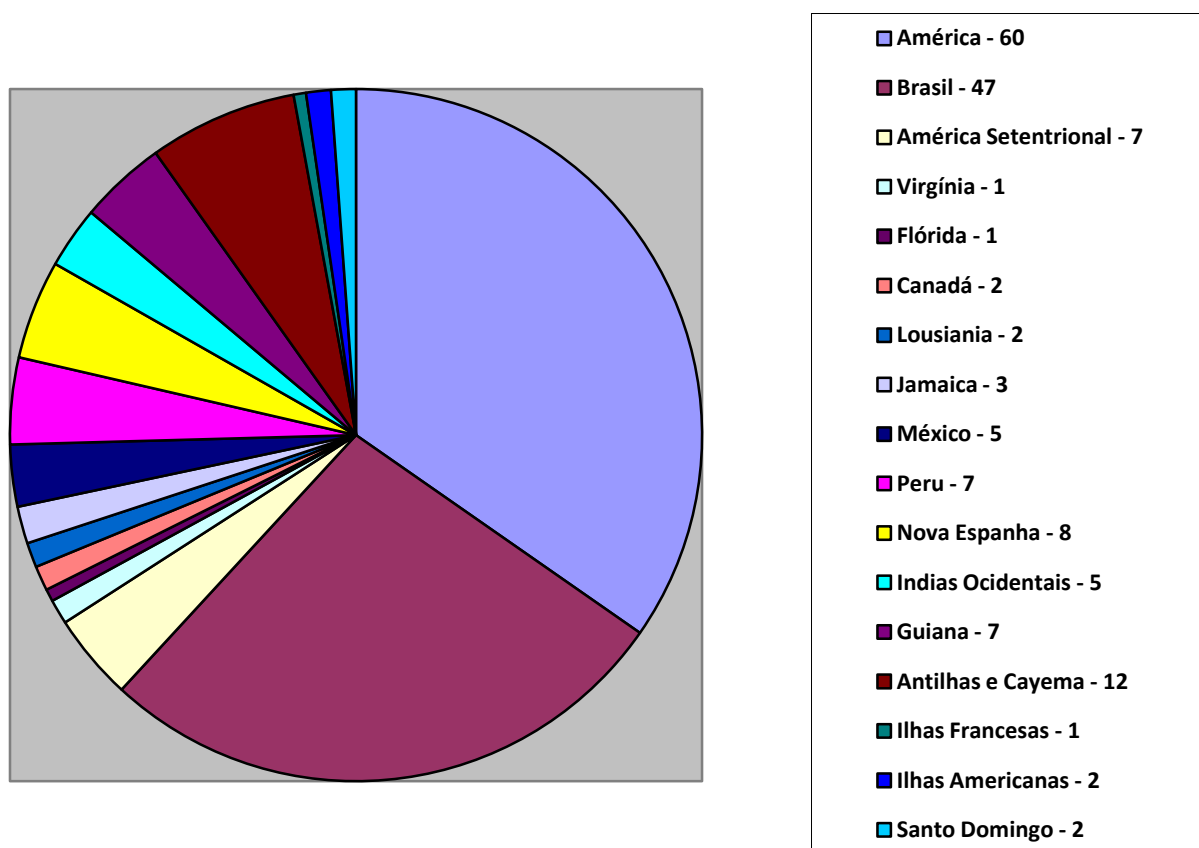
Para a identificação da origem das plantas, é importante ressaltar que foi respeitado o local apontado pelo autor como de onde a planta era originária. Com isso, é irrelevante se a botânica atual não corrobore as afirmações de Jesus Maria sobre os locais de origem das plantas. Desta forma, antes de apontar onde o frei estava supostamente certo ou errado em seus apontamentos, o interesse da presente pesquisa é lançar luzes sobre a compreensão que o autor fazia sobre o mundo natural. A mesma condição se aplica também na questão da utilização medicinal das plantas. Não se procura aqui apontar se o uso terapêutico indicado pelo autor está ou não apoiado pela medicina contemporânea. Em suma, a exemplo do que William Ashworth propôs para o estudo da História Natural renascentista (Ashworth 1996, 17), o que se busca é o entendimento do autor sobre a natureza das plantas medicinais a partir de suas próprias concepções biológicas, filosóficas e intelectuais.

---

<sup>57</sup> Em alguns casos constam multiplicidade nos locais de origem, como no caso da *Vanilla*, que o autor aponta como sendo do México, Peru e Santo Domingo (Jesus Maria 1777, 346); ou a *Lebus Peregrinus*, que aparece como proveniente da Nova Espanha, Virgínia e Brasil (Jesus Maria 1777, 168).



**Gráfico 1. Continentes de origem das plantas citadas pelo frei Jesus Maria em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas***



**Gráfico 2. Distribuição das plantas Americanas segundo o local de origem apontado pelo frei João de Jesus Maria em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas***

Em vista os dados levantados sobre as regiões de origem das plantas descritas em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, podemos perceber que o manuscrito manifesta grande interesse nas plantas de origem americana e, dentre elas, as do Brasil ocupam espaço de destaque. Todavia, ainda que exista uma maior presença de plantas brasileiras, o levantamento de dados sobre a origem das

plantas demonstra um certo equilíbrio na distribuição das espécies retratadas no manuscrito. Entre as plantas que figuram no manuscrito, podem ser encontradas até mesmo plantas europeias, como o caso do *saramago*, ou *rabão orbicular*, que é uma planta rasteira historicamente utilizada para cura de males gástricos (Jesus Maria 1777, 541). Ainda que Jesus Maria sustente que o *saramago* seja uma espécie europeia (contudo, sem explicitar uma localização específica de onde ela é natural), o frei beneditino registra que ela não é original de Portugal, ainda que possa ser encontrada em campos e serras do país (Jesus Maria 1777, 541).

## Capítulo 4 – Galenismo, humores e plantas brasileiras

No renomado<sup>58</sup> *A Estrutura das Revoluções Científicas*, um dos marcos bibliográficos da epistemologia da história da ciência, o físico e historiador Thomas Kuhn se confronta com a questão de como os paradigmas científicos funcionam, são aceitos pela comunidade científica e, inevitavelmente, são substituídos ao longo do tempo. Como sublinhou Kuhn no prefácio do livro, as motivações para abordar tal tema tomaram forma dez anos antes de sua publicação, quando então em seus primeiros anos de docência observou os inúmeros desacordos existentes na comunidade de historiadores da ciência no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos (Kuhn 1998, 12-13). Físico de formação e embebido de uma formação prática da ciência, Kuhn conta que nesse período de iniciação à vida docente, viu-se por muitas vezes em discordância com as ideias compartilhadas entre seus colegas historiadores, que tinham uma formação menos prática e mais teórica sobre seus objetos de estudos. Assim, o livro tinha como objetivo lançar luzes sobre várias questões relativas à história da ciência, mas especialmente sobre como os paradigmas operavam dentro da prática científica.

Uma das primeiras questões levantadas na obra foi a caracterização do conceito de *paradigma científico*. Em suas palavras, “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn 1998, 13). Assim, o paradigma atua como elemento de padronização e normatização do tecido profissional, balizando as questões que sustentam a prática científica, tanto de ordem prática quanto de ordem teórica. Todavia, isto não significa que o paradigma assume um caráter hegemônico e inflexível, mas sim que subsiste dentro de uma miríade de teorias auxiliares, não sendo raro que o paradigma vigente seja questionado por seus praticantes em momentos de crise,

---

<sup>58</sup> A obra citada de Kuhn alavancou sua carreira e o fez ser celebrado como um dos grandes estudiosos da história da ciência de seu tempo. Todavia, muitas das ideias centrais presentes ao longo da *Estrutura das Revoluções* foram - e ainda são - duramente criticadas por historiadores e filósofos da ciência (Mendonça e Videira 2007, 169). Entre tais pontos discordantes, se destaca as diferenças teóricas entre Kuhn e Karl Popper, especialmente na compreensão antagônica que ambos tem a respeito de conceitos como *ciência normal* e *método científico* (Watkins 1970, 28-31). Todavia, Popper registra que mesmo crítico a várias ideias defendidas por Kuhn, não deixa de reconhecer seu pioneirismo por trabalhar conceitos importantes para a compreensão da ciência, como *ciência normal* (Popper 1970, 51).

mas sem que com isso deixe de vigorar como sistema teórico vigente (Kuhn 1998, 38).

Uma das premissas para um dado paradigma entrar em vigência e ser aceito entre os cientistas está relacionado à sua capacidade de resolver os problemas e conflitos existentes na prática profissional. Uma vez aceito e difundido entre os cientistas, às atividades desenvolvidas ao longo de sua vigência foram chamadas por Kuhn como *ciência normal* (Kuhn 1998, 44). Dentro da ciência normal, os cientistas são diretamente confrontados com questões que o paradigma precisa ser capaz de solucionar ou apontar os caminhos para sua solução. Tais problemas são chamados por ele de *puzzles*. Os *puzzles* operam dentro dos limites do arquétipo que paradigma científico admite como verdade, método e genuinidade teórica. “Numa larga medida, estes são os únicos problemas que a comunidade admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver” (Kuhn 1998, 60).

Resultante do processo cumulativo e de ampliação contínua dos *puzzles* que o paradigma é confrontado, a ciência normal imperiosamente se defronta com questões que não conseguem ser resolvidas dentro de suas fronteiras. Frente a tal situação, o paradigma pode ter tanto seus limites expandidos quanto sua credibilidade atingida frente às anomalias resultantes dos *puzzles* não solucionados satisfatoriamente (Kuhn 1998, 77-80). A descoberta do raio-x foi apresentada por Kuhn como exemplo clássico de anomalia que desafiou a *ciência normal* a explicá-la dentro dos limites do paradigma então vigente. Ao apresentar sua descoberta a comunidade científica, Wilhelm Conrad Röntgen (1845-1923) inicialmente foi tomado como embuste, visto que o funcionamento do radio-x divergia completamente do conhecimento compartilhado pela maior parte dos cientistas do século XIX (Kuhn 1998, 85). Se em um momento inicial a comunidade científica se viu incapaz de aceitar a descoberta de Röntgen, pois ela divergia das questões aceitas pela *ciência normal*, os resultados posteriormente comprovados sobre o raio x fizeram o conhecimento sobre a física das moléculas ser radicalmente modificado. Assim, se em um momento inicial de vigência o paradigma consegue explicar com facilidade os fenômenos aos quais é confrontado, gradualmente ele perde a capacidade de dar respostas satisfatórias aos *puzzles* que ocorrem no seio das práticas científicas cotidianas. Assim, *ciência normal* caminha inevitavelmente para um momento de crise estrutural, pré-condição para a emergência de um novo

paradigma científico. A partir do momento que um novo paradigma se mostra qualificado para solucionar os *puzzles* que o paradigma precedente era incapaz, as fundações que sustentam a *ciência normal* passam irremediavelmente a ruir. Em contraposição a *ciência normal*, as *revoluções científicas* se caracterizam pela emergência de um novo paradigma científico (Kuhn 1998, 125).

Para Kuhn, o novo paradigma adotado não representa apenas a adoção de novas técnicas e práticas científicas. O novo paradigma também não busca readequar os pontos antagônicos do paradigma científico anterior. Antes, a adoção de um novo paradigma pressupõe uma mudança radical na forma como a ciência opera e é compreendida. Uma nova concepção de mundo se abre, com novos desafios a serem encarados, novos *puzzles* a serem resolvidos e novos instrumentos a guiar o olhar dos cientistas por caminhos antes obscuros ou mesmo ignorados (Kuhn 1998, 125-126).

Por conseguinte, supostamente a mudança paradigmática em decurso ao longo do século XVIII no seio da farmácia portuguesa poderia ser compreendida por meio do modelo traçado por Kuhn sobre como operavam tais fenômenos dentro do campo científico. Até certo modo, de fato as mudanças foram provocadas tanto por forças internas, dada a ineficiência do paradigma galênico em resolver os *puzzles* então propostos, quanto por forças externas, materializadas na emergência da farmácia química na Europa Central. Com isso, o acúmulo das anomalias no seio da ciência normal levaram a irremediável substituição do paradigma galênico como norte teórico da boticária no país. Todavia, analisando de maneira mais verticalizada as características do campo farmacêutico português do período, percebemos tal mudança deu-se de forma singular e diferente do arquétipo defendido por Kuhn.

#### **4.1 Da farmácia galênica para a farmácia química no século XVIII**

Até o começo do século XVIII, a farmácia portuguesa era marcadamente galênica, sendo a teoria humoral base na compreensão do processo terapêutico, natureza das doenças e de promoção da cura (Pita 1996, 16). Vomitórios, purgas e principalmente as sangrias eram os tratamentos médicos mais utilizados entre os médicos, boticários e barbeiros cirurgiões. “Em Lisboa não há sangria má, nem purga boa” dizia o ditado seiscentista sobre como tais práticas estavam enraizadas entre os agentes de cura da cidade (Dias 2007, 17). As sangrias em especial, por

serem práticas altamente disseminadas, deram a terapêutica portuguesa um caráter particularmente sangrento. Consta que elas eram administradas de maneira indiscriminada contra as mais diversas patologias. Essa capacidade de aplicar a sangria como terapêutica geral foi apontada pelo escritor médico Júlio Dantas (1876-1962) em seu *Outros Tempos*, obra em que narra a condição médica e social de Portugal entre os séculos XVIII e XIX. Em sua obra, Dantas afirmou que “todo o bom viajante do século XVIII, neste sagrado recanto de Portugal, chamava o padre para confessar à partida e o barbeiro para o sangrar à chegada” (Dantas 1916, 208-209). Assim como a religião ocupava um papel decisivo na vida social desse período, a sangria também era compreendida como prática capaz de restabelecer a cura frente as mais diversas enfermidades.

A inexistência de um repertório maior de práticas terapêuticas foi alvo de críticas de Ribeiro Sanches, que considerava uma situação grave os médicos portugueses fazerem uso da mesma terapia para quase todas as doenças a que eram confrontados. Em seu *Método para aprender e estudar a Medicina*, publicado originalmente em 1763, o médico foi enfático sobre a deficiência educacional em Portugal e suas consequências na forma de como os profissionais da saúde agiam. “O Médico que adquiriu uma vez um certo e rasteiro método de curar com sangrias, água de Inglaterra, soro de leite, se for bem-sucedido com trinta enfermos, não quererá estudar, nem saber mais” (Sanches 2003, 9). Para tal condição, Ribeiro Sanches defendia a necessidade urgente em uma reformulação tanto do ensino quanto do controle dos médicos, boticários e cirurgiões.

Com efeito, o pensamento de Ribeiro Sanches foi uma das grandes influências na reforma do ensino universitário ocorrida na segunda metade do século. De maneira equiparável, Castro Sarmiento e Verney também aparecem como personagens influentes na propagação em Portugal das práticas médicas modernas, a exemplo do método experimental defendido Van Swieten e Boerhaave (Pita 1996,52-66). Para estes autores, era imperativo que a melhoria da qualidade dos agentes de saúde portugueses passasse primeiramente pela reforma da educação universitária. No primeiro capítulo da presente pesquisa se pode encontrar com maiores detalhes como historicamente esteve estruturada a educação médica na Universidade e Coimbra, mas é importante ratificar que o ensino universitário - seja antes ou depois da reforma pombalina - subordinava o ensino boticário ao

ensino médico. Consequentemente, as mudanças produzidas no ensino médico se refletiram também no ensino boticário.

A influência da educação no processo de mudança do paradigma científico médico-farmacêutico é um dos pontos centrais do *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal* de João Rui Pita. Na obra, dentre outros temas, Pita se ocupou em ressaltar como a reforma pombalina moldou um novo ensino médico na Universidade de Coimbra, assim como ela refletiu diretamente nas mudanças ocorridas no seio das profissões médicas portuguesas durante o período. Dentre tais reflexos, sobressai a mudança paradigmática produzida pela reforma pombalina. Ao instituir os novos Estatutos da Universidade em 1772, a pretensão era de “remeter para plano secundário a influência galênica nos alunos de medicina e, por conseguinte, na formação dos boticários” (Pita 1996, 16).

Assim, ao introduzir teorias iatromecânicas, iatroquímicas e vitalistas na literatura médica portuguesa, a reforma pombalina do ensino universitário foi preponderante para a mudança do paradigma médico-farmacêutico português. Ainda que todo o século XVIII conheça uma gradativa inserção de novos pensamentos médicos que promoveram a farmácia química no país, os processos desencadeados com a introdução dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra foram essenciais para o fim do galenismo português (Pita 1996, 19-20). Para Pita, tal condição pode ser corroborada ao identificar as teorias que norteavam as farmacopeias publicadas ao longo do período. Ainda que essas obras se caracterizassem mais por refletir a visão de seu autor sobre o tema do que necessariamente constituírem um reflexo fidedigno do campo farmacêutico, o confronto do conteúdo por elas apresentado é significativo para observar as mudanças que estavam em curso. Assim, é relevante perceber as diferenças existentes na matéria médica exibida pelas farmacopeias do período. Em detrimento do pensamento galênico, é nítida a gradual adoção da farmácia química ao longo das farmacopeias publicadas sucessivamente ao longo do século XVIII (Pita 1996, 171-175).

Opinião parecida foi manifestada por José Pedro Sousa Dias em *Droguistas, Boticários e Segredistas*. Todavia, ainda que a mudança pedagógica ocorrida na Universidade de Coimbra apareça como um dos elementos que moldaram a farmácia portuguesa do período, a reestruturação institucional da profissão e a

influência de personalidades médico-farmacêuticas assumem um caráter de maior importância na obra de Dias.

Dentre os profissionais apresentados por Dias, João Curvo Semedo aparece como expoente máximo para a difusão da farmácia química em Portugal (Dias 2007, 45). Médico de formação, Curvo Semedo publicou um total de nove livros, além de alguns folhetos dispersos que, por vezes, não estão datados. Em sua obra de maior destaque, a várias vezes reeditada *Polyanthea Medicinal, Noticias Galenicis e Chymicas* (1697), o médico fez uma feroz crítica aos médicos de seu tempo por nem mesmo saberem as bases mais elementares da química e sua aplicação nos processos de cura (Dias 2007, 50). Para tanto, ao longo da obra foram apresentadas, de maneira pioneira na literatura médica em português, uma série de medicamentos de origem química, entre os quais o antimônio, o qual Curvo Semedo afirmava ser o primeiro a introduzir em Portugal.

Todavia, ainda que partidário do uso de medicamentos químicos, Dias pontua que não é legítimo afirmar que Curvo Semedo foi um iatroquímico (Dias 2007, 52). Mesmo que entusiasmado pelos efeitos positivos de seu uso terapêutico, a farmácia química aparece em sua obra como um complemento à farmácia galênica. Ao abordar o tratamento aos males que acometem o peito, pontua Curvo Semedo que para tal mal era recomendado o uso de remédios químicos, como o óleo de ventriolo, que “os galenicos [remédios] se enfraquecem nas passagens dos lugares; & os chymicos conservão mais tempo as suas virtudes” (Semedo 1698, 337). Assim como no excerto, existe em toda sua obra uma clara intenção em conciliar as bases das duas farmácias, de forma que ambas pudessem servir ao mesmo propósito: a cura das enfermidades.

Essa condição de conciliação entre o galenismo e a farmácia química caracterizou todo o barroco português, sendo que uma maior predileção pela segunda teoria apenas ocorreu na segunda metade do século XVIII. Segundo Dias, um dos responsáveis pela emergência definitiva da farmácia química em Portugal, bem como pela introdução do pensamento iatromecânico, foi o médico *estrangeirado* Jacob de Castro Sarmiento (Dias 2007, 65). Influenciado pela ciência experimental que entrara em contato ao emigrar para Inglaterra, especialmente pelo pensamento de Isaac Newton e Herman Boerhaave, Castro Sarmiento abandona a tradição humoral em favor de uma compreensão mecanicista e cartesiana do

funcionamento do corpo humano. Mesmo sem nunca mais voltar para Portugal, publicou largamente em português, sendo sua *Matéria Médica* (1735) uma das obras mais importantes para a difusão das bases ciência moderna entre os médicos e boticários portugueses.

Em *Até que as Luzes os separem: Hipócrates e Galeno na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII* (2010), Dias aprofundou a questão da transição paradigmática do pensamento médico-farmacêutico em Portugal. Ao longo do texto, Dias sublinha que a terapêutica galênica tradicionalmente existia como prática hegemônica entre os médicos e boticários do país, sendo sua soberania legitimada pela Universidade de Coimbra, que a reproduzia como principal meio de compreender os processos de cura e compreensão das enfermidades (Dias 2010, 77). Todavia, ao longo do século XVIII a farmácia galênica passa gradativamente a ser desacreditada pelos médicos e boticários, sendo substituída pela terapêutica química. Entre os responsáveis pela transição estavam as principais personalidades médicas do país, como os anteriormente citados Curvo Semedo e Castro Sarmiento. Através de suas obras, que atestavam o poder de remédios como o antimônio e o sal de vitríolo, propagou-se a progressiva aceitação dos remédios de origem química como prática necessária ao ofício médico-boticário (Dias 2010, 82).

No referido estudo, Dias aponta que a transição paradigmática sucedeu sem grandes atritos entre os adeptos da farmácia galênica e da farmácia química, ao contrário do verificado em outros países. Em verdade, tem registro de apenas um caso onde um praticamente galênico se levantou contra a emergência da terapêutica química. Publicado em 1735, o *Apologia médico-racional* do médico António Dias Inchado foi a única voz contra os novos remédios que então eram incorporados pela farmácia portuguesa. Para o médico, a difusão da quina e do antimônio entre os boticários dava-se sem a real comprovação de suas virtudes médicas, estando à utilização de ambas as drogas em completo desalinho ao pensamento galênico (Dias 2010, 81). Todavia, com exceção deste, a adoção da farmácia química deu-se sem protestos entre os boticários, que antes de alcançar a posição de paradigma dominante, primeiramente foi empregada como complemento ao galenismo então praticado (Dias 2010, 82).

A questão da ausência de atritos teóricos entre os praticantes das duas farmácias também foi abordada pelo historiador da ciência Allen Debus em

*Chemistry and Iatrochemistry in Early Eighteenth-Century Portugal: A Spanish Connection* (1986). O artigo foi um dos estudos pioneiros ao analisar a adoção da farmácia química em Portugal, tema o qual Debus considerava até então pouco estudado pela historiografia portuguesa. De fato, se analisarmos as publicações posteriores sobre o tema, ainda persiste condição apontada por Debus há mais de 30 anos. Tanto persiste que o texto de Debus é até hoje uma das principais referências sobre esse objeto de estudo, tanto por sua qualidade e rigor científico quanto pela carência de novas publicações que abordem diretamente este processo. Afirmou Debus que a insuficiência de trabalhos sobre a farmácia química portuguesa existia em contraposição com o que ocorria na Espanha, onde podiam ser encontrados inúmeros trabalhos sobre a adoção da farmácia química pelos espanhóis (Debus 1986, 1245). Outra das discrepâncias entre os dois países reside na resistência à adoção da farmácia química. Se em Portugal a farmácia química foi adotada sem grandes atritos entre seus praticantes, no cenário espanhol se verifica uma condição oposta. Vários foram os autores galênicos e químicos em Espanha que se enfrentaram em publicações ásperas sobre as virtudes da terapêutica que adotavam e, em consequência, a ineficácia da prática antagônica. Entre tais autores, se destaca o papel combativo de Miguel Marcelino Boix y Moliner (1636-1722) contra a hegemonia do pensamento galênico. Autor de *Hippocrates defendido* (1711) Boix apontava a equivocada aplicação de muitos dos princípios defendidos na teoria humoral, destacando a necessidade da adoção de práticas empíricas da farmácia química entre os boticários espanhóis (Debus 1986, 1249).

É relevante frisar que Debus apontou a importância da literatura médico-farmacêutica na ascensão da farmácia química, tanto para a adoção de seus medicamentos quanto para sua elevação à posição de paradigma hegemônico (Debus 1986, 1251-1253). De fato, devido ao pequeno contingente de boticários portugueses que assistiam as cadeiras de química durante a formação universitária, a literatura médico-farmacêutica assumiu também um papel pedagógico. Era através dos folhetos e publicações - dentre os quais estão incluídas as farmacopeias - que os boticários portugueses tiveram o primeiro contato com as práticas laborais que caracterizavam a farmácia química, seus instrumentos e ideias defendidos pelos cientistas mais proeminentes do campo. Em tais publicações a figura de Nicolas

Lémery (1645-1715) surge como a principal referência da farmácia química no período.

Em *L'influence de la pharmacie et de la chimie françaises au Portugal au XVIII<sup>e</sup> siècle: Nicolas Lémery* (1994) Dias e Pita assinalam a importância do químico francês para a adoção da terapêutica química no país. Autor de, entre outras, *Cours de chymie* (1675) e *Pharmacopée universelle* (1697), suas obras aparecem na quase totalidade dos autores que popularizaram os remédios de origem química. Entre tais autores, se destaca o também francês João Vigier. Em *Pharmacopeia Ulyssiponense* (1716), Vigier foi o primeiro a divulgar em língua portuguesa os princípios da farmácia química de maneira mais consistente, descrevendo como se realizavam as principais operações de manipulação e preparo dos remédios químicos. Para tanto, Vigier se valeu em muito das obras de Lémery, especialmente do *Cours de chymie*, o qual aparece traduzido de maneira quase integral em sua farmacopeia (Dias, Pita 1994, 86-88).

O boticário Manuel Rodrigues Coelho também consta como outro dos principais divulgadores do pensamento de Lemery e, como consequência, da farmácia química entre os boticários portugueses. Autor da *Pharmacopea Tubalense* (1735), sua farmacopeia apresenta um considerável número de receitas químicas, sendo uma das principais obras boticárias da primeira metade do século. Entre as fórmulas encontradas na obra, 314 foram extraídas da *Pharmacopée universelle* e outras 36 da *Cours de chymie*, representando 36% do total das fórmulas encontradas em sua farmacopeia (Dias, Pita 1994, 88).

#### **4.2 Galenismo, farmácia química e a incomensurabilidade**

Como visto, existe algum consenso entre os principais historiadores da farmácia portuguesa sobre o regime de complementaridade da terapêutica galênica e química durante o século XVIII. Ambas farmácias coexistiam com certa harmonia entre os boticários do país. A ausência de debates entre os adeptos dos dois diferentes pensamentos, algo que Debus aponta como uma característica singular de Portugal quando comparado ao ocorrido em outras nações europeias (Debus 1986, 1245), pode ser explicado por, de maneira rigorosa, inexistirem no país uma separação clara que pudesse legitimar a existência de dois tipos distintos de boticários. Logo, não poderia a farmácia se encontrar dividida em praticantes

puramente galênicos e exclusivamente químicos. Antes, e ao menos por grande parte do período, todo boticário português era tanto galênico quanto adepto da farmácia química. Ainda que possa se verificar individualmente diferentes graus de adesão as teorias de um ou outro paradigma, o boticário português era o produto sincrético entre a velha e a nova farmácia, forjado de forma a conciliar ambas formas de pensamento.

Esta condição sincrética<sup>59</sup>, a qual à teoria humoral e as ideias químicas subsistem em regime de complementaridade, pode ser vista com clareza ao longo da *Pharmacopea Dogmatica* do frei João de Jesus Maria. Ainda nas passagens iniciais da presente farmacopeia, quando o autor se ocupa em caracterizar o ofício farmacêutico, ele sublinha que “a Pharmacia recebida na Praxe Medica por aquella especial, e nobre parte da Medicina Therapeutica, a qual se divide em Galenica, e Chimica”, sendo a galênica “aquella, que os antigos Gregos, e Arábes, como Romanos exerceraõ, e praticaraõ”, enquanto a química “aquella excelente Arte separatoria, assaz versada, e estimada dos Modernos” (Jesus Maria 1772, 3). Ao definir os dois paradigmas, um proveniente dos antigos e o outro dos modernos, Jesus Maria sublinha que o primeiro se caracteriza na “Eleição, Reposição, Preparação, Mistão, Distribuição, e Taxação dos Medicamentos”, enquanto o segundo “com certas operaçoens Phisicas ensina a resolver, e separar, mediante o Fogo, os vasos concernentes, as substancias dos naturaes, corpos mistos” (Jesus Maria 1772, 3). Todavia, ainda que evidencie as diferenças existentes entre elas, o frei beneditino não faz proselitismo quanto as qualidades terapêuticas de ambas. Ao contrário:

“Subsiste o fim de huma, e outra Pharmacia em dispor, e preparar idoneos remedios, para o vencimento das queixas, e não obstante o estãr a Chimica

---

<sup>59</sup> Sincretismo, enquanto conceito e categorização, é geralmente utilizado nos campos da História das Religiões para explicar a combinação de diferentes - por vezes contraditórias - práticas espirituais em um único rito. Existem diversos estudos nesta área, o qual destaco o artigo *From Creolization to Syncretism: Climbing the Ritual Ladder* (2015) de Charles Stewart como grande expoente na caracterização do conceito. Para Stewart, um prática sincrética não pressupõe ser estática, mas antes, em constante mutação e adaptação ao local e tempo em que está inserido (Stewart 2015, 357-358). Em contra partida, o conceito de hibridismos aplica-se para caracterizar o resultado da adaptação de dois ou mais correntes de pensamento, ou seja, algo novo produzido a partir de teorias e pensamentos definidos. No presente estudo, ao identificar a característica heterogênea da farmácia portuguesa, adotou-se o conceito *sincrético* como forma de melhor explicá-la, tento em vista que, na minha interpretação e como deixarei claro ao longo do texto, a realidade da farmácia portuguesa do século XVIII não se apresentou como fixa, mas antes por um movimento constante de mutação e adaptação às condições socioprofissionais e científicas a qual esteve inserida.

recebida na Praxe Phisica das sciencias, e pela mais ajustada, e util; diz o Cl. Hoffmanno, com sólido fundamento se devem preparar os Medicamentos dos 3 Medicinaes Reynos só com húa unica Arte, praticada assim com o methodo Chimico, como Galenico, pois não carecendo tanto esta, como aquella de merecido louvor, ambas, he certo, devem conspirar uniformemente, para boa elaboração e fabrica dos Medicamentos” (Jesus Maria 1772, 3).

É significativo compreender como o excerto acima transcrito sintetiza a ideia de equivalência das duas farmácias para Jesus Maria. Mesmo que a “Praxe Phisica das sciencias” imputasse à química como prática mais efetiva, Jesus Maria assume que, assim como Friedrich Hoffmann, nenhuma das duas farmácias se sobrepõe hierarquicamente a outra. Antes, ambas existem em regime de complementaridade, devendo ser utilizadas indistintamente para uma melhor execução do ofício boticário.

A negação de que uma terapêutica fosse melhor ou mais efetiva que a outra pode também ser encontrada quando o autor caracteriza as propriedades dos remédios produzidos por elas. Se através da química “resultaõ remedios mais exaltados, e avantajada actividade, (...) não tira o serem tambem seguros, e necessarios os remedios Galenicos, bem adequados para Pessoas fracas, que só admitem huma lenta cura” (Jesus Maria 1772, 3). Essencialmente diferentes, uma com remédios mais voláteis e outra com remédios mais brandos, a farmácia química e galênica eram, para Jesus Maria, duas práticas que deveriam ser executadas de maneira conjunta para o bom exercício do ofício boticário. Elas não se sobrepunham em qualidades de forma que uma terapêutica legitimasse a renúncia da outra. Antes, ambas deveria ser usadas igualmente, obedecendo as características tanto das drogas quanto do enfermo. Assim, por serem diferentes em suas qualidades e modo de ação medicinal, cabia aos boticários dominar as duas práticas e escolher, frente a enfermidade que era confrontado, qual delas era mais indicada para o restabelecimento da cura.

As posições dispostas por Jesus Maria ilustram a compreensão que seus pares tinham da farmácia. A associação da farmácia química e galênica na terapêutica cotidiana pode ser verificada nas demais farmacopeias publicadas no período. Inclusive, algumas carregavam em seu subtítulo serem publicações *químico-galênicas*, como a farmacopeia de João Vigier, que está registrada com

título *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica e Chymica*, e a de Manoel Rodrigues Coelho como *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*.

Os dois autores supracitados também expressam que a farmácia se caracterizava pela associação das duas práticas distintas de forma que ambas eram igualmente importantes. No primeiro capítulo de sua farmacopeia, João Vigier lança mão de um sistema didático de perguntas e respostas com intuito de informar seu leitor sobre a caracterização da farmácia e do ofício boticário. “Que definição tem [a farmácia]?” é uma das primeiras. Como resposta, Vigier assinala que a farmácia “dividese em duas partes, Galenica, & em Chimica” (Vigier 1716, 1). Enquanto a farmácia galênica “se contenta da simplez mistura, sem especulação das substancias de cada hũa das drogas he naturalmente composta: a Pharmacia Chimica he aquella que faz a analyse dos corpos naturaes, para daquelles fazer separação das substancias inuteis” (Vigier 1716, 1). Uma explicação que possui diferença substancial ao excerto anteriormente extraído do trabalho de Jesus Maria sobre o mesmo tema. Para o clérigo, a farmácia química não necessariamente pode, através de suas operações separar as substâncias úteis e inúteis dos medicamentos. Todavia, no segmento da resposta, Vigier diz que os remédios obtidos através da farmácia química são “mais exaltados, & e mais essenciais” (Vigier 1716, 2), uma conclusão semelhante à Jesus Maria sobre como os remédios químicos eram mais voláteis quando comparado aos galênicos.

Também em um esquema de perguntas e respostas Manoel Rodrigues Coelho articula o primeiro capítulo de sua *Pharmacopea Tubalense*. Quando indaga sobre quantas partes a farmácia está dividida, Coelho assume que ela “divide-se em duas partes, ou especies: isto he, em Galenica, e Chimica” (Coelho 1735, 3). Ainda que dividida em duas, seu propósito é único “eleger os simples, dar-lhe a cada hum a preparação correspondente á sua mesma natureza, e misturallos, ou unillos com a collocação, que cada hum necessita” (Coelho 1735, 3-4). Para Coelho, ainda que distintas em suas características, o objetivo de ambas é o mesmo. Assim, Coelho reafirma o que encontramos nos anteriores autores: a farmácia era dividida em duas operações distintas que não podiam ser praticadas separadamente; antes, eram igualmente partes integrantes e indivisíveis do ofício boticário.

Essa condição da farmácia portuguesa, onde o galenismo e a farmácia química existiam em regime de complementaridade, contradiz a teoria proposta por

Kuhn sobre a essência da ciência normal e como desencadeavam as revoluções científicas. Como apontado no início do presente capítulo, Kuhn entende as teorias científicas como paradigmas estruturados, de limites definidos, que uma vez adotadas pela comunidade científica impõem de maneira imperiosa a rejeição do paradigma antecessor (Kuhn 1998, 108-110). Para Kuhn, os paradigmas científicos são concepções únicas de mundo. Aos seus praticantes o paradigma vigente define formas de como a ciência deve ser praticada, bem como ela não deve ser praticada. Por definição, os impedimentos são as práticas definidas pelo paradigma anteriormente em voga. Com efeito, ao rejeitar as práticas que caracterizam o paradigma precedente, o novo paradigma possibilita os cientistas caminhos profissionais que anteriormente nem mesmo eram cogitados (Kuhn 1998, 145). Portanto, paradigmas distintos são essencialmente diferentes e irreconciliáveis em suas bases teóricas.

Cunhando um conceito próprio, Kuhn chamou de *incomensurabilidade das traduções científicas* a incapacidade dos paradigmas de dialogarem entre si (Kuhn 1998, 188). Para ele, a adesão da comunidade científica para determinada teoria significava o completo abandono das práticas teóricas do paradigma anteriormente em voga. Consequentemente, o período que antecede a completa aceitação do novo paradigma se caracteriza por um conturbado embate entre os praticantes da velha tradição e os adeptos do novo paradigma. Os dois grupos se digladiam em denúncias de violação dos padrões científicos, acusações de fraude e renitência aos resultados alcançados pelo grupo oposto. Para Kuhn, tal celeuma tem fim não pela conversão da totalidade dos membros da comunidade de científica, mas pela inevitável morte da geração de adeptos do paradigma tradicional. Como exemplo, Kuhn aponta que o copernicianismo fez poucos adeptos durante um século após a morte de Copérnico; as ideias de Newton não foram completamente aceites durante sua vida; assim como o próprio Darwin apontava que sua teoria evolutiva não causaria eco entre os velhos naturalistas (Kuhn 1998, 191).

Entretanto, é notório como a incomensurabilidade defendida por Kuhn<sup>60</sup> não se verifica quando observamos o caso da farmácia portuguesa setecentista. O que a

---

<sup>60</sup> A incomensurabilidade das teorias científicas foi um dos pontos mais criticados dentre as ideias levantadas ao longo da *A Estrutura das Revoluções*. A fragilidade da teoria foi inclusive admitida, ainda que de maneira discreta, pelo próprio autor no prefácio publicado nas posteriores edições da obra. Na passagem, Kuhn registrou que “existem circunstâncias, embora eu pense que são raras, nas

leitura das fontes do período remetem, ao contrário de uma incomensurabilidade entre a prática galênica e química, era a aceitação das duas teorias como práticas válidas na profissão boticária. Não existia a impossibilidade de comunicação entre as bases teóricas dos dois paradigmas. Antes, eles existiam em regime de complementaridade.

A presença de dois paradigmas, utilizados e aceites de maneira indistinta pela comunidade científica, não foi uma exclusividade ao objeto aqui abordado. Antes, tal condição pode ser encontrada em diferentes momentos da história das ciências. A existência de paradigmas distintos e com bases teóricas discrepantes entre si, mas igualmente aceites e validados pela comunidade científica de um determinado período histórico, foram verificados em momentos de transição de teorias tradicionalmente aceites, que geralmente vigoraram por um recorte temporal consideravelmente extenso e que subitamente foram confrontados e/ou substituído por um novo paradigma. Como exemplo podemos ver no trabalho de Charles B. Schmitt, que demonstrou como pode existir uma determinados paradigmas podem ter uma sobrevida alargada mesmo após séculos de sua substituição. Em *Towards a Reassessment of Renaissance Aristotelism*, Schmitt apontou como elementos do aristotelismo sobrevivem e são aceites pela comunidade científica mesmo após a emergência do heliocentrismo copernicano. Aliás, para Schmitt, tais elementos resistem tanto tempo que aparecem ainda no século XVIII como parte integrante da educação científica e filosófica das universidades europeias (Schmitt 1973, 179). Para Schmitt, a capacidade de flexibilidade e absorção de novas ideias do aristotelismo foi preponderante para sua sobrevivência, tanto ao longo do tempo como frente a emergência de novos paradigmas que confrontavam suas bases teóricas (Schmitt 1978, 168-169). Sua capacidade de explicar o mundo e os fenômenos naturais de maneira holística, mas sem que seus fundamentos impedissem a associação de novas teorias, permitiu que o aristotelismo atravessasse os séculos sendo modificado e moldado ao tempo e local a qual estava inserido, mas sem com isso perder os atributos que o caracterizavam.

Assim, antes de serem incomensuráveis, podemos perceber que o galenismo e a farmácia de origem química, ainda que distintas em suas bases teóricas,

---

quais dois paradigmas podem coexistir pacificamente nos períodos pós-paradigmáticos” (Kuhn 1998, 14-15).

estabelecem comunicação entre si. As diferenças existentes entre elas não obrigaram os boticários do período a escolherem uma em detrimento da outra. Na verdade, as diferenças que se impunham entre elas eram vistas como positivas, pois possibilitavam abordagens terapêuticas diferentes. Como assinalou Jesus Maria e Vigier, os remédios químicos eram vistos como essencialmente mais fortes, enquanto os galênicos mais sutis e melhor utilizados para doentes que admitiam um tratamento mais leve (Jesus Maria 1772, 3; Vigier 1716, 2). Dessa forma, percebemos que a presença de teorias distintas como práticas normativas do ofício boticário não podem ser analisadas através do conceito de incomensurabilidade de Kuhn. Antes, a condição de existência complementar de ambos paradigmas verificada na farmácia portuguesa setecentista se assemelha ao conceito de *zonas de troca* proposto por Peter Galison.

Em *Image and logic: a material culture of microphysics* (1997) o físico e historiador da ciência aprofunda seu interesse em como o desenvolvimento da ciência está diretamente ligado as condições materiais que a envolve. Negando a dicotomia de interno e externo à ciência, Galison observa que a ciência não existe de forma completamente autônoma ou intrinsecamente dependente de sua estrutura social, mas sim que ambas condições influenciam sua atuação (Galison 1997). Na obra em questão, o autor demonstra especial interesse em como o experimento científico é produto da confluência entre as condições externas e internas das ciências, especialmente no que toca ao cientista que a realiza. Assim, ao estudar os experimentos científicos realizados durante o século XX, Galison leva em conta os autores sociais que o realizaram. Cientista e experimento são indissociáveis e estão inseridos em uma determinada cultura, tempo histórico e local, de forma que todos estes elementos influenciam diretamente em como a prática científica se realiza (Galison 1997, 401).

Apesar de Galison não tratar do período histórico ou do objeto de estudo aqui proposto, sua obra aponta direções que permitem uma melhor compreensão de como a farmácia química e o galenismo podem ser analisados no seio da farmácia portuguesa setecentista. Nomeadamente, o conceito de *zonas de troca* se apresenta especialmente relevante à proposta. Em oposição à ideia de incomensurabilidade de Kuhn, Galison propõe uma compreensão que não está centrada nos paradigmas que possam balizar a ciência, mas sim na análise das condições materiais e

culturais que a sustentam. Para tanto, o conceito de zonas de troca foi cunhado por influência do estudo realizado pelo antropólogo Michael T. Taussig a respeito das trocas comerciais realizadas entre os camponeses e os fazendeiros do Vale do Cauco, na Colômbia. Ainda que pertencentes a classes sociais diferentes e possuidores de compreensões distintas sobre as trocas comerciais que realizavam<sup>61</sup>, o resultado das trocas davam-se de maneira satisfatória para ambas as partes. Para Galison, o que ocorre no caso de Taussig pode ser igualmente visto quando trabalham em conjunto cientistas de diferentes campos científicos e com concepções teóricas distintas. Ainda que as compreensões sobre o objeto que atuam não sejam iguais, não existe entre eles uma incomensurabilidade que impeça a cooperação para um fim único. Ao contrário, são inúmeros os avanços técnico-científicos advindos do trabalho conjunto de profissionais de diferentes áreas científicas. Com exemplo, Galison demonstra como físicos e engenheiros, ainda que detentores de diferentes abordagens teóricas, durante a Segunda Guerra Mundial puderam desenvolver em conjunto o sistema de radar (Galison 1997, 806-827).

De maneira paralela, podemos perceber que a existência da farmácia química e da farmácia galênica em Portugal durante o século XVIII pode ser observada com maior precisão dentro do conceito de *zonas de trocas* que ao da *incomensurabilidade paradigmática* de Kuhn. A condição de complementaridade dos dois paradigmas sustentada por Jesus Maria (Jesus Maria 1772, 3) e outros autores do período (Vigier 1716, 1; Coelho 1735, 3-4), como anteriormente apontado, legitima tal interpretação. Ao contrário de sistemas teóricos rivais, ambas eram compreendidas e aceitas igualmente como formas de curar, devendo ao profissional farmacêutico saber eleger qual das duas teorias é mais indicada a cada paciente. Assim, levando em consideração a teoria de *zonas de troca*, a farmácia galênica e a farmácia química, mesmo que inconsistente em seus fundamentos teóricos, funcionavam de maneira satisfatória pois o objetivo final de ambas era o mesmo: a cura do paciente.

---

<sup>61</sup> No caso, Taussig cita o exemplo de como o dinheiro era compreendido de maneira diferente entre as duas classes. Enquanto os fazendeiros entendiam o dinheiro de maneira inócua, apenas como um meio de manter sua posição social, os camponeses inculciam nele um sentido moral e metafísico. Como exemplo, durante o batismo de camponeses, era costume os padrinhos fazerem as crianças segurarem uma nota ou moeda, que desta forma também era batizada pelo padre. Uma vez posta em circulação, acreditava-se que o valor revertia em benesses materiais tanto para a criança quando para o próprio padrinho (Galison 1997, 782-783).

### 4.3 Galenismo e Iatroquímica na Europa

Impresso em 1570, o livro *Quinta Essentia* do alquimista suíço Leonhard Thurneysser<sup>62</sup> (1531-c.1595) contém uma ilustração onde um homem é apresentado dividido em quatro partes distintas. Ao redor da representação do zodíaco, cada uma dessas partes que constitui o indivíduo apresenta características singulares. Tal xilogravura, para além de sua beleza estética, ilustra de forma resumida como se dava a concepção galênica sobre a constituição do corpo humano. Para tanto, o galenismo entendia que o corpo era constituído essencialmente por sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra – os quatro humores principais do corpo humano.



Figura 9. Ilustração da obra de Thurneysser onde estão representados os quatro humores da teoria galênica e seus temperamentos característicos (Thurneysser 1574)

<sup>62</sup> Apesar de não ter passado por nenhuma universidade, Thurneysser seguia o pensamento alquímico de Paracelso e praticava medicina, tornando-se médico pessoal do Príncipe Eleitor de *Brandenburgo*. Realizou extensas viagens pela Europa, passando inclusive por Portugal, onde escreveu um tratado sobre a natureza do país. Para maiores informações sobre o autor, indica-se a leitura de *A 'Historia Natural de Portugal' de Leonhard Thurneysser zum Thurn, ca. 1555-1556* (Herold et al. 2017).

Apesar do galenismo obviamente estar intimamente ligado ao nome de Galeno de Pérgamo (c.129-c.217), suas raízes cingem períodos muito anteriores ao do médico romano. A teoria galênica possui uma forte influência na compreensão helenística sobre a natureza física, especialmente em Hipócrates (460 a.C.-370 a. C.). Para o filósofo grego, e em conformidade com outros pensadores de seu período, a saúde advém do equilíbrio dos quatro humores que constituem o corpo humano. Assim a doença nada mais é que o resultado do desequilíbrio dos humores corpóreos (Alves 2014, 30). Em vista da influência de Hipócrates na obra de Galeno, a teoria dos humores também pode ser chamada de teoria hipocrática-galênica.

Para o galenismo, a terapêutica e diagnóstico se caracterizavam pela análise das particularidades que cada enfermo possuía. Dessa forma, o foco do médico não era a doença, mas sim o doente. Assim, o diagnóstico se dava por um escrutínio da atividade sexual, hábitos, regime de sono, alimentação e outras informações relevantes sobre o paciente. Uma vez compreendido qual do(s) humor(es) estava em desequilíbrio, o médico buscava através de sangrias, indução de vômitos, purgas e ingestão de remédios de origem animal ou vegetal a restauração da plena saúde de seu paciente (Edler 2006, 34)

Para além de um sistema de compreensão da constituição física do corpo humano - e das doenças que poderiam acometê-lo - a teoria galênica objetivava a compreensão de toda natureza física. Através das características que cada um dos humores possuía (quente, frio, seco ou húmido), todos os corpos físicos eram passíveis a serem descritos pela mesma base teórica. Aos tais humores também eram empregadas características temperamentais singulares, como pode ser visto na gravura de Thurneysser, onde se lê fleumático, sanguíneo, colérico e melancólico em cada uma das quatro partes que constituem o indivíduo retratado. A ação dos humores eram identificadas como próprias do baço, coração, cérebro e fígado. Os quatro humores também estavam associados intimamente aos quatro elementos naturais: terra, água, fogo e ar; assim como as quatro estações do ano; bem como aos corpos celestes Júpiter, Saturno, Marte e Lua (Boumediene 2016, 43-44). Assim, o galenismo era mais que um sistema de compreensão do corpo humano. Ele era antes uma forma de compreender toda a natureza física<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Como exemplo de como o galenismo escapava da esfera médica, suas ideias ocuparam um papel de destaque na arte renascentista. Albrecht Dürer (1471-1528), o principal nome do renascimento alemão, usou a concepção humoral galênica em ao menos dois de seus quadros: *Melancolia* (1514),

Humor	Sangue	Bílis Negra	Bílis Amarela	Fleuma
Órgão	Coração	Baço	Cérebro	Cérebro
Característica	Quente e Húmido	Frio e Seco	Quente e Seca	Frio e Húmido
Temperamento	Sanguíneo	Melancólico	Colérico	Fleumático
Elemento	Ar	Terra	Fogo	Água
Estação	Primavera	Outono	Verão	Inverno
Corpo celeste	Júpiter	Saturno	Marte	Lua

**Tabela 9. Humores e suas associações com os órgãos, temperamento, elemento natural, estação do ano, corpo celeste e característica física**

A capacidade holística do galenismo em explicar o mundo e os corpos físicos foi especialmente relevante no que toca a farmácia e a medicina. Como anteriormente dito, identificar o desequilíbrio humoral era um dos processos elementares no processo de cura. Uma vez identificado o humor, seja ele em excesso ou em falta, a escolha da terapêutica se baseava em um sistema conhecido como *regra dos opostos* (Sotres 1995, 256). Tendo em conta que cada humor possuía uma característica física, cabia ao médico empregar a cura através de processos e medicamentos de natureza diretamente oposta. Por exemplo, em doenças particularmente quentes deveriam ser empregados fármacos caracteristicamente frios, de forma que o choque provocado em tal terapêutica equilibrasse o temperamento do humor associado a tal enfermidade.

Por conseguinte, por ser um sistema não apenas Mécio, mas também eficiente em explicar a natureza e funcionamento de todos os corpos físicos, o galenismo conheceu expressiva longevidade, sobrevivendo como teoria válida da antiguidade até pelo menos o século XIX (Lindemann 2002, 68). Como pontuado pela historiadora Mary Lindemann, a duração tão alargada do galenismo decorre de sua flexibilidade teórica. Ao invés de ser um sistema rígido e imutável, a teoria dos

---

onde ilustra o temperamento melancólico como um dos traços identitários do intelectual renascentista; e em *Os Quatro Apóstolos* (1526), onde os quatro humores e seus respectivos temperamentos são personificados em cada um dos quatro apóstolos de Cristo que figuram no quadro (Alves 2014, 80-81).

humores se afigura pela notável capacidade de adaptar-se sem perder a essência que lhe confere identidade (Lindemann 2002, 68-69; Boumediene 2016, 45).

Contudo, apesar de sua duração temporal ser notavelmente longa, a partir do século XVI a fiabilidade do galenismo passou a ser sistematicamente questionada. Um de seus primeiros opositores foi o médico alquimista de origem suíço-alemã, Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim (c. 1493-1541), mais conhecido como Paracelso. Sua alcunha, “superior a Celso” (médico romano do século I a.C.), foi dada por si mesmo quando ainda jovem e reflete seu traço temperamental. Autoconfiante, não era incomum que Paracelso escrevesse com certa soberba sobre a veracidade de suas ideias. Em uma de suas máximas, apontou aos seus opositores: “digo-vos que cada pequeno pelo de minha nuca sabe mais que todos os vossos autores, e os cordões dos meus sapatos são mais eruditos que Galeno e Avicena, e minha barba têm mais experiência que todas suas universidades” (*apud* Christie 1998, 273).

Para Paracelso, as bases humorais da medicina galênica eram um falso conhecimento, aceito inquestionavelmente devido à incapacidade de seus contemporâneos em questionar a autoridade dos autores clássicos. Para ele, em detrimento da teoria humoral galênica, o mundo físico - incluído o corpo humano - era formado pela *tria prima*: sal, enxofre e mercúrio. Devido sua inclinação às artes alquímicas, Paracelso foi pioneiro na compreensão química dos elementos naturais, compreensão essa posteriormente conhecida como iatroquímica. Para ele, assim como a natureza era quimicamente constituída, o mesmo também ocorria com as doenças. “Quando você vê erisipela, diga que há vitriolo; quando você vê cancro, diga que há colcotar”, afirmou o médico para defender que os achaques podiam ser curados através de elementos químicos medicinais (Porter 1998, 203).

Entretanto, seja por representar uma rutura radical ao historicamente aceito galenismo, ou por suas obras não serem inicialmente publicadas em latim (a língua científica da época), pouca divulgação teve Paracelso em vida (Alves 2014, 73). Somente na viragem do século, ao serem publicadas em latim e por encontrarem um cenário mais favorável a novas teorias, que a obra de Paracelso se tornaram conhecida pelos círculos científicos europeus. Ainda que suas ideias tenham um forte componente místico, Paracelso foi um dos intelectuais que pavimentaram o caminho para as gerações posteriores onde, em detrimento à autoridade dos

autores clássicos, a experimentação se impôs como elemento primordial na construção do saber ocidental.

Concebida no seio das ciências experimentais do período, a iatroquímica abriu não somente novas possibilidades de compreender a natureza física, mas também na produção de novos medicamentos. Ao se basear em uma interpretação química da natureza, as substâncias de origem química obtiveram uma posição privilegiada na terapêutica iatroquímica (Dias 1990, 1). Chumbo, mercúrio, antimônio e sais diversos multiplicaram-se vividamente nas boticas como remédios de última ordem no tratamento das mais diversas enfermidades. A elas também somavam medicamentos que não tinham necessariamente origem química, mas que eram obtidos através de operações químicas, como por exemplo as destilações.

Outro personagem central na constituição da teoria iatroquímica foi Jan Baptist van Helmont (1579-1644). Médico de origem belga, ele foi o primeiro a reconhecer a pluralidade dos gases graças aos seus experimentos com o gás carbônico, o qual chamou de *spiritus sylvestris*. Na verdade, foi dele a primeira aparição etimológica da expressão gás, que é a transcrição da expressão grega *caos* - indicação do estado desordenado da matéria - para a fonética flamenga (Papavero *et al.*, 2001).

No que tange a terapêutica, ainda que discípulo de Paracelso, van Helmont diferencia-se desse ao adotar uma nova interpretação sobre o processo de cura. Enquanto o médico suíço acreditava que os remédios possuíam capacidade de destruir seletivamente a origem das enfermidades, van Helmont admitia que os remédios na verdade modificavam o *archeus* do órgão acometido pela doença; sendo assim, o *archeus*, o espírito interno dos indivíduos, era o responsável pelo estabelecimento da saúde. A ideia de restabelecimento da saúde através do *archeus* constituiria a base do vitalismo característico da iatroquímica. Todavia, ainda que *archeus* seja compreendido como um espírito vital, ele não estava ligado a conceitos metafísicos, mas sim a conceitos químicos. Para o médico belga, todos os processos vitais que formam o corpo tem origem na fermentação que transforma os alimentos em energia para o corpo. Dessa forma, a digestão, assim como os processos químicos que a compõem, assumem para van Helmont uma posição privilegiada na compreensão do funcionamento do corpo humano (Porter 2006, 142).

Com efeito, ainda que o galenismo tenha persistido como sistema teórico aceito e praticado em algumas esferas de conhecimento, sua hegemonia como forma de compreensão do mundo passou a ser questionada a partir da metade do século XVI. Como consequência, dentro do campo médico, as práticas galênicas passaram gradativamente a serem substituídas pela iatroquímica e pelo arsenal terapêutico químico (Porter 1998, 201-205). A emergência da química como conhecimento e disciplina independente acarretou também a emergência de personalidades como Robert Boyle (1627-1691), Georg Ernst Stahl (1659-1734), Johann Joachim Becher (1635-1682) e outros químicos proeminentes para a posição de autoridades no estudo da composição da natureza. Com relação ao pensamento médico-farmacêutico, a emergência da química decretou a inevitável substituição da autoridade de Galeno e Hipócrates em favor da experimentação química (Porter 1998, 205-207).

#### **4.4 Histórico do galenismo como teoria para compreensão das propriedades médicas das plantas brasileiras**

Como visto anteriormente, as farmacopeias portuguesas publicadas ao longo do século XVIII atestam o regime de complementaridade existente entre as práticas galênicas e químicas no seio da farmácia portuguesa. Tal condição contrasta com o cenário encontrado em muitas nações europeias. Se existia um movimento gradual de contestação e substituição do galenismo desde o século XVI (Porter 1998, 201-205) o que se verificou em Portugal foi uma sobrevivência deste sistema teórico a períodos muito mais avançados.

A duração alargada do galenismo em Portugal foi sublinhada por diversos historiadores da medicina e da farmácia portuguesa (Dias 2007, 90; Pita 1996, 16; Debus 1986, 1253; Walker 2013, 409). Para tal razão, são apontadas causas variadas, como o histórico e disseminado uso do arsenal terapêutico galênico; ensino universitário, ao menos até a reforma pombalina, calcado na reprodução dos autores antigos clássicos; ausência e/ou escassez de um número considerável de instalações e equipamentos necessários à produção de medicamentos químicos; e, por fim, o alto preço dos fármacos de origem química. De maneira geral, existe um consenso que a estrutura institucional e profissional da farmácia em Portugal impedia um desenvolvimento da química e, conseqüentemente, do pensamento

iatroquímico entre seus praticantes. Assim, o galenismo se perpetuava com a deficiência do país em adotar o paradigma químico.

O que se pretende com o presente estudo não é rejeitar tais argumentos, visto que é comprovada a fiabilidade dos mesmos para à compreensão das singularidades do campo farmacêutico português. Antes, a intenção é aprofundar a discussão através de um estudo verticalizado de como eram compreendidas e utilizadas parte do arsenal terapêutico galênico do período; mas especificamente, a intenção é verificar como o emprego das drogas de origem brasileira dentro do receituário farmacêutico teve um papel fundamental na sobrevivência das práticas galênicas em Portugal. Para tanto, as obras do frei João de Jesus Maria constituem registros documentais fundamentais para verificar o papel das plantas brasileiras na validade do galenismo entre os boticários portugueses. Tal condição se sustenta visto que, como apontado anteriormente, seja na *Pharmacopea Dogmatica* ou no manuscrito *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, existe uma presença destacada das plantas brasileiras, além de uma intenção manifesta do autor em conciliar as bases teóricas galênicas e químicas.

Com efeito, o manuscrito *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* é especialmente significativo devido ao grande número de plantas brasileiras medicinais elencadas ao longo de suas páginas. Sejam as descritas em profusão desde o primeiro século de colonização, como é o caso da *mandioca* (*Manihot esculenta*), até as que o autor admite existirem poucas informações, a exemplo da *raiz do ar*, Jesus Maria usa recorrentemente o sistema galênico para apoiar suas descrições sobre as virtudes médicas e características terapêuticas das plantas brasileiras. É recorrente a observação de características essencialmente frias, secas, quentes ou húmidas às plantas compiladas ao longo do manuscrito; assim como são frequentes as indicações para a cura de humores ou ainda a recomendação do uso de tais plantas dentro de terapêuticas historicamente galênicas. Assim, os conceitos galênicos e humorais adquirem um papel de destaque ao longo das páginas da obra assinada por João de Jesus Maria.

O óleo extraído da copaibeira ou copaíba (*Copaifera langsdorffii*) é um exemplo relevante para ilustrar como as bases galênicas foram utilizadas na descrição e identificação das características medicinais das plantas brasileiras. As copaibeiras são árvores nativas tanto da região tropical da América Latina quanto da

costa da África Ocidental, sendo na América encontradas do México ao norte da Argentina (Veiga Junior, Pinto 2002, 273). Amplamente difundidas por todo território brasileiro, as propriedades e usos medicinais do óleo extraído da árvore foram descritas ainda no primeiro século de colonização europeia. O senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* afirmou que o óleo da árvore é “santíssimo em virtude”, sendo excelente para cura de feridas e queimaduras (Sousa 1971, 203). Mas, para além de sua virtude cicatrizante, importa sublinhar que Sousa também sublinhou que “para frialdades, dores de barriga e pontadas de frio” o óleo é igualmente indicado, sendo de grande resultado para a cura de enfermidades caracteristicamente frias (Sousa 1971, 203).

De maneira equivalente as propriedades médicas e características humorais da copaibeira foram descritas por Pêro de Magalhães Gandavo. Em sua obra *História da Província de Santa Cruz*, o cronista português afirmou que na Capitania de Pernambuco existia uma espécie de árvore chamada *Copahibas* e que do seu caule era extraído um bálsamo eficaz para a cicatrização de feridas diversas e “*mui salufiero e proveitoso em extremo, para enfermidades de muitas maneiras, principalmente das que procedem da frialdade*” (Gandavo 1963, 38).

Ainda que separados por dois séculos, além de distintos em seus objetivos e contextos científicos, o manuscrito do frei João de Jesus Maria possui muitas similaridades com o ponto central da descrição do óleo da copaíba feito por Sousa e Gandavo. Todavia, se faz necessário ressaltar que o *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* possui um projeto científico claro de descrição das qualidades medicinais de tal óleo. Para tanto, o autor faz uso dos critérios de cientificidade próprios de seu tempo, além de citar uma série de personalidades contemporâneas do campo médico-farmacêutico com intuito de corroborar suas descrições. Tal condição não é verificada nos dois textos do século XVI, visto que ambos são essencialmente crônicas e livros de viagem.

O frei Jesus Maria inicia sua descrição sobre a copaibeira com uma breve descrição morfológica da árvore, nomeadamente sobre o tamanho, forma do caule, constituição das flores e característica de seu fruto. Em seguida, como praxe em todo manuscrito, identifica a localização geográfica que planta é natural. Neste caso em específico, afirmou ser a copaibeira dos “densos bosques mediterrâneos dos nossos Brazis, Ilha do Maranhão, e outras vezinhas das Antilhas (Jesus Maria 1777,

220). Para a extração do bálsamo da copaíba, assegurou que se fazia necessário fender o caule, de onde escorreria o óleo de uso medicinal. Do sobredito óleo, apontou que suas qualidades e virtudes foram testas e asseguradas por diversas personalidades do campo médico e químico, nomeadamente Thomas Fuller, Friederich Hoffmann, Johann Friedrich Cartheuser e Jacob de Castro Sarmento (Jesus Maria 1777, 221-222). Todavia, ainda que se utilize uma série de autores químicos, o frei beneditino não se priva de assinalar a característica humoral do óleo da copaíba, “ainda que amargo, he manifestamente mais calido que o Balsamo Peruviano” (Jesus Maria 1777, 221), ou seja, o óleo se caracterizava por sua natureza humoral fria.

Compreender a característica física que o humor impunha a planta era um dos fundamentos da medicina galênica, visto a necessidade de utilizar remédios com característica oposta para o processo de cura. Doenças quentes se combatiam com remédios de natureza fria; achaques humorais húmidos necessitavam de mezinhas secas (Sotres 1995, 256). Tal condição justificava a preocupação de especificar a característica física da planta, ou para qual característica física de doença ela era indicada. Por conseguinte, existia uma preocupação recorrente do autor em identificar tais condições. Por exemplo, no caso da *Lebus peregrinus Cartilaginosus* (vulgarmente conhecida como *goma copal*, resina retirada de árvores espécies do gênero *Busera*), o frei assinala que “uzaõ no Brazil nos frios affectos Catarrhosos do Cerebro, e entra em vários remedios externos antinervinos” (Jesus Maria 1777, 169). Em outro caso, ao abordar a planta identificada como *becuiva*, também explicita que ela é eficaz contra “dores e pontadas vindas por cauza frias” (Jesus Maria 1777, 320). Logo, tanto a *goma copal* como a *becuiva* eram indicadas contra doenças de natureza fria por serem elas detentoras de uma natureza humoral quente.

A identificação da característica física que o humor dava a planta também se apresenta ao longo de sua descrição sobre o *caju*, fruto da árvore conhecida vulgarmente como cajueiro (*Anacardium occidentale* L.). Originário do litoral atlântico americano-tropical, sua dispersão pelo globo está intimamente ligado com a colonização do território brasileiros e a *Carreira das Índias* empreendida pelos

portugueses durante o século XVI e XVII<sup>64</sup>. Largamente utilizado pelos povos nativo-americanos, a planta foi levada para África e Ásia, se disseminando em tais localidades de forma a hoje fazer parte da dieta tradicional de diversas localidades nos três continentes supracitados. Sua adaptação e disseminação chegou a tal ponto no Sudoeste Asiático que levou diversos naturalistas a considerarem o cajueiro originário tanto da Índia e das Américas, dividindo-o assim em duas espécies distintas: *A. occidentale* e *A. orientale* (Ferrão 1992, 86).

Ainda que tal divisão taxonômica, onde estão discriminadas uma espécie Ocidental e outra Oriental do cajueiro não seja mais aceita pela sistemática contemporânea, tal compreensão sobre a árvore foi parcialmente ratificada pelo frei João de Jesus Maria. Na verdade, para além de distinguir as duas espécies supracitadas, Jesus Maria também se referiu a uma terceira, de tamanho reduzido e sem grande importância farmacêutica, que chamou de *Ligas*<sup>65</sup> (Jesus Maria 1777, 264).

A espécie identificada como natural do Brasil, a *Anacardum occidentale*, possui um “hum fructo, ou noz reniforme de grandeza de castanha”<sup>66</sup> (Jesus Maria 1777, 266). A noz do caju, ao contrário do óleo da copaíba, foi identificada como de característica humoral quente. Aliás, sua particularidade abrasadora era tamanha que a mesma “taõ urente, que untando ainda de leve a cútis com ella, a corroe, e queima, e se por descuido se avinca nos dentes, ulcera os labios, lingua, e mais partes da bocca com dor summa” (Jesus Maria 1777, 266).

De forma semelhante a noz do caju foi descrita por Gabriel Soares de Sousa em seu tratado do século XVI. No capítulo XLIX, intitulado *Das árvores de fruto, começando nos cajus e cajuís*, Sousa afirmou que a castanha do caju “tem a casca muito dura e de natureza quentíssima e o miolo que tem dentro; deita essa casca

---

<sup>64</sup> Na costa do Malabar, o caju recebe o nome de *parankimava*, que significa *manga dos portugueses* (Ferrão 1992, 86).

<sup>65</sup> Tal classificação foi dada pelo padre jesuíta Georg Joseph Kamel (1661-1706), também conhecido como George Camelli. Farmacêutico e naturalista, Kamel foi missionário nas Filipinas, onde escreveu largamente sobre a fauna e flora local, sendo que parte de seus trabalhos foram publicadas pela *Philosophical Transactions*. No caso da descrição da espécie de cajueiro identificado como *Ligas*, a publicação apareceu tanto no periódico da Royal Society como na Enciclopédia de Diderot e de Alembert. Atualmente, a espécie não é mais entendida como um caju e está inscrita em um gênero próximo: *Semecarpus cuneiformi* (Alexandre 2013, 18-19).

<sup>66</sup> A noz do caju é o verdadeiro fruto da árvore. Ainda que tenha formato similar a semente e se encontre do lado de fora de uma poupa frutífera, que morfologicamente é um pedúnculo floral, ou pseudofruto.

um óleo tão forte que aonde toca na carne faz empola” (Soares 1961, 187). Tal condição não sugere que Jesus Maria teve um contato prévio com o texto do senhor de engenho da Capitania da Bahia<sup>67</sup>. Antes, a semelhança nas descrições sobre a característica da noz do caju atesta a sobrevivência do pensamento galênico como teoria capaz de explicar satisfatoriamente as características físicas do mundo natural.

O gênero *Nicotiana* também demonstra como o galenismo estava historicamente associado na identificação das características medicinais das plantas brasileiras. Originária do continente Americano, a *Nicotiana*, vulgarmente conhecida como tabaco, estava amplamente disseminada pelo continente quando da chegada dos primeiros europeus no Novo Mundo. Seu uso entre os nativos americanos era ligado a pajelança xamânica, mas também possuía um forte apelo medicinal, o que justifica o tabaco ser conhecido durante séculos em Portugal como *erva santa*. (Ferrão 1992, 133).

Ainda que o costume dos nativos de “beber a fumaça” direto de “canudos” apareça com frequência nas cartas e crônicas de viagem de Portugal e Espanha, o tabaco apenas se popularizou na Europa após a segunda metade do século XVI, quando Jean de Nicot (1530-1600), embaixador francês em Lisboa, voltou a França com diversas plantas e drogas naturais do Brasil, entre elas algumas folhas de tabaco secas. Apresentadas à rainha Catarina de Médici (1519-1589) como um poderoso remédio contra enxaquecas, condição a qual a rainha padecia, seu uso rapidamente se popularizou após a mesma propagar a eficiência daquela fumaça em suprimir suas dores. Como consequência, além de elevar o prestígio de Nicot na corte, a planta ganhou o nome de *Nicotiana* em homenagem ao seu “descobridor”<sup>68</sup> (Boumediene 2016, 135).

---

<sup>67</sup> A impossibilidade de um contato anterior de Jesus Maria com o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* se justifica visto que o manuscrito de Gabriel Soares de Sousa somente foi publicado de forma integral em meados do século XIX. Em uma carta datada de 1851 e endereçada ao Instituto Histórico do Brasil, onde foi publicada a primeira versão integral da obra, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lamenta que caso ela tivesse sido impressa ainda durante o século de sua produção, não estaria o nome de Sousa no mais completo desconhecimento. A carta pode ser encontrada na íntegra no prólogo da edição do *Tratado Descritivo do Brasil de 1587* impressa em 1971 pela Editora da Universidade de São Paulo, versão essa utilizada no presente texto.

<sup>68</sup> A questão sobre quem foi o primeiro a levar a planta para à corte francesa criou uma grande celeuma, envolvendo outros dois franceses, nomeadamente Jean de Léry (1536-1613) e André Thévet (1516-1590). Léry, que esteve na segunda metade do século XVI na breve possessão francesa na Bahia de Guanabara, declarava ser ele o primeiro a dar notícia do tabaco, o qual chamou de *petyn*, denominação empregada pelos índios Tupinambás, os quais ele esteve em contato no

Nas fontes portuguesas do século XVI, o uso médico do tabaco aparece com relativa frequência. Em uma de suas cartas, o jesuíta Manoel da Nóbrega assinou que o fumo da erva santa “ajuda a digestão e a outros males corporaes e a purgar a fleuma do estomago”, sendo ele próprio aconselhado a usar a erva devido ao acúmulo de fleuma que então possuía, “mas abstenho-me considerando non quærens, quod mihi utile est, sed quod multis, ut salvi fiant<sup>69</sup>” (Nóbrega 1988, 112). Para o também jesuíta Fernão Cardim, o uso da erva santa, a qual chama de *petigma*, também está ligado à capacidade de escarrar o excesso de muco peitoral, visto que seu fumo “faz deitar muitas reimas<sup>70</sup> pela boca” (Cardim 1978, 108). Mas, para além de sua capacidade expectorante, Cardim também sublinhou que o fumo de tal planta é também “muito medicinal, principalmente para os doentes de asthma, cabeça ou estomago” (Cardim 1978, 108). A opinião de Gabriel Soares de Sousa também se assemelha a de Cardim ao atestar que o fumo da erva santa “tem virtude contra a asma, e os que são doentes dela se acham bem com ele, cuja natureza é muito quente” (Sousa 1971, 206).

Para frei João de Jesus Maria, assim como nos autores acima elencados, as propriedades medicinais e uso do tabaco estava intimamente associado a compreensão galênica tanto através de seu uso humoral quanto de sua constituição física. Entretanto, ainda que admita o uso do tabaco como expectorante quando aspirado e positivo para criar saliva quando mascado (Jesus Maria 1777, 493), para o clérigo o uso do planta admitia outro emprego essencialmente galênico, mas que não foi relatado pelos autores do século XVI: a purga por curso e vômito. “Tabaco no interno em substancia, ou tintura, na suficiente doze, purgaõ por vomito, e curso, e incidem, e resolvem os crassos humores” (Jesus Maria 1777, 493), afirmou ele sobre a capacidade emética e purgativa das folhas de tabaco quando

---

Brasil (McCabe 2015, 70). Consta que Thevét, que também esteve no Brasil, era tão indignado com o fato de Nicot levar o crédito por sua suposta descoberta que exigia que o gênero levasse o nome de *Thevetia* ao invés de *Nicotiana*. Ainda que seja pouco factível que se consiga determinar qual dos três foi o primeiro a inserir o tabaco na França, fato é que Carolus Linnaeus deu um fim a celeuma quando batizou o gênero de *Nicotiana* em sua sistemática, denominação essa que persiste até os dias de hoje (Ferrão 1992, 134).

<sup>69</sup> O excerto em questão corresponde a passagem de 1 Coríntios 10:33 “Fazei como eu: em todas as circunstâncias procuro agradar a todos. Não busco os meus interesses próprios, mas os interesses dos outros, para que todos sejam salvos”.

<sup>70</sup> Expressão arcaica para designar fleuma, bruma ou reuma.

ingeridas. Além disso, “seu pó cheirado promove espirro, e sorosa evacuaçãõ” (Jesus Maria 1777, 493).

#### 4.5 Purgar por curso e vômito para restabelecer a saúde

Remédios purgativos, eméticos, diuréticos, sudoríferos e adstringentes faziam parte do repertório tradicional da cura galênica. Era através de tais meios que se buscava o equilíbrio humoral e a consequente restauração da saúde. Ainda que hoje a fiabilidade de tais tratamentos possam ser vistas de maneira controversa, elas penetraram profundamente na amálgama social das práticas de cura, sendo utilizadas no Ocidente em períodos não tão distantes quando se possa supor. O historiador da medicina Roy Porter atesta que mesmo no final do século XIX a indução da purga era recorrente nos hospitais dos Estados Unidos da América (Porter 1998, 674). Opinião semelhante tem o historiador da medicina Edward Shorter. Em seu estudo sobre as terapêuticas médicas no final do século XVIII e começo do século XIX, Shorter conclui elementos tradicionalmente associados aos processos de cura galênico, como sangrias e purgas, ainda que teoricamente vistos entre muitos médicos do país como obscuros e sem credibilidade científica, foram indiscriminadamente realizados nos hospitais estadunidenses (Shorter 2006, 108-109).

Dentre o arsenal terapêutico de plantas brasileiras encontradas no *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, se encontra uma miríade de plantas indicadas para purgar tanto por vômito quanto por curso. As indicações para o uso de tais plantas são variadas, como combate a peçonha, vermífugo, combate a dores no ventre, cólicas e febres.

Sobre a *anda*<sup>71</sup> o frei beneditino pouco relata a respeito de sua caracterização morfológica e virtudes medicinais. Talvez seja esta uma das menores passagens

---

<sup>71</sup> Fernão Cardim redigiu a descrição de uma árvore que possui o mesmo nome (Cardim 1978, 43), todavia em nada se assemelha sua descrição quando comparada com a do frei beneditino para a árvore de mesmo nome, o que impede afirmar que os dois estejam a relatar sobre o mesmo gênero natural. Uma possibilidade de identificação é a *Joannesia prínceps*, vulgarmente conhecida como *cotieira* ou *andá açú*. Em um artigo para o *São Paulo Medical Journal*, os médicos Sérgio de Andrade Nishioka e Rodrigo Dornfeld Escalante relatam os efeitos colaterais que um jovem de 15 anos sentiu após a ingestão de duas sementes da planta. Entre eles, fortes episódios de diarreia e vômito, que cessaram ainda no mesmo dia sem comprometer a saúde do paciente (Nishioka & Escalante 1997). Ainda que os sintomas apresentados sejam idênticos aos descritos pelo frei Jesus Maria, a falta de maiores detalhes na descrição realizada pelo frei beneditino impedem inferir que a *anda* descrita em seu manuscrito seja de fato a *Joannesia prínceps*.

existentes ao longo do manuscrito. Na descrição, apontou que ela uma árvore de folhas e flores grandes, que produz nozes da cor cinza onde em seu interior se conservam “belotas [que] fazem purgar per inferiora, e, alguâ couza por vomito” (Jesus Maria 1777, 267-268). Ou seja, sua virtude está em purgar tanto por curso quanto por vômito, ainda que não tenha especificado contra quais achaques esta planta era indicada.

A *canafístula* (*Cassia fistula*, L.), como observado anteriormente com os cajueiros, foi descrita pelo frei Jesus Maria sob um número maior de espécies que o atualmente admitido. Todavia, vale ressaltar que suas descrições estavam apoiadas no conhecimento botânico de seu tempo. Aliás, são citados uma variedade de naturalistas e médicos que corroboravam tal visão sobre a divisão taxonômica desta árvore. Entre os autores por ele citado, estão o proeminente médico e botânico flamengo Mathias Lobelius (1538-1616), boticário francês Pierre Pomet e os em diversas outras passagens citados como referencial teórico de Jesus Maria: o naturalista francês Joseph Pitton de Tournefort e os naturalistas Georg Marcgrave e Willem Piso (Jesus Maria 1777, 291-295).

Natural da costa Oeste Setentrional da África e Oriente Próximo, a cassiafístula tem sua principal virtude medicinal encontrada em seu fruto, que foi descrito como “exótico cylindraceo-cubital, ou roliça canna, longo-duriuscula da grossura da polegada” (Jesus Maria 1777, 291-292). No interior de tais frutos se encontram uma poupa de cor negra, “na qual reside sua laxante virtude” (Jesus Maria 1777, 292). Entre as espécies por ele citada, se encontra a *Cassiafistula Brasiliana*, que de tamanho era menor que a *Cassia* original, mas no restante a ela semelhante, inclusive em seus frutos que também eram indicados como laxante. Todavia, o autor indica que tanto Lobelius como Tournefort afirmam que a espécie brasileira possui maior poder laxativo que aquela natural do Egito (Jesus Maria 1777, 295).

O mesmo caso acima se passa com a descrição do *ricino* (*Ricinus communis* L.). Planta de origem africana, possivelmente da região da Abissínia, o ricino possui uma larga história de uso medicinal entre as populações humanas. Suas sementes foram encontradas em alguns sarcófagos egípcios que datam mais de 4 mil anos, o que atesta a relevância de sua importância medicinal (Ferrão 1992, 230). No interior de sua semente é encontrado o ácido ricinoleico, que após ingerido e sofrer

hidrólise, irrita a mucosa do intestino delgado, provocando a estimulação reflexiva do peristaltismo, que em pequena dose atua como laxante, mas que em alta dose purga violentamente (Cunha *et al.* 2012, 568).

Não se sabe bem como a planta foi introduzida no território brasileiro (Ferrão 1992, 232), todavia sua dispersão foi tamanha que logo ela foi vista pelos naturalistas como planta nativa. A assertiva é verificada quando frei Jesus Maria afirma que a existência de uma espécie nativa do Brasil, a *Ricinus Americanus Major* (Jesus Maria 1777, 302). A sobredita espécie não diferia das demais no que tange as propriedades medicinais, mas sim na força de sua purga. Adverte os “os feijons deste ricino purgaõ por curço e vomito com vehemencia mayor, que os do Ricino vulgar, por isso aos fracos e delicados lhe imprimem damno” (Jesus Maria 1777, 303). Quanto ao uso entre os nativos, Jesus Maria afirmou que “os americanos extrahem por expressaõ dos expostos feijons hum óleos, naõ só util para as Lucernas; mas tambem servem as suas unçoens no externo de discutir os flatos resolver os frios tumores vicido-crassos” (Jesus Maria 1777, 303). Ou seja, o uso de seu óleo era empregado tanto como combustível para lamparinas quanto para desobstrução de gases estomacais.

A necessidade de “discutir os flatos” aparenta ser uma consternação de ordem médica de grande importância na Colônia durante o período. Na obra *Erário Mineral* do cirurgião português emigrado ao Brasil, Luís Gomes Ferreira, tal achaque ocupa um espaço de destaque entre as enfermidades que acometiam os coloniais. Em diversas passagens do *Erário Mineral* são citados remédios para a desobstrução dos flatos, como a exemplo do *unguento de bicuíbas* (Ferreira 2002, 402). É importante verificar que tanto Ferreira quanto o frei Jesus Maria entendem os flatos como de origem humoral fria, logo, segundo a lei dos opostos, necessitavam de um remédio de natureza quente para os combater (Ferreira 2002, 402; Jesus Maria 1777, 303).

A *Batata Sylvestris*, também por ele chamada de *Jalappa Brasiliense*, foi identificada por Jesus Maria como a versão brasileira da jalapa (*Ipomoea purga*), planta nativa do México que possui um tubérculo com fortes propriedades purgativas e conheceu grande popularidade no período<sup>72</sup>. Em sua descrição, a *Jalappa*

---

<sup>72</sup> Francisco Hernandez (1517-1587), em *Historia de las plantas de Nueva España*, foi um dos primeiros a descrever a jalapa e suas propriedades médicas. Posteriormente, o naturalista inglês John Ray (1627-1705) publicou parte das transcrições de Hernandez, onde constava a jalapa, em sua

*Brasiliense* nascia tanto no Brasil como na Ilha da Madeira e “se traz cortada em transversaes talhadas mais rugosas no externo, e n[o] interno mais sobre o alvo que as da Jalappa officinal de rugoso fructo; mostrando-se no gosto com menos nausea” (Jesus Maria 1777, 359). Suas propriedades medicinais são iguais as da jalapa mexinaca, porém, sua dose precisa ser maior par produzir o mesmo efeito purgativo.

Outra planta indicada para purgas e vômitos é o *manaca* (família *Melastomataceae*), árvore natural da Mata Atlântica e amplamente disseminada no território brasileiro. Diz ele que do “pó da casca desta raiz dada em pequena dose, purga violentamente por vomito, e curso”, mas que também fervido o pó “domaõ as dores, e limpaõ chagas” (Jesus Maria 1772, 396). Jean Vigier também relata os usos médicos da mesma planta em sua *Pharmacopea Ulyssiponense*. Assim como o frei Jesus Maria, o boticário francês atesta que a raiz do manacá “reduzida em pó, purga violentamente por cima, & por bayxo” além de sua aplicação “em cozimento, ou de infusão, para as dores frias, & para limpar as chagas” (Vigier 1716, 428). A semelhança das duas descrições, iguais na indicção terapêutica e propriedades medicinais, atesta como práticas galênicas estavam profundamente associadas às plantas brasileiras.

Assim como a raiz do manacá, a *radix mille hominum*, vulgarmente conhecida como raiz de mil homens, também tinha suas propriedades medicinais profundamente associadas as práticas galênicas purgativas. O frei Jesus Maria indica que o pó de sua raiz em cozimento “excita benignos vomitos” (Jesus Maria 1777, 405). Todavia, assim como o manacá, ela também era indicada para mais de uma queixa. Sublinhou que o mesmo cozimento do pó da raiz de mil homens “em pequena dose se especialisa contra trodas as especies de veneno, febres malignas, e dores de cólica”, enquanto a aplicação do pó “no externo he optimo na cura das chagas, e gangrenas; os banhos de seu cozimento, attemperaõ as inflamaçoens, e remedeyaõ os tumores edematosos” (Jesus Maria 1777, 405).

Com relação a identificação da planta, o autor indica que ela muitas vezes é confundida com a *butua* (*Chondrodendron platiphyllum*, também conhecida como

---

obra *Historia plantarum* (1686), que conheceu enorme sucesso entre os circuitos de História e Filosofia Natural europeus (López Piñero & Pardo-Tomás 1994, 150-152).

abútua ou parreira-brava<sup>73</sup>). O frei beneditino escreveu que suas semelhanças físicas são grandes, sendo a raiz de mil homens apenas pouco mais delgada. Tal condição justificava uma confusão recorrente de identificação, havendo mesmo quem defendia ser as duas a mesma planta. Sobre esse assunto, Jesus Maria aponta que a ideia não era infundada: “ella bem poderá ser raiz de diferente planta das Butua; porem a similhaça que tem com ella dá idicios o ser ella das novas raizes dessa mesma planta” (Jesus Maria 1777, 405).

A raiz da *Caa-apia Brasilica* foi outra planta descrita por conta de suas propriedades medicinais galênicas purgativas. Relatou o frei que ela era indicada “naõ só para excitar o vomito, e suspender os fluxos do ventre, mas tambem remediarem as feridas venenosas das serpentes, especialmente da Bocininga<sup>74</sup>” (Jesus Maria 1777, 187). Como no caso da raiz de mil homens, o autor novamente relata a dificuldade de estabelecer com clareza a identificação correta da planta. Por seu gosto ser parecido com o da ipecacuanha, além de possuir a mesma indicação terapêutica, Jesus Maria afirma que Piso atesta que eram ambas a mesma planta, sendo uma (a ipecacuanha) a raiz da outra (caa-apia); todavia, a classificação e descrição de Lineu a respeito da ipecacuanha descarta a possibilidade, o levado a crer “ser a Caa-apia do Brazil planta diferente” (Jesus Maria 1777, 187,).

É necessário notar que na língua tupi-guarani, *caá* se refere de maneira genérica as plantas medicinais. A ela também era associado o nome de contra-erva, devido sua notável eficácia no tratamento contra o veneno de animais peçonhentos, especialmente serpentes. Sob o nome caápia e contra-herva vários foram os naturalistas, botânicos, médicos e colonizadores que a descreveram, como Gabriel Soares de Sousa, Georg Marcgrave, Willem Piso, João Vigier, Manuel Coelho, Antônio Bernardino Gomes, Francisco Antônio de Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira (Santos 2009,124-125). Ainda que todas as descrições tenham certas similaridades no que se refere a morfologia e indicação terapêutica, o termo era difundido para uma série de plantas utilizadas para o mesmo fim. A numerosa quantidade de animais peçonhentos existentes na Colônia, em sua grande maioria completamente desconhecidos dos homens europeus, fomentou a busca por

---

<sup>73</sup> Parreira-brava conheceu popularidade significativa um século antes quando Michel Amelot (1624-1687), embaixador francês em Lisboa, levou consigo a Paris a raiz em 1688 como remédio contra cálculos renais (Dias 2003, 319-320).

<sup>74</sup> Nome dado a serpente do gênero *Crotalus*, vulgarmente conhecida como cascavel.

remédios contra tais perigos (Edler 2006, 44). Mesmo na América espanhola existem relatos semelhantes, como pode ser visto em Monárdes e Hernández que citam em suas obras a existência da *contrayerba*, também indicada contra veneno de serpentes (Monárdes 1580 ,62; Hernández 1943, 117). Portanto carece a certeza se todas as descrições se referem realmente à mesma planta.

#### **4.6 Homores como reguladores do corpo**

Como anteriormente dito, a teoria humoral era parte indissociável da compreensão galênica sobre o corpo humano. Visto que a saúde dependia do bom funcionamento dos humores e a doença era o reflexo do seu desequilíbrio, o processo de cura era essencialmente buscar a restauração do equilíbrio humoral (Edler 2006, 34; Alves 2014, 30). Em sua *Pharmacopea Dogmatica*, o frei Jesus Maria deixa claro tal compreensão a respeito do funcionamento humoral quando descreve as particularidades de diferentes tipos de medicamentos e sua ação no corpo humano. Por medicamento, entende ser “tudo o que pode alterar nossa natureza (...) quando este, como instrumento Medico, doma os males do corpo” (Jesus Maria 1772, 20). Todavia, seu funcionamento não depende unicamente das propriedades medicinais que carrega, mas também é dependente “da variedade dos humores, com que se limita, e determina”, logo não existe “remedio infallivel, e universal para qualquer molestia” (Jesus Maria 1772, 21).

O papel dos humores era determinante também na forma como o medicamento deveria agir. As particularidades que identificavam cada remédio, para o frei Jesus Maria, dava-se através da maneira como eles agem no humor corpóreo. Assim, todos os medicamentos purgativos anteriormente descritos, se assemelham porque “expellem do corpo por varias vias o inutil, e nocivo dos humores” (Jesus Maria 1772, 22). Purgar, seja por curso ou vômito, era retirar do corpo o humor que produzia o achaque e conseqüentemente equilibrar novamente a condição humoral. Par além de eméticos e laxantes, também se enquadravam na mesma classificação os “catharticos, sudoríferos, diaphericos, diureticos, salivatorios, erchinos, ou ptarmicos, vesicatorios, e outros semelhantes” (Jesus Maria 1772, 22).

Entre as plantas brasileiras diuréticas encontradas no manuscrito *Historia Pharmaceutica das plantas exoticas* se encontra a *iaparandiva*. Afirmou o autor que a infusão de suas folhas “dezobstrue, e move as ourinas; servindo no externo sua

cataplasma de resolver as durezas do Fígado, e hypochondrios” (Jesus Maria 1777, 27). A mesma propriedade tem a *copaíba*, que através do óleo extraído de seu caule, entre várias propriedades medicinais, era notável “diuretico, apto na exclusão das pedras, supressão das urinas, (...) gonorrhéas, fluxos alvos, dysenteria, e outros fluxos do ventre, detergir, e purificar os rins, uretra, e vexiga” (Jesus Maria 1777, 221). Também o cataplasma produzido com a raiz do *jambarandim* “posta nos rins, e região da vexiga serve de forte promovente das urinas” (Jesus Maria 1777, 392).

A respeito dos remédios adstringentes, afirma que estes possuem a característica comprimir ou dilatar os vasos sanguíneos, capazes assim de reduzir ou aumentar as secreções, bem como coagular os humores (Jesus Maria 1772, 26). Como exemplo de planta adstringente, o frei beneditino indicou o pau-brasil (*Paubrasilia echinata* L.), que da aplicação de sua tintura consegue “vigor abstringente, e roborante do estomago” (Jesus Maria 1777, 51). Outra planta descrita é o *jenipapo* (*Genipa americana*), fruto o qual a propriedade adstringente “suspendem os curços do ventre, mitigaõ os ardores da garganta, e estomago, servindo sua caraplasma no externo de soccorer as chagas de má qualidade” (Jesus Maria, 307). Os frutos da *mangabeira* (*Hancornia* sp), apesar de quando maduros serem laxantes, quando consumidos verdes “saõ mui adstringentes” (Jesus Maria 1777, 312). A casca do *barbatimão* (*Stryphnodendron* sp) recebe vultosos elogios sobre suas propriedades adstringentes. Segundo Jesus Maria, o medicamento preparado da pulverização de sua casca é “sem igual nos efeitos de seu vigor a todos os mais fortes adstringentes” (Jesus Maria 1777, 83). Assim, seu pó “suspende valerosamente as hemorragias, sangue pela bocca, ou de outra qualquer parte promovendo a mesma utilidade em todas as mais evacuaçoens, e excreçoens imódicas, que carecessem do efeito de seu vigor” (Jesus Maria 1777, 83). Lavar-se com uma solução preparada com o pó do barbatimão era especialmente indicado às mulheres que sofriam de “fluxos alvos, aplicando-se depois das prevençoens Medicas que antes se requerem; cujas loçoens se faraõ repetidas vezes no dia por dentro, e fora da vagina, ou vulva uterina, pelo tempo de 40 dias” (Jesus Maria 1777, 83).

Outra espécie de medicamento, identificada como “alterante”, foi definida por Jesus Maria como todo aquele “que com seu manifesto principio póde mover,

corrigir, e emendar os nocivos humores” (Jesus Maria 1772, 22). Entre tais alterantes, consta os *refrigerantes* devido sua capacidade de agir internamente para abaixar a temperatura humoral. Como refrigerante, o frei aponta o *cacaueiro* (*Theobroma cacao*), que das suas sementes extraídas “quando fructo esta maduro, refrigera, e extingue a sede” (Jesus Maria 1777, 270). As frutas maduras da mangabeira, além de bons laxantes “refrigeraõ as entranhas, mitigando as ardencia das febres” (Jesus Maria 1777, 311-312). O pó da *raiz do ar* com água é indicada por “conter o vigor de domar as febres, que terminaõ por suor, ares corruptos” (Jesus Maria, 357). A *raiz de madre dei*, a qual Jesus Maria afirma que pouco sabe além de que vem do Brasil suas raizes que “doma as inflamaçoens das vísceras, com acceitaçaõ nos pestilentes contagios das febres malignas, mordeduras venenosas das cobras, e de febres intermitentes” (Jesus Maria 1777, 403). A *raiz de mil homens*, que também provoca vômitos quando administrada, em doses pequenas “se especialisa contra trodas as especies de veneno, febres malignas” (Jesus Maria 1777, 405). O mesmo também foi dito no caso da *contrayerva*, que além de combater venenos diversos e provocar vômitos, também possuía “utilidade nas Pleurizes, melancholia, febres intermitentes” (Jesus Maria, 375).

Por *calefaciente* o frei entende todos os medicamentos capazes de aumentar o calor interno ou externo do corpo (Jesus Maria 1772, 22-23). Tal particularidade foi atribuída ao *elemi spuria americana*, ou resina da *almecega do Brasil* (*Protium heptaphyllum*). Quando derretida a resina, se obtém um óleo aromático de cor dourada que “he digerente, resolvente, attenuante, e calefaciente” que possui diversas qualidades medicinais, como “digerir, e cicatrizar as chagas, e feridas, fortifica os nervos, e por isso indicado nas fracturas e deslocaçoens; mitiga as dores flatulentas, e resiste a corrupção das feridas” (Jesus Maria 1777, 190).

## **Capítulo 5 – Usos e práticas sincréticas: plantas do Brasil entre a nova e velha tradição**

Não sem um certo senso paradoxal se constata que as plantas brasileiras foram descritas e entendidas pela terapêutica portuguesa através da teoria humoral galênica, visto que, em um primeiro momento, os praticantes galênicos condenaram o uso médico das plantas do Novo Mundo (Dias 1990, 2). A grosso modo, a medicina galênica estava fundamentada pelo cuidado individual do enfermo. O estudo do paciente se sobrepujava à compreensão da própria doença, tendo em conta que tanto a raiz da doença quanto sua manifestação possuíam um caráter singular (Alves 2014, 30-32). Logo, pouco importava ao médico estudar a doença, visto que a sua manifestação ocorria dependendo das características próprias de cada paciente. Logo, até mesmo o próprio medicamento era um elemento secundário em um processo de cura essencialmente galênico. Assim, era incompatível que os simples americanos, que desde o século XVI eram indicados ao combate de uma miríade crescente de doenças, estivessem em concordância com pensamento galênico ortodoxo. Além disso, as plantas em questão eram desconhecidas de Avicena, Galeno, Hipócrates e Plínio, o Velho. Apontar medicamentos para combate de doenças sem tomar em conta as características do doente, sobretudo medicamentos produzidos a partir de plantas desconhecidas pelos autores clássicos da medicina, estava por completo desassociado das bases teóricas do galenismo.

Entretanto, como vimos no capítulo anterior, a teoria humoral galênica tinha como característica a alta capacidade de se adaptar, assimilando novos pensamentos e práticas médicas ao longo do tempo, mas sem com isso perder as suas características identitárias (Lindemann 2002, 68-69; Boumediene 2016, 45). Por conseguinte, se por um lado as indicações terapêuticas conferidas as drogas americanas divergiam do pensamento galênico médico ortodoxo, a teoria humoral se mostrou essencial para compreensão das propriedades medicinais de tais plantas. Ainda que com alguma oposição inicial, a assimilação das plantas americanas pela medicina europeia foi realizada através da compreensão galênica a respeito do mundo natural (Pardo-Tomás 2012, 46).

Todavia, é importante ressaltar que o galenismo encontrado nas obras do frei Jesus Maria não se encontrava de maneira fiel aos preceitos de Galeno e Hipócrates. Suas obras não se impunham como reflexo fiel do galenismo clássico. Antes, e principalmente quando observamos as descrições sobre as características médicas das plantas brasileiras, encontramos elementos do pensamento galênico aliado a teorias médico-farmacêuticas próprias do momento histórico em que o frei beneditino estava inserido. Portanto, o galenismo aparece como parte de suas referências, e não como autoridade máxima, como foi usual durante o Renascimento. Conceitos associados à ciência e que emergiam em Portugal durante o período, tais como *observação* e *experimento*, não aparecem como componentes incompatíveis à teoria humoral. Antes, eram elementos indissociáveis dentro de sua compreensão sobre a farmácia.

De fato, o período que compreende o século XVI ao XVIII foi caracterizado pela crítica à aceitação dogmática dos autores clássicos do pensamento médico, em favor da emergência do experimento e da comprovação empírica. Sobre tal processo, histórico existe uma rica bibliografia, que atesta a importância da experimentação para emergência da medicina enquanto prática científica. Recorrentemente, podemos encontrar nessa bibliografia a ênfase do papel de Paracelso, elevado a personalidade fundamental na emergência do que seria posteriormente conhecido como *nova medicina*. Como exemplo, Debus ao abordar a participação dos químicos e médicos durante a *Revolução Científica*, afirmou que Paracelso, ao rejeitar a teoria humoral galênica em favor de uma compreensão alquimista do corpo humano, foi essencial para advento da química (Debus 1998, 71). Em *Paracelsus and 500 Years Of Encouraging Scientific Inquiry*, o historiador e diplomata Charles Webster defendeu de maneira veemente que “the first contest of the scientific revolution was fought by Paracelsus, well ahead of the more famous initiatives of Vesalius and Copernicus”, sendo que o espírito científico por ele inaugurado foi posteriormente codificado por Francis Bacon e imortalizado como fundamento da ciência moderna (Webster 1993, 597). Todavia, foi Roy Porter que de maneira mais incisiva sintetizou a compreensão de Paracelso como marco inicial do pensamento científico médico. Em *The Greatest Benefit to Mankind*, Porter sublinhou que Paracelso foi decisivo em sobrepujar o desejo latente do humanismo renascentista em restaurar a pureza da medicina grega clássica (Porter 1998, 201).

Para ele, o legado do alquimista suíço foi decisivo na ascensão da observação e experimentação médica, servindo tais conceitos de exemplo não somente a pensadores médicos, como Andreas Vesalius e William Harvey, mas também a personalidades exteriores ao campo médico, como Copérnico (Porter 1998, 205).

Entretanto, nas últimas décadas a historiografia tem analisado através de um novo ponto de vista os processos de rejeição do galenismo, emergência da iatroquímica e do método científico dentro da medicina. Como pontuou Mary Lindemann, foi tradicionalmente entendido que o nascimento da medicina moderna, bem como o conseqüente declínio da teoria humoral, estivesse fundamentado na ideia de um processo acumulativo de inovações técnicas e teóricas. Homens como Harvey e Vesalius, que em seus textos desacreditaram as bases galênicas sobre o funcionamento do corpo humano, foram elevados a condição de “pioneiros científicos, liderando um caminho que ia ao encontro de um admirável mundo novo, onde soberanamente reinava a ciência em vez da Teologia” (Lindemann 2002, 66). Em suma: tradicionalmente se acreditou que a acumulação do conhecimento chegou a um ponto tal que o galenismo foi rechaçado como “prática errônea”, dando espaço para o surgimento de teorias “mais avançadas” e “certas”. No entanto, Lindemann afirma que tal compreensão, além de simplista e essencialmente anacrônica, impõem conceitos e valores científicos contemporâneos a homens que efetivamente não os tinham (Lindemann 2002, 67).

Como exemplo da assertiva acima, de fato as conclusões anatômicas levantadas por Vesalius em *De Humani Corporis Fabrica* (1543) divergem enormemente do cânone galênico, todavia, não era objetivo de ambos rechaçar o galenismo. Em suas dissecações, Vesalius observou que, ao contrário do que Galeno atestou, o fígado humano possuía três e não cinco lóbulos; bem como o coração não era formado por poros como ele entendia. Todavia, Vesalius não se considerava um anti-galênico, ou ainda executava seu trabalho com o intuito de corrigir Galeno. Antes, ele próprio se entendia como um galenista e norteava seu trabalho através da compreensão galênica sobre a anatomia humana (Lindemann 2002, 72). De maneira semelhante, Harvey, quando publicou *Exercitatio Anatomica de Motu Cordis* (1628), obra onde pela primeira vez foi descrito com maior rigor o sistema circulatório, não manifestou que suas descobertas tinham um caráter revolucionário como foi entendido posteriormente por muitos historiadores da

ciência. Ele próprio, ainda que defensor da experimentação, admirava o sistema aristotélico e galênico, sendo muitos pontos de sua obra influenciados por tais compreensões (Lindemann 2002, 74).

Deste modo, é falso imprimir a muitos *pais da ciência moderna e atores da revolução científica* um carácter idiossincrático, ou ainda de violenta rejeição às teorias clássicas. Em muitos casos, aqueles que foram elevados a condição de *modernos* - a exemplo de Vesalius e Harvey - possuíam uma forte influência das teorias *antigas* que supostamente foram opositores. Afirma Lindemann: “parece ser melhor ver os projectos Modernos como tentativas de novo nascimento (renascimento) dos projectos Antigos, e não como uma rejeição dos mesmos” (Lindemann 2002, 78).

De forma semelhante o declínio do pensamento tradicional e emergência de pensadores tidos como expoentes inaugurais do empirismo experimental foi abordado por Sachiko Kusukawa. Em *Picturing the Book of Nature*, Kusukawa tem como objetivo demonstrar que os livros científicos ilustrados, publicados durante o século XVI, foram essenciais na definição do conhecimento produzido durante o Renascimento. Para tanto, sua obra está focada principalmente em *De Historia Stirpium* (1542) de Leonhart Fuchs (1501-1566) e na anteriormente citada *De Humani Corporis Fabrica* de Vesalius. A produção destas obras impôs uma nova forma de construção do conhecimento, visto que, ao contrário do que anteriormente era verificado em livros de mesmo ordem, as ilustrações ali presentes eram tão importantes como o próprio texto apresentado (Kusukawa 2012). No entanto, ainda que o conteúdo fosse singular, seus autores não possuíam como objetivo reformular o campo de conhecimento que faziam parte. Antes, e ainda que seus projetos representassem uma cisão no que até então era produzido, eles não negavam ou rejeitavam o conhecimento tradicional.

Para tanto, Kusukawa observa que Fuchs, enfático entusiasta da observação empírica, creditava a Galeno, Dioscórides e Plínio, o Velho o papel de principais referências teóricas em sua obra (Kusukawa 2012, 111). Para Vesalius, as ilustrações debuxadas em seu livro não tinham como objetivo rejeitar o conhecimento anatômico até então produzido. Ainda que enfrentasse críticas por seus métodos invulgares, o médico italiano defendia que as ilustrações de sua obra tinham como objetivo reviver a anatomia clássica perdida ao longo dos séculos

(Kusukawa 2012, 179). Portanto, ainda que ambos compartilhassem de pensamentos e práticas novas, nomeadamente na importância dada as ilustrações, suas obras não foram produzidas com o intuito de serem marcos de modernidade científica em detrimento da rejeição do conhecimento tradicional.

Assim, divisão entre *antigos e modernos* aparenta ser menos clara do que a historiografia tradicional pontuou. Identificá-las como pertencentes exclusivamente a um determinado período, quase sempre é incorrer em uma arbitrariedade pouco factual, quando não completamente anacrônica.

No caso das obras do frei Jesus Maria, percebemos que não existe uma repulsão na utilização de conceitos, práticas e teorias tanto modernas quanto antigas. Assim, não é incoerente quando, ao mesmo tempo em que concedia a teoria humoral um papel de destaque em sua obra, também defendia a importância do boticário estudar a botânica moderna “para cujo fim he util, o ler com attenção a Historia das Plantas, e sahir ao campo, para especular ao vivo, as que a natureza delinea” (Jesus Maria 1772, 7). A autoridade dos clássicos e a importância da observação empírica aparecem sem a compreensão de que uma condição fosse superior ou repelisse a outra. Ambas existiam em regime de igualdade.

Ainda que o moderno e o antigo apareçam igualmente, Jesus Maria não deixou de sublinhar passagens quando as diferenças inconciliáveis entre dois pensamentos eram encontradas. Como exemplo, no *Capítulo II: Da Geral Introdução da Matéria Médica*, ele sublinhou que vários autores, inclusive os da antiguidade, levantaram hipóteses sobre a identificação das características que distinguem os simples utilizados na medicina. Todavia, mesmo frente a tantos autores historicamente renomados, era o método defendido pelo médico alemão Friedrich Hoffmann que “melhor se deduzem os particulares efeitos, e vigor dos medicamentos” (Jesus Maria 1772, 21). No *Tractado V Do Reyno Vegetal da Pharmacopea Dogmatica*, o frei faz uma curiosa observação de como a experimentação e empirismo não necessariamente são próprios da modernidade e incompatíveis com o pensamento tradicional. Ao abordar as formas que o boticário pode identificar as plantas medicinais, atestou que o pensamento moderno era superior ao antigo:

“Pois ainda que Galeno diga, se póde comprehender o conhecimento das Plantas, mais pelo ensino pratico, do que com a lição dos livros; não se

duvida como atesta Jose Pitton Tournefort, e outros, que vista a pintura de huma planta, e lida com atenção sua descripção, se póde vir no real conhecimento della” (Jesus Maria 1772, 2).

Em outra passagem, também não se privou de desacreditar os autores clássicos em favor do conhecimento moderno. No tratado do Tomo I, quando descreveu as formas de eleição dos simples e compostos, apontou que o olfato é um dos sentidos mais relevantes para tal tarefa. Um boticário bem treinado era capaz de distinguir os elementos mais distintos apenas pelo cheiro que deles emanava. Todavia, o funcionamento anatômico que permitia o corpo identificar diferentes aromas era compreendido de formas diferentes pelo cânone antigo e moderno. Disse o frei que os antigos compreendiam que as cavidades nasais estavam ligadas diretamente ao cérebro, que por sua vez distinguia os aromas; enquanto os modernos afirmavam que o sentido tinha origem na “membrana petuitaria nasal”, diretamente ligada a nervos próprios do sistema olfativo, teoria que entendia ser a mais correta (Jesus Maria 1772, 50-52).

### **5.1 Classificação botânica e filosofia natural moderna**

Portanto, percebemos que o conteúdo apresentado nas obras do frei Jesus Maria possuem uma forte caracterização sincrética, onde autores clássicos e modernos são utilizados igualmente. Assim, ainda que o galenismo humoral tenha ocupado um papel de destaque ao abordar as plantas medicinais, o autor não se privou das ideias levantadas pelos naturalistas modernos de quem era contemporâneo.

Em conformidade com a epistemologia natural do período histórico que estava inserido, a forma como Jesus Maria articulou a descrição das plantas em suas obras seguiu o modelo proposto por filósofos naturais e naturalistas de seu tempo. Entre eles se destaca o pensamento de Buffon na obra do frei beneditino. Um dos naturalistas mais expressivos do século XVIII, Georges-Louis Leclerc Buffon (1707-1788) foi um membro da burguesia em ascensão na França que utilizou com maestria a ciência como forma de ascensão social, vindo inclusive ganhar o título de Conde de Buffon. Ainda que seus primeiros trabalhos tenham maior foco na matemática, o cargo de diretor e intendente do *Jardin des Plantes* em 1739 representou um ponto de viragem em seu trajeto científico, se tornando o maior

naturalista francês de sua época (Mayr 2000, 329-330). Além de seu papel destacado na ampliação do *Jardin des Plantes*, o principal contributo de Conde de Buffon foi a obra *Histoire Naturelle*. Formando um conjunto de expressivos 44 volumes ricamente ilustrados, a obra de caráter enciclopédico foi publicada entre 1749 e 1804 e tinha como objetivo condensar todo o conhecimento humano até então acumulado sobre a natureza (Burns 2003, 42-44).

Ainda que sua formação não fosse essencialmente acadêmica, visto que boa parte de seus conhecimentos foram adquiridos de maneira autodidata e, algumas vezes, em contradição com o então pregado nas Universidades, a importância de Buffon para as ciências é inestimável. Muitas de suas ideias e conceitos estão até hoje em voga nas ciências biológicas. Como exemplo, ao classificar as espécies da flora e fauna a partir de ecossistemas, Buffon inaugura a biogeografia, conceito este que constituiria o cerne do trabalho de Darwin no século seguinte (Mayr 2000, 336).

Uma das ideias sustentadas em *Histoire Naturelle* que mais se destaca é a forma como Buffon compreendeu a História Natural. “A História Natural, em toda sua extensão, é uma História imensa que abraça todos os objetos que o Universo nos apresenta” (Buffon 1749, 3) foram as palavras que inauguram o primeiro capítulo *Da maneira de estudar e tratar a Historia Natural*. Adiante, Buffon complementa que:

“Uma única parte da História Natural, como a história dos insetos ou a história plantas, basta para ocupar diversos homens; os mais hábeis observadores não conseguirão mais do que nos dar esboços bastante imperfeitos dos inúmeros objetos que nos apresentam esses ramos particulares da História Natural, aos quais eles exclusivamente se dedicaram” (Buffon 1749, 4).

Essa interpretação totalizante e enciclopédica da História Natural foi compartilhada por Jesus Maria ao longo de sua obra manuscrita. “He a Botanica hua bem attendida quarta parte da Historia Natural, que tenho por objecto o inteiro conhecimento do Reyno Vegetal” (Jesus Maria 1777, 3) sublinha o autor sobre o campo de conhecimento que sua obra estava inscrita, afirmando que para além do interesse médico-farmacêutico, a *Historia Pharmacuetica das plantas exóticas* também se impõe como uma obra da botânica. Para tanto, era trabalho do botânico compilar o conhecimento das plantas existentes em todo o globo, que segundo

Jesus Maria são “naõ menos, de 18, ate 20 mil plantas de diferentes espécies; contando todas aquellas que tem sido observadas tanto no antigo, como no novo Continente”, sendo especificamente o número total de plantas na América, incluindo o Brasil, entre mil e quatro mil (Jesus Maria 1777, 5-6). Para tanto, desvendar as propriedades de tais plantas exigiria o domínio de múltiplos conhecimentos que abrangem a botânica, ecologia, medicina, biogeografia e geografia.

“Para chegar a comprehender a vegetante economia, se requer estar instruido no modo com que os renovos das plantas se abrem, como tambem o que respeita ao seu acrescimo, à sua multiplicação, organização em geral, e sua structura de cada huâ das suas partes em particular, o moto e qualidade do Succo nutritivo, Finalmente, o terreno, e clima que melhor podem influir sobre as plantas deste, e aquelle paiz” (Jesus Maria 1777, 3).

Assim, seu texto se impõe, mesmo que incapaz de abarcar a totalidade de espécies da flora que então se suponha existir, em um esforço significativo na listagem das espécies que possuem propriedades medicinais. Para Jesus Maria, a então incapacidade em conseguir compreender mais sobre o conhecimento natural se devia por “haverem matérias taõ profundamentes escondidas nos íntimos seyos da natureza, que se naõ podem compreender e penetrar” (Jesus Maria 1777, 6). Aqui Jesus Maria reafirma sua identidade religiosa e a influência cristã em sua obra. Ao pontuar que, por vezes, o conhecimento pode estar profundamente enraizado “nos íntimos seyos da natureza”, acrescentou que a incapacidade do homem em compreender a totalidade das questões naturais tem como fruto “por se naõ dar entendimento e sciencia que se possa igualar ao Immenso Poder da Sabedoria do Altissimo Creador” (Jesus Maria 1777, 6).

Por ser um clérigo dedicado ao conhecimento científico, e assim como é patente em *Pharmacopea Dogmatica*, existe ao longo da *Historia Pharmacuetica das plantas exóticas* uma articulação clara entre a ciência e religião como forma de compreender a flora medicinal. Tal teologia natural se assenta na longa tradição da Igreja e seus membros em produzir e divulgar o conhecimento científico europeu (Shapin 1996, 135-137; Udías 2015; Lindberg 1995). Ademais, a associação da religião e ciência em Jesus Maria também condiz com o trabalho das Ordens religiosas portuguesa na produção de um vasto corpo documental sobre as mais diversas áreas do conhecimento (Giurgevich e Leitão 2016).

A ética do cristianismo, que se apresenta em todo seu conteúdo, está sustentada não somente na compreensão do autor sobre a natureza, mas também no juízo moral sobre os usos dos elementos naturais. Tal condição pode ser vista no Capítulo II da *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, dedicado as características e diversos usos dos paus<sup>75</sup> na terapêutica. Entre as espécies abordadas, está o *Lignum Ancillarum*, que é descrito como “um exótico páo de que uzaõ as laccivas mulheres meretrizes da India, para fins torpes, e abomináveis, totalmente opostos á Divina Ley” (Jesus Maria 1777, 46). Contrastando com o caráter prolixo, Jesus Maria destina apenas essa pequena passagem, não dando maiores detalhes sobre qual são os usos destinados ao *Lignum Ancillarum*.

Todavia, ainda que o autor não forneça maiores detalhes sobre a planta, se sabe que ela foi originalmente descrita pelo médico alemão Michael Bernhard Valentini (1657-1729) em *Historia simplicium reformata*, um dos estudos que compõe sua obra *Museum Museorum* (1714), que foi uma das primeiras publicações a abordar o colecionismo natural. Sobre o *Lignum Ancillarum*, o qual chama de *Ancillarum Lignum*, Valentini também foi comedido em sua palavras, mas diferentemente de Jesus Maria, expos que o uso de tal planta “meretrices verius, Dinæ in peregrinatione comites, perditam virginitatem sibi restituendam sumunt” (Valentini 1714, 192). Muito possivelmente o conhecimento de Jesus Maria sobre a *Lignum Ancillarum* se deu através da obra de Valentini, visto a inexistência de tal planta em outras publicações. Assim, por ser a árvore associada a meretrizes em sua tentativa de encobrir o prévio contato sexual, Jesus Maria sustentou que a planta era utilizada para fins torpes, abomináveis e incompatíveis com as Escrituras, reafirmando o contexto cristão na produção de sua obra.

Além da concepção religiosa e do modelo de Buffon sobre a constituição da História Natural, a *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* também possui uma forte influência lineana na classificação das espécies descritas ao longo da obra. Ainda que o anteriormente citado Conde de Buffon seja uma personalidade de destaque entre os naturalistas do século XVIII, Carolus Linnaeus (1707-1778), conhecido em Portugal como Lineu, foi o maior naturalista do período, sendo conhecido como o pai da taxonomia moderna devido seus esforços em produzir um

---

<sup>75</sup> Aqui “paus” tem adquire o sentido do uso da madeira, seja do galho ou tronco das árvores.

sistema único de classificação dos seres vivos (Mayr 2000, 171). Com efeito, ainda que a classificação binominal proposta por Lineu tenha sido utilizada um século antes por Caspar Bauhin (1560–1624), foi em *Species Plantarum* (1753) que o binómio latino foi proposto de forma mais consistente, posteriormente se afirmando como modelo científico usual para a classificação geral de todos seres vivos.

Como afirma Dániel Margócsy, a necessidade de normatizar uma forma única de classificação botânica emergiu em um contexto histórico caracterizado pela intensa troca entre os naturalistas europeus de informações sobre as espécies naturais (Margócsy 2014, 29-30). Seja através de trocas comerciais ou com propósitos puramente científicos, espécies anteriormente pouco ou completamente desconhecidas agora circulavam em grande profusão por todo continente. Uma Idade Global emergiu no XVIII. Se o mundo não se tornou menor, suas dimensões deixaram de ser um impedimento para o estudo do mundo natural. Todavia, se antes as práticas científicas variavam geograficamente, a formação de uma comunidade coesa de naturalistas dispersos pelo continente europeu prescindia de uma unificação das práticas. Entre elas, a utilização de uma única forma de identificação e classificação natural era essencial (Margócsy 2014, 29-30). Por exemplo, era necessário que a planta observada por um naturalista na Rússia fosse a mesma que circulava entre os boticários em Portugal, e não uma similar que possuísse a mesma denominação. Para esse propósito, a classificação binominal de Lineu, frente a tantas outras formas de classificação anteriormente utilizadas, mostrou-se excepcionalmente satisfatória, sendo até os dias de hoje utilizada pela comunidade botânica (Mayr 2000, 1773).

Em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, quase a totalidade das plantas descritas apresenta o binómio latino como forma classificatória, muitas vezes indicando no táxon a abreviação *Lnn.* para identificar Lineu como o autor, a exemplo da *Copaifera Officinalis Linn* (Jesus Maria 1777, 220-221) ou a *Saccharum Officinarum Linn* (Jesus Maria 1777, 151-1555), respectivamente a copaíba e a cana-de-açúcar. Todavia, ainda que a nomenclatura binominal ocupe um papel importante no manuscrito, o frei Jesus Maria questiona até que ponto ela podia realmente ser efetiva como método capaz de abarcar toda a natureza de maneira confiável. Para ele, a grande quantidade de seres vivos, somada a complexidade e

disparidade que apresentam em diferentes partes do globo, impossibilitavam que o binômio latino pudesse realmente ser viável como único método classificatório.

“Como se houvece de julgar que o Bom Deus quizece suppor, que este conhecimento fosse nunca reduzido em systema constante, e infallivel; como se persuadiria, que pelo meyo de huma pequena phrase Latina, se teria de huâ vez expressado os characteres especificos, a ordem, classe, e nome de huâ planta (...) ora o saber tudo he impossivel, a quem he homem (Jesus Maria” (1777, 4).

Em contraponto, Jesus Maria indica outra forma de classificação. Para tanto, seria mais “util o aparelho scientifico, reconhecido debaixo do nome de Phrase Botanica, que, publica os naturaes characteres das plantas, e por huâ serie destas indicaçoens” (Jesus Maria 1777, 5). Tal frase vinha a ser uma indicação em latim onde estava expressa as características morfológicas e nomes utilizados pelo naturalista que as descreveram anteriormente. No manuscrito a frase aparece sempre sublinhada. Como exemplo do uso da frase botânica defendida pelo frei, podemos vê-la empregada na descrição da goma compal:

“Lebus peregrinus Cartilaginosus, phaseolo nigro, punico amulo cincto, vel Arbor Siliquosa animifera Brasiliana Botanicorum Frill, Arbor Siliquosa ex Virginia, lobo fusco, Scabro, aut Arbor Siliquosa, exqua Gummi Animo elicitor C. B. P. Jetaiba Pison; Courbaril biofolia, flore pyramidato, Plumer. N. Plant. Am Gen. Joticacica, et Jetaicica Brasiliensium” (Jesus Maria 1777, 168, grifo do autor).

É interessante ressaltar que a influência destacada de Lineu em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* não aparece com a mesma força na *Pharmacopea Dogmatica*. Ainda que na farmacopeia publicada em 1772 indique que a leitura do *Systema Naturae* de Lineu seja relevante para o desempenho profissional do boticário (Jesus Maria 1772, 5), tanto o autor como o sistema binomial latino não aparecem com grande profusão ao longo da obra. O contraste existente entre as duas obras do mesmo autor se justifica pela importância que outro naturalista exercia em Portugal quando da produção da *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*. Ao longo de todo o manuscrito, ainda que outros autores também sejam referenciados, o naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816) aparece como grande autoridade teórica no campo da História Natural. Ainda que Vandelli

não seja nem mesmo citado na *Pharmacopea Dogmatica*, ele aparece como personagem de destaque em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, o que explica a importância auferida ao sistema lineano ao longo do manuscrito.

Não são raras as plantas descritas que levam a classificação binominal lineana creditada a Vandelli, além de duas passagens em que Jesus Maria se mostra bastante assertivo sobre o trabalho desempenhado pelo naturalista italiano. Na primeira, o autor destaca como o período histórico que estava inserido era especialmente profícuo para o estudo da Botânica devido aos altos investimentos que os reis, príncipes e outros membros da nobreza realizavam para a construção de Hortos e Jardins Botânicos por toda a Europa. Especificamente no caso português, o clérigo escreveu que:

“Neste Reyno causa admiração o Regio, e Magnifico Jardim de Ajuda; animado de um grande numero de Plantas exóticas, devidas à directiva, e vigilante instrução do Douto Professor da Historia Natural o Cl. Domingos Vandelli” (Jesus Maria 1777, 3).

O Real Jardim Botânico da Ajuda foi uma das principais instituições dedicadas a reformar o campo da Filosofia Natural em Portugal, porém, suas origens estão ligadas a uma passagem nebulosa da história portuguesa. Após o terremoto de 1755, a Corte se deslocou da Capital para a região de Ajuda, por ser aquela uma localidade pouco afetada pelo sismo geológico. Com o intuito de construir um ambiente humanístico e científico para o príncipe D. José (1761-1788), futuro delfim de Portugal, foram construídos uma série de espaços para a educação científica do nobre, entre eles o Jardim Botânico da Ajuda. Nos primeiros anos de trabalho, eram cultivadas mais de 5000 espécies de plantas no Jardim Botânico, muitas delas exóticas ao território português continental (Carvalho 1987, 66).

Em um segundo momento de sua obra, ao abordar a Botânica e suas características investigativas, escreveu que tal campo de estudo era destinado apenas aos com capacidades intelectuais mais avançadas. Como exemplo, muitas personalidades ligadas ao estudo do mundo natural se mostravam grandes intelectuais do período, sendo estes responsáveis por grandes descobertas, “como de continuo estão fazendo alguns respeitaveis sabios, entre os quaes se distingue o Cl. Vandelli, e outros curiosos Doutos deste seculo” (Jesus Maria 1777, 5). Tal colocação demonstra o reconhecimento que o clérigo tinha pelo trabalho de Vandelli, bem como sua importância na História Natural do período.

De fato, Vandelli foi um dos principais responsáveis pelo florescimento da História Natural em Portugal durante a segunda metade do século XVIII e, em um sentido mais amplo, da própria consolidação das bases da ciência moderna no país (Pataca 2006, 15). Além de estar à frente do Jardim Botânico da Ajuda, Vandelli também foi lente de História Natural e Química na Universidade de Coimbra, e dirigiu as expedições científicas realizadas tanto em Portugal como nas Colônias Ultramarinas. Assim, rapidamente após sua vinda, Vandelli se transformou na maior autoridade da História Natural do país. Entre seus mentores estava Lineu, com quem frequentemente trocava correspondências, inclusive sendo o naturalista sueco um dos maiores incentivadores da empreitada de Vandelli em Portugal (Carvalho 1987, 50). Pela posição de Vandelli no cenário botânico português do período, e pela influência que Lineu tinha em seu trabalho, que se pode explicar o peso que ambos receberam em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*.

Outro autor citado pelo frei beneditino que esta diretamente ligado à História Natural portuguesa foi Félix de Avelar Brotero (1744-1828). Todavia, ao que tudo indica, a finalização da produção do manuscrito de Jesus Maria terminou em 1777, período este qual Brotero ainda nem mesmo havia iniciado seus estudos de História Natural em Paris. Ainda que tal condição possa contrastar com a ordem cronológica da produção do manuscrito, é relevante se atentar como Brotero aparece na obra. A citação onde o naturalista português é evocado se deu em uma página anexada entre as folhas 208 e 209, que distingue tanto pela caligrafia, papel e cor da tinta utilizada no restante da obra. Na passagem anexada, que relata sobre os efeitos terapêuticos do chá, lê-se:

“O Clarissimo Dr. Brotero no seo famoso compendio de Botanica impresso em Paris no anno de 1788 (...) tras huma optima descripção histórica da Arvore do cha com a sua analize habito externo e frutuficação (...). Devemos dar louvres ao sabio escritor desta compendio pela clareza, do seo methodo e asjustado arranramento desta estimavel obra, a qual he precisamente necessaria a todos aquellas pessoas que pestendem fundamentalmente aprender Botanica segundo o sistema de Linneo” (Jesus Maria 1777, s/p).

Após a publicação do *Compêndio de Botância*, Brotero retorna a Portugal em 1790. Mesmo frente ao conturbado clima político social que o país vivia com a França e os indivíduos com estreita ligação com ela, Brotero foi bem acolhido pelo

poder real. Nomeado lente de Botânica e Agricultura na Universidade de Coimbra, cargo que ocupou por pouco tempo visto seus problemas com os demais professores da Universidade, Brotero passou a última década como diretor do Jardim Botânico da Ajuda e a redigir uma obra que abrangesse de forma mais holística a flora do país, que veio ser a *Flora Lusitânica* de 1804 (Carvalho 1987, 115-117). Assim, tudo leva a crer que Jesus Maria entrou em contato com a obra de Brotero após a produção do manuscrito. Visto que a publicação da *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* estava prevista para 1800, podemos inferir que Jesus Maria insere a passagem em um período posterior a finalização da obra, enquanto ela ainda aguardava para ser impressa, para que assim pudesse manter sua obra coesa e atualizada com o que era então publicado no campo da História Natural em Portugal.

Joseph Pitton de Tournefort também aparece entre as principais influências teóricas de Jesus Maria ao longo de suas obras. Tournefort possui especial relevância na história da botânica por ser o primeiro a formular de maneira clara o conceito de gênero como norma classificativa, identificando quase 700 deles, muitos dos quais seriam adotados posteriormente por Lineu (Mayr 2000, 164). No manuscrito de Jesus Maria, entre as passagens onde Tournefort foi evocado, se destaca na descrição *Ricinus*, gênero de plantas identificada pelo frei beneditino devido sua capacidade purgativa. Dentre as diversas plantas de rícino descritas no manuscrito, sublinha Jesus Maria que os gêneros *Foliis Populi hinsutis*, *Castaneo folio*, *Fructescens Altheo folio*, *Verbasci folio*, *Æleagni folio* e *Folio Citri argenteo polline consperso*, foram originalmente classificadas por Tournefort (Jesus Maria 1777, 304). Na *Pharmacopea Dogmatica*, especialmente no *Tractado V Do Reyno Vegetal*, o naturalista francês aparece por diversas vezes como uma das principais referências nas discussões sobre botânica. Inclusive, seu livro *Institutiones Rei Herbariæ* (originalmente publicada em 1700, mas o frei cita a versão de 1719) foi indicado como uma das obras indispensáveis para todo bom boticário (Jesus Maria 1772, 2).

## 5.2 Teoria do Flogisto e atomismo

A compreensão de Jesus Maria sobre a química farmacêutica também se assemelha com o que vimos em relação à botânica: uma presença plural de autores

e pensamentos, tanto antigos quanto modernos, mas sem com isso assumir uma teoria como única e capaz de suplementar as outras. As páginas iniciais do *Tractado IV: Das Agoas Mineraes, e Reyno Mineral*, passagem onde tratou com pormenores o uso químico dos minerais na farmácia, sintetiza sua visão sincrética do sobre o tema. Escreveu o autor que a mineralogia foi chamada de “vóz mineral” por Johann Schröder, enquanto Hoffmann se refere como Reino Mineral (Jesus Maria 1777, 57). Ambos autores, médicos alemães e que possuem um foco verticalizado sobre a farmácia química em suas obras, foram apresentados como referências para a compreensão dos elementos minerais e seu uso na química. Ao longo da passagem também são citados outros autores modernos, como Boerhaave, Boyle, Lemery e Castro Sarmiento (Jesus Maria 1777, 57-63). Através desses autores que o frei elaborou as bases de seu pensamento sobre a farmácia química e sobre os minerais como arsenal terapêutico. Todavia, ainda que o tema esteja alicerçado em autores modernos, ao indagar a natureza e origem das minerais, além de autores contemporâneos supracitados, o frei também cita dos autores clássicos. Pontuou ele que concordava com a visão de Aristóteles e Platão de que os minerais eram originários de vapores do interior da terra, difundidos pelo globo por veios específicos que determinavam suas características e propriedades físicas (Jesus Maria 1777, 58). Em consequência, ainda que Jesus Maria tenha uma visível influência dos autores químicos que lhes eram contemporâneos, ele não descartava completamente as defesas dos autores clássicos sobre o tema.

O momento histórico em que o frei Jesus Maria produziu suas obras era caracterizado pela efervescência do estudo da química em toda Europa. A emergência da iatroquímica, aumento de autores dedicados ao seu estudo e o desenvolvimento técnico – e instrumental – forjaram os fundamentos da química como campo científico independente (Porter 1998, 253-254). Dentre os diversos químicos de renome, Antoine Lavoisier (1743-1794) se destacou como personagem mais importante do período. Voraz defensor do experimentalismo e do rigor com os métodos quantitativos na ciência, suas obras foram um marco do Iluminismo científico francês, influenciando não somente a química mas todos os campos de estudo contíguos durante décadas. Devido o leque plural de seus interesses, foram diversos os temas que Lavoisier se debruçou a estudar. A oxidação dos corpos, respiração animal, combustão, fotossíntese, análise do ar e gases são algumas

delas. Todavia, sua maior contribuição foi a posteriormente conhecida *lei de conservação da massa*. Através de suas experiências sobre a combustão e calcinação, Lavoisier observou que dessas reações resultavam óxidos cujos pesos eram maiores que o das substâncias inicialmente por ele utilizadas. Assim, Lavoisier concluiu que a massa gerada pela combustão e calcinação correspondia à massa da substância por ele empregada somada à massa do gás incorporado na reação (Golinski 2003, 375-376). Sua conclusão modificou radicalmente o pensamento científico e compreensão sobre as reações químicas.

Entretanto, até a emergência da lei de conservação da massa, uma série de teorias buscavam dar resposta as questões relativas a natureza da matéria. No período de produção das duas obras assinadas por Jesus Maria, a *teoria do flogisto* era a mais aceita no meio científico. Desenvolvida por Georg Ernst Stahl (1659-1734) a partir dos estudos de seu mentor, Johann Becher (1635-1682), a teoria defendia que os corpos possuíam uma matéria característica, denominado flogisto, que era liberado através do processo de combustão (Brito 2008). A teoria defendia que uma vez exposto às chamas, os compostos tendiam a perder peso devido a liberação do flogisto, que resultaria na massa decorrente calcinação ou combustão, ou ainda se mantinham estáveis em razão da inexistência expressiva desse elemento. Como consequência, a combustão era um elemento chave para a interpretação dos elementos. Compreender as razões do porque os materiais reagiam de maneira distinta ao serem levados a combustão imprimia à teoria do flogisto uma forte presença da especulação filosófica. Compreender qualitativamente os elementos, ao contrário do pensamento defendido por Lavoisier, estava acima de sua compreensão quantitativa (Pita 1996, 23).

Para Becher e Stahl, os elementos podiam ser entendidos através de três tipos diferentes de *terras*: *terra mercurialis*, *terra lapida* e *terra pinguis*. A cada um deles foi atribuído uma característica distinta, compreendida segundo o comportamento apresentado durante sua combustão. A mercurial era sublimável quando aquecida, a lápida se vitrificava em chamas, enquanto a pinguis perdia sua forma original na combustão pelo flogisto presente em seu meio ser muito inflamável (Pataca 2006, 122).

Ainda que a *Pharmacopea Dogmatica* e a *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* não sejam obras essencialmente químicas, a aplicação da química na

farmácia possui importante papel ao longo de suas páginas. Para tanto, a teoria do flogisto aparece como base na compreensão da natureza das plantas relatadas, tanto que a *Opusculum Chymico-physico-medicum* (1715) de Stahl e a *Physica subterranea* (1669) de Becher foram indicadas como obras essenciais para a profissão boticária (Jesus Maria 1772, 4-5).

Assim, narrar o comportamento das plantas e seus derivados quando levados a combustão constitui uma preocupação frequente do frei Jesus Maria, sendo o conceito flogístico de *terra pinguis* largamente descrito. Como pingue, identificou tanto a qualidade natural que distingue a planta como a característica do seu local de origem. Exemplo disso podemos ver no caso da *cana-de-açúcar* (*Saccharum sp.*). Afirmou o autor que o açúcar, principal produto derivado da cana-de-açúcar, “hum essencial sal saccharino, ou concreto succo unguinoso-pingue” e que uma vez cozido em água contrai “pingue consistencia” (Jesus Maria 1777, 152). Ainda que natural do Sul asiático, ele atestou que ela poderia ser encontrada em diversos locais, como a “India, na China, Ilhas Canarinas, e Calidas Regioens Americanas em húmidos lugares pingues” (Jesus Maria 1777, 152). As sementes do cacau também foram por ele descritas como de “secca substancia denso-subpingue” (Jesus Maria 1777, 268). O mesmo também pode ser visto com relação as folhas do tabaco, que entre suas características morfológicas, se distingue por dispor de “pingues folhas” (Jesus Maria 1777, 491). Como caracteristicamente pingue também foi descrita a goma resultante da almecega-do-brasil (*Protium heptaphyllum*), por ele apresentada como “rezina pingue conjuncta em molle” (Jesus Maria 1777, 189).

As teorias atômicas e moleculares também aparecem com destaque dentro do pensamento químico do frei Jesus Maria. Obedecendo os padrões científico modernos de experimento e reprodução do fenômeno, as teorias de constituição atômica da matéria e composição molecular foram desenvolvidas apenas um século depois por John Dalton (1766-1844) e Amédée Avogadro (1766-1856), sendo elas fundamentais para a verificação e consolidação das bases científicas produzidas por Lavoisier (Pita 1996, 25-26). Todavia, as origens da formulação filosófica da ideia possuem raízes profundas, principiando nos filósofos gregos antigos. No século V a.C., Demócrito (c. 460 a.C. - 370 a.C.) e Leucipo (c. 450 a. C. - ?) foram os principais idealizadores do *atomismo*, pensamento filosófico que entende o universo como formado essencialmente por *átomos* (Gaukroger 2006, 262). Para eles, átomo

era uma partícula ínfima em tamanho e indivisível, que uma vez associada a outros de diferentes características formavam toda a matéria e corpos físicos existentes.

Por sua incompatibilidade com os fundamentos da teologia cristã, o atomismo foi relegado como pensamento herético durante a Idade Média<sup>76</sup>. Apenas a partir do século XVII que a teoria voltou a ser discutida por homens como Galileu, Newton, Boyle, Pierre Gassendi e Descartes. Para tanto, o atomismo sofreu mudanças em suas bases teóricas, começando por uma readequação aos preceitos cristãos, sendo inicialmente os átomos admitidos como criação de Deus e de funcionamento dependente da vontade Dele (Udías 2015, 51). Posteriormente, com a emergência do Iluminismo e do pensamento secular, o atomismo se adequa a ideia mecanicista da Filosofia Natural, como no caso do mecanicismo cartesiano de Descartes (Gaukroger 2006, 289).

Por conseguinte, a noção de átomo e molécula antecede sua caracterização científica, nascendo como uma concepção filosófica de explicação da natureza dos corpos físicos. Ao abordar tal tema, Jesus Maria o faz também nesta perspectiva: o de poder explicar a essência das plantas e formas de atuação dos remédios. No capítulo IV do primeiro tomo de sua *Pharmacopea Dogmatica*, o frei beneditino escreveu que:

“Naõ há meyo melhor para conhecer qualquer couza, do que averiguar, quais sejaõ as partes do seu composto; por isso he justo se saiba, que todos os córpos naturaes constaõ de huma simplissima materia dilacerada em minutissimas particulas, debaixo do introduzido moto, as quaes, como sejaõ de diversíssimas figuras, variaõ na grandeza, postura, ordem, e movimento; de sorte que, pelo vario concurso, e accreicimo dellas sahem á luz por todo o universo tantos distinctissimos corpos, como reconhecemos” (Jesus Maria 1772, 83).

Como visto no excerto acima, o pensamento do frei Jesus Maria possui uma forte correspondência com a teoria atomista filosófica ao admitir que os corpos físicos são formados pela associação de diferentes átomos. Prossegue o autor que

---

<sup>76</sup> Além da incompatibilidade com elementos do pensamento cristão, a marginalidade que a teoria do atomismo experimentou ao longo da Idade Média também se explica pela crítica aristotélica ao atomismo. Segundo o pensamento aristotélico, não pode existir o vazio subjacente entre as moléculas que formam os corpos físicos, logo, a matéria está integralmente constituída de forma contínua, o que impede sua divisão em partes irreduzíveis (Mayr 2000, 86; Garber 2006, 52).

os átomos possuem características específicas, interagindo no corpo físico de diferentes formas e produzindo diferentes resultados. Logo, defendeu que as transformações físicas também são explicadas pela forma como os átomos interagem entre si em corpos diferentes. Como exemplo que atesta tal ideia, escreveu que se o vinho destampado em uma garrafa “vem depois a degenerar em vinagre pela transposição das minutísimas partículas; ao qual se se lhe ajunta depois sal tartaro, das efferecencias de ambos vemos se regenerar novo sal, de cuja uniaõ se vem a manifestar hum anovado corpo” (Jesus Maria 1772, 84). Aos átomos também foi indicada a capacidade de produzir ou reduzir o calor nos corpos. Afirmou ele que “ao ver-se sahir o calor do movimento consiste em a vehemente, e accelerada alteraçã das muitísimas partículas” (Jesus Maria 1772, 85).

Assim, o frei defendeu que era essencial ao boticário saber como se comporta os átomos que constituem o arsenal terapêutico de sua botica, com o intuito de, associando diferentes simples, saber como eles reagem ao serem incorporados como compostos farmacológicos (Jesus Maria 1772, 84-85). Por essa razão, é frequente em suas descrições sobre as plantas do Brasil e seus derivados naturais a indicação e classificação das partículas que as formavam. Para tanto, ele adota a classificação do médico suíço Theodor Zwinger sobre os diferentes tipos de partículas constituintes dos corpos físicos, nomeadamente “sulphureas ou inflammaveis, salinas, aqueas, e térreas” (Jesus Maria 1772, 85).

Na *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, o frei descreveu a *gomma jetuba americana* como composto trazido “dos nossos Brazis, e não há certeza da arvore donde emana, só sim mostra alguns indícios de poder ser extrahida de alguã das arvores Copalíferas” (Jesus Maria 1777, 195-196). Todavia, ainda que sublinhe a incerteza de sua real identificação, ao lado da descrição o autor indicou-a como sendo a *Hymonoa Courbari*, nome científico utilizado para a árvore brasileira vulgarmente conhecida como *jatobá*. Uma vez pulverizada a goma, sua aplicação médica era indicada contra “tosses fluxos do ventre, e alvos; ella juncta com terra doce de vitriolo desecca as Gonorrhœas venéreas” (Jesus Maria 1777, 196). Todavia, ele afirma que a sobredita goma, em seu estado natural, não dissolve em água quente, enquanto mergulhada no espírito de vinho apenas amolece. Tal característica, segundo ele, se justifica por sua constituição ser formada de “partículas gommuzo-vesinosas, sulphureo-phlogistas, remistadas de moleculas

térreas” (Jesus Maria 1777, 196). Assim, entende o autor que incapacidade de diluição da goma jetuba era explicada por sua característica molecular térrea.

Para o frei, as moléculas térreas, assim como as áqueas<sup>77</sup>, tem como características serem elementos passivos, quais revestem as outras moléculas dando forma, mas não atuando de maneira direta em sua ação médica (Jesus Maira 1772, 85-86). Também foram indicadas como moléculas caracteristicamente térreas as sementes do cacau, que por cozimento se faz dissolver “alguãs tenerrimas particulas oleosas de espessa consistencia, por se remistarem com certas moleculas acido-terreas aderentes á natural mistaõ do Cacáo” (Jesus Maria 1777, 271). O mesmo se faz no caso da contra-erva, onde cita que Étienne François Geoffroy em sua *Materia Medica* (1741) atesta existir no sal volátil da planta moléculas térreas (Jesus Maria 1777, 375). A molécula térrea também é identificada como uma das características físicas da composição do tabaco (Jesus Maria 1777, 493).

Em contraposição, as moléculas ativas salinas e sulfúreas se caracterizam por atuarem diretamente nos elementos aos quais são empregados, “imprimindo nos demais a ação, que mostraõ ter” (Jesus Maria 1772, 86). Entre as plantas de moléculas ativas salino sulfúreas, cita a *radix sancti caroli* (*Cissus verticillata*)<sup>78</sup>, nome dado pelos espanhóis e que por Garcia de Orta foi chamada de *Raiz de Crasso Cabeço*. A administração do pó da casca de sua raiz faz “expurgar da cabeça os crassos, e pituitosos humores; segurando, o fazem sahir alguhas vezes por vomito os humores bilioso-pituitosos, impactos no estomago” (Jesus Maria 1777, 367). Essa capacidade expetorante e emética da planta decorre de suas “particulas salino-sulphureas moroticeas, datadas de vigor catártico, incidente e desobstruente” (Jesus Maria 1777, 367). Para a *butua*, ou *parreira brava*, o frei afirma que seu “vigor diuretico, e lithonfriptico, vulnerarico, stomatico, discuciente, e digestivo” tem direta relação com suas propriedades “gummoso-resinoso, remistado de moleculas salino-salsas” (Jesus Maria 1777, 365).

---

<sup>77</sup> O frei Jesus Maria afirma que as moléculas áqueas podem agir de maneira ativa quando são empregadas para diluição de outros elementos (Jesus Maria 1772, 86).

<sup>78</sup> Em artigo publicado no *Journal of Ethnopharmacology*, Jacek Drobnik e Andréia Barroncas de Oliveira analisaram as descrições sobre a *radix sancti caroli* feitas do século XVI ao século XIX e, através das descrições morfológicas e indicação terapêutica, concluíram que ela é a *Cissus verticillata*, planta trepadeira dispersa da Mata Atlântica brasileira a América Central (Drobnik & Oliveira 2015).

### 5.3 Assimilação dos usos e práticas tradicionais da colônia

A articulação do conhecimento antigo e moderno possui um papel marcante ao longo das obras do frei João Jesus Maria. Descrição das plantas, indicação do arsenal terapêutico, matéria médica e caracterização do ofício farmacêutico são influenciados concomitantemente pelo galenismo, iatroquímica, flogisto e teoria atômica da matéria. Todavia, percebemos que, de maneira indireta, o autor também recebeu influência das práticas e usos populares ligados às plantas brasileiras. Indireta pois, apesar de ser marcante que as indicações terapêuticas para tais plantas possuíam um forte apelo da medicina indígena e cabocla<sup>79</sup>, não existe um apelo consciente do autor em assim fazê-lo. Ao reproduzir conceitos, práticas e indicações tradicionais dos povos brasileiros para o uso de determinada planta, o frei não o fazia para legitimar tal conhecimento. Antes, tais condições apareciam na impossibilidade de explicar o funcionamento médico da planta, ou ainda na tentativa de mediar o uso tradicionalmente popular com elementos do pensamento médico europeu.

Essa singularidade no pensamento médico-farmacêutico do frei Jesus Maria aparece com clareza ao longo de seu manuscrito *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*, como podemos ver por exemplo no caso de sua descrição sobre a mandioca. Espécie de planta tuberosa da família *Euphorbiaceae*, a mandioca é originária da bacia Amazônica, mas antes da chegada dos europeus se encontrava disseminada por toda região tropical e subtropical do continente Americano. Sua importância elementar na alimentação da população nativa, assim como na dos primeiros colonizadores europeus do Novo Mundo, era tamanha que a raiz foi chamada de *pão dos trópicos*. Ainda hoje a mandioca figura como mantimento indispensável na dieta da população de vários países na América, Ásia e

---

<sup>79</sup> O termo caboclo provém da palavra tupi *caa-boc*, que significa “o que vem da floresta”. Historicamente, o termo foi utilizado para designar os brasileiros que possuem origens indígenas e europeias e que adotam um modo de vida sincrético, caracterizado pela influência de ambas raízes étnicas (Pace 2006). Com a emergência da cultura canavieira e o aumento do número de escravos africanos no Brasil, um novo elemento étnico foi adicionado à sociedade colonial brasileira, sendo que ainda na metade do século XVII o número de negros no Brasil passasse a ser maior que o de brancos (Prado Jr. 1942, 21) . Termos como cafuzo e mulato foram empregados para identificar, respectivamente, os descendentes de negros com índios e brancos. Todavia, ainda que sejam empregados antropologicamente conceitos distintos pra os identificar, essencialmente eles possuem a mesma característica cultural sincrética que ilustra a totalidade da população brasileira até os dias de hoje (Ribeiro 1995).

principalmente no continente Africano<sup>80</sup> (Ferrão 1992, 101-104). De sua raiz os índios brasileiros preparavam uma série de produtos alimentícios essenciais em sua dieta, incluindo o *cauim*, uma bebida alcoólica fermentada a partir da raiz de mandioca.

Devido ao estranhamento ecológico experimentado pelos primeiros colonizadores europeus no Brasil, visto as diferenças radicais da natureza do Novo Mundo quando comparado à Europa, os saberes e produtos da alimentação indígena foram rapidamente assimilados (Santos *et al.* 2013, 360). No caso da mandioca, são inúmeros os relatos do século XVI que descrevem em pormenor sua cultura, colheita, beneficiamento e preparo culinário. Tal condição se justifica por sua raiz apresentar um alto grau de toxinas<sup>81</sup>, necessitando de um preparo meticuloso para o alimento não se transformar em veneno. Um dos que mais detalhadamente tratou sobre o assunto foi o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa. Em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Soares assinalou a necessidade de beneficiar corretamente as raízes da mandioca, tomando cuidado com o líquido resultante do processo de purificação, “cuja água é cruelíssima peçonha” (Sousa 1971, 177). O mesmo relatou o clérigo Francisco Soares em seu manuscrito *Coisas Notáveis do Brasil*. Nele, o clérigo advertiu que o “sumo desta raiz mata qualquer homem ou animal que a beber” (Soares 1966, 17).

Ao falar sobre a mandioca, escreveu que a raiz da mandioca “comida crua, seria mortal veneno; mas quando elles a preparaõ bem, se pode della fazer tão bom pão, que os mesmos Europeos o preferem as que he feito do trigo” (Jesus Maria 1777, 398). Todavia, assim como os autores do século XVI, o frei beneditino sublinha a necessidade de beneficiamento da raiz. Também como os autores do século XVI, a descrição do processo de beneficiamento está intimamente relacionada aos usos e práticas das populações indígenas. Em seu manuscrito, reproduziu detalhadamente como eles faziam para transformar a raiz venenosa em alimento. O processo passava primeiramente pela secagem da raiz após colhida,

---

<sup>80</sup> A mandioca foi transportada e inserida na Ásia e África através da *Carreira das Índias*, rapidamente se disseminando pelos países de clima tropical húmido (Ferrão 1992, 104).

<sup>81</sup> As espécies do gênero *Manihot* possuem uma elevada taxa de toxinas, entre elas o ácido cianídrico (Lima *et al.* 1999, 69), veneno esse utilizado na Primeira Guerra Mundial como uma das primeiras armas químicas. Na Segunda Guerra Mundial, o ácido cianídrico era um dos elementos químicos do Zyklon B, utilizado nas câmaras de gás dos campos de concentração nazistas (Nassar 2006, 39).

cozinhando-a em vasilhames sob o fogo “aonde se deixa purificar de todo o subtil veneno” (Jesus Maria 1777, 398). Uma vez extraído o veneno, a mandioca é transformada em fariinha, que serve de base para o preparo de diversos tipos de alimentos. Entre os subprodutos extraídos da mandioca, o próprio resíduo do processo de purificação tem propriedades medicinais, que apesar do veneno existente “o fazem depurar, até descer ao fundo desse vazo, em que está huã alva substancia nutriente, e separando-lhe depois o substante liquido, aproveitaõ a expressada fécula que mostra as apparencias da Gomma do Trigo” (Jesus Maria 1777, 390). Entre os índios, a goma sobredita era conhecida como *carimá* e era considerado uma iguaria por seu sabor.

Ao depurar o veneno para extrair o *carimá*, o frei relata que as populações indígenas também preparavam outro subproduto da mandioca, o *capiou*. Para tanto, eles ferviam repetidas vezes a água com a fécula de mandioca restante do processo de beneficiamento até ela tomar consistência, juntando sal e pimenta para seu consumo. Dissolvido o *capiou* em água fria, ele adquire o nome de *langou*, que “servem de nutrição ordinária aos escravos negros, as quaes tem por saudáveis, e de ligeiro nutrimento” (Jesus Maria 1777, 391). O mesmo *langou*, ao adicionar açúcar, era utilizado como “contra veneno para aquelles que foraõ atacados do veneno succo do Manihoc [mandioca] não preparado” (Jesus Maria 1777, 391).

Entretanto, apesar das semelhanças encontradas entre o texto do frei Jesus Maria e as obras do século XVI, nomeadamente na reprodução pormenorizada dos processos indígenas na preparação da mandioca, os objetivos de seus autores eram completamente distintos. Enquanto Soares e Sousa produziram essencialmente livros de viagens onde relataram as singularidades do território recém-descoberto, o manuscrito de Jesus Maria foi balizado pelo teor médico-científico de seu conteúdo. Assim, por ser embebido de uma tradição científica iluminista, existe pelo frei uma preocupação em compreender qual era e como agia a toxina da mandioca, o que não se verifica nos autores do século XVI.

Com o objetivo de apresentar uma explicação científica sobre a ação da toxina da mandioca, Jesus Maria narrou as experiências realizadas pelo naturalista holandês Philippe Fermin (1720-1790) no Suriname, publicadas no periódico da

Academia de Ciência de Berlim em 17 de Maio de 1764<sup>82</sup>. Para tanto, Fermin utilizou como cobaias uma série de cães e gatos, que ao ingerirem o suco da mandioca “os symptomas que precederaõ a hua prompta morte, foraõ dezejõs de vomitar, accidentes, motõs convulsivos, salivação abundante, evacuação per secessum, e ourinas” (Jesus Maria 1777, 400). Durante a autópsia de suas cobaias, curiosamente o naturalista francês “lhe achou no estomago a mesma quantidade do referido succo, que os tinha invenenado, sem algum vestígio de inflamação, e alteração nas entranhas, nem menos coagulação no sangue” (Jesus Maria 1777, 400).

A ausência de erupções ou inflamações nas entranhas dos animais - somado ao fato do líquido ingerido ainda estar intacto no estômago das cobaias - indicava que o veneno “operava sobre o género nervoso” (Jesus Maria 1777, 400). Ou seja, sua rápida absorção pela mucosa estomacal desencadeava uma morte repentina ao atacar o sistema nervoso. Adiante, ele relata que Fermin, como uso da força, deu o mesmo veneno para um escravo, que ao ingerir a solução “logo corresponderaõ fomasas contracções violentas, continuas evacuaçoens, e motõs convulsivos, perdendo a sua vida na volta de 5 minutos” (Jesus Maria 1777, 401). Como no caso dos cães e gatos, após a morte do escravo foi realizada a autópsia “naõ achando nelle parte alguma ofendida, nem menos informação, so sim o estomago se lhe tinha comprimido mais de a metade” (Jesus Maria 1777, 401).

Ainda que o relato acima suscite um sentimento de repulsa devido aos valores humanitários e éticos que hoje compartilhamos, sua transcrição aqui não foi realizada impingindo, seja ao frei ou ao naturalista francês, um julgamento moral. Ao invés de uma análise anacrônica, se faz necessário compreender que o que o trecho redigido por Jesus Maria alia práticas tradicionais e populares do Novo Mundo ao experimento científico característico do século XVIII. Se resiste desde o século XVI a reprodução das práticas essencialmente indígenas do preparo da mandioca, emerge no texto de Jesus Maria a necessidade em explicar racionalmente a toxina e sua ação no corpo humano. Assim, além de aliar o pensamento antigo e moderno europeu em sua obra, o sincretismo da obra do frei Jesus Maria também se apresenta por aliar práticas e usos do Brasil Colônia, fortemente influenciadas pelas tradições indígenas, com o pensamento médico europeu.

---

<sup>82</sup> As mesmas experiências também constam no livro *Histoire naturelle de la Hollande Equinoxial* (1765) posteriormente publicado por Fermin.

O dualismo de práticas e usos médicos inserido nas descrições das plantas brasileiras, onde se aliavam tanto o pensamento científico europeu quanto as tradições próprias das populações do Brasil, pode ser vista no caso do barbatimão. Afirmou o autor que pouco pode dizer sobre sua morfologia para além do que lhe foi relatado por um natural da colônia, sendo a ele assegurado que as meretrizes utilizavam a casca de sua raiz “no exterior afim de verem reputadas por virgens, e por isso arvore vulgarmente conhecida naquelle paiz” (Jesus Maria 1777, 81). Todavia, o autor submete a propriedade regenerativa do barbatimão indicado em seu uso popular no Brasil ao escrutínio da ciência europeia. Para tanto, o faz por meio da consulta do que previamente outros autores de matéria médica assertaram sobre a planta, assim como pelo relato de experimentos investigativos realizados com ela. Por ser influenciado pela teoria do flogisto, o frei Jesus Maria afirma que ao ser inflamada, a casca não cintila ou entra em combustão por não apresentar o “minimo indicio de particulas inflamaveis”, ou seja, de flogisto em sua constituição (Jesus Maria 1777, 81). Também indicou que “a larga experiencia de Sarmento, e observaçoens de outros Medicos Londinenses” atestam que o pó da casca é indicado para tratar de vômitos e cursos hemorrágicos, além de positiva para o tratamento de infecções vaginais (Jesus Maria 1777, 83).

A raiz de uma planta por ele chamada de *jambarandim* afirmou que pouco se saber para além dos “nacionaes da Bahia, e Pernambuco” a utilizarem como cataplasma contra mordidas de cobra, como também “posta nos rins, e regiaõ da vexiga serve de forte promovente das ourinas; ella mascada faz salivar muito, domando as dores dos dentes, e precavendo tambem os contagios pestilentos” (Jesus Maria 1777, 392). Mais uma vez, a descrição está essencialmente focada nos usos populares da planta. No entanto, o frei beneditino identifica que as propriedades medicinais da sobredita planta se assemelhavam ao da *Acinella Ceylonica*, planta descrita por Boerhaave como “máximo lithonthryptico” (Jesus Maria 1777, 392). Também está indicado no texto que a *jambarandim* era a *Piper reticulatum* Linn, deescrita por Lineu. Ao que tudo indica, a descrição do frei se refere ao *jaborandi*, árvore de pequenas dimensões natural do Brasil que possui poderoso efeito estimulante da salivação e da transpiração, além de ser de grande importância oftalmológica como única fonte natural da *pilocarpina*, alcaloide largamente utilizado na contração da pupila (Pinheiro 2002, 142).

O caju, como abordado no capítulo anterior, foi historicamente compreendido enquanto remédio através do norte teórico galênico humoral. Desde o século XVI suas sementes eram entendidas como de natureza quente, assim empregadas contra doenças de característica humoral fria. Todavia, também referiu ao longo da passagem as formas como o caju era empregado pelas populações brasileiras em suas práticas de cura. Afirmou que os índios extraíam da poupa do fruto do cajueiro um óleo “que alem de impedir a corrupção da madeira, tambem deles se aproveitaõ na pintura; as melhores do paiz se valem do succo acre desras nozes para maltarem os bichos, e tirarem as manchas do rosto” (Jesus Maria 1777, 267). Das sementes, por sua característica cáustica, ele escreveu que eram utilizadas para expulsar do útero a placenta e membranas resultantes do parto. Para isso, “huâ inteira noz destas atada com linha, e intrusa no orifício da vagina do utelo por alguâs horas, e por fim dellas se tira” (Jesus Maria 1777, 267).

Todavia, para outras plantas o frei Jesus Maria se limita apenas a reproduzir os usos populares identificados à planta. Isso por possivelmente inexisterem maiores informações na matéria médica europeia, ou mesmo pela dificuldade em conseguir amostras para realização de experimentos. Tal condição pode ser verificada com relação ao fruto amazônico conhecido como *guaraná* (*Paullinia cupana*). Ao invés do fruto, escreveu que o guaraná era um composto produzido a partir de vegetais não especificados. Escreveu ele que “parese ser substancia ou extração de vegetaes, feitas pelos gentios Mansos do Pará” que possui cheiro agradável e cor castanha, sendo mais indicados aqueles que possuem tonalidade palha (Jesus Maria 1777, 255). Sua indicação terapêutica estava associada ao tratamento de dores no estômago, dores de cabeça, diarreias, diarreias hemorrágicas, incontinência urinária e febre, sendo que “o gentio o uza como remedio universal para todas as suas enfermidades” (Jesus Maria 1777, 255). De fato, por ser um composto orgânico produzido da polpa da fruta, sua rápida deterioração impediria o frei de analisar uma amostra enviada à Europa. Logo, os usos indicados estavam obrigatoriamente circunscritos as práticas tradicionais relatadas por ele.

A mesma circunstância é verificada no caso da *jaçapocayo*, nome que “o Gentio da America impoz, a huma grande arvore, que produz as folhas como as da Moreira” (Jesus Maira 1777, 306). Para sua utilização medicinal, de suas sementes era extraído um óleo que “excitaõ o sémen” e da casca do tronco os índios “tem por

contraveneno” (Jesus Maira 1777, 306). O frei também afirmou ser seus frutos possuem bom sabor, razão essa por serem utilizados tanto na dieta dos homens quanto para alimentar os animais. Na classificação lineana por ele apresentada, a árvore sobredita era identificada como *Lecythis Ollaria*, táxon não mais em uso, substituído por *Lecythis pisonis*, devido Piso ser o primeiro a registrar as características botânicas da árvore vulgarmente conhecida como *sapucaia*. De fato, a descrição de Jesus Maria se assemelha muito a do médico neerlandês sobre a *Zabucayo arbor* (Marcgrave, Piso 1648, 65-66), o que sugere a referência de onde o frei extraiu seu relato sobre a árvore.

Foram indicadas várias propriedades medicinais à madeira chamada *pão de canhão* ou *ambaiba*. Afirmou que as populações do Brasil a reconheciam como de vigorosa confiança contra as mais diversas enfermidades. Entre seus usos médicos, Jesus Maria listou a capacidade cicatrizante que “saraõ os caneros dentro de oito dia” (Jesus Maria 1777, 77), além de também ser empregada para limpar vinho e açúcar, bem como matéria-prima na produção de sabão e linho. No entanto, o frei beneditino hesitou em ratificar tantas qualidades medicinais a ela atribuída. Afirmou ele que:

“os nacionaes atribuem a todas as partes desta arvore taõ grande numero de propriedades, que se fossem certas, não haveria enfermidades incuraveis onde houvessem estas arvores, e se souvece fazer uso dellas; porem se estes que habitã remotos Paizes lecem as maravilhosas virtudes, que se atribuem tambem as nossas plantas, não duvido fizecem dellas o mesmo juizo” (Jesus Maria 1777, 76-77).

De fato, para Jesus Maria, a impossibilidade de auferir veracidade a tantas qualidades medicinais impressas ao pão de canhão se justificava pela ausência de levantamentos botânicos confiáveis sobre a natureza da planta. Aliás, era latente o pequeno número de descrições botânicas modernas a toda natureza brasileira, como o frei Jesus Maria assinalou ainda no prólogo de sua *Pharmacopea Dogmatica* sobre o pouco conhecimento que se tinha das plantas da Colônia (Jesus Maria 1772, s/p). Para ele, era urgente que esforços fossem realizados para suprimir o pequeno aproveitamento das potencialidades comerciais e científicas da flora brasileira. Assim, suas duas obras farmacêuticas se imponham como uma tentativa de reverter tal quadro, compilando uma série de plantas medicinais do Brasil. No

entanto, em algumas passagens não esconde seu descontentamento com as insuficientes informações encontradas das plantas brasileiras.



Figura 10. Ilustração de uma botica carioca por Jean-Baptiste Debret (Debret 1835)

Como exemplo, a raiz *radix apostematum*, vulgarmente conhecida como *raiz dos apostemas* foi por ele descrita como “hum vegetal só conhecido dos Gentios domésticos das Americas deste Reyno” (Jesus Maria 1777, 357). Sua terapêutica era indicada no tratamento de dores pleuríticas, devendo ser a raiz fervida em água até a solução adquirir a tonalidade de vinho, ingerindo o doente esta solução por três dias seguidos, três horas antes de se alimentar, acompanhada de “duas sangrias baixas, e por fim hum laxante atemperante” (Jesus Maria 1777, 357). Entretanto, protestou o frei que pouco mais se sabia sobre a planta, sua origem, morfologia ou forma de extração da raiz “por incuria dos habitantes do Brazil” (Jesus Maria 1777, 357).

A descrição da *radix auriculo uncio* (*Tibouchina* sp) – popularmente conhecida como orelha-de-onça, manacá ou quaresmeira – acompanha crítica semelhante. Devido à carência de maiores informações botânicas, protesta que pouco pode dizer

sobre a planta sobredita para além de escassos relatos terapêuticos. De seu pó o frei Jesus Maria informa que as populações do Brazil fazem uso contra tosses empireumáticas, mas que mais nada poderia falar sobre a caracterização física da espécie. Na verdade, afirmou ele que os brasileiros “saõ taõ descuidados no descubrimento das couzas medicas do Paiz, que desta se não sabe mais doque o entrelasarse de nós mayores, e mais grossos que aquelles do Cypo” (Jesus Maria 1777, 358).

De maneira similar a *radix cassei* não possui descrição morfológica devido o “descuido dos nacionaes das Americas deste Reyno, só apenas há noticia de alguns efeitos desta raiz” (Jesus Maria 1777, 368). Com relação as propriedades médicas, a raiz também chamada de *raiz de queijo* foi por ele descrita de natureza quente. Seu pó misturado com suco de limões ou cidras possuía várias aplicações terapêuticas: romper apostemas, socorrer contra accidentes epiléticos ao serem administrados como colírio, despertar profundos sonos, despertar bêbados e auxilia na cura de mordidas venenosas. Embebido pedaço de pano no mesmo pó misturado ao soro de leite e introduzido nas narinas “domaõ as chaqueccas, accidentes uterinos, e facilitaõ os mezes” (Jesus Maria 1777, 368).

A falta de maiores informações botânicas também foi observada pelo frei como a razão da impossibilidade em identificar corretamente uma das plantas por ele descrita. Em seu texto, questionou se a planta chamada de *cypo de chumbo* pelos naturais da Bahia na verdade não era uma espécie da ipecacuanha. Indicada como purgativo e cicatrizante de ferimentos recentes, assinalou que as similaridades da terapêutica de ambas o fazia crer serem elas a mesma espécie. Todavia, realizar tal afirmação não parece a ele prudente, visto que “carece de mais exacta averiguação, que deviaõ ter feito os nacionaes do Brazil versados na Botanica” (Jesus Maria 1777, 395).

Por fim, fica claro que o uso das plantas brasileiras implicava, ao menos que parcialmente, à adoção das práticas tradicionais e populares que a elas estavam associadas. O processo de apropriação do arsenal terapêutico da flora colonial não se deu de forma ativa, onde os europeus impuseram a tais plantas, de maneira paradigmática e inflexível, as teorias que lhes eram próprias. Antes, tais gêneros naturais passaram por um complexo e longo processo de reconhecimento, catalogação, descrição, identificação e adaptação aos usos médicos europeus.

Como vimos, era latente como várias espécies brasileiras tinham na descrição de seus usos um caráter que transcendia o tempo. Várias foram as espécies da flora colonial em que se verifica a persistência, desde o primeiro século de colonização do Brasil até o momento em que o frei escrevia sua obra, das formas como eram compreendidas e utilizadas. Com isso, ao adotar as plantas brasileiras, a terapêutica portuguesa passou impreterivelmente pela adoção de práticas próprias das populações indígenas e caboclas do Brasil. Todavia, isso não implicou em uma adoção cega e irrestrita das práticas indígenas. Antes, fica expresso a tentativa de conciliação com o pensamento europeu de forma que, à luz da ciência, fossem explicadas as propriedades medicinais que possuíam.

Assim, as descrições das plantas brasileiras realizadas por Jesus Maria ilustram com nitidez a negociação paradigmática envolta à adoção de tais plantas pelo cânone medicinal português. O autor utiliza tanto do arcabouço paradigmático da ciência do período, como podemos perceber em sua preocupação em identificar questões do flogisto e atomismo nas plantas brasileiras, quanto das técnicas coloniais de cura que as plantas brasileiras estavam tradicionalmente associadas. Por conseguinte, as páginas da *Pharmacopea Dogmatica* e *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* ilustram com clareza a condição sincrética do pensamento medicinal do período: e maneira complementar estavam aliados o pensamento moderno e antigo, a ciência e a prática popular, os usos europeus e coloniais.

## CONCLUSÃO

As obras do frei Jesus Maria se apresentam como fontes privilegiadas para compreensão das transformações e resistências observadas no seio da farmácia portuguesa do século XVIII. Através delas conseguimos ter a dimensão das tensões profissionais, contexto cultural, educacional, mudança das práticas profissionais, assimilações do arsenal terapêutico colonial e o papel das ordens religiosas no desenvolvimento médico português do período. Todavia, a intenção da presente pesquisa não foi de analisar as obras do frei de forma deslocada do contexto histórico que o autor vivia. Assim, se tomou a preocupação de analisar o conteúdo por ele apresentado de uma forma ampla, confrontando suas posições com diferentes fontes secundárias produzidas no período contíguo, além de ressaltar as condições culturais e materiais que o autor estava passível e que legitimavam suas posições.

Assim como defendido por David Livingstone em *Putting Science in its Place*, a ciência não é uma construção homogênea e que se desenvolve de maneira pariforme em diferentes locais. Antes, ela está diretamente atrelada às condições regionais de onde ela é praticada (Livingstone 2003, 180). Para o historiador, não basta compreender a ciência de maneira internalista, pois os resultados dela estão dramaticamente limitados e influenciados por condições externas. A posição hierárquica dos cientistas, influência religiosa, condições políticas, estrutura institucional, organização educacional, condições geográficas e as matérias-primas disponíveis, para Livingstone, são elementos que devem ser analisados minuciosamente para compreender as condições e resultados científicos alcançados em determinada localidade. Logo, por serem elementos singulares, não é possível esperar que, mesmo observado o mesmo campo de conhecimento científico, existam disposições e resultados iguais quando comparados locais diferentes. De fato, até mesmo o próprio quesito de credibilidade científica é localmente construído, visto que a forma como a ciência atua é diretamente determinada por características regionais (Livingstone 2003, 88-89).

Quando analisado o conteúdo apresentado pelo frei Jesus Maria, em especial a questão da sobrevivência alargada do galenismo como paradigma aceito em Portugal, se verifica uma estreita correlação com as ideias supracitadas de

Livingstone. Sem dúvida, a presença galênica na farmácia portuguesa advém de questões institucionais e profissionais inerentes ao ofício boticário do período; mas também – e mote principal da presente pesquisa - de questões diretamente ligadas à compreensão e uso medicinal das plantas brasileiras. Com efeito, em paralelo com o que defende Livingstone em seu estudo sobre a geografia da ciência, se verifica que elementos locais definiram de maneira imperiosa a forma como a farmácia se articulava e era praticada durante o século XVIII. Assim, o uso de elementos da teoria galênica humoral por Jesus Maria - e, de grosso modo, por toda farmácia portuguesa durante o período - era reflexo, em primeiro lugar, das inúmeras espécies da flora brasileira que ele tinha acesso; em segundo, se justifica pelo histórico uso de tais gêneros naturais dentro do arsenal terapêutico do país; e em terceiro, pelo grande número de narrativas que existiam sobre as plantas do Brasil no país, narrativas essas que as farmacopeias portuguesas faziam parte.

Concluimos que um dos elementos que cooperaram para a demora na emergência e legitimação da farmácia química em Portugal, que como vimos anteriormente não era o mesmo que se verificava em outros países europeus, provém das condições favoráveis encontradas no país para o uso das plantas brasileiras. Com isso não se pretende renegar as condições institucionais (Pita 1996, 16) e socioprofissionais (Dias 2007, 45) que concorreram tanto para a vigência do paradigma galênico como para sua posterior substituição. Antes, o presente estudo pretendeu indicar o uso médico das plantas brasileiras como mais um dos elementos que permitiram a sobrevivência do galenismo como teoria aceita e praticada entre os boticários lusitanos.

Por conta disso, rejeita-se na presente pesquisa o suposto “atraso científico” como explicação última das condições encontradas na farmácia portuguesa durante o século XVIII, seja com relação a dificuldade de emergência da iatroquímica ou da presença difundida de práticas galênicas entre os boticários. Antes, o que se pretende é indicar que as preposições teóricas assumidas pelos boticários tinham estreita relação com as condições regionais que caracterizavam Portugal durante o período.

Como vimos no primeiro capítulo, o ofício boticário estava arrolado entre as profissões mecânicas que, como tal, não possuíam grande prestígio socioeconômico. Ao mesmo tempo, a própria Universidade de Coimbra reproduzia

tal condição, sendo que nem mesmo após as reformas pombalinas a formação do boticário deixou de estar focada em seus aspectos essencialmente técnicos e práticos. No capítulo segundo, vimos que a emergência e uso da farmácia química foi crescente ao longo do século, o que pode ser observado quando confrontadas as farmacopeias e perceber o progressivo aumento dos remédios químicos em suas páginas. Todavia, é também claro pela análise das farmacopeias que a aceitação da farmácia química não acarretou uma imediata renúncia das práticas galênicas. No terceiro capítulo foi mostrado como as plantas medicinais brasileiras estiveram no centro do debate pela racionalização dos recursos naturais da colônia, para assim promover um melhor aproveitamento comercial e cultural de suas potencialidades. Por fim, o quarto capítulo teve como objetivo indicar que os usos das plantas brasileiras estavam intimamente ligados às preposições teóricas galênicas, tanto na compreensão de suas propriedades medicinais como em suas indicações terapêuticas.

As conjunturas sobreditas se impõem como condições regionais singulares de Portugal, o que Livingstone identifica como elementos essenciais e que definem a forma como a ciência pode ser praticada. Com efeito, entendemos assim que a farmácia portuguesa era fruto das características regionais, materiais, físicas e institucionais do país, sendo muito simplista rotulá-la como “atrasada” - classificação essa que, aliás, não cabe em nenhuma análise cientificamente rigorosa. Antes, o que se entende é que a farmácia portuguesa estava adequada profissionalmente e teoricamente às condições existentes em Portugal.

Em acréscimo, percebemos que as plantas brasileiras moldaram a característica sincrética que define o pensamento farmacêutico do frei Jesus Maria. Como vimos, ele não era refém de uma única teoria, compreendendo a farmácia de maneira plural ao adotar diversos paradigmas no exercício de seu ofício. Assim, ao analisarmos as suas descrições de plantas como caju, mandioca, mangaba, parreira-brava ou a copaíba, fica claro a pluralidade de teorias utilizadas para compreender suas propriedades médicas. Ainda que o galenismo tenha um papel marcante em tais descrições, também encontramos o atomismo e flogisto como teorias utilizadas na explicação de suas características. Além disso, percebemos que a adoção do sistema binominal latino e a influência da obra de Lineu em *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* atestam que Jesus Maria não estava alienado

dos desenvolvimentos científicos em decurso durante o período. Antes, que a existência conjunta de teorias antigas e modernas atestava a condição sincrética de seu pensamento médico-farmacêutico.

Como vimos no capítulo quinto, a assimilação das plantas brasileiras acarretou de maneira indireta a também assimilação de práticas tradicionais que as acompanhavam. Como defende Kapil Raj, a circulação do conhecimento nos permite perceber como a ciência foi fomentada pelo encontro, interação e influência mútua de comunidades heterogêneas e especialistas diversos (Raj 2013, 337-347). Ao buscar na natureza brasileira seus fármacos, o cânone farmacêutico europeu também foi influenciado pelas práticas nativas de uso e compreensão de tais plantas.

Por fim, compreendemos que a *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas* e a *Pharmacopea Dogmatica*, ainda que detentoras de singularidades e idiosincrasias, refletem o pensamento farmacêutico português do período em que foram produzidas. O caráter sincrético que ambas apresentam está diretamente relacionado ao contexto científico heterogêneo que caracterizava a farmácia portuguesa durante o século XVIII.

## FONTES MANUSCRITAS

**Collecção de varias receitas de segredos particulares des principaes boticas da nossa companhia de Portugal, da India, de Macao e do Brasil compostas e experimentadas pelos melhores medicos e Boticarios mais celebres que tem havido nestas partes aumentada com alguns indices, e noticias muito curiozas, e necessarias para a boa direcção e acerto contra as enfermidades, En Roma, An.M.DCC.LXVI, com todas as licenças necessarias. *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI), Opp. NN. 17.**

Ferreira, José Henrique. **História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades.** *Academia de Ciências de Lisboa*. Manuscrito Azul, n. 374. Memória n. 30.

Jesus Maria, João. **Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de adição à Pharmacopea Dogmática.** Coimbra: Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos-C13.4-012-A1CB.3, 1777.

Sanches, António Nunes Ribeiro. **Apontamentos para descobrir na America Portugueza a aquellas produções naturaes que pode enriquecer a Medicina, e o Commercio.** Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 6941/4, 1762.

## FONTES IMPRESSAS

**A Regra de São Bento:** latim-português/tradução e notas de D. João Evangelista Enout. – 3 ed., rev. – Rio de Janeiro: Lúmen Christi, 2003.

Anchieta, José de. **Cartas Jesuíticas 3 - CARTAS Informações, Fragmentos Históricos e Sermões.** Belo Horizonte, São Paulo: Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Antonil, André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas.** Rio de Janeiro, 1837.

Barléu, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias- Unidas sob o Príncipe de Orange /** Gaspar Barléu; tradução e notas de Cláudio Brandão – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

Bluteau, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino.** Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1721.

Boerhaave, Herman. **Elementa chemiae.** Paris: Guillelme Cavelier, 1733.

Boerhaave, Herman. **Herman Boerhaave's Materia Medica, Or the Druggist's Guide, and the Physician and Aphotecary's Table Book.** London, 1755.

Buffon, Georges-Louis Leclerc Buffon. **Histoire naturelle générale et particulière, avec la description du Cabinet du Roi.** Paris: Imprimerie Royale, 1749.

Cardim, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1978.

Coelho, Manuel Rodrigues. **Pharmacopea tubalense chimico-galenica.** Lisboa, Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1735.

Cockburn, William. **A Discourse Concerning the Difficult of Curing Fluxes.** *Phil. Trans. (1731-1732)*, vol. 37, 1731.

Crumpe, Samuel. **History of a Case in Which Very Uncommon Worms Were Discharged from the Stomach; with Observations Thereon.** *The Transactions of the Royal Irish Academy*, vol. 6, 1797.

Debret, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil [...]**, vol. 2. Paris, 1835.

Douglas, James. **A Short Account of the Different Kinds of Ipecacuanha, by Dr. Douglass, Med. Regin. Extr. & R. S. S.** *Philosophical Transactions (1683-1775)*, vol. 36, 1729/1730.

Ellis, John. **A Catalogue of Such Foreign Plants as Are Worthy of Being Encouraged in the American Colonies, for the Purposes of Medicine, Agriculture, and Commerce.** *Transactions of the American Philosophical Society*, vol. 1, 1770.

**Estatutos da Universidade de Coimbra.** Lisboa: Regia Of. Typografica 1772.

Ferreira, Alexandre Rodrigues. **Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de São-José do Rio-Negro.** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. 51, 1888.

Ferreira, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

Ferreira, G.F. **Erário mineral.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

Gandavo, Pêro de Magalhães. **História da Província Santa Cruz.** Rio de Janeiro: Ed. Obelisco, 1963.

Gomes, Bernardino António. **Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou Cipó das Nossas Terras.** Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

Hernández, Francisco. **Historia de las Plantas de Nueva España**. Cd. México: Instituto de Biología de la Universidad Nacional Autónoma de México, Impenta Universitaria México, 1943.

Jesus Maria, João. **Pharmacopea Dogmatica Medico-Chimica, e Theorico-Practica**. Porto : Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, Biblioteca Nacional de Portugal, S.A. 37520 V., 1772.

La Garaye, Claude Toussaint Marot de. **Chymie hydraulique pour extraire les sels essentiels des végétaux, animaux & minéraux**. Paris: Jean-Thomas Herissant, 1761.

Lecaan, John Polus. **Advice to the gentlemen in the army of Her Majesty's forces in Spain and Portugal**. London: Printed for P. Varenne, at Seneca's Head near Somerset-House in the Strand, 1708.

Lémery, Nicolas. **Traité Universel des Drogues Simples**. Paris : L. d'Houry, 1698.

Manget, Jean-Jacques. **Traité de la peste: recueilli des meilleurs auteurs anciens et modernes, et enrichi de remarques et observations théoriques et pratiques : avec une table très ample des matières**. Geneva: Philippe Planche, 1721.

Monardes, Nicolas, **Primera y segunda y tercera partes de la Historia medicinal, de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales, que siruen en Medicina**. Sevilla: Casa de Fernando Diaz, 1580.

Marcgrave, G. Piso, W. **Historia Naturalis Brasiliae**. 1648.

Nóbrega, Manuel da. **Cartas do Brasil, 1549–1560**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Paiva, Manoel Joaquim Henriques de. **Farmacopéa lisbonense; ou, Collecção dos simplices, preparações e composições mais efficazes e de maior uso**. Lisboa: Offic. de Fillipe da Silva e Azevedo, 1785.

Paz Rodriguez, José Maria de. **Explicacion de la naturaleza, principios, virtudes, usos y dosis de las preparaciones y composiciones de la Farmacopea de España**. Madrid: Impenta de Don Josef de Collado, 1807.

**Reglamento y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España a Indias de 12 de Octubre de 1788.** Madrid: Imprenta de Pedro Marin 1778.

Rodríguez, Miguel. **Medicina palpable, y escuela de la naturaleza.** Madrid: Imprenta Del Reyno, 1743.

Sanches, Antônio Nunes Ribeiro. **Método para aprender e estudar a medicina.** Covilhã-Portugal: Universidade de Beira Interior, 2003.

Sanches, António Ribeiro. **Obras.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.

Santo António, Caetano de. **Pharmacopea Lusitana, methodo pratico de preparar & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais.** Coimbra: Impressão de Joam Antunes, 1704.

Santo António, Caetano de. **Pharmacopea Lusitana, reformada methodo pratico de preparar os medicamentos na fórmula galenica, & chimica.** Lisboa: Real Mosteiro de são Vicente de Fora, 1711.

Sarmiento, Jacob de Castro. **Materia Medica Physico-Historico-Mechanica.** Londres, 1775.

Semedo, João Curvo. **Memorial de Vários Simples que da India Oriental, da América e de outras partes do Mundo vem ao nosso Reino.** s.l., s/d.

Semedo, João Curvo. **Polyanthea Medicinal, Noticias Galenicas e Chymicas.** Lisboa: officina de Antonio Pedrozo Galram, 1698.

Sloane, Hans. **Of the Use of the Root IPecacuanha, for Loosenesses, Translated from a French Paper: With Some Notes on the Same, by Hans Sloane, M. D.** *Philosophical Transactions (1683-1775)*, Vol. 20, 1968.

Soares, Francisco. **Coisas Notáveis do Brasil.** Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro - Ministério da Educação e Cultura, 1966.

Sousa, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Edusp, 1971

Tavares. Francisco. **Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal.** Lisboa: Regia Officina Typografica, 1794.

Thurneysser, Leonhard. **Quinta Essentia**. Leipzig: Hans Steinmann, typis Voegelianis, 1574.

Vigier, João **Pharmacopeia Ulyssiponense, galénica e química, que contém os princípios definições e termos gérais de uma e outra Farmácia**. Lisboa: Pascoal da Silva, 1716.

Valentini, Michael Bernhard. **Museum Museorum**. Frankfurt am Main, 1714.

## BIBLIOGRAFIA

Abreu, Laurinda. **A organização e regulação das profissões médicas no Portugal moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados.** In: *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010.

Abreu, Jean Luiz Neves. **Os estudos anatômicos e cirúrgicos na medicina portuguesa.** *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2007.

Alexandre, Frédéric. **O Cajueiro (*Anacardium occidentale* L.): de símbolo da cultura nordestina a árvore testemunha da mundialização da economia e dos modos de vida.** *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 2013.

Alfonso-Goldfarb, Ana Maria; Ferraz, Márcia H. M.; Beltran, Maria Helena Roxo. **Substitutos do “Novo” Mundo para as Antigas Plantas Raras: um estudo de caso dos bálsamos.** *Quimica Nova*, Vol. 33, No. 7, 2010.

Alves, M. V. **História da Medicina em Portugal: origens, ligações e contextos.** Porto Editora: Porto, 2014.

Arsdall, Anne Van. **Evaluating the Content of Medieval Herbals.** In: Susan Fracia and Anne Stobart (ed.) *Critical Approaches to the History of Western Herbal Medicine: from Classical Antiquity to the Early Modern Period*. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2014.

Arza, Fabiana Vieira; Martins, Lilian Al-Chuery Pereira. **A scala naturæ de Aristóteles no tratado De Generatione Animalium.** *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 1, 2010.

Ashworth, William B. Jr. **Emblematic natural history of the Renaissance.** In: Nick Jardine, E. C. Spary, James A. Secord (orgs.) *Cultures of Natural History*. Cambridge University Press, 1996.

Barros, José D'Assunção. **A historiografia pós-moderna**. In: *Novas Perspetivas na História dos Transportes*, n 61, 2011.

Basso, Maria Paula. Neto, João Martins. **O Real Mosteiro de S. Vicente de Fora**. In: *A Botica de São Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994.

**Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais mediante versão dos monges de Maredsous (Bélgica). São Paulo: Ed. Ave Cristo, 1978.

Biblioteca Nacional de Portugal. **Exposição de Obras Antigas e Revistas Portuguesas de Farmácia**. Lisboa: XXXII Congresso Internacional de Ciências Farmacêuticas, 1972.

Bloch. Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Bourdieu, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.

Boumediene, Samir. **Une histoire des plantes médicinales du “Nouveau Monde” (1492-1750)**. Vaux-en-Velin: Les Éditions des mondes à faire, 2016.

Bourdieu, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

Bresciani, Carlos. **Companhia de Jesus: 450 anos ao serviço do povo brasileiro**. São Paulo, Edições Loyola, 1999

Brito, A.A.S. **“Flogisto”, “calórico” & “éter”**. *Ciência & Tecnologia dos Materiais*, Vol. 20, n.º 3/4, 2008.

Buono, Amy. **Interpretative ingredients: formulating art and natural history in early modern Brazil**. *Journal of Art Historiography*, Nº 11, Dec, 2014.

Burke, Peter. **Revolução Francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

Burns, William E. **Science in the Enlightenment: an encyclopedia**. Santa Barbara: Abc-Clio, 2003.

Bushnell, Amy Turner. **Indigenous America and the Limits of the Atlantic World, 1493-1825.** In: Greene, J. P.; Morgan, P. D. (eds). *Atlantic History: a critical appraisal.* New York: Oxford University Press, 2009.

Calainho, Daniela Buono. **Curas e hierarquias sociais no mundo luso-brasileiro do século XVIII.** In: Rodrigo Bentes Monteiro *et al.* (org) *Raízes do Privilégio: mobilidade social no Mundo Ibérico do Antigo Regime.* Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

Carneiro, Ana; Simões, Ana; Diogo, Maria Paula. **Imagens do Portugal Setecentista: textos de estrangeirados e de viajantes.** *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n. 22, 2000.

Carneiro, Ana; Simões, Ana; Diogo, Maria Paula. **The Estrangeirados and Their Communication Networks.** *Social Studies of Science*, vol. 30, n. 4, 2000.

Carreira, T.; Lopes, S.; Maia, E. **The “Febrifuge Principle” of Cinchona Barks.** *38<sup>th</sup> International Congress for the History of Pharmacy.* Sevilla, September 19-22, 2007.

Carvalho, Rômulo. **A História Natural em Portugal no Século XVIII.** Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

Casaleiro, Pedro; Rufino, Ana Cristina; Heitor, Filipa; Mora, Paulo. **Redescoberta da colecção ictiológica do século XVIII no Museu da Ciência, Universidade de Coimbra.** In: *Sínteses Históricas*, Coimbra, 2011.

Cavalcanti, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos. **Manuscrito intitulado Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática.** Acessado em 3 de Março de 2016. <<http://www.cdf.pt/archeevo/details?id=1002500>>.

Charters, Erica. **Making bodies modern: race, medicine and the colonial soldier in the mid-eighteenth century.** In: Gavin Schaffer (ed.) *Racializing the Soldier.* London and New York: Routledge, 2013.

Chartier, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Christie, J.R.R. **The Paracelsian Body**. In: O.P. Grell, *Paracelsus: the man and his reputation, his ideas and their transformation*. Brill Leiden, Boston, Köln, 1998.

**Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra (1771)**. Porto: Campo das Letras – Editores, 2008.

Conceição, J.; Pita, J.R.; Estanqueiro, M.; Lobo, J.S. **As farmacopeias portuguesas e a saúde pública**. *Acta Farmacêutica Portuguesa*, vol. 3, n. 1, 2014.

Correia, Francisco Carvalho. **A Organização dos Estudos no Mosteiro de Santo Tirso**. *Humanitas*, n. 63, 2011.

Costa, A. M. Amorim da. **Ciência no Singular**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

Cunha, A.P., Silva, A.P., Roque, O.R. **Plantas e produtos Vegetais em Fitoterapia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

Dantas, Júlio. **Outros Tempos**. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1916.

Debus, G. **Chemists, Physicians, and Changing Perspectives on the Scientific Revolution**. *Isis* 89, n. 1, 1998.

Debus, G. **Chemistry and Iatrochemistry in Early Eighteenth Century Portugal: A Spanish Connection**. *Sep. História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, vol. 2, 1986.

Diamond, Jared. **Armas, Germes e Aço: o destino das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

**Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Acessado em 07 de Outubro de 2016. Internet <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>

Dias, José Pedro Sousa. **A Água de Inglaterra: paludismo e terapêutica em Portugal no século XVIII**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013.

Dias, Jose Pedro Sousa. **A Farmácia Setecentista: uma introdução à história, literatura e cerâmica da Farmácia em Portugal no Século XVIII**. Comissão Organizadora das Comemorações dos 75 anos da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 1990.

Dias, José Pedro Sousa. **Até que as Luzes os separem: Hipócrates e Galeno na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII**. In: V. Anastácio e I. O. e Castro (eds). *Revisitar os Saberes. Referências Clássicas na Cultura Portuguesa do Renascimento à Época Moderna*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos-FLUL e IELT-Universidade Nova de Lisboa, 2010.

Dias, José Pedro Sousa. **Droguistas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de setecentos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

Dias, José Pedro Sousa. **Farmácia Setecentista**. Lisboa: Associação de Estudantes da F. F. U. L, 1990.

Dias, José Pedro de Sousa **João Vigier e a Introdução da Química Farmacêutica em Portugal**. *Farmácia Portuguesa*, n. 43, 1987.

Dias, José Pedro Sousa. **Levanta-te e Caminha: medicina e religião na História (Antiguidade e Idade Média)**. In: Clara Pinto Correia e José Pedro Sousa Dias (eds.) *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*. Lisboa: Relógio D'Água, 2003.

Dias, José Pedro Sousa. **'Os ratos da Inquisição' e os boticários portugueses: António Serrão de Castro**. *Farmácia Portuguesa*, n. 25, 1984.

Dias, Geraldo José Amadeu Coelho. **Quando os Monges eram uma Civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo**. Porto: Edições Afrontamento, 2011.

Dias, José Pedro de Sousa; Pita, João Rui. **L'influence de la pharmacie et de la chimie françaises au Portugal au XVIIIe siècle: Nicolas Lémery**. *Revue d'Histoire de la Pharmacie*, n. 300, 1994.

Dias, M. O. L. **Nos sertões das gerais e do rio das Velhas 1708-1730**. In: Luis Gomes Ferreira, *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fiocruz/FAPEMG, 2001.

Drobnik, J. Oliveira, A.B. ***Cissus verticillata* (L.) Nicolson and C.E. Jarvis (Vitaceae): Its identification and usage in the sources from 16<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> century**. *Journal of Ethnopharmacology*, n. 171, 2015.

Edler, Flavio Coelho. **Boticas & farmacias : uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006

Ehrenpreis, Stefan. **Empiricism and Image-Building: the Creation and Dissemination of Knowledge on Dutch Brazil (1636-1750)**. In: Arndt Brendecke; Stefan Ehrenpreis; Susanne Friedrich (eds). *Transformations of Knowledge in Dutch Expansion*. Pluralisierung & Autoritat, 2015.

Fernandes, Isabel Maria. **Os boiões e canudos da botica da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo**. In: *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia, 2009.

Ferrão, José Mendes. **A Aventura das Plantas e os Descobrimientos Portugueses**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Fundação Bernardo, 1992.

Ferraz, Márcia; Alfonso-Goldfarb, Ana; Waisse, Silvia. **A formação da matéria médica moderna a partir do século XIX: o Brasil como estudo de caso**. *Estudos do Século XX*, vol. 12, 2012.

Ferreira, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 2<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Figueirôa, S., Silva, C. da. **Enlightened Mineralogists: Mining Knowledge in Colonial Brazil, 1750-1825**. *Osiris*, v. 15, *Nature and Empire: Science and the Colonial Enterprise*, 2000.

Foucault, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Franco, José Eduardo. **Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal: Tempos e modos: Casamento, Divórcio e União de Facto**. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

French, Roger. **Medicine before Science: the rational and learned doctor from the Middle Ages to the Enlightenment**. New York: Cambridge University Press, 2003.

Galison, Peter. **Image and logic: a material culture of microphysics**. Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1997.

Garber, Daniel. **Physics and Foundations**. In: Katherine Park, Lorraine Daston (eds.), *The Cambridge History of Science, Volume 3: Early Modern Science*. Cambridge University Press, 2006.

Garner, Richard. **Long-Term Silver Mining Trends in Spanish America: A Comparative Analysis of Peru and Mexico**. *The American Historical Review*, vol. 93, n. 4, 1988.

Gaukroger, Stephen. **The Emergence of a Scientific Culture: Science and the Shaping of Modernity, 1210–1685**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Giurgevich, Luana; Leitão, Henrique. **Clavis Bibliothecarium: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834**. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

Golinski, Jan. **Chemistry**. In: Roy Porter (ed.), *The Cambridge History of Science, Volume 4: Eighteenth-Century Science*. Cambridge University Press, 2003.

Gomes, Alessandro Martins. Rocha, Roberto Barroso da. **Descobrimento/achamento, encontro/contato e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa**. *Identidade!* v. 21 n. 1, 2016.

Gonzáles, José de Vicente. **Antiguas Boticas Españolas y sus Recipientes**. Santiago de Compostela: Tresctres Editores, 2008.

Gracias, Fatima da Silva. **Health and Hygiene in Colonial Goa (1510-1961)**. New Delhi: Concept Publishing Company, 1994.

Gurgel, Cristina. **Doenças e Curas: o Brasil nos primeiros séculos**. São Paulo: Contexto, 2010.

Herold, B. Horst, T. Leitão, H. **A 'Historia Natural de Portugal' de Leonhard Thurneysser zum Thurn, ca. 1555-1556**. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 19, 2017.

Herson, Bella. **Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)**. São Paulo: Edusp, 1996.

Hollanda, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

Jornada, José Ilton Pinheiro e Barreto, Maria Renilda Nery. **Circulação de Homens e Saberes entre Brasil e Portugal: a Química de Seabra Telles e Henriques de Paiva (séculos XVIII e XIX)**. *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.

Karasch, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

Kuhn, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

Kusukawa, S. **Picturing the Book of Nature: Image, Text, and Argument in Sixteenth-Century Human Anatomy and Medical Botany**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

Leite, Bruno Martins Boto. **Mezinhas antigas e modernas A invenção da Triaga Brasília pelos jesuítas do Colégio da Bahia no período colonial**. In: *13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo, 2012.

Leite, Bruno Martins Boto. **Verdes que em vosso tempo se mostrou: das boticas jesuíticas da Província do Brasil, séculos XVII-XVIII**. In: Lorelai Kury, *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

Leite, Serafim. **Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil (1544-1760)**. Porto: Typografia do Porto, 1956.

Lemos, Maximiano. **História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições**. 2º ed. Lisboa: Dom Quixote - Ordem dos Médicos, 1991.

Liccardo, A; Sobanski, A.; Chodur, N. L. **O Paraná na História da Mineração no Brasil do Século XVII**. *Boletim Paranaense de Geociências*, n. 54, 2004.

Lima, Eliza Dorotéia Pozzobon de Albuquerque; Lima, Carlos Alberto de Albuquerque; Oliveira, Márcia Roseane Targino de; Arruda, Josefa Lopes de. **Caracterização físico-química da mandioca mansa – macaxeira (Manihot esculenta, Crantz) para o processamento tipo conserva**. *Agropecuária técnica*, n. 20, n. 2, 1999. Lindberg, David. **Medieval Science and Its Religious Context**. *Osiris*, 2<sup>nd</sup> Series, vol. 10, *Construction Knowledge in History of Science*, 1995.

Lindemann, Mary. **Medicina e Sociedade no Início da Idade Moderna – Novas abordagens da história europeia**. Lisboa: Editora replicação, 2002.

Lisboa, Karen Macknow. **A nova Atlantida de Spix e Martius: Natureza e civilização na Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. São Paulo: Editora FAPESP, 1997.

Livingstone, David N. **Putting Science in its Place: geographies of scientific knowledge**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

López Piñero, J.M., Pardo-Tómas, J. **Nuevos Materiales y Noticias Sobre la Historia de las Plantas de Nueva España, de Francisco Hernández**. València: Instituto de Estudios Documentales e Históricos Sobre la Ciencia, Universitat de València, C.S.I.C, 1994.

Magner, Lois N. **A History of Medicine**, 2nd ed. Boca Raton: Taylor & Francis Group, 2005.

Margócsy, Dániel. **Commercial Visions: science, trade, and visual culture in the Dutch golden age**. Chicago: The University of Chicago Press, 2014.

Marques, V. R. B. **Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista**. Campinas: Unicamp, 1999.

Martí Escayol, Maria Antònia. **Catalunya dins la xarxa científica de la il·lustració. John Polus Lecaan: medicina i botànica a Barcelona durant la Guerra de Successió**. *Manuscripts* vol. 19, 2001.

Maxwell, Kenneth. **A devassa da devassa - a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808**. 3. ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Mayr Ernest. **The Growth of Biological Thought: diversity, evolution, and inheritance**. Massachusetts & London: The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, 2000.

McCabe, Ina Baghdiantz. **A History of Global Consumption: 1500 – 1800**. London and New York: Routledge, 2015.

Medeiros, M. A., **Minerais descobertos no Brasil**. *Pesquisa FAPESP*, n. 68, 2001.

Mendonça. André Luis de Oliveira. Videira, Antonio Augusto Passos. **Progresso científico e incomensurabilidade em Thomas Kuhn**. *Scientiæ studia*, vol. 5, n. 2, 2007.

Miranda, Evaristo Eduardo. **O descobrimento da biodiversidade: a ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Nassar, N.M.A. **Uma Escolha Singular**. *Revista Ciência Hoje*, vol.39, n. 231, 2006.

Nava, Pedro. **Capítulos da História da Medicina no Brasil**. Cotia: Ateliê Editorial; Londrina: EDUEL; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2004.

Nishioka, S.A., Escalante, R.D. **Poisoning by the ingestion of seeds of the fruit of the "cotieira" (*Joannesia princeps*)**. *São Paulo Med. J.* vol.115 no.1 São Paulo Jan./Feb. 1997.

Nutton, Vivian. **The Rise of Medicine**. In: Roy Porter (edt.) *The Cambridge History of Medicine*. Cambridge University Press, 2006.

Oliveira, Alfredo Ricardo Marques de; Szczerbowski, Daiane. **Quinina: 470 anos de história, controvérsias e desenvolvimento**. *Química Nova*, vol. 32, n. 7, 2009.

Oliveira, Ricardo Pessoa de. **Para o Estudo da Saúde Conventual no Início do Século XIX: as boticas**. *Asclepio, Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. LXIII, n. 1, 2011.

Pace, Richard. **Abuso científico do termo 'caboclo'? Dúvidas de representação e autoridade.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* vol.1 n.3, 2006.

Papavero, N., Luz, J.R.P., Llorentebousquets, J. **Historia de la Biología Comparada. IV. De Descartes a Leibniz (1628-1716).** Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.

Pardo-Tomás, J. **Imago Natura: antropología, naturaleza y materia médica en el Renacimiento.** In: A. Lafuente, J. Pimentel (eds.) *Momentos y lugares de a ciencia española, siglos XVI-XX.* Madrid, 2012.

Park, Katherine. **Medicine and Society in Medieval Europe, 500-1500.** In: Andrew Wear (ed.) *Medicine in Society.* Cambridge University Press, 1991.

Park, Katherine. **Medical Practice.** In: David C. Lindberg and Michael H. Shank (eds.), *The Cambridge History of Science: Eighteenth-Century Science, Vol. 2: Medieval Science.* Cambridge University Press, 2013.

Pataca, Ermelinda Moutinho. **Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808).** Campinas: Instituto de Geociências, UNICAMP. Tese de Doutorado, 2006.

Pereira, Francisco António Berquó da Silveira. **Officio do Desembargador Francisoc António Berquó da Silveira Pereira (para Thomé J. Côte Real), no qual se refere ao sequestro que havia feito aos bens do Collegio dos Jesuitas ás receitas de certo medicamento, de que aquelles padres guardavam segredo. Bahia, 30 de Julho de 1760.** In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 31. Rio de Janeiro, 1909.

Pinheiro, C.U.B. **Extrativismo, Cultivo e Privatização do Jaborandi (*Pilocarpus Microphyllus Stapf Ex Holm.; Rutaceae*) no Maranhão, Brasil.** *Acta Bot. Bras.* vol.16 n.2, 2002.

Pita, João Rui. **A reforma pombalina da Universidade, a Faculdade de Medicina e os estudos médicos e farmacêuticos.** In: João Rui Pita (Ed.) *Ciência e experiência. Formação de médicos, boticários, naturalistas e matemáticos.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Pita, João Rui. **Contributos para a História das Farmacopeias Portuguesas: Manuel Joaquim Henriques de Paiva e a Farmacopéa Lisbonense.** Medicina na Beira Interior: da pré-história ao século XXI. Cadernos de Cultura nºXXII, nov. 2008.

Pita, João Rui. **Farmácia Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836).** Coimbra: Minerva Editora, 1996.

Pita, João Rui. **História da Farmácia.** Minerva: Coimbra, 1998.

Pita, João Rui. **Medicina, Cirurgia e Arte farmacêutica na Reforma pombalina da Universidade de Coimbra.** In: Ana Cristina Araújo (coord.) *O Marques de Pombal e a Universidade.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

Pita, João Rui. **Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (edição final). A publicação da primeira farmacopeia oficial: Pharmacopeia Geral (1794).** *Rev. História das Ideias.* 1999.

Pita, João Rui. Pereira, Ana Leonor. **A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro).** *Ágora. Estudos Clássicos em Debate,* vol. 14.1 2012.

Popper, Karl. **Normal science and its dangers.** In: Imre Lakatos, Alan Musgrave (eds.) *Criticism & the Growth of Knowledge.* University of Cambridge Press, 1970.

Porter, Roy, **Medical Science.** In: R. Porter (ed.), *The Cambridge History of Medicine.* Cambridge University Press, 2006.

Porter, Roy. **The Greatest Benefit to Mankind: a medical history of humanity.** New York : W.W. Norton & Company, 1998.

Prado Jr., Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1942.

Raj, K. **Beyond Postcolonialism ...and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science.** *Isis,* vol. 104, 2013.

Raminelli, Ronald. **Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira.** *História, Ciências, Saúde.* Vol. VIII (suplemento), 2001.

Resende, Maria Leônia Chaves de. **Entre a cruz e a cura: jesuítas e pajés nas missões do Novo Mundo.** In : Sidney Chalhoub *et al.* (org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social.* Campinas: Editora Unicamp, 2003.

Ribeiro, Darcy, **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Rocha, Maria Cristina Tavares Teles da. **Da Botica à Universidade – continuidades e mudanças na construção da profissão farmacêutica em Portugal.** Porto: Livpsic/Levis Editora, 2004.

Rowland, Robert. **Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição.** *Topoi*, v.11, n.20, 2010.

Santos, Christian Fausto Moraes dos. **Das Memórias do Arco Do Cego: divulgação científica na América portuguesa do século XVIII.** *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 12, n. 1, 2008.

Santos, C.; Bracht, F.; Conceição, G. **Porcos da metrópole e atuns da colônia: adaptação alimentar dos colonizadores europeus na América portuguesa quinhentista.** *Estudos Ibero-Americanos*, v. 39, n. 2, 2013.

Santos, Dulce O. Amarante dos. **Aproximações à medicina monástica em Portugal na Idade Média.** *História* (São Paulo) v.31, n.1, 2012.

Santos, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **A Viagem Philosophica: o Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII.** Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Dissertação de Mestrado, 2001.

Santos, F.S. **As plantas brasileiras, os jesuítas e os indígenas do Brasil: história e ciência na Triaga Brasília (séc.XVII-XVIII).** São Paulo: Casa do Novo Autor Editora, 2009.

Schmitt, Charles B. **Towards a Reassessment of Renaissance Aristotelism.** *History of Science*, vol. 11, 1973.

Schwarcz, L.; Starling, H. M. **Brasil: Uma Biografia.** Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2015.

Shapin, Steve. **The Scientific Revolution**. Chicago; The University of Chicago Press, 1996.

Shorter, Edward. **Primary Care**. In: R. Porter (ed.), *The Cambridge History of Medicine*: Cambridge University Press, 2006.

Silva, A. C. Correia da. **Notícia sobre um memorial da Botica de Santa Cruz de Coimbra**. Separata de: *Revista Portuguesa de Farmácia*, 5,6 (1955)

Silva, A. C. Correia da. **Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII**. Sep. de: *Anais Fac. Farmácia Porto*, 1972.

Silva, A. C. Correia da. **Frei João de Jesus Maria e a farmacopeia dogmática**. Sep. *Actas Colóquio de História Local e Regional*, A. 1982.

Silva, A. C. Correia da, **Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII**. *An. Fac. Farm.* Porto, vol. 32, 1972.

Silva, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez, tomo III**. Lisboa: Impensa Nacional, 1859.

Silveira, Luís Espinha da. **Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social da região de Évora na primeira metade do século XIX**. *Análise Social*. vol. xxvi, 1991.

Silverman, Benjamin. **Monastic Medicine: A Unique Dualism Between Natural Science and Spiritual Healing**. *Hopkins Undergraduate Research Journal*, n.1, 2002.

Simonsen, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Companhia editora nacional, 1937.

Smith, Justin E. H. **Leibniz on Natural History and National History**. *Hist. Sci.*, vol.1, 2012.

Smith, Pamela H. **Laboratories**. In: Katherine Park, Lorraine Daston (eds.), *The Cambridge History of Science, Volume 3: Early Modern Science*. Cambridge University Press, 2006.

Sotres, G. **Les regimes de santé**. In: M.D. Grmek, B. Fantini (Org.), *Histoire de la pensée médicale en Occident (Antiquité et Moyen Age, v. 1)*. Le Seuil: Paris, 1995.

Soromenho, Miguel. **Da ‘Ribeira’ ao Terreiro do Paço: génese e formação de um modelo urbano**. In Miguel Figueira de Faria (coord.) *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio – História de Um Espaço Urbano*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.

Sousa, Fernando de. **O rendimento das ordens religiosas nos finais do antigo regime**. *Sep. Rev. História Económica e Social*, n. 7, 1981.

Sousa, Germano de. **História da medicina portuguesa durante a expansão**. Lisboa: Temas e Debates – Circulo de Leitores, 2013.

Stewart, Charles. **From Creolization to Syncretism: Climbing the Ritual Ladder**. In: Steven Vertovec (ed.), *Routledge International Handbook of Diversity Studies*. New York: Routledge, 2015.

Subtil, José. **O Antigo Regime da Saúde Pública Entre o Reino e o Brasil**. *Revista Ultramares, Dossiê Antigo Regime Português*, n. 8, vol. 1, 2015.

Udías, Agustín. **Jesuit Contribution to Science: a history**. Heidelberg, New York, Dordrecht, London: Springer Press, 2015.

Vainfas, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Vieira, Raymundo Manno. **Raízes Históricas da Medicina Ocidental**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

Veiga Junior, V.F. Pinto, A.C. **O Gênero *Copaifera L.*** *Quim. Nova*, vol. 25, v. 2, 2002.

Weatherall, Miles. **Drug Treatment and the Rise of Pharmacology**. In: Roy Porter (edt.), *The Cambridge History of Medicine*. Cambridge University Press, 2006.

Walker, Timothy Dale. **The Medicines Trade in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580–1800)**. *Social History of Medicine*, vol. 26, n3, 2013.

Watkins, J.W.N. **Against 'Normal Science'**. In: Imre Lakatos, Alan Musgrave (eds.), *Criticism and the Growth of Knowledge*. University of Cambridge Press, 1970.

Webster, C. **Paracelsus, And 500 Years Of Encouraging Scientific Inquiry: Stood For Sensitivity To The Environmental, Social, Spiritual, And Moral Dimensions Of Health**. *British Medical Journal*, vol. 306, n. 6878 (Mar. 6, 1993), pp. 597-598.

## ANEXO 1

### Transcrição das principais plantas brasileiras e americanas encontradas na *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas*

Arbor Iaparandiva (*Gustavia augusta* Linn.), Vulgo Iaparandiva. Cresce esta arvore nos nossos Brazis, produzindo dura madeira, coberto de alvadia casca; seus ramos se ornão de folhas, como as da Ianipaba Brazilica, vindo-lhe no ajustado tempo huãs rosaceas flores mui formosas, e grandes, adereçadas de 8 petalos, com figura, e cheiro da Roza, a cujas flores lhe sucedem huns fructos com apparencias de maçã, mas chatas por cima, elles são no externo cinzentos, e no internp amarellados, contendo cada hum angulozo caroço, quazi como Avelã, lucido, de cor de Figado.

Virt. As folhas desta arvore, são Reluzentes, e diuréticas, sua infuzaõ dezobstrue, e move as ourinas; servindo no externo sua cataplasma de resolver as durezas do Figado, e hypochondrios. (p.22)

---

Lignum Angilim, Seu Andira (*Epidendrum retusum* Linn.). He este de huã grande arvore do Brasil, chamada Andira; de seu páo duro compacto se faz toda a obra polida, elle se cobre de casca não mui grossa com superficie escabroso-rugosa, no externo cinzento-obscura, e no interno pardo-citrina, sem cheiro manifesto, mas seu cosimento mostra no gosto, e cheiro apparencia com as cascas do Páo Sancto: Seus ramos se ornaõ de folhas mais pequenas, e assimiladas as do Louro; dos nós destas, brotaõ anegrados baloens, donde promanaõ certas amontúadas flores facerpureais, manchadas de branco, de fragrante aroma; as quaes lhe succedem ovados fructos, como mediano ovo, cingidos de dura casca substringente, retendo no centro hum caroço, que guarda huã amarellada amêndoa de ingrato gosto acido-amaricante, e este mesmo concervaõ o fructo, e páo.

Acha-se outra espécie de Angilim, assimilado ao precedente, só com diferença de conter insípido gosto: os animais silvestres gostam de seu fruto, e engordam com elle.

Virt. O pão da amêndoa do fruto da primeira espécie tomado na dose de escropulo j, mata as lombrigas; porém adar-se em mais dose, causa efeitos nocivos; mas sem este inconveniente se usa para para o mesmo fim do cozimento de suas cascas, e rasuras de seu pão, fazendo deste ferver onça j em libras ju de água até ficar em iij então se coa, e dá de manhã e tarde na dose de libra meia. (p.47)

---

Lignum Brasilienseum, Pictorium, et Birapitanga Indiosorum/Indiatorum (*Casalpinia brasiliensis*. Linn). He este o pão do Brazil, nome que tomou do Brazil Provincia da America, que segundo os diversos lugares donde vem, lhe tem imposto diferentes sobrenomes, taes como, do Brazil de Pernambuco, Brazil do Japão, Brazil de Lamon, Brazil de Sancta Martha, e Brasilête das Ilhas Antilhas, em cujas partes se dá; sabendo-se que todas estas espécies de páos não tem Medulla, excepto a do Brazil do Japão.

A arvore que produz o sobredito pão, cresce nos cercos das herdades destas terras em que vegeta, e sendo este de ordinario retorcido, se reveste de arroxada casca espinosa, recobrando-se de entrecasco tão espesso, que mostrando seu todo a grossura de hum homem, tanto que o dicto entrecasco se lhe aparta, apenas fica com a grossura de caixa humana; seus ramos se povoam de folhas tirantes às do Buxo, vindo-lhe em seu tempo huas pequenas flores de elegante cor roxa, e aromático cheiro, que huns pintam rosáceas, assimiladas Junquinhos/Hinquilhos, e outros as figuram Monopetalo-Campaniformes com igualdade as do lírio Conualle, passando por fim seu pistillo a capsular fruto arroxado, que recolhe duas luzidas, e roxas sementes, imitantes àquellas das Cidras.

Virt. He Reputado por melhor Pão do Brazil aquelle, que for mais pezado, compacto e vermelho; por isso nestas propriedades o fica sendo o do Brazil Pernambucano, e supposto seu forte cozimento se empregue nas tintas roxas pouco perduraveis, também lhe conferem vigor abstringente, e roborante do

estomago, sendo bom lugar no principio das Ophthalmias suas loçoens, convindo no mais com os Sandalos Rubros; pois nos diz o Cl. Prillero in Dypens. Pharmac. T/Z L. p. mihi 229 o seguinte, Arbor, quo nobis, hoc santalum rubrum suppeditat, ast. Species Ligni Brasiliensis tinctorii.

Elle ha quem diz se tirar do notado páo hua espécie de carmim por meio da Pedra Hume. (p. 50-51)

---

Lignum Jacarandacum, ou Jacaranda. He páo de huã arvore da India, e, dizem, tamvem a la nos nossos Brazis: delle distinguem duas especies, huã com a matéria do páo alva, sem seixo; e a outra a produz preta, e aromática; mas ambas estes são duros, e pezados, como o Páo Sancto, possuindo hum e outro manchas assimilhaça do Jaspe: daõ essas arvores folhas tirantes as da Ameixeira; produzindo fructos irregulares da grandesa de Maçaã, chamados na India Manipay, esses se comem cozidos, e fazem bom estômagos; os nacionais do saís se servem de huma substancia, que metem nos estado de verdes da qual uzaõ, como se fosse sabaõ. (p. 62-63)

---

Lignum Longum. Páo Longo. Nome que se permite a huã lactescente arvore chamada dos Portuguezes do Pará Páo Compride, ella dá hum succo, fácil de se espalhar, acre, e corrosivo, que serve de gravissimo danmo aos olhos, e por isso se fazem percizas muitas, exactas percauçõens para se cortar; este páo tem bastante similhaça com o chamado Páo de Seringa, que produz a Resina Elastica; os Academicos da Regia Academia Parisiense nos fazem certo, o serem mui raras estas arvores em Guyana, aonde não he conhecida debaixo de algum nome. (p. 64)

---

Lignum Pormenti. Páo de Canhaõ, ou Ambaiba. Daõ-se este nome a huã arvore, que vegeta no Brazil; ella produz lignosa raiz assaz dura, qual esfregada com pontiagudo bastão se inflama; o pao do seu tronco he alvo, tenro e facil de quebrar, cobrindo-se de casca assimilhada à da figueira. Virt. Da medulla, que o tronco tem no alto, se aproveitaõ os Negros para curar as feridas; as pelliculas de

dentro do páo, dizem, saraõ os cancrios dentro de oito dia, não sendo elles venereos, renovando seu uso pela manhaã, e a noite; o sal fixo do mesmo pao he optimo para limpar o vinho, que sefaz das camas do açucar; Barrera nos certifica, podemos servir nas facturas das cerveijas, de sabaõ, e de nobre uso na cura dos Linhos; de seu tronco por intercizaõ se tem hum oleoso liquor adstringente, a quem daõ o nome de Ambaiba; finalmente os nacionaes atribuem a todas as partes desta arvore taõ grande numero de propriedades, que se fossem certas, não haveria enfermidades incuraveis onde houvessem estas arvores, e se souvece fazer uso dellas; porem se estes que habitaõ remotos Paizes lecem as maravilhosas virtudes, que se atribuem tambem as nossas plantas, não duvido fizecem dellas o mesmo juízo. (p.77-78)

---

Cortex Brasiliensis: Vulgo, Barbatimaõ. He esta huã casca, de fragil consistencia, e por isso fácil de fazer a pó, de cor rubro obscura, com aspera superficie escabrosa, coberta em partes de curto musgo alvadio; ella no interno se mostra hum pouco liza, e da grossura quasi de papelão, sem cheiro, só sim dotada de vigoroso gosto térreo hyptico; esta se separa do tronco de certas arvores, que abundantemente crescem nas Minas Geraes do Ouro Preto, juncto a Villa Rica pelas Azinhagas arrimadas as terras cultivadas, chamadas dos nacionais Catingas; elles lhe impõem o nome de Barbatimaõ do Campo, para se distinguir de outra especie de arvore sylvestre, que he mais alta e contem a materia do páo alva, a que não dão estimação.

Da Barbatimaõ do Campo, não pude obter noticia da sua descripção, mais do que aquella conferida por certo Brasileiro, que assistio anos has referidas Minas, fazendo-me certo era sabido dos habitantes o grande cuidado com que as Mulatas meretrizes procuravaõ valer-se do corrimento desta casca no exterior afim de verem repuctadas por virgens , e por isso arvore vulgarmente conhecida naquelle paiz; elle me afirmou ser ella da extenção de Ameixoeira, mais com o tronco, e ramos sempre tortos, cujo tronco, alem de se cubrir com a casca acima dicta, conserva a materia do páo retorcida, e avermelhada; seus tortos ramos, se armaõ de muitas folhas verdes subcinzenta, assimilhada às do Marmeleiro, posto que crespas, e mais agudas, precedendo-lhe a estas huãs arnentaceas flores.

Esta casca não sentilla no fogo, nem nelle recebe chama, não dando minimo indicio de particulas inflamaveis; desta casca oitavas seis triturada, e alterada em libras ju/v de agoa até a remanecencia de libras ij veio a retingir o liquido em breve tempo de rebra cor obsucura, com forte gosto abstringente, sem manifesto cheiro; postas onça iij deste cozimento coado em corpo vítreo, e lançadas por cima algumas gotas de espirito d vitriolo, veio este a deturbar o liquido, e passados 12 horas, o tornou de hua transparente cor rubra, achando-se no fundo precipitado hum subtil polme, como barra de vinha branco, estas, e outras analises ja previstas pelo Cl.Sarmento na sua Materia Medica Completa dão provas, de abundar a notada casca de partículas gummoso-aluminosas, remistas com bastante meloeculas ferreas, e, algumas de parcessima rezina pouco palpavel, tudo em sua natural mistaõ recalvada de especifico vigor styptico, e vulnerário, assaz mais poderoso, que o Páo de Campeche, e outros astringentes de ampla graduacão.

Virt. Faz certo a larga experiencia de Sarmento, e observaçoens de outros Medicos Londinenses confirmaõ, o quanto o pó da da predicta casca na dose de escropulo j, ate ij, o cozimento de onças ij, ate jv/ju, e seu extracto oitava j, servem de summo socorro, e astringente tal que excede sem igual nos efeitos de seu vigor a todos os mais fortes adstringentes, pois sem ofender, e gravar o estomago, suspende valerosamente as hemorragias, sangue pela bocca, ou de outra qualquer parte promovendo a mesma utilidade em todas as mais evacuaçoens, e excreçoens imódicas, que carecessem do efeito de seu vigor; tendo-se no externo por sem igual vulnerário, e consolidante; participando os lavatorios de seu forte cozimento a excellencia de suspenderem os fluxos alvos, aplicando-se depois das prevençoens Medicas que antes se requerem; cujas loçoens se faraõ repetidas vezes no dia por dentro, e fora da vagina, ou vulva uterina, pelo tempo de 40 dias, com este mesmo cozimento se curaõ as feridas simplex, pulverizando-as dispois com o seu pó: duas partes deste, com huã de pós sympaticos da Ph. Dogmatica, suspendem o fluxo do sangue das feridas, e mais partes, cobrindo-se com estes, e firmando-lhe logo por cima fios incorporados no q.b. de clara de ovo. (p.80-82)

---

Saccharum officin. Mel Canno, et Zuccarum Crilleri (Saccharum Officinarum Linn). He o Açucar usual hum essencial sal saccharino, ou concreto succo unguinoso-pingue de grato gosto, e cor não estando purificado, ruiva, ou cinzenta; porem no estado purificado, he albissimo, e crystallino, secco, e fractavel nos dentes, elle se dissolve em agoa e cozido nella se encrassa contrahindo pingue consistencia syrypacea, carente de cheiro, e de agradável sabor, estrahe-se esta das saccharifera canna, que nascem sponte sua na India, na China, Ilhas Canarinas, e Calidas Regioens Americanas em húmidos lugares pingues.

Consta das Memorias Antigas o dizer-se, que nas Arabia, e India, concrecia o Açucar e nas Cannas forma de fragil sal coagulado como Avelaas, ou Favas, certificando Galeno, o ser hum género de Mel, menos doce, que o Açucar usual: afirmaõ alguns, sahia nos antigos tempos de certas Cannas, sponte sua, ou por expressaõ hum melleo succo, o qual pela seccação se tornava em lagrimas friaveis, a que chamavaõ Saccharum Nativum, deste, e não do usual jeito por Arte, he que os Antigos fizeraõ menção: nas Indias Orientaes seguraõ haver dois generos de Cannas, a saber Arundo Saccharifera vulgaris; et Arundo arborescens, nesta que naturalmente concrece pouca porção daquele, dicto dos Indios, Saccar Mambu; mas ainda se controvercia de que especie de tos fosse das Cannas Sacchariferas, por Dioscorides, e Galeno intimarem as havia com abundancia.

Mencionaõ os Arabes 3 especies de Açucar, chamando ao primeiro Zaccharum Arandinaceum, por ser o que resudava das Cannas, e nellas concrecia em forma de sal: as 2º Saccharum Tabaxir o qual, nos tempos de hoje, se tem entre os Persas, Turcos, e Arabes, pelo Açucar nativo produzido nas Cannas arborescentes, conhecido delles debaixo do nome de Açucar-Mambu, ou Bambu: ao 3º. Saccharum Alhuzar, vel Alhasser, que hé o Magma.

O Açucar vulgar, que entre nos mui usual, se extrahe das Cannas Sacchariferas por arteficio fabricado dellas, varias especies, a proporção dos diversos modos que lhe daõ de Cocção, e grãos de expurgação com que ve a purificar do impuro.

Arundo Saccharifera, C. B. Pin. e Plurimorum. Arundo Saccharifera J. B: Arundo, vel Calamus Saccharinus, Tabern. Icon. Canna Mallea Cosalpin; Viba, e

Tacumea Pison. He esta Saccharifera Canna mui vulgar nos nossos Brazis, ella sendo grammi-folia de imperfeitas flores staminaceas, medya entre as plantas miliaceas e arundinaceas, entrando a vegetar como obliqua, crassa, e geniculosa raiz fibrosa-succulenta de 8, ou 9 pes de longo, e 3, ou 4 de grossura, a proporção da bondade, e cultura da terra em que cresce, formando-se ao comprido com internos de 4 dedos de dystancia; produzindo assim a melhor Canna de averdada cor sub-loura, que juncto aos nós, alvece por huâ parte, e por outra enlourece, mas logo que sobe a mayor extençaõ, se invilhece e denigrece, com fungosa medulla succolenta, alba, e doce; vindo-lhe dos mesmos nós suas bicubitaes, longas, e graminaceas folhas escabrosas, assimiladas, e muito mais estreitas, que as da Canna Sativa, de cor sub-escura, rematando-se no mais alto com menores, e bastantes folhas; a estas lhe sobrevoem duas, ou trez abarcadas, e ramosas espigas, dividas em outras muitas, donde brotaõ huas itaminaceas flores imperfeiyas, carentes de cálix, e reclusas em singulares lanugem, abrindo-se na coroa por duas partes; cada huâ destas gera na Coroa do Pericarpio huâ única semente ao longo-estreita, e a acuminada, a qual semeada fertiliza em muitos lugares húmido-pingues; sendo que na India, e outros sítios da America nasce, não só Spontesua, mas tambem se propaga por meyo da transplantação, e diligente cultura.

Destas Sacchoriferas Cannas sazoadas fabricaõ o Açucar, cortando as Cannas proximo a raiz, e expurgadas ja das folhas; as junctas em pequenos feixes, que pauszadamente vã trazendo para particular moinho movido por Agoa, ou besta; este se compõem em trazer pesadíssimos eixos levantados, fabricados de solidíssimo páo, e cubertos de círculos de ferro, a estes eixos vã chegando por vezes os feixes das expurgadas Cannas, que involtos nelles, pela sua grande força, em continente se cortaõ, e espremem, promanando de si dulcíssimo liquor, que artificioosamente se encaminha por canaes de páo para dentro de amplissimas caldeiras, aonde por hum inteiro dia se ferve e despuma sucessivamente, e tanto que se acha bem despumado o passaõ para outra caldeira, na qual semelhante e fervendo a fogo forte, sem já mais cessar de despumarem, e livrarem das impuridades; para destas bem o purificarem, lhe misturaõ forte lexivia, feita de cinza, e cal viva, sem nunca cessar de o despumarem, ultimamente o transportaõ por pannos, e das vezes que ficaõ, se utilizaõ para comer os negros, feito isso, cozem,

agitaõ e despumaõ o percolado succo, até adquirir a espessura que possa, ao tempo de se levantar em colher ao alto, concrecer logo em plumosa paste e nesta consistencia o lanção em caldeiroens, onde deixaõ sobre brando calor fermentar, até principiar a mostrar granitos, e tanto que lhos divisaõ, o mundaõ assim quente para vazos de barro infudibuliformes, e cubertos, os deixaõ por 24 horas, para que de todo concreça, tomando a figura dos taes vazos; findo o predicto tempo, a aportaõ dos vazos, e conduzem para espaçosa caza, pondo-o em outros vazos de barro, cada hum sigilado com seu buraco no fundo, e nesses concrevaõ por 40 ou mais dias, fazendo com que o mellagineo humor, ou Mellaço que deles escorre, desça para outros vazos, em que i guardaõm e tanto que este deixa de correr, lançaõ por cima de cada vazo certo logo, formado de argillacea terra, e Agoa adoçada com q.b. de Açucar seco, e deste lodo quando sobrepuje a materia 3 dedos; de cujo modo se expurga do mellor humor pingue subfosco, e exque a argillacea terra se torna avida, he evidente signal do Açucar se achar limpo do Mellaço recolhendo entã as Saccharinas formas vulgarmente 3 ordens de Açucar de ziguaes nas cores; a saber, a do cimo alvo, a do meyo sobrecinzento, e a do fundo fuscam qye vem a ser o Açucar mascavado; esse se refina em muitas partes, especialmente em Hollanda, com forte lexivia de Cal viva, na qual cozem, e despumaõ até de todo se tornar purificado, entã o deitaõ em vazos piramidaes, seccaõ, e guardaõ, inferindo-se disto, o dever o Açucar a sua origem assim a natureza, como Arte. (p. 152-155)

---

Cabello Bechico. Cortex Portlandia. Casca de huma Arvore que vegeta na Paraiva, ella nos vem desta America em pedaços de diversos tamanhos segunda a antiguidade das Arvores com o nome de Guina parda da Paraiva ou Pernambuco, o exterior desta casca he de cor cinerea, gretado, áspero, que se desprega com facilidade raspando-se; o Cortex he pardo, o liber he escuro tirante para o negro; o gosto he amargo, não tem cheiro. Portlandia Hexandia Linn.

Virt. Esta quina he antefebrial, tem-se feito applicaçã della com munto bom successo em todos os casos, que se custuma uzar a casca Peruviana, e por varias observaçoens que se fizeraõ; pairesse ser conveniente usalla em doses modicas, por se acomodar melhor no estomago, e produzir melhor efeito.

Gummi Animi, et Animo, ac Vetius Tamer Animo, vel Animo, Seu Gummi Cancamum C. B. Foi a Anime incognita dos antigos gregos, e nos costuma vir de Virginia, e Brazil em pedaços de diversa grandeza, ella he reconhecida por hum concreto resinoso albo-alourado, ou fusco-pallido, de arida consistencia friavel, e pouca transparência; lançado este em brazas vivas, se deflagra de todo em fumos de fácilconsumpção, mostrando suave cheiro balsâmico sem singular gosto, se bem que la deixa certa apparencias do terebinthinado, havendo quem diz lhe viera o nome do exposto fenomeno.

Os naturalistas de afavel crensa, dividem a Gom. Anime, em Ethiopica, ou Oriental, e em Brasiliense, ou Occidental, sendo aquella mais transparente, e albo-alourada; ella dizem resuda de huâ siliquosa arvore animifera, dicta dos habitantes Jetaiba, affirmando há esta na Ethiopia, a qual contem sua analogia com a mesma arvore que produz a ocidental, porem rarissima vez nos chega á mão. (p. 168)

---

Lebus peregrinus Cartilagenosus, phaseolo nigro, punico amulo cincto, vel Arbor Siliquosa animifera Brasiliana Botanicorum Frill, Arbor Siliquosa ex Virginia, lobo fusco, Scabro, aut Arbor Siliquosa, exqua Gummi Animo elicetur C. B. P. Jetaiba Pison; Courbaril biofolia, flore pyramidato, Plumer. N. Plant. Am Gen. Joticacica, et Jetaicica Brasiliensium (Hymenoea Courbaril Linn). Todos estes nomes se tem imposto por diferentes Botanicos áquella arvore animifera ocidental, que nasce na Nova Hespanha, Virginia, e Brazil, numerada entre as mais dilatadas da America; o páo de seu avermilhado tronco he duro, e mui estimado para delle se fazerem moveis de caza de recreavel mimo, elle se cobre de aspera casca crassa, de côr acastanhada subnigricante, povoando-se de dilatados ramos com folhas mais solidas, e planas, que as do Louro, dispostas duas a duas em correspondencia, nas quaes se acha austeriusculo gosto; no cimo dos dictos ramos respiraõ congressadas em pyramides suas papilionáceas flore subpurpurea; passando depois seu pistilo a siliquoso fructo de pé, e meyo de longo, e duas polegadas de largo, donde se resguardaõ huas sementes cubertas de dura casca, mais aspera que a da castanha,

ellas se sazonaõ no Mayo, e Junho, e depois lhe cahem, recolhendo em si hua doce farinha.

Esta resina se dissolve de todo, excepto o estranho, no Ispirito de Vinho, que retinga de alourada cõr, com cheiro balsamico, e acre gosto balsamico-amaricante; na agoa se extrahe mui pouco, tornando a pallido-allourada com especifico, e simplex cheiro balsamico, pelas limitadas partículas olesoso-subtis, que debaixo da digestaõ se lhe separaõ: por meyo da húmida distillaçaõ se vem no reconhecimento do pouco e substancial oleo ethero que retem esta resina; librs ij della distillada em retorta o fogo graduado, deraõ no principio hua phleuma subacida, e logo depois acido-emphyreumatica, com limpo oleo alourado, e por fim crasso-arroipado onça xxvj, e oitava, ficando nos residuos poucas reliquias de salso sal.

Virt. Tem-se por resolvente, attenuante , e goborante dos nervos; dos seus perfumes uzaõ no Brazil nos frios affectos Catarrhosos do Cerebro, e entra em vários remedios externos antinervinos. (p. 168-169)

---

Elemi Spuria, Seu Americana. He esta huã semipelucida rezina pingue conjuncta em molle, ou dura massa, de cor louro-albicante, ou inclinada ao averdado, e involta em arundináceas folhas, com cheiro, quando se lança sobre brazas vivas resinoso-suave, tirante ao dos Endros contusos; havendo Droguistas que a vendem com nome de Almecega do Brazil; os de respeitada crensa a mandaõ recolher com o Aximoa seguinte

Probatur Recens, pellucidum, viridiusculum, pingue, lentum, et adoratum.  
Elemífera foliis ternatis Limoi Hort. Cliff. Frutex trifolius resinosus, floribus tetrapetalis  
albis, rasemasis, Royen.; Lentiscus Peruviana Chabroi; Elemi arbor ex Surinama  
myrthi Laureo foliis Breyn. Prodrom. ; Gummi Chibou in Codice Parisiensi  
Pharmaceutico; Kakuna Ghoha Gummii; Icicariba/jcicariba, sivi elemi Pison.;  
Icicariba/Jcicariba Brasiliensium; Arbor Brasiliensis gummi Elemi Simile fundery foliis  
pimathis, flosculis verticillatis, fructu Olivo, figura, et magnitudine Raii Hist. Tem-se os prescritos nomes imposto àquella Elemifera arvore, que quer seja alta, e de grosso tronco, reparado de cinza casca cinzenta, conservando nos ramos folhas perpetuamente verde-claras, e luzidas; ellas saõ por modo de penacho, e caminhaõ

sobre longos pezinhos conjugalmente duas a 2, ou trez a 3, rematando-se no cimo com hua folha semelhante á da Pereira, da grossura de pergaminho; do exordio destas lhe vem copiosa, e pequenas flores flosculosas tetrapedado-verticilada, ou como mousa de fluxo, constando cada huã de 4 folhinhas verdes, da figura de estrella, e cingidas no âmbito de alba-risca, e no meyo com louros capilamentos; a estas se seguem huns fructos purpurascetes pyriformes, na opinião huns e na de outros da grandeza, e figura de Azeitona, elles retem dentro aromatica polpa com igual cheiro da Elemi.

Extrahem a Elemi; ferindo a casca da Arvore, e pelo espaço da noute lança a adorifera rezina, com aroma igualado ao dos contuzos Endros e na consistencia de Moma, que se pode tractar em as mãos.

Consta a vulgar Elemi de partículas resinosas, as quaes lhe constituem huã grande parte do seu pezo, com a permistaõ de outras oleasas moelculas, e pouquíssima substancia gommosa, o Cl. Neumano L. C. nos certifica, se pode separar de huã inteira libra, de oleo essencial onças j, e oitavas ij, com seropulos ij de substancia gommosa, residindo sua actividade em o ramoso essencial, que se lhe contempla; disto daõ tambem provas as analyses de suas influzoens, e extractos aquosos e spirituosos: libras ij desta rezina destilladas a fogo descuberto deraõ alem de aquoso liquor acido-aromatico, de oleo louro, e arroixado, onças vj, e oitavas vj, e de outro mais crasso onças xxix e oitavas vj.

Virt. He digerente, resolvente, attenuante, e calefaciente com utilidade para digerir, e cicatrizar as chagas, e feridas, fortifica os nervos, e por isso indicado nas fracturas e deslocaçoens; mitiga as dores flatulentas, e resiste a corrupção das feridas, e contuzoens da cabeça, ella no interno, he de rarissimo uso, por sua insolubilidade nos líquidos do ventrículo; entrando no externs em os compostos Confortantes, Nervinos, Cephaticos, anticatarrhaes, e traumáticos Balsamos, seus perfumes servem nas suffocaçoens uterinas, fluxo albo, e chronicas suppressoens mensais. (p. 189-190)

---

Gomma Jetuba Americana(*Hymonoa Courbaril*). Traz-se estas dos nossos Brazis, e não há certeza da arvore donde emana, só sim mostra alguns indícios de

poder ser extrahida de alguã das arvores Copaliferas, que numera Ponstono; ella na cõr se iguala á Copal; conservando a consistencia e transparencia da Gomma Arabia, não mostrando cheiro, e gosto algum; chegada a acceza bella alguã couza se intumece, e liquida, por forma, que posta dentro de vidrado vazo térreo, parte se inflama respirando abundante fumo de remotissimo cheiro vinoso, e outra mayor parte se reveste em tostada materia anegrada, transparente, e friável, que trazida a pó, parte se dissolve em fervente agoa, tomando-se de cinzenta cõr, sem gosto considerável, e parte desce ao fundo; ella estando no estado natural, se não dilacera na agoa fervente, e no spirito de vinho rectificado apenas amollece, inferindo-se disto, o poder constar de partículas gommuzo-vesinosas, sulphureo-phlogistas, remistadas de moleculas terreas, huãs, e outras, revestidas com estreito vinculo; a experiencia tem mostrado, o ser seu pó util na dose de oitava j no sputo cruento, tosses fluxos do ventre, e alvos; ella juncta com terra doce de vitriolo desecca as Gonorrhœas venéreas. (p. 195-196)

---

Balsamum, Sive Oleum de Copaiba, Copahu, aut Cupaiva, Seu Balsamis de Copaiava, vel Copaiba officin. Capius Dale Pharmacol. Balsamum Brasiliense aliquorum. Todos estes nomes se tem imposto por varios A. A. ao Balsamo de Cupaiva que se traz dos Nossos Brazis, Maranhão, e outras partes circuvezinhas, elle he hum liquido, e tenaz succo rezinoso-oleoso de consistencia pouco especifica, e cõr albo-alourada, com acrisusculo sabor armoatico-amicante, e terebithinaceo cheiro hum tanto grato, o qual depois de alguns anos, vem pelo decurio do tempo, e vazos mais, ou menos proporcionados em que se guarda a tornar-se denso-espesso, e tenaz; havendo outro, que sahe por ultimo das incisões, de mayor espessura igual á da terebinthina, de alourada-cor, e cheiro não taõ grato; sendo este o motivo, por onde os de abonada cresa o mandaõ escolher pelo Axioma seguinte.

Eligitur Liquidum, Limpidum, albo-flavescens, et quod a Partari, aliave alcalina tinctura facile, et totum dissolvi se patiat, oleumquo othereum largiis destilhando concedat (p. 219-220)

---

Arbor balsamifera Brasiliensis, fructu menospermo Raii Hist.; Arbor balsami Vera Botanicor.; Arbor Copaiba Pison.; Incolo vero Copaif. Copahu, Copaiba Vocant (Copaifera Officinalis Linn). He esta arvore assaz dilatada, a qual de multiplicadas raizes longas, lança seu recto, e grosso tronco, cuberto de densas cascasas com a materia do páo dura como a Faya, de elegante côr rubra de que fabricaõ moveis de estimaçaõ; delle sahem muitos ramos late-extensos repartidos em outros menores; 4, ou 5 dedos de alto, e dous de largo, firmes em digitaes, e crassos pezinhos, ellas por cima saõ averdadas, e por baixo subpallidas: no ultimo dos referidos ramos lhe brotaõ quantidade de pétalas flores, dobradas, de mediocre grandeza: succedeno-lhe a estas huãs digitaes, e fuscas, ao passo que se comprimem nos dedos, largando huâ ablongada nóz subredonda como Avelã, ella se cobre de anegrada cuticula, seguindo-se a esta até o meyo, huâ limitada polpa amarella, e desta até o centro, conserva lenta carne, que cede aos dentes.

Cresce esta arvore nos densos bosques mediterrâneos dos nossos Brazis, Ilha do Maranhão, e outras vezinhas das Antilhas, aonde no fervor do Estio, ferindo o tronco profundamente correm do exposto balsamo duas especies; o primeiro que sahe, he em forma de liquido, e limpissimo óleo de alba côr subalourada com cheiro mais grato, o qual pelo decurso do tempo contrahe mayor espessura e loura cor, de modo que ferido o tronco até quazi o meyo no devido tempo, vem a dar perto de libras doze de oleo, no espacio de trez dias; findo este tapaõ a cizura com cera, ou outra materia igual, e passados 15 dias, abrem a cozura, e colhem entãõ com abundancia outro 2º oleo de mais espessa consistencia, e alourada côr de cheiro não taõ grato, como o primeiro.

As analyses espagiricas comprovadas pelo Cl. Cartheuser e outros, nos inculcaõ a aproximar-se este balsamico oleo á indole da Terebinthina, e Balsamo Peruviano, tendo-se por certo, o muito que abunda de ethers óleos essencial, pois fazendo destilhar deste libra j, no q.b. de Agoa fontana, deu de solto, e claro oleo onças vj, com forte cheiro não ingrato, e penetrante gosto amaciante amaricante, tornando-se pelo decurso do tempo mais louro; deixando no fundo do vazo huã porçaõ resinosa mui tenaz, não taõ destituída de vigor, que deixe de se numerar entre as activas rezinas, de insigne virtude nervina, rezolvente, e vulneraria.

Thomaz Fuller Medico Camtabriense observou no dicto oleo balsamico tomado pela bocca, a transformar elle as ourinas de hum violaces cheiro subterebinthinado com gosto intense amargo, este no rectificado Sp. De Vinho, inteiramente se dissolve.

Virt. Permite ao notado oleo balsamico o Cl. Frederico Hoffmanno, e Fuller notáveis excellencias, com a circumstancia de domar a moraticia salsugem do soro, saliva, e ourina, imbutando-lhe seu spiculos salinos, e refundindo no sangue as oleosas partes de que se acha despauperado, vencendo porisso a scorbutica cachexia rancida putridinosa: elle ha quem lhe confere vigor roborante, e diuretico, apto na exclusão das pedras, suppressão das ourinas, e nefríticas dores sabulosas, servindo interna, e externamente de mundificar, e consolidar as feridas especialmente dos nervos, com a prerogativa de suspender as gonorrhœas, fluxos alvos, dysenteria, e outros fluxos do ventre, detergir, e purificar os rins, uretra, e vexiga de toda a mucosidade, firmando, e curando a relaxação, e ulceração das mesmas partes, expurgando-as junctamente, mais do que outros balsamos, dos cruentos e fetidos contentos purulentos: o referido Fuller, e Sarmento em Mater. Med. Completa o reconhecem por especializado detergente, e dissolvendo-lhe os tubérculos crus; certificando o dicto Sarmento, vira curar com o seu uso horrendas, e perigosas tosses iminentes a huã Thysica; e ainda que amargo, e manifestamente mais calido que o Balsamo Peruviano, como quer Cartheuser, diz convem nas Hecticas, pelo muito que doma a salsugem, e acrimonia dos humores inclinados á putrefacção, em cujas queixas, adverte o citado Hoffmanno se ramiste com fresco oleo expresso de gemas de ovos, e será melhor o das sementes frias mayores, com algum sperma cete, exhibindo-se em leite asinino, ou em caldos de caracoes, rãas, ou cagados: tambem o notado Sarmento tem por afficaz o seu eleosaccharo nos effeitos rheumaticos, e gostos, flaxidao do ventrículo, tosse estomacal, nimia laxidão, e flatulencias dos intestinos, e espinhasso, o qual dado em vinho Hespanico lhe confere grande prezidio nas queixas paralyticas; as suas unçoens curaõ a ranha, ou rabuje dos animaes, e juncto com algum cimabrio nativo remedeão as enfermidades porriginosas da cutis: a sua dose, he de gottas, v, xv, até xx; e dado de oitavas ij até iij promove curços. (p.220-221)

---

Balsamum Divo Thome, Seu spiritus sancti Vulgo Balsamo de S. Thome, ou do Spirito Santo. He hum oleoso liquor balsamico resinoso mui aromatico que o oleo de Cupaiva, o qual se traz dos nossos Brazis em ovados cocos aguados como limoens grandes, para os quaes o passaõ os Gentis depois que sahe das incisoens feitas em troco de huãs grandes arvores, que crescem na Ilha de S. Thome, e partes circumvesinhas, não havendo da descripção dellas até aqui inteira noticia.

Virt. Das precisas observaçoens do Cl. Sarmiento em o Mat. Med. Completa executadas no Hospital dos Portuguezes em Londres, e outras mãos que vi, se valle, o muito, que este Balsamo Socorre com vantagem mayor atodos os mais Balsamos, as reveldes tosses acrimoniosas, thissicas, emphysemas, asthmas, e outras pertinazes queixas de peito. (p. 223-224)

---

Cubureiba, seu Balsamum Peruvianum, Pison.; Cabui Iba, Marcgrav. Balsamum ex Peru. Arbor Balsami Indici, Balsamifera prima, Hoitziloxitl dicta Hernandez. Tem-se estes nomes conferidos á quella balsamifera arvore, que cresce no Reyno do Peru, Mexico, Nova Hespanham e outras cálidas regioens da America Meridional, perenchendo a extençaõ de mediocre lorangeira, com ramos ornados de folhas mayores, mais largas, e redondo acuminados, que as da Amendoeira, vindolhe no ultimo dos ramos luteas flores ablongas sementes albo-pallidas hum pouco retrocidas, e assimiladas ás da laranja, se bem que Monardez nos certifica serem como Ervilhas, supondo as reclusas em compressa baja de dedo de longo; assegurando mais se cobre seu páo de duas ordens de cascas, a saber huã crassa, e outra ténue.

Das incisoens feitas nas cascas dos ramos desta arvore, he que emana o precioso, e mais estimado balsamo Peruviano, assim albo-liquido, como solido-louro, em qualquer tempo do anno, especialmente depois de longos Invernos, sendo pouco a que deste modo separaõ, por isso se valem da cocção para adquirirem aquelle que he rubro-anegrado.

Pelas analyses espagiricas de Paulo Hermans, se sabe consta o predicto balsamo de particulas oleosas mui subtis, e sal volatil intimamente conjunctos; cujas particulas ma mente do Cl. Cartheuser in Fund. Mat. Med. são oleoso essenciaes

ethereas, fixo-resinosas, o que abona com os previstos experimentos do Cl. Hoffmanno, o qual debaixo da húmida, e branda destillação, chegou a separar de libra j do dicto balsamo, só onça j de ethers oleo.

Virt. He o Balsamo Peruviano de índole mais atemperada, não só que a terebinthina, mais ainda merece nisto preferênciã aos mais nativos liquores balsâmicos, elle he tido de muitos por nervino, estomático, pectoral, antiputridino, traumático, e brande diurético, util nos insultos epilepticos, fraquezas do ventrículo, thisica, asma pituitosa, afeitos scabiosos, ulceras dos intestinos, rins e vexiga, gonorrhœa celtica, dores frias do ventriculo, e tripas, e suppressão mensal; querendo o Cl. Geofroy in Mat. Med. Convenha em tudo o mais em que se julga adequado o opobalsamo; dando-se difficulto no q.b. de Açucar refinado de gostos vj, xij, até xxx; elle conserva no externo a singular estimacão de consolidante das feridas, e digestivo das chagas, de optimo predicamento nas frias dores, e contractura dos nervos, partes paralyticas e convulsivas. (p. 225-226)

---

Rezina Elastica (Hevea guianensis). He esta uma singular rezina, que por sua natureza, e uso em que se empega, pode ser proposta em problema aos mais ageis Chemicos; ella se cóa de huã arvore que cresce na America; os Indios lhe chamaõ Mainas au S. E do Quito, Caoutchouc: He certo, que huã das essenciaes propriedades das rezinas, he o não se dissolverem absolutamente na agoa, e so sim no spirito de vinho; porem essa especie de rezina singular, de que se tracta, e sobre a qual M. de la Condamé deu no anno 1751 em a Relaçã do Rio das Amazonas huã Memoria a Academia Parisiense, se não dissolve em Spirito de Vinho, nem menos hem ateriam que em nada se assimile as rezinas, mais do que no modo de se tirar da arvore donde sahe, e no inflammar-se, conservando a singular extercivilidade de couro, com huã forte elasticidade.

O verificado Academico acima nos expressa, se acha hum grande numero destas arvores, que produzem a mencionada rezina em a Provincia das Esmeraldas ao Norte de Quito; ellas crescem ao longo do Rio das Amazonas, e lhe chamaõ Hheve, cada huã dellas he mui direita, e de grande altura, contendo só huã cabeça, ou coroa, sem mais algum ramo, suas folhas se assimilhaõ as do Manioc da

America, seu fructo he triangular, quasi igual áquelle da Palma Christi, neste se sazonaõ trez sementes, recolhendo cada huâ sua Amendoa.

Para os nacionais do Paix separarem a referida rezina, lavaõ primeiro o pé das arvores, fazendo-lhe depois transversaes incizoens e na parte destas mais baixa, firmaõ huâ folha de arvore, e tanto que finda de coar hum lectescente succo, o conduzem para vazo, aonde se condensa em rezina elastica.

Desta rezina formaõ os habitantes vellas de polegada, e maya de diâmetro, e dois pés de longo, cujas vellas ardem bem sem pavio e dão boa claridade, espalhando ao arder cheiro, que não he desagradavel, com a prerogativa de cada huâ poder arder 12 horas; desta rezina fabricaõ tambem os Indios botas, que defumadas parecem couro, em as quaes não entra agoa.

Os nacionaes de Omaguas parte situada ai meyo dia do Continente da America, formaõ da expendida rezina borrachinhas com canudos no cimo, que enchem de qualquer materia liquida, e se vingaõ com elles, vindo-lhe daqui o chamarem-lhe os Portuguezes da Colonia, e Pará, Páo de Seringa.

Perto do anno de 1746, M. Fresnau Engenheiro d'El Rey de França , descobriu tambem na Colonia huâ certa arvore, que dava Rezina Elastica; junctamente nos fazem certo o crescerem na America outras muitas arovores, que dão succos lachescentes, dos quaesm junctos huns, com outros em certa porçaõm, vem depois a formar desta mistão seringas, e outras mais couzas, que costumaõ fazer da Rezina Elastica. (p. 231-232)

---

#### Guaraná S. Aranat.

He huma composiçãõ, que parese ser substancia ou extraçãõ de vegetaes, feitas pelos gentios Mansos do Pará; elles lhe daõ o nome de Guaraná e o vendem com varias figuras humas saõ ovadas ablongas, outras esféricas, e em rolos mais ou menos compridos, a sua consistencia he solida he pezada, a cor por fora he avermelha obscura, relando-se com groza, deita hum cheiro agradavel algum tanto aromatico, e fica com cor de castanha há hum pouco desmaiada mas he melhor aquelle que fica com cor de palha.

Virt. Refresca o estomago alegra o coração tira as dores de cabeça he util nas diarreias e desenterias de sangue, nas incontinências de ourina e em todas as febres procedidas do calor do sol. O gentio o uza como remedio universal para todas as suas enfermidades, relando-o com huma espinha ou lingoa de peixe aspera squamosa, e o desfazem na agoa que bebem. (p. 255-256)

---

Anacardum occidentale, Cajous, vel Acajous dictum, ossículo venis Leporis figura, Herm. H. L. B; Comifera, seu potius Prunifera Indica, nuce veriforme summo pome innascente, Cajous dicta, Raii Hipt. Anacardii alia species C. B. Cin.; Anacardum Antarticum aliquorum. Vulgo Noz de Cajou, ou Cajú. He huã ponifera arvore, que cresce não so nas Ilhas Americanas, mas tambem no Brazil, e Indias occidentais, chamada dos habitantes Cajoeira, ou Cajaba, a qual á proporção dos distinctos climas, e o solar terreno em que vegeta, vem a tomar mais, ou menos extenção; a do Brazil assegura Marcgravio imita a altura da Faya; porem aque se produz no Malabar, e Ilhas Americanas afirma ser de medíocre grandeza, havendo quem a faz igual a Macieira.

Francede esta arvore com muitos ramos, seu tronco se cobre de rugosa casca cinzenta, e os ramos se povaõ de subredondas folhas de 5 pollegadas de longo, e 3 de largo, com nervosa casca apensa abreve pesinho, e lizas á immittação de pergaminho; no mais alto dos ramos lhe vem muitos floridos raminhos, dispostos quasi em umbellas, com flores subinfundiculiformes, e firmes em calix recontado em 5 lanceolados partes acuminadas, compondose cada flor de lamentos e pequenos apices, com seu pistilo, que lhe ocupa a central parte tubulosa da flor, o que passa por ultimo a carnosu fructo ovato turbinado, mayor, ou igual ao ovo de ganso; cingido de tenue cutícula transparente, de côr purpúrea, ou amarellada, ou mesclada de ambas, firmando-se cada hum em pé de polegada de grosso, elle he carnudo com alva polpa mui succosa, de gosto subdoce hum pouco austero, e no cimo, ou olho deste, lhe vem huã noz de figura, e propriedades, que acima se notaõ a quem os habitantes da Ilha Porto Rico na Hespanha chamaõ Castanha de Cayoles.

Sahe do tronco desta arvore sponte sua, ou por incizaõ huã copiosa gomma arroixada solido-transparente, de vigor glutinante, que se dissolve na agoa, como a goma Arabia.

Dos fructos desta mesma arvore tiraõ hum succo, que fermentado, passa a vinoso, o qual sendo velho embebida mais que o feito de fresco, e delle se tira o espirito ardente, e faz vinagre.

Das nozes destes fructos separaõ por expressaõ os habitantes hum óleo, que alem de impedir a corrupção da madeira, tambem deles se aproveitaõ na pintura; as melhores do paiz se valem do succo acre desras nozes para maltarem os bichos, e tirarem as manchas do rosto, pos corroendo-lhe a pelle, o deixa em carne viva, vindo-lhe depois outra de novo, mais se o fazem andando com seu mez, lhe sobrem erysipelas, e entre o uso medico serve de cauterio; havendo pessoa de todo credito, que me seguro fazia expellir as secundinas, e feito morto huã inteira noz destas atada com linha, e intrusa no orifício da vagina do utero por alguãs horas, e por fim dellas se tira. (p. 266-267)

---

Anda. Nome que os nascionaes do Brazil conferem a huã arvore de leve e esponjoso madeiro; suas folhas saõ compridas, e nervoso-agudas, ella dá huãs amareladas, e grandes flores, ás quaes lhe succedem certas nozes de parda cor, cubertas de duas ordens de casca; debaixo destas se conservaõ duas como belotas, contendo gosto, tirante as das castanhas.

Virt. Dizem, que duas destas belotas fazem purgas per inferiora, e, alguã couza por vomito; seu oleo por expressaõ se resucta por antinervino externo, e o pó de suas cascas, asseveraõ, suspende os curços, e mata os peixes, como a coca de levante. (p. 267-268)

---

Cassia fistula, síliqua dulcis, seu purgatrix, aut Ægyptica, vel Alexandrina, quorundam; Cassia solutiva, vel nigra offic. Plurimorum (Cassia Fistula Linn.). Foi a Cannafistula totalmente incognita pelos Antigos Gregos; motivo porque, se não deve confundir com a Cassia aromatica, dicta deles Cassia syrinx, nem mesmo com a Cassia lígnea moderna; pois como absolutamente distinctas se achaõ numeradas entre as cascas aromaticas.

Deve-se aos expostos Arabes o trazer para o uso pratico a Cannafistula, tida por hum siliquoso fructo exótico cylindraceo-cubital, ou roliça canna, longo-duriuscula da grossura da polegada, composta no externo de inerte, e lignosa casca no principio averdada, e depois de sazoadada nigro-acastanhada, que de ordinario se divide com golpes de martello em duas iguaes partes, adereçadas de radiados pedaços, contendo no interno numerosa recameras, separadas com membranosas laminas plano-lingosas, cubertas de doce, e molle substancia polposa-subcarnosa, esta no principio he alvadia, depois amarella, e por ultimo anegrada, na qual reside sua laxante virtude; retendo cada recamera huas duras, e chatas sementes louro-lucidas da figura de coração.

Nasce a Cannafistula sobre huã grande arvore, assimilhada na opinião de huns á Nogueira, e na de outros á Amendoeira; ella cresce com promptidão na Africa, Egypto, Elvante, Alexandria, e em todos os paizes cálidos das Indias Orientaes, donde, segundo ó testemunho de alguns A. A. da Materia Medica, tem sido transportada para America, principalmente para as ilhas das Antilhas, Brazil, e Mexico; havendo quem assevera se dá sem cultura com abundancia nos campos, e Bosques de Alexandria, Grão Cayro, Indias Orientaes, e Occidentes: Pomet traz quatro diversas estampas de Cannafistuleiras; chamando á 1º, e melhor de Levante; á segunda do Egypto; a 3º do Brazil; e a 4º das Ilhas; talvez por nas folhas se-lhe completar alguã disparidade, pela variedade do terreno, sendo na grandeza, e fructos mui assimiladas: daõ-se outros, que só distinguem das especies, a saber huã oriental, e outra ocidental, denominada de alguns por Cassiafistula Brasiliana, seu Purgatorix Arabum; a 1º reconhece por melhor, em razaõ de conter crassa medulla, doce, e anegrada; a ocidental possui rude casca mais espessam e polposa medulla mais grosseira, com gosto hum tanto desagradavel, e subacre; de vigor hum pouco mais laxante; pois tanto faz produzil de alteraçoes nas plantas a diversidade dos climas, como quotidianamente se deixa ver; á esta pulposa substancia a quem unicamente se permite uso medico, lhe chamaõ alguns Flos, Medulla, aut Pulpa Cassio Solutivo. (p. 291-293)

---

Cassiafistula Brasiliana C. B. Pin. Cassiafistula Brasiliana, flore incarnato Breyn. Cent. L. Tapyracoaynana Brasiliensibus Pison., et Marcgrav (Cassia planisiliqua

Linn.). He arvore de insigne grandeza elegante, com recto tronco cinericeo-albicante adornado, de longos, e largos ramos povoados de cylindraceas folhas amenas louro-averdadas, e lanuginosas hum pouco elevadas para cima; ellas se divisaõ opostas em huâ costa e adherentes a brevíssimos pezinhos, formando-se com subredondas extremidades curvas, que com serie, e ordem, lhe preoccupaõ a margem, respirando das alas destas suas flores a modo de espiga, apenas a tenues pezinhos lanuginosos, sahindo cada huâ de certas cabecinhas iguaes as das Alcapparras, e muito mais pequenas, que aquellas da Cassia Alexandrina; mas se compoem de 5 petalos incarnados, 10 capillamentos, e mais apices; de entre os quaes respira hum longo pistilo lanuginoso, que depois passa a pendente, e cylindraces fructos siliquoso-longo, de cor, antes de maduro, verde, e depois de perfeitamente sazonado, anegrado, ou fusco, de dous pes de longo, e sinco dedos de grosso, sendo hum pouco incurvado; a exterior casca deste fructo, he aspera, imitando aquella, que cobre o tronco da arvore; porem no interno he lignoso-alva, com dureza tal, que só cede aos golpes do martelo, seu interior centro se reparte em muitas recameras iguaes ás da Cassia Alexandrina, e nestas se topaõ luzidas, e duras, sementes albo-alouradasm da grandeza, a figura de Amendoas, contendo no meyo huâ alva noz de carnea substancia; sabendo-se, que nas mesmas recameras se topa tambem com huâ brunea, ou subanegrada substancia polposa-glutinosa, assimilhada á Cannafistula Alexandrina; porem de submargo gosto ingratom cuja polpa, antes do fructo estar maduro, dizem, adstringente, mais logo que se maturece, contrahe vigor laxativo, disto duvida Jonitono, que a naõ conhece ourgativa, e Lobelio afirma, purga mais que a Cassia Egypcia, atestando junctamente o Cl. Tournefort a experimenteára purgante. (p. 294-295)

---

Jabolapia (Ochna Japotapita Linn.), Nome, que os Caboucos dos Brazis tem imposto, a huâ arvore de mediocre extensaõ; ella dá hum fructo, como caroços de cereijas, de cor tirante á dos Murtinhos, e estíptico gosto.

Virt. Tem este fructo o vigor dos Murinhos, e dizem, se tura delle por expressaõ hum oleo do qual se utilizaõ para temperar as seladas. (p. 305)

---

Ricinus Americanus Major, e semine nigro C.B.Pin. Ricinoides Americana Golsypii folio Inst, R. H. Ricinus Americanus Major, Curcas dictus, et Faba purgatrix India occiduo I. B. T. Munduy Guacu Brasiliensibus Pison (*Jatropha Cucas* Linn). He este huâ copada planta que nas Americas se dilata até a extesaõ de mediocre arvore, contendo páo meduloso fragil, e brando, satorado de lactescente succo acre, e mordaz de cujo tronco brotaõ multos ramos povoados de sem ordem, de copiosa folhas mui verdes, lizas, luzidas, e assimiladas na figura ás do Algodaõ; juncto ás sumidades dos ramos se elevaõ certos pontaletes ineguaes com meyo pe de alto, os quaes á imittaçaõ de umbellas trazem dispostas pequenas, e copiosas flores rosáceo-esteres de verde cor subalva com petalos em roda, revoltados para fora, e dispostos em recortado calix; conservando no meyo breves, e alvos capilamentos; respirando por entre estes seus embryaõ que depois passa a fructo de grandeza e forma da verde noz, com adisparidade só, de mais torneado e por huâ, e outra parte acuminado; vindo sempre apensos 3, ou 4; eles saõ mui verdes no principio, e depois se tornaõ negros, sem espinhos, e repartidos em três rasgados receptaculos, recolhendo a cada hum seu feijaõ oblongo-ovado, e subanguloso, sendo por huâ parte redondo e por outra abatido, este se cobre de anegrada casca tenue, e duricycula, achando-se-lhe no centro oleosa, e alva amêndoa, ou medulla de subdoce gosto acrem e nauseoso assaz urente.

Virt. Os feijons deste ricino purgaõ por curço e vomito com vehemencia mayor, que os do Ricino vulgar, por isso aos fracos e delicados lhe imprimem damno; o C. L. Pison os encarece nas diurnas obstrucçõs determinando, se expurguem primeiro, 3, ou 4 pinhoes da exterior pelicula, que os cobre, fazendo depois macerar no q.b. de vinho sua medulla, remistada com alguns saes médios; mas ainda assim perde a sua applicaçãõ de summa cautéla; sendo mais seguro o fogir do uso de similhantes Drasticos.

Os americanos extrahem por expressaõ dos expostos feijons hum óleos, não só util para as Lucernas; mas tambem servem as suas unçoens no externo de discutir os flatos, e resolver os frios tumores vicido-crassos, com louvor nas hydropesias, e retençõs de fezes, esfregando com elle o ventre, ou tomando clystel humas gotas delle, dispostas em gemma de ovo, e incorporadas no q.b. de cozimento aperiente aguçado de Nitro; aproveitaõ junctamente as mesmas unçens

na contractura dos nervos, frias obstruções das vísceras; laxaão o ventre, mataão as lombrigas, soccorrem a cura da tinha, e vícios da pelle; havendo quem diz, que lançado nos ouvidos, repara as faltas de ouvir. (p. 302-303)

---

Ricinus Americanus tenuiter, diviso folio Breyn. Cent. J. Ricinoides arbor americana, folio multifido Inst. R. H. Avellana purgatrix novi orbis, I.B.J, et C. B. Pin (*latropha multifida* Linn). No Malabar, e outros lugares das Indias orientaes se cria esta espécie de Ricino de 3, ou 4 pes de alto, seu tronco, tem a grossura de braço, e delle sahem bastantes amor, cubertos de cinzenta casca, demarcada por veasinhas averdadas, a modo de rede; no cimo dos dictos ramos lhe vem 10, ou 12 folhas obircularmente dispostas, e firmes em longos pezinhos, ellas são lusidas, e vadiadas de muitos recortes acuminados, mas juncto ao pe amplas, leves por baixo subalgo verdes, e por cima nobremente averdadas, sahindo-lhe do nó de seus pezinhos outras tenuissimas folhinhas recortadas como franja, as quaes formaão na sumidades dos ramos hum como ouriço, donde se eleva hua rara umbella de flores mui incarnadas, a appenças a longo pe da mesma cor; destas huâs são estereys e outras ferteys, constando cada huâ de 5 petalas risacea-ovados, arrimados a pequeno calix recortado: o centro das estereis se ocupa de certos capilamentos, com cróceos ápices; porem as ferteis se coroão com triangular embyaõ ovato-verde associado de capilamentos, e lunares ápices croceos, o qual passa depois a tornado fructo verde noz, vestido de tenue casca crócea; este se reparte em 3 receptaculos, retendo cada hum sua orbicular semente, da grandeza, e gosto de Avelã, só com á diferença de acre; ella no estado de fresca, purga violentamente com grave damno da saude.

Nas hortas do continente Americanos, he esta planta mui frequente; de seu tronco ferido, e folhas contuzas se aparta hum claro succo subpalido-viscido de acre gosto urente.

Virt. O fructo desta especie de Ricins, não he menos purgante, que os das precedentes, e basta só huâ semente, expurgada da cutícula, cozida com manteiga fresca, ou 2 Amendoas doces, tomada em caldo de Franga, ou Frango, para promover huâ forte descarga: dizem, que que 10, ou 12, folhas contusas, e

levemente alteradas em caldo de Frango, purgaõ com mais suavidade, e beneficio nos fastios, rutaçoens do ventre e icteriscia. (p. 303-304)

---

Jaçapocayo (*Lecythis Ollaria* Linn). Nome, que o Gentio da America impoz, a huma grande arvore, que produz as folhas como as da Moreira; sucedendo-lhe a suas flores hum fructo como grande Marmélo, contendo no cimo certa curiosa cobertura, a qual lhe cahe, logo que o fructo se sazona perfeitamente, sahindo de dentro delle huas nozes, como Myrabulanos, e de grato gosto delicioso, motivo por que se costumaõ utilizar destas nozes como alimento, naõ só de homens, mas tambem de brutos.

Virt. Tira-se por expressãõ das referidas nozes hum oleo anodino; ellas excitaõ o sémen, e o paó do tronco o tem por contraveneno; sabendo-se, fazem vazos do coco em que se recluzaõ as dictas nozes. (p. 307)

---

Mangaba, ou Mangaiba. Nome conferido a huâ arvore do Brazil, da grandeza das nossas Ameixoeiras, que pelo muito, que se multiplica, povóva quazi todo o paiz; ella se orna de oppostas, e pequenas folhas averdadas, e retrocidas; produzindo tambem pequenas, e alvas flores em estrella dispostas, como as dos Jasmims, e mui aromatica; sucedendo-lhe a estas huns fructos, parecidos na figura, e gosto com os Damascos, aindaque se achaõ arvores, que os geraõ da grandeza de Abrunhos; eles conferem succulenta polpa lactescente de exquisito gosto, quando estaõ perfeitamente maduros, no centro da qual se topaõ 6 pevides de fibrosa substancia; as arvores os criaõ com abundancia, e se naõ maturecem, senão ao ponto que chegaõ a cahir no chaõ por simesmo, e neste estado laxaõ, e refrigeraõ as entranhas, mitigando as ardencia das febres; porem se se apanhaõ verdes saõ mui adstringentes.

Virt. Alem das vurtudes do seu fructo acima dictas, tambem permitem as suas folhas o vigor detersivo, refrigerante, e vulnerário; das cascas da semente se tira hum oleoso succo, próprio para fazer digerir os abcessos. (p.312)

---

Nux Becuiva. He o fructo de huâ arvore das Indias, da qual se ignora sua descripção; sabendo-se qye esre fructo se inflamma como o linho insopado em Alcatraõ, e quando elle deste modo se queima, larga de si hum crasso, e unguinoso oleo de sebácea consistencia, com o qual Mr. Joaõ Verdoes Consul da Nação Franceza atesta, ter curado muitos cancos, e cólicas frias: na Historia Academica das Scienncias de Pairs do anno de 1710 p.16. Se lé, que Mr. de la Mar, official da Marinha tendo trazido das Indias estes fructos, fez com Mr. Boudin, entaõ primeiro Medico da Senhora Delphina, a prova de lhe separar o oleo queimando-o.

Do rio de Janeiro, e aguâs vezes do Pará se conduz para este Reyno em canudos de canna, e vazos hum espesso oleo unguinoso-sebaceo de amarelada cor desmayada com o nome de Unguento Becuiva, que dizem, se extrahe do fructo, ou noz da huâ arvore, pelo que se conjectura, igual aquella que cresce nas Indias, a quem os nacionaes do Brazil chamaõ Becuivera.

Virt. Serve o unguento Becuiva no externo de optimo soccorro nas fraquezas, e retesaõ dos nervos, dores e pontadas vindas por cauza frias, e pelo muito que abre os poros cutâneos, resolve em breve tempo os tumores, e duro-scirrozos.

(p. 319-320)

---

Pichuruim Faba, Pichurim S. Pechurim não achei noticia das caracteres botânicas da Arvore, que produz este fruto, suspeita-se ser especie de Laurus, que vegeta no Paraguai e Maranhaõ; o que della anda introduzida no comercio, o saõ humas nozes ovaes ablongas, e obtusas de ambas as partes, de pulgada e meia de comprido pouco mais ou menos, convexas da parte de cima e concavas da parte de baixo, com o epiderme negricante e a medull cor de carne com huns pontinhos ferruginosos lansa de vifragrante cheiro semelhante aos da moscada, pica a lingua com suave gosto por expressaõ se lhe tira oleo fragrantíssimo ; parece ter lugar nos cazos em que se uza a nos moscada, e tem louvor para fazer parar os fluxos alvos do ventre. (p. 333)

---

Radix Aeris. Vulgo Raiz do Ar. Oque esta he, e de que planta se tira, o sabem prezentemente os Gentios dos Certoens as Americas deste Reyno; correndo se

provavel noticia de seu pó formado em Liniamento com aq.b. de agoa, conter o vigor de domar as febres, que terminaõ por suor, ares corruptos, e partes suas legitimas, requerendo se esfregue com elle o corpo modicamente de manhã, mantendo-se depois na cama, repetindo o mesmo pelas vezes necessarias. (p. 356-357)

---

Radix Apostematum. Vulgo Raiz dos Apostemas. He esta de hum vegetal só conhecido dos Gentios domésticos das Americas deste Reyno; elles a trazem do certo para as povoaçoens daquelles estados; não havendo da sua descripção noticia, por incuria dos habitantes do Brazil, e só apenas se conserva a provabilidade, que dizem recolhe de poderoso resolvente dos internos e externos apostemas, assim simplex, como compostos, nascidas, buboens venereos, cabrunculos, e contusoens, fazendo-se inutil nas dores pleuríticas, e outras semelhantes; ella se costuma exhibir do modo seguinte.

Rx dos Apostemas, onças ij; contuzas se fervem no g.b. de agoa, até o liquido se tornar da côr de vinho tincto; entã se cõa, e dá na dose de onças jv. até vj; toma-se 3 vezes no dia longe do comer 3 horas, e uza por bebida quotidiana; continuando o seu uso até o manifesto effecto; seguindo-se depois o dar duas sangrias baixas, e por fim hum laxante atemperante (p. 357)

---

Radix Auriculo Uncio; Vulgo Orelha de Onça. Nome que nacionaes da Bahia conferem a huâ raiz, que nasce em huâ cerca chamada a Cachoeira; elles são taõ descuidados no descubrimento das couzas medicas do Paiz, que desta se não sabe mais doque o entrelasarse de nós mayores, e mais grossos que aquelles do Cypõ.

Virt. Dizem que o pó subtil desta raiz, misto com Cremores de Cevada, tomado com frequencia de dias, serve de recommendavél socorro nos affectos tossicos, e empyemathicos. (p. 358)

---

Batata Sylvestris; Pison; Paruvana, Seu Jalappa Flore Vario, Clus. Hist. Vulgo Jalappa Brasiliense, ou bastarda. Declaraõ algns nascionaes do Brazil, e nos fazem certo os predictos A. A. o ser esta planta igual á precedente, e so unicamente distincta em vegetar sem cultura nos lugares ferteis da America, e Ilha da Madeira;

ella se traz cortada em transversaes talhadas mais rugosas no externo, e n interno mais sobre o alvo que as da Jalappa officinal de rugoso fructo; mostrando-se no gosto com menos nausea, mas satoradas, sendo novas, de resinas particulas; extrahindo-se dellas á imittaçaõ dos da Jalappa officinal, não pouca porçaõ de rezina, igual a da mesma Jalappa; as grossas talhadas frescas lançadas em vivas brazas recebem chama, respirando fumosos vapores com cheiro não taõ forte como os da Japalla officinal.

Virt. Os expendidos phenomenos, e os premorstrados nos seus effeitos, induzem interna, e racional crensa de julgar, seja a Jalappa bastarda a respeito da officinal de mays remiso vigor, carecendo porisso de se dar em mayor dose, e este o motivo dos habitantes da America tomaõ do seu pó oitavas duas, com as quaes se purgaõ igualmente, como se fosse oitava j. de Jalappa officinal; naqueles cazos em que lhe pode estar indicada, sendo ella nova, compacta, pezada, e não carcomida. (p. 358-359)

---

Radix Butuo, dicta Parreira Brava quo a Brasiliensibus vocatur Caapeba. Vulgo Butua, Abutua, ou Parreira Brava (Cissampelos foliis peltatis, corolatis emarginatis Linn). He esta huâ sermentosa raiz crasso-tortuosa e demarcada de noz por intervalos; ella sendo junior, ou menor, se mostra no externo cinzento-anegrada; mas a ser annasa, ou mauor da grossura de brasso, se reveste por fora de cor ferruginoso-nigricante sobresaltada de toscas rugas, porem internamente se colora em parte pallido-alourada, e parte subfusco-citrina, entretecendo-a de duriusculas e planas fibras oblongas, a qual transversalmente cortada, mostra muitos circulos guiados do mesmo centro, e dispostos ao comprido em fatias; nella se não encontra cheiro, e só gosto no principio subdoce e depois amaricante.

Guillermo Piso in Inst. Nat. Ind. Lib. IV, Capa 66. nos diz chamaõ os habitantes da América pertencente ao Imperial Dominio deste Reyno á planta da Butua Coaapeba; não havendo dos proprios caracteres com que se explica inteiro conhecimento, e so unicamente se sabe, o lançar ella da notada raiz avidadas, e ramosas hastes, sarmentoso-extensas com que se estende pela terra, e arrima as arvores impondo-lhe porisso a denominaçaõ de Parreira, ou Vitis sylvestris; a

produzida no México he na mente de alguns melhor se bem que a vinda dos nossos Brazis, huâ he melhor, e outra mais denegrida de menos louvor, o que pode perder diverso modo, e tempo de a colherem.

Alem da sobredita, há outra especie de Brutua abrancassada, e lignoso-dura cuberta da casca fungoso-molle de cor de carne, e no interno lignoso-flava, como o Alcasuz de gosto subamaricante, a quem conferem as mesmas virtudes da precedente, posto que mais remissas.

Virt. Daõ alguâs praticas analyses feitas no todo desta raiz, bastante fundamento para se julgar, o constar ella de hum fixo principio gummoso-resinoso, remistado de moleculas salino-salsas, subausteriusculo-tarreas, dotadas de vigor diuretico, e lithonfriptico, vulnerarico, stomatico, discuciente, e digestivo; havendo quem lhe confere muitas excellencias eficazes em varias queixas, das quaes duvidaõ alguns Medicos Racionaes pelo que chegaraõ a observar com abono do Cl. Boerhaave in Consultat Med. p. m. 361, naõ lhe permitindo por isso mais do que o vigor de brando abstergente, aperitivo, e diuretico; refundindo auxilio na Cachexia, Hydropsia, Icterisia, Suppressaõ da ourina, nephritica pituitoso-saburrosa, affectos scorbiciticos, rheumaticos, e artheriticos, hystericos, hypochondriacos, e colicas flatulentas; sua dose em pó he de scropulo meyo, até ij e em cozimento de oitavas ij até jv, fervendo-se em libras iij de agoa até libra j, recomendando Geofroy se naõ excedaõ as notadas doses, pois exhibida em mayor proçaõ, diz, pode induzir ardência, e inflimaçaõ dos rins.

No externo serve a cataplasma do seu pó, feita com q.b. de agoa de cal, para resolver os abcessos, e apostemas, e sendo formada com vinho styptico, se faz util nas contusoens e com agoa de flor rebate as dores flatulentas: os banhos de seu forte cozimento, remedeyaõ as inchassoens edematosas, hernias ventosas, aquosas, e carnosas; sendo uteis os seus bochechos nas dores de dentes. (p.364-365)

---

Radix Sancti Caroli, Vulgo Raiz de S. Carlos, ou da India. Foi o predicto nome conferido pelos Hespanhoes, por contra dos grandes créditos dos seus effeitos; a planta que a produz a descreve Garcias ab Horto com Raiz de Crasso Cabeço,

donde sahem outras mais raízes da grossura de dedo medio, e albicante cor; della se aparta facilmente sua casca, e esta he a quem se permite o vigor medico, a qual contem amargo gosto hum pouco acre, com cheiro aromatico; a sua medulla se intretesce de dilactadas fibras capazes de se separarem huãs de outras, desta raiz lança avidadas hastes com folhas em tudo semelhantes as dos Lupolos, de cor fusco-verdes, e forte cheiro; mas não gera flores, nem fructos; ella nasce nos temperadissimos lugares da Provincia Mechoacama, e me seguraõ a há tambem nos Brazis dos estados deste Reyno.

Virt. Constaõ as cascas da predicta raiz de particulas salino-sulphureas moroticeas, datadas de vigor catártico, incidente e desobstruente; seu pó tomado em pequena dose, que o A. acima não determinou, ou fazendo dellas ferver oitavas ij. em libas jv de agoa, até se gastar a metade, ajunctando-lhe nas ultimas fervuras huã casca de cidra, o que feito, e coado, diz se toma nas manhas na dose de onças vj; confessando ser optimo remedio para atrahir, e expurgar da cabeça os crassos, e pituitosos humores; segurando, o fazem sahir alguhas vezes por vomito os humores bilioso-pituitosos, impactos no estomago; conferindo-lhe manifesta utilidade nos reumatismos, e mais dores desfluxionarias, Epilepsias, Partesia, Catarrhos, obstruccoens das vicerias, faltas mensais, e para facilitar o parto. Monardes afirma, que seu cozimento nem sempre excita vomitos, pois alguãs vezes faz suar com beneficio nas Bexigas; havendo quem as reconhece por scorbuticas.

Pessoa que viveo no Rio de Janeiro, e em outras partes do Imperial Dominio deste Reyno, me segurou, uzavaõ destas cascas no aparato de obstrucçoens, e queixas chronicas, pondo de infuzão em quente digestaõ por 12 horas dellas machucadas onças j em onças xjv de agoa fontana, e findas estas, se coa, e tomaõ de manhaã vij da mesma infuzão; affirmando, que tornando a cozer os resíduos que ficaraõ em onças xvj de agoa, até ficar em onças vij, promoviaõ mayores effeitos que a 1<sup>o</sup> infusão: por ajuda com oitavas ij de sal Cathartico, e seropulo j de Tartaro Vitriolado, sei eu quem uzou dellas em huãs Chronicas dores do ventre, que padecia havia annos, com manifesto fructo, fazendo expelir por curso numerosas matérias crassas. (p. 366-368)

---

Radiz Cassei, Vulgo Raiz de Queijo. Pelo descuido dos nacionaes das Americas deste Reyno, só apenas há noticia de alguns efeitos desta raiz, reconhecida por quente, o pó daqual preparado em pedra de porfido com o q.b. de succo de cidras, ou limaõ azedo, e trazida com o mesmo a forma de linimento, se-lhe dá a este as seguintes excellencias.

Virt. Alem do dicto linimento ter afficacia de romper os apostemas posta sobre elles; tambem lançado sobre os lacrimaes dos olhos por 4 vezes, 5, ou 6 gottas rebate os accidentes epilepticos, os profundos somnos, desperta os bêbados, e socorre os mais affectos soporosos; elle posto sobre as partes lezas resiste aos venenos das mordeduras, e quando seja util a sarjalas, se pulverisaraõ as cinzas com seu pó; sendo algumas vezes conveniente o tomado pela bocca no q. b. de soro de leite; huãs mechas molhadas no referido linimento, e intruzas nas ventas do nariz, domaõ as chaqueccas, accidentes uterinos, e facilitaõ os mezes. (p. 368)

---

Radix Contrayervo, ac Drakeno officin. Geoffroy; Contrayerva Hispanorum, sive Drakena radix clusii, Parkins.; Radix Benzoardica, seu Alexipharmaca, et Cyperus longus adoratus Peruvianus aliquorum (Dorstenia Scapis radicitis Linn). Vulgo Contrayerva. Foi o predicto nome consignado por alguns a muitas plantas; porem os Modernos Nathuralistas de respeitada crensa assentaõ em que he unicamente próprio da raiz que se tracta; o de Bezoartica, e Alexipharmaca lhe foi conferido pelo vigor que se-lhe demarca contra o veneno; della se notaõ duas differensas em quando á figuração de suas raizes, motivo que obriga a centros A. A. a julgarem fossem a Drakena distincta polanta de Contrayerva, couza abandonada por falsa pelos de respeitada; ambas ellas saõ de externa superficie nodoso-fibrosa, e cor sublouro-escura, ou subfusco-arroxadam ou rubescente, sendo no interno albo-pallida com débil cheiro aromatico, e sabor substiptico-remolissimo, e succinte acriusculo, resedindo só a differensa em huã ser da grossura de mínimo dedo intersachada de poucas e gordasfibras, e a outra da figura da mínima perasinha singida com bastantes fibras delgadas, e entre estas, outras mais tenues: a 1º dizem vem do Peru, e Mexico, principalmente de Carces, e a 2º da Nova Espanha Americana, particularmente do Parral: huã e outra se devem escolher com o seguinte Axioma.

Eligantur radices recentes, ponderoso, denso, et non carioso, quo oramicum quidam subadstringentem sapiunt, cum acrimonio conjunctum.

Sobre a descrição da exótica planta, que gera as notadas raízes, se encontra nos Botânicos grandes disformidades sobre a sua dilineação, e natureza; Hernandez Hist. Plant. A matilis passionalis folio bidifo: Montigis lhe chama Ferrum aquinum volubile: Sloane supõem ser huã especie de Aristolochia: Plumier in Op. de nov. plant. Americ. generibus lhe dá o nome de Dorstenia spondilii folio radice dentada: Guilherme Houston Cyrurgiaõ Inglez dice, colhera, estando na America, das montanhas perto da Antiga Vera-Cruz, a raiz que se esta vendendo por Contrayerva, tida na sua opinião por especie de Dostenia: dos manuscriptos do Cl. Plumier se sabe achara esta planta na Ilha de S. Vicente; affirmando vegeta por meyo da raiz acima dicta, do cimo da qual, sahem 6, ou 8 pequenas folhas cordiformes subacuminadas, e hum tanto aperiúsculas de fusca cor subverde, do cabeça da mesma raiz 4 delicadas hastes, que sustem huas abreviadas flores de particular figura cubertas de mínimas escaminhas anegradas observando o Cl. Linneo o não conterem petalos, mas sim cada flor huã especial envoltura quadrangular, e concava; sucedendo-lhe a ellas certo abrotamento, que passando a carnudo receptaculo commum, neste se sazonaõ huas tenras, e cândidas sementes acuminadas sem pericapio.

Elle há quem descreve outra especie de planta com folhas menos lacinadas, ou entretalhadas, porem estas, e outras iguaes disparidades na mente do Cl. Linneo, e outros â não fazem variar de especie distincta.

Virt. O Cl. Geoffroy in Mat. Med. Cre haver nas raizes da contrayerva hum mediocre sal volatile, oleoso balsamico, premistado de quasi implicita porção de terreas moleculas; porem, os experimentos do Cl. Cartheuser in Fund. Mat. Med. nos testemunhaõ o pender a actividade das raízes seccas acima dictas de huã substancia gummeo-resinosa, na qual mais lhe sobre sahe o gummoso, com a excellencia em sua acção de brando obstergentem que irritando suavemente, se especifica por muitos scriptores Medicos como sudorificas, e Alexipharmacas nas febres malignas, pestilenciaes, purpurceas petechiaes, excluzaõ das bexigas, e sarampos, em que prefere na mente de alguns A. A. modernos as Pedras Bazares, Theriagas, e outros antidotos semelhantes; resistem tambem aos venenosos

coagulantes, roboração o ventrículo adjuvando-lhe a cocção dos alimentos, discutem os flatos, e augmentação o moto do sangue; elle há quem lhe confere utilidade nas Pleurizes, melancholia, febres intermitentes, dysinterias, e para matar as lombrigas intestinaes, mas nisto duvida o citado Castheuser da sua efficacia; ainda que na dysinteria maligna especifica o Cl. Trillero in Dispens. Ph. T. L.; sua dose em pó he de scopolo j, até iij, e em cozim. de oitava j., até ij. (p.373-375)

---

Gentiana Indica. Com este nome foi conduzida pela America huã geniculosa raiz pallido-alourada, intrelasada de varias articulaçoens, ou nóz imitantes aos da Hypecacuanha, ou Cypó, dotada de taõ aromatico, e penetrante gosto amargo, que nelle fica excedendo ao da genciana mayor, e menor de que se trata no tom. 2 da Ph. Dogmat., Centaurea menor, e outros iguaes amargos; impondo-lhe o prescripto nome pela inergia que mostra ter com estes seu amargo sabor ingrato; ignorando-se o character botânico com que no mais se explica a planta desta indica raiz.

Virt. O Notavel D. Scherdo Medico dos Exercitos Russianos in Act. Ph. M. V. J, por confissão do Cl. Gronovio in Flor. Virginian Part. II. Ph. encarece por celebre esta raiz em domar todas as febres, tanto, que Scropulo j; do seu pó, diz, valle mais, que muitas oitavas da quina, atestando mais, que muitos com mascarem só a predicta raiz Indica, ingulindo, junctamente a saliva, recuperaraõ, por modo de encantamento, as saudaves melhoras. (p. 389)

---

Radix Jambarandim (*Piper reticulatum* Linn.). Nome que os nacionaes da Bahia, e Pernambuco conferem a huãs raizes delgadas, e compridas, das quaes se sabe unicamente, que a Cataplasma da verde, ou pó da secca, firme sobre as mordeduras venenosas contem o poderosissimovigor de revestir ao seu veneno; posta nos rins, e regiação da vexiga serve de forte promovente das ourinas; ella mascada faz salivar muito, domando as dores dos dentes, e precavendo tambem os contagios pestilentos.

Acinella Ceylonica. Se esta he o mesmo que a raiz acima dicta, ou planta diferente, s não sabe até o presente; porisso só se dá noticia de ater o Cl. Boerhaave in Consult. Med. por máximo Lithonthryptico. (p. 392)

---

Raiz de João Lopes Pinheiro. Nome que os nacionaes das Americas deste Reyno imposeraõ á raiz de certa planta, que há nos certoens daqueles Estados, e della não há noticia, mais do que de seus effeitos.

Virt. Ainda que dizem, que o pó desta raiz não he de tanta efficacia nos venenos, como a raiz da Manica; se sabe que nas mordeduras pestilentes viboras das indias, taõ cruéis, que ao passo, que mordem qualquer pessoa, desde logo o postraõ por terra em extremada decadência dos animaes, e vitaes spiritos; servindo-lhe só de único remedio, o fazer no alto da cabeça do paciente cisura, donde possa cahir sangue, e sobre esta lançar logo os pós da expressada raiz, com cujos remedios, dentro de breve tempo, vem de ficar livre do perigo, a mesma promptidaõ tem na cura das feridas de fresco, pondo-lhe por cima o seu pó, o qual misto com agoa, tomando depois bochechos della, rebate as dores dos dentes; a cataplasma deste pó formada com vinho, e firme sobre qualquer dor a rebate logo.

No interno dado o pó desta raiz na dose de scropulo j, tomado no q.b. de agoa, huâ hora antes do próximo febril, doma as febres intermitentes, e quartans, com acceitaçaõ nas obstrucçoens do estomago e ventre. (p. 393)

---

Ipecacuanha, Hypecacuanha, Hypoacunne, seu Radix Dysenterica (Psychotria Emerica Linn.). Vulgo Cypo. Deste se dá noticia na Ph. Dogmatica, assim no 1º tom. Em Tinctura Ipecacuanho, como tambem no 2º tomo debaixo do nome de Bexuquilha: elle he certo, o numerarem os A. A. da Mat. Medic. De mayor credito 3 especies de Cypo, a saber fusco-escuro, ou Brasiliense, cinzento, ou Peruviano, ou albo reconhecido por adcelterino, e de raríssimo uso; a planta que gera o vindo do Brazil lhe chamaõ Ouragoga Limoi Gen. Plant. 934. Nº 69 Periclimenum porvum Brasilianum, alexipharmacum Pluckent. Herba Paris Brasiliana polycoccus Raii Hist.; ella nasce nos sombrios lugares do Brazil, Perú, e tambem se

cultiva nos jardins, figurando-se pelo modo descripto no T. 2º da exposta Ph.; recolhendo suas longuissimas, densas, e ásperas raizes da grossura de cordel, á proporção dos lugares em que vegetaõ, diversidade assim na cor, como no efeito; certificando Piso se conservaõ estas por muitos annos, ainda que as demasiadamente antigas, decahem muito de seu vigor Medico.

O Cl. Adriano Helvecio traz huã utilíssima dissertaçã singular sobre a sufficiente dose, tempo e modo de se aplicar, como util catártico nas dysenterias, confirmadas purgando per superiora e naõ rara ver per inferiora; determinando que aos adultos se dé associado de algum sal medio de scropulo j, até iij, e aos infantes de gx. jv, até x, de seu vecto, e opportuno uso, falla elegantemente Michael Pernh. Valentino in Dispert. De Ipecacuanha; Wedelio, e outros mais A. A. Ihe impõem o nome de Polychxesta Exotica, tendo-a por febrifugo, e antidysenterico: se do cypo fusco-escuro, e cinzento se contunde libra j com violentos golpes, se eleva por força deles, concideravel porçaõ de tenuissima poeira, podendo facilmente cauzar ao operante, por seus viscosos espiculos acrimoniosos, faltas de respiraçaõ, sputo cruento, hemorragia dos narizes, tumecencia, e inflammaçaõ dos olhos, faces, e garganta, cujos symptomas, ou passaõ per se, dentro de poucos dias ou se deivanecem com a sangria: o linimento de seu pó, feito com aq.b. de vnagre; dz Simaõ Paulino doma as inveteradas impigens.

Daõ-se outras plantas a quem tambem se tem imposto o nome de Ipecacuanha, e entre estas, se refere a seguinte:

Ulmaria maior, trifólia, flore amplo pentapetalo, Virginiana, D. Banister Plukn. Phytol. T. 236 fig. 5. Ulmaria Virginiana, trifólia floris Candidis, amplis, longis, et acutis Mor. His. Ox. part 3. Filipendula, foliis texnatis Limoi Hist. Clif. et Gronov. Hor. Virgin. Part 1. He planta fructicosa que cresce em Virginia, aonde lhe chamaõ Ipecacuanha, ella produz lignoza, e dura raiz interlaçada de inumeráveis fibras pendentes, a parte superior he nodosa, e commumente se divisa núa sobre a terra; della sahem bastantes talos lignosos rugosos rubescentes, sem pelo, e ramosos, dos quaes respiraõ sem ordem oblongas folhas acuminadas, rugosas, e pela inferior parte pillosas que sendo na margem dentiladas, chegaõ a finalizar em brando pendaõ, ellas vem sobre tenro pesinho, e do cima deste se firmaõ em outro mais delicado 3 a 3, e alguãs, sendo menores, 2<sup>as</sup>, a 2<sup>as</sup>, reclinando-se para a terra, das

allas destas promonaõ outros ramúsculos tenros, no mais alto dos quaes, e seus talos brotaõ suas pentapétalas flores sobre ténue pezinho, estas são alvas, ou rubro-manchadas, e compõe de subredondas petalos planos voltados para traz; firmes em monophyllo cálix rasgado por 5 partes com muitos capillamentos sendo estes na coroa mais abreviados; mas tanto que os petalos murchaõ, e seu cálix se reveste em arido-fusco, se-lhe achaõ 5 sementes oblongo-acuminadas, e dispostas em roda.

Da Bahya pertencente á America, e Estados deste Reyno se traz com o nome de Cypo de Chumbo a huns capiláceos filamentos da grossura de linha de 3 ou mais palmos de longo, e ramosos louro-fuscos, que pelos ver inlasados a breves raminhos sarmentosos com cingidas folhas como as do Subreiro, me persuadi a crer, o poderem ser filamentos vindos dos sarmentosos ramos desta planta que os gera, o que carece de mais exacta averiguação, que deviaõ ter feito os nacionaes do Brazil versados na Botanica; juncto com estes filamentos se conduziraõ outris por mais Vigorosos que se armaõ de delicadíssimas fibras, quasi como laã, de cor rubro-desmayada, remistados de huãs brevíssimas cabecinhas, quasi como as de Espilhymo, com indicios de serem rudimentos de flores; se isto he couza da mesma planta, ou de outra diferente o não pude averiguar.

Virt. Dizem que este Cypo de Chumbo com especialidade a penugem de rubro, tem o vigor seu cozimento de grande vulnerário, hum dos mais específicos nas quedas de alto, este reduzido a pó, cura as recentes feridas.

Cypo de Cameras. Assenta Prillero in Dispens. Ph. o ser aquella Ipecacuanha alourada, e especie de Caa-apia, que purga sem modéstia. (p. 393-395)

---

Radix Manaca, Vulgo Raiz de Manaca (*Lepidium foliis ovotalanceolatis integris serratis* Linn.). Dizem, se cria esta no Brazil dos Estados deste Reyno, ella he grande, e solido-alvadia, da qual respira huã arbusta mata com a materia do paõ dura, mas facil de quebrar, e cuberta de cinzenta casca; suas folhas são como as da Pereira, as flores que lança se manchaõ de cores, e contem 5 fatiados petalos de grato cheiro, mas tanto que murchaõ, mostraõ logo huas bagas como as do Zimbro, cingidas de cinzenta pelle, guardando cada huã 3 sementes, como lentilhas.

Virt. O pó da casca desta raiz dada em pequena dose, purga violentamente por vomito, e curso, os soros humores nas hydropesias; as fomentações de seu cozimento no externo, dizem domão as dores, e limpaõ chagas. (p. 396)

---

Manihot, aut Manioc, seu Magnoc Indorum, sive Yuca foliis Cannabinis C. B. Pin.; et Pluk. Phylograph.; Manihot Theveti, luca, et cassava I. B., Ricinus Minor, viticis obtuso folio, caule verrucoso, flore pentapetalo, albido, ex cujus radice tuberosa succo venenato turgida, Americani panem conficiunt, Sloane Cat. Plant. Jam. 41 (Itrapha manihot Linn.) Confere-se os referidos nomes a hum arbusto da America, a quem os Portuguezes daqueles estados chamaõ Mandioca, e os Negros Magnoc; elles tiraõ de sua tuberosa raiz huã farinha, de que formaõ certo género de pão reconhecido entre os povos da America desde a Florida, até Magellan debaixo do nome de Cassave, proferindo-o a tudo o mais, que elles tem com abundancia; porisso cuidaõ em por todo o cuidado na cultura deste arbusto; elle se eleva de 3, até 9 pés de alto, subindo da exposta raiz tuberosa huã verrucosa hasta quebradiça, torta, e lignosa-avermilhada hum tanto assimilhada á do sabugueiro; esta se orna de folhas quasi iguaes ás do linho canome; brotando das alas destas nas pontas dos ramos suas flores de 5 petalos pallido-amarellos; passando por ultimo seu pistallo a subredondo fructo, repartido em 3 recameras occupadas de outras tantas sementes como aquellas de Ricino vulgar, que só servem para a Semear

Faz Plumerio in Nov. gener. Plant. Americanar. Menção mais das seguintes especies, a saber Manihot Americana, Spinofissima, folio vertigineo; Rhicinus Americanus, urens, Hort. Amstelod. In fol. Fig. 50; Manihot Americana, ulmi folio ampliore; Manihot Americana Ulmi folio angustiore; Manihot Americana Scandens, Botanico folio; Manihot Americana mínima Camodrysolica; mas em cayenna só 3 especies de mandioca se conhecem, a 1º malhadam dicta dos Indios Maittes, a raiz desta se deve arrancar no 8º, ou 9º mez de sua vegetação, e conserva a figura daquela da Bittarravia; a 2º he avermelhada, e retem melhor gosto, que a da precedente, e ha de estar hum anno na terra para se colher; e a 3º chamada Baccacoba, he a de que uzaõ só os Indios; em Guyana se planta a Mandioca de tempos em tempos, quando em principia a chover; ella se planta de estaca, transplantando os ramos distantes huns dos outros 7 ou 8 pollegadas; os Indios, e

Americanos, comem as folhas da Mandioca cozidas, e guizadas pelo estillo que fazem as dos Espinafres.

Se he certo o que intima M. Hurbert, tractando da mandioca amarga, elle descobrio huâ cassava doce, que nada de perigo tinha seu succo; porem a raiz do exposto arbusto comida crua, seria mortal veneno; mas quando elles a preparaõ bem, se pode della fazer tão bom paõ, que os mesmos Europeos o preferem as que he feito do trigo, sabendo-se, que de qualidade modo que se prepare se faz essencialemte preciso o separar bemdesta raiz aquelle lactescente succo, com que se acha, inteiramente venenoso; o modo que os Indios, e Salvages observaõ nesta preparaõ, he o seguinte.

Depois que ellas tem ja arrancado as raizes da Mandioca hum pouco assimilhadas aquellas da Bitarravia, ou Nabos, lhe apertaõ a pelle exterior, entaõ as raspaõ, e metem dentro de sacco feito de junco do paiz largamente tecido, e fabricado de modo, que lhe vem a servir como de prensa com que separaõ perfeitamente o succo, mortal veneno para os racionaes, e irracionaes, posto este de parte, fazem o secar depois o resto, que fica das raizes ao fogo sobre caniços, aonde se deixa purificar de todo o subtil veneno; secca já completamente a Mandioca, se vem a dividir e tornar em grumosa forma, passando áquillo mesmo o que vulgo chamam farinha de páo, dicta dos nacionaes do Brazil Perou e della fazem a covac e cassave.

Os Indios da Costa de CAyenna preferem Covac, ao Cassave reconhecido nas Martinicas debaixo do nome de Farinha de Magnoc fazendo della ao menos tanto uso, como de cassave.

Elles fabricaõ a covac, lançando em larga, e pouco profunda frigideira a farinha do Magnoc, e sobre moderado fogo lento, removem successivamente esta farinha, durante oito horas, cuidando muito em que ella se não empate, no tempo em que docemente se lhe evapora toda a humidade, cuja operaõ se conclue, exquesessa de expelir o fumo, e a covac se torna corado, e reune em pequenos graõs.

Preparaõ a cassave, fazendo secar a farinha da Magnoc, até ella se tornar impacta, entaõ a deitaõ dentro de certo moinho formado, a modo de caixa, aonde

moendo-sem desce para huâ especie de peneira, dicta deles, manaxet, pela qual vay passando a farinha; durante a predicta operação fazem quentar huâ lamina, ou chapa de barro, ou ferro, aonde depois estendem a peneirada farinha até as ultimas extremidades da lamina, e com moderado fogo, a deixaõ chegar ao ponto della se cobrir de pequenas elevaçoes ou empolas, sendo isto evidente signal de já o Cassave estar cozido da parte que toca a lamina; entãõ viraõ a parte cozida para cima, e a deixaõ cozer; ultimamente, feito isto, a expõem ao Sol, afim de melhor se poder guardar, e conservar por tempos, conferindo a estes bolos o nome de Paõ de Cassave, ou Paõ de Mandagascar, o qual costumaõ os Salvagens fazer mais espesso; sabendo-se, que para por em uso o Covac, e Cassave, se naõ carece mais, do que lançado caldo, ou pura agoa quente.

O lactescente succo venenoso das predictas raizes contem hum cheiro tirante as da emulsão das Amendoas; e não obstante seu feróz veneno, elles o fazem depurar, até descer ao fundo desse vazo, em que está huâ alva substancia nutriente, e separando-lhe depois o substante liquido, aproveitaõ a expressada fécula que mostra as apparencias da Gomma do Trigo; entãõ a lavaõ bem com pura agoa, seccaõ por ultimo, e guardaõ debaixo do nome de Moussache, que entre nos se chama Carimá; possuindo os mesmos uzos que se concedem á gomma don Trigo: esta fécula, ou Carimá, quando della em pó se uza como polvilhos, chega a queimar o Cabello, frequentada por tempos; tambem de seu pó, e açúcar, se fabricaõ massapoens de bom gosto; a esta 3º preparação do Manihoc lhe impõem alguns o nome de Cipipa, e a que abaixo segue Capioca.

O Capiou 4º producto da Manihoc se prepara, tomando aquelle simplex liquido, que sobrenadava sobre a fécula, ou Cipipa acima dicta, e passando-se para vazo capaz, se faz sobre o fogo reduzir á ametade, despumando-se repetidas vezes, o que feito, lhe deitãõ huâ colher da referida fécula, e vaõ removendo tudo até tomar huâ certa consistencia, e exque a tem, lhe junctaõ Sal, e Pimenta, de cujo composto uzaõ com o nome de Capiou; elles fazem tambem a Langou da cassave, dissolvendo delle o que baste em agoa fria, entãõ lhe deitaõ huas certas papas, que servem de nutrição ordinária aos escravos negros, as quaes tem por saudáveis, e de ligeiro nutrimento; se ao langou lhe junctaõ algum açúcar, ou xarope, fica sendo remedio dicto deles mateté, com que nutrem os negros quando estaõ doentes.

Affirmaõ ser o succo do Roucou hum contra veneno para aquelles que foraõ atacados do veneno succo do Manihoc naõ preparado; carecendo de logo sem demora se tomar, pois dizem, naõ movera efeito de contra veneno, se naõ for exhibido ao paciente dentro de meya hora.

Lem-se na Academia de Berlin de 17 de Mayo de 1764 alguãs curiosas experiencias, que o Merico Ph. Fermin fez em Surinam sobre o manifestado, e venenosos succo da Manihoc; elle fez morrer no espaço de 24 horas varios caens, e gatos, dando-lhe do dicto succo a mediocre dose de onça j, e meya a cada hum destes animaes; os symptomas que precederaõ a hua prompta morte, foraõ dezejões de vomitar, accidentes, motos convulsivos, salivação abundante, evacuação per secessum, e ourinas: o mesmo Fermin tendo aberto os corpos dos referidos animaes, lhe achou no estomago a mesma quantidade do referido succo, que os tinha invenenado, sem algum vestígio de inflamação, e alteração nas entranhas, nem menos coagulação no sangue; inferindo disto, o naõ ser o predicto veneno acre, nem corrosivo, só sim se –lhe fez crível que operava sobre o género nervoso; confessando tambem o dicto Fermin curara hum gato, que elle tinha invenenado com o notavel succo, fazendo-lhe vomitar com oleo expresso de sementes de Nabos: diz mais, que havendo destilado libra v do fresco succo do Manihoc, advertira, que o ponderado veneno, naõ poassou mais que as primeiras onças iij do sucto, que lhe tirou dotado de hum cheiro insuportavel; elle teve a accoziaõ de ver em hum escravo a força deste spirito, dando a este disgrassado gottas xxxv, que a penaz lhe desceraõ ao estomago, logo corresponderaõ fomasas contracções violentas, continuas evacuações, e motos convulsivos, perdendo a sua vida na volta de 5 minutos; passadas 3 horas lhe abriraõ o cadáver, naõ achando nelle parte alguma ofendida, nem menos informação, so sim o estomago se lhe tinha comprimido mais de a metade. (p. 397-401)

---

Radix Matris Dei, Vulgo Raiz da Madre de Deos. Desta, e a planta que a gera, naõ achei oittra noticia mais do que o vir dos Brazis com o predicto nome, e a de mover os seguintes efeitos.

Virt. Scropulo j do pó desta raiz, exhibido em cozimento de cerefólio serve nas suppressoens das ourinas, e mezes; porem dando-se em Cozim. De azedas, doma as inflamaçoens das vísceras, com acceitação nos pestilentes contagios das febres malignas, mordeduras venenosas das cobras, e de febres intermitentes, tomando-se para isto duas vezes no dia: a cataplasma de seu pó, feita com o q. bastar de vinagre rebate as cruéis dores de cabeça, posta nas fontes, e testa. (p. 403)

---

Radix Mille Hominum, Vulgo Raiz de Mil Homens. As universaes excellencias desta raiz, só tem sido previstas dos Americanos dos Estados deste Reyno, os quaes lhe impuserão o nome, elles confessaõ, a trazem do Certaõ os Cabouclos; tendo ella não poucas apparencias com a raiz da Butua, distinguindo-se só em ser mais delgada, e menor compacta, intercedendo-se de fibrosas fatias de mais branda consistencia, que as da Butua, conferindo-se no externo de mais gorda cuticula apartada com grossas, e rusticas rusgas, e no interno se abesce sobre o Louro, com intenso gosto amargo; ella bem poderá ser raiz de differente planta das Butua; porem a similhaça que tem com ella dá idicios o ser ella das novas raizes dessa mesmo planta, o que carece de se averiguar pelos nacionais da America.

Virt. Dizem, que seu pó, e cozimento em pequena dose se especialisa contra trodas as especies de veneno, febres malignas, e dores de cólica; ella tomada em dose mayor excita benignos vomitos, uteis nas referidas queixas; o mesmo pó no externo he optimo na cura das chagas, e gangrenas; os banhos de seu cozimento, attemperaõ as inflamaçoens, e remedeyaõ os tumores edematosos. (p. 405)

---

Radix Tambuape, Vulgo, Raiz de Tambuape. He huâ raiz, que dizem ha nos bosques proxios à Bahia dos Estados deste Reyno, da qual não encontrei outra noticia do que afirmarem, que seu pó tomado em agoa resiste aos venenos, rebate as dores de estomago, e mata as lombrigas. (p. 445)

---

Caa-apia Brasilica (Cissampelos Caapeba Linn.) He uma planta pequena do Brazil, com verrucosa raiz da grossura de perna de Cisne, armada de muitos

finalmentos, por fora pardo-amarellada, e por dentro alvadia de gosto no principio insipido, e depois hum tanto acre pungente; della sahem 4 redondos pezinhos que unicamente sustem 5 tenras tenras folhas ablongo-redondas, por cima lucido-verdes, e por baixo alvadias; produzindo sobre limitado pesinho radiadas flores tirantes as da Bellis, as quaes lhe succedem huâs redondas semelhantes.

Virt. O acre gosto desta raiz promove igual efeito hum tanto mais brando, que o do Cypo; porisso, quando se confere para excitar o vomito, se costuma dar em mayor dose; e por similhaça deste efeito, veyo a confessar Piso, o não discrepar muito no Character botânico huâ raiz de outra; porem o Cl. Linneo, Hist. Clif. nos informa ser a Ipecacuanha planta bacafeira, chamada de Rayo Herba Paris Brasiliana polycoccus; cujo fundamento abonado de muitos se colhe, a ser a Caaapia do Brazil planta diferente; os habitantes se servem do succo expresso de toda a planta não só para excitar o vomito, e suspender ps fluxos do ventre, mas tambem remediarem as feridas venenosas das serpentes, especialmente da Bocininga, affirmando, que basta ver esta serpente a referida raiz, ou a da Angelica, para logo entrar em insultos mortaes comque morre. (p. 487)

---

Herva Lanuginoza. Nome conferido a huâ planta do Brazil de vistosa apparencia agradavel, da qual não pude obter outra noticia, mais do que do character botânico, deve se lhe cobrirem as folhas, redondos fructos insípidos, e mais partes della de densa lanugem; affirmando-se o conter a raiz fibroza, do gosto pouco amargo, e não ingrato, com a utilidade apta para servir nos fluxos do ventre por cauzas frias.

Se esta notada planta he, ou não, especie de filago, vel gnaphalium, pende de se averiguar, pois nos diz Lobellis, na parte occidental de Inglaterra, em a povoação Pile suâ especie de filago, que macerado, e alterado em oleo, delle se cultivão na cura das contuzoens e feridas. (p. 490)

---

Nicotiniana, sive Tabacum, Herba Sancta, vel Sacra, Herba Panacea, aut Vulnerarea Indica (*Nicotiniana tabacum* Linn.) Estes nomes, e outros mais menos

recebidos, se tem conferido à planta do Tabaco da qual se distinguem trez especies; a saber, Myor, Medio, e Menor que se compreendem nas seguintes. 1º Nicotiniana mayor latifolia, sive Tabacum maius latifolium Plurim.; Sana Sancta Indorum, Petum Theviti latifolium Clus; Herba Sancto Crucis famina cast. Vulgo Nicotina ou Tabaca de Larga Folha. Debaixo do nome Hyoscyamus Peruvianus, já desta se faz menção no tom. 2º tract 5º da Ph. Dogmatica; toda esta planta conserva hum cheiro forte e acre gosto; ella floresce em os nossos paizes de ordinario no Julho de Agosto, porem no Brazil aonde o terreno he bom, o ar sempre temperado, continuamente floresce, e vive 10 a 12 annos; podendo-se quedar suas sementes com fecundidade 10 annos; e as folhas com toda a sua força sinco annos.

2º Nicotiniana maior angus tifolica C. B. Pin.; Tabacum angus tifolium offic. Plurim. Herba Sancta Crucis mais cast. Potum angustifolium Clus. Hyoscyamus Peruvianus altera icon. Dod. Pemt. Vulgo Nicociana, ou tabaco de estreita folha, ou virginia, ou petum das amazonas. Difere esta da precedente, em suas folhas serem mais estreitas, e pontiagudas, apenas a huâ hastes com caudas assaz longas, mostrando na cor das flores recentida desigualdade.

3º Nicotiana minor C.B.Pin.; Nicotiana minor soemina, seu Petum minus folio retundiore Nonnull. Hyoscyamus Lutecus Dog. Gean.; Hyoscyamus Peruvianus Tabern. Vulgo Nicociana menor, ou falsa, ou Tabaca do Mexico. Desta esta huâ raiz da grossura de dedo, dividida alguâs vezes e muitas fibras albo-terreas, pouco profundas, donde respira suâ redonda haste solido-pillosa, e ramosa de hum, ou dois pez de alto, com grossura de dedo, mostrando-se no tacto glutinosa; em distinctos espaços, e merrada ordem se dispõem suas pingues folhas carrigadas, sublongo-redondas, e fusca verdes, arrimadas a curtas caudas; vindo-lhe nas pontas dos ramos numerosas flores louro-sucopallidas, firmes em lomitados pezinhos; ellas sendo monopetado-infundibuliformes.

Esta planta, e as precedentes, se trazem de ordinario da America, donde dizem ser anormal a Nicociana menor, mas todas ase tem naturalizado quasi por toda a Europa; Clusio afirma ser o Tabaco menor, melhor para aquellas queixasm en que saõ uteis seus fumos, ou cachimbo, talvez por elle ser mais fraco.

Em Portugal, e Hespanha, se pode ter sempre a Nicociana verde; porem nos paizes mais frios se secca com qualquer inverno; ella na America cresce muito alta, particularmente a macha, de cheiro assaz penetrante, sabendo-se que as folhas das duas primeiras especies, são as que indiferentemente se empregão na factura do Tabaco de corda, para mascar, e trazer ao pó; ellas se colhem no Agosto e Setembro, e depois lhe cortão as summidades da planta, a fim de lhe impedir o florescer, o modo comque preparaõ as referidas folhas se imprime certa differença, pois huns as borrião com melaço, ou x de açúcar, outros com cozimento de ameixas, Páo Violeta, ou de Rosa, e assim vem a ser o cheiro debaixo de muitos epilhetos de que podem dar noticia as fabricas; tambem a temperea do clima, a colheita, preparaõ, e mistaõ do Tabaco de um paiz, com outro, lhe refunde certa cor, sabor, e cheiro desigual: em França a semeiaõ em terra gredosa exposta ao meyo dia, nos fins de Março: os Indios, e Hespanhos, o semeiaõ no Agosto, e Outubro, reparando-o do frio, tanto que entra o crescer elles colhe as folhas ao passo que esras estão sazoadas, e largaõ hum forte cheiro.

O motivo que houve, para se terem imposto a Nicociana varios nomes differentes, se deixa ver nos Continuadores da Mat. Med. do Cl. Geofroy, contribuindo muito para isto, o não ter a natureza produzido outro algum vegetal, de que já mais se tenha espalhado o seu uso taõ rapidamente, era o Tabaco hum sylvestre produto do Canton da America; mais tanto que os Europeos entraraõ a cultivar seu pó, e fumo, se vio logo prodigiosamente estendida sua cultura, e com abundancia em Verina, Brazil, Barnes, Virginia, Mexico, Italia, Hespanha, Alemanha, Inglaterra e etc, elle se vende mui carom [palavra rota] que sua cultura custa pouco; neste Reyno, e outros mais, he prohibido o cultivalo, pelo considerável produto que refunde aos soberanos, mas sempre o Tabaco da America se faz preferível ao de França, Hespanha, Asia, e China, partes em que se cultiva o consomem muito.

Tem havido sobre o uzo e abuzo do Tabaco, seus antagonistas, e panegeristas, e deixando estas questoens, todos sabem, que seu pó, ou fumo, se toma por continuo uso parecer, ou necessidade, e sempre sem correctivo a fim de excitar o espirro, e promover sua abundante evacuaõ sorosa, especialmente aos que estão habituados a toma-lo; o excesso, ou abuzo, he taõ máo, quanto pode ser

util hum regular uso; o moto corrosio, que alguns dizem, excita, posto que irregular, pode ser bom, ainda que não seja senão para libertar de hum superfulo humor.

Virt. Trillero nols diz, que todas as especies do Tabaco no interno em substancia, ou tintura, na suficiente doze, purgaõ por vomito, e curso, e incidem, e resolvem os crassos humores, e mataõ as Lumbrigas, seu pó cheirado promove espirro, e sorosa evacuaçaõ, servindo no externo de vulnerário, anodino, e destrae os piolhos, percevejos, e formigas; porisso as mais excellencias que se notaõ na Ph. Dogmatica tom 2º tract. 5º. provindas de hum acre principio sálico-acido volátil premisto de impuros sulphure e inertes particulas térreas; sabendo-se da experiencia, que em lemitada doze exhibido em gemma de ovo, não excita vomito, convindo na opinião de alguns na Apoplexia, Epilepsia e Letargos, porem dos affectos soporosos, carece a sua applicaçãõ de Medica prudencia que se saiba regular o seu uso, para que não acconteçaõ os inconvenientes, que alguns lhe impõem; Joaõ Bahuino segura destroe toda especie de lombrigas, piolhos, e percevejos; na Italia se utiliza da semente para apaziguar a priapismo; a fumaça do Tabaco, chamada dos Hollandezes Canaster intrusa nos intestinos pelo Anus por meyo de huã machina feita para isto ex professo, e pode ver sua figura, e descripçaõ na Cirurgia de Heister, e em outras, fica sendo hum incomparável remedio na Iliaca Passio, ou Misereremej; certificando o Cl. Haller o ter-se com este auxilio livrado das partes da morte a muitos enfermos já desamparados de socorro medico, intimando mais que a predicta fumaça recebida pelo Anus, e Tracharteria he tambem utilíssima para dar a vida aos afogados o Cl. Lieutau in Synop. Univ. Praxeos. Med. Tom. 2º nos diz servem os notados fumos mui conducentes in alvi pertinacíssima abstrutione; sua cataplasma feita com vinho, firme no ventriculo promove o vomito, affirmando o referido Haller; que a sua tintura fabricada em ourina de rapaz tem efficacia para destruir nos meninos, e homens, toda a especie de lombrigas, e de formigas; publicando mais, que não obstante o ter o tabaco mayor uzo mais commum assim no interno, como no externo, tinha visto, o ser a Nicociana menor, mais excelente vulnerário, de predicamente tal que porisso se devia cultivar em todos os jardins, pelo muito que deterge; e ainda toudas as chagas mais reveldes, e ulceras de péssimo character, com a prerogativa de em breves dias curar as mayores contuzoens; de forte que havendo as folhas verdes, so ellas bastaraõ, applicadas sobre as partes lezas, reformando as de manhaã, e tarde, as quais se

podem conservar no Inverno dentro de mui branda agoa ardente, da qual tambem se faz uso; assegurando ter visto neste remedio optmos effeitos em infenito cazos; a folha do Tabaco macerada, expelindo fora a salvia, doma as dores dos dentes, havendo quem atesta, que o cachimbo preserva os navegantes de scorbuto; esfregadas as gengivas com o Tabaco Hespanhol, naõ so as firma, mas repara as atacadas do scorbuto; a cinza delle dealva os dentes. (p. 491-494)

---

## ANEXO 2

### Apontamentos para descobrir na America Portugueza a aquellas producções naturaes que pode enriquecer a Medicina, e o Commercio. 2 de Outubro de 1763

#### Introducção

Aquelle que primeiro communicou a virtude da Quina aos Castelhanos, fes o maior presente ao genero humano, do que se lha-fizesse de todo o ouro e prata que tem saído da America. Esta consideração me movêo, são passados 25 anos, a argumentar todos os conhecimentos que podia adquirir, para ver de que modo se poderia estabelecer na America Portugueza toda a sorte de agricultura, e de remédios, porque considerei, que são as maiores riquezas com que podia utilizar a minha Patria.

Bem me apercebo que me faltão forças, engenho, e noticias individuaes daquelle continente, para conseguir tudo o que tenho pensado nesta materia. Estas difficuldades me determinarão a escrever por tratados separados tudo o que tenho que saber sobre a America. Espero tentear as minhas forças, quis neste primeiro, tratar de que modo devião buscar os remedios, as especiarias, e outras producções, para augmentar as artes mechanicas, que estão já conhecidas pelos Castelhanos, Inglezes, e Hollandezes, tanto nos seus domínios na América, como na India Oriental, e na Africa. E tãobem de que modo se podião descobrir outras muitas producções ignoradas até gora na Medicina e no Commercio.

He observação constante a Historia Natural, que em qualquer parte do Globo Terrestre habitado [*fólio 1, recto*] onde o calor, ou o frio for igual, que nesse lugar nascem as mesmas plantas, e as mesmas arvores. Observarão os Botanicos que nos Alpes se achão em certos lugares as mesmas plantas que nascem em Suecia, e em Siberia, não obstante ser desigual a altura do Polo. A raiz de Jen-Sem que nasce naturalmente na Tartaria Oriental nos Campos que bordão a Rio Amur, achou

felismente o P.<sup>o</sup> Lafiteau no Canadá. A canela de Ceilão, se acha em Sumatra, e na Ilha de S. Thomé, lugares na linha equacional.

Desta observação incontestavel, comecei a indagar em que lugares nascião as drogas, ou remedios que se empegão na medicina, em que altura de Polo, que grão de calor ou de frio lhes he natural, e se o Brazil desde o Rio das Amazonas até o Rio de Janeiro pelo menos, existirão as mesmas disposiçoens para nascerem nestes dilatados dominios os mesmos remédios, e as mesmas producçoens.

Confrontei no Globo Terrestre a quella parte da India Oriental, e a America Castelhana, donde nos vem as especiarias, e as drogas, e achei que o nosso Brazil fica na mesma Latitude; que o calor e a humidade he quasi em tudo semelhante. E não foi tão sem fundamento esta combinação, que a não pudesse provar pela historia.

Relata o P.<sup>o</sup> Vieira nas suas Cartas, que quando se descobrio o Brazil, acharão nos seos Campos, os Portuguezes, abundancia do Zinzibre. E que El Rei D. Manoel todo absorto na conquista, e augmentos da India Oriental, mandára arronear e destruir esta planta. Como a primeira Praija que se descobrio nesta parte do Mundo, foi a Bahia de todos os Santos [*fólio 1, verso*] a 13 grãos de Latitude Austral, naturalmente se persuadirá qualquer, que nestes lugares nascia expontaneamente o Zinzibre. Esta mesma planta nasce nos Campos de Calicut na India Oriental na latitude de quase 13 grãos. Os Inglezes transportarão esta planta nas Ilhas que possuem na Ameica, situadas dentro do Tropico de Cancer.

Temos no Brazil em muitas Campitanias entre a Bahia de todos os Santos e o Rio de Janeiro, a Canella que chamão brava, como tãobem na Ilha de S. Thomé. Esta planta nasce em Ceilão, em Sumatra, e em alguns lugares do Coromandel. Nas transacçoens filosoficas de Londres =Vol. 50: Part. 2.<sup>o</sup> pag. 860=se lê=, que posto que a Canella de Ceylão seja a mais estimada, que toda as sua Fragrancia provem da preparação, e da Cultura que os Naturaes da quella Ilha lhe sabem dar; e que não differe da casca da arvore chamada Cassia., Pelo que entendo, que se soubessemos preparar a nossa Canella brava, que igualaria na Fragrancia a quella de Ceylão.

Martinho de Mendonça e Pina no anno de 1728 me communicou, que tínhamos no Maranhão a quina brava. A casca desta arvore que usão todas as Naçoens civilizadas no nosso Hemisferio, colhe-se na Provincia de Quito, perto da Cidade de Coxa, hum grão lat. Austral. Nasce tãobem na Ilha Guadallupe, huma das Antilhas dentro do Tropico, como relata o P.<sup>o</sup> Labat [*fólio 2, recto*] Se preparássemos a nossa quina brava, e a colhêssemos no tempo devido, teriamos hum thezouro mais precioso, do que a dos diamantes. Aquelle celebre Medico Richard Mead, a chama =Donum Dei=, depois que por 60 nnos experimentou as suas virtudes por huma acreditadissima pratica.

Todos os remedios e anomas, balsamos e gommas que nascem no Malabar, Coromandel, Sumatra, e nas Ilhas Molucas, sei, com alguma experiencia, que nascem tãobem nos Campos de bordão não somente o Rio das Amazonas, mas tãobem na quelles dos Tocantins, de S. Francisco e Paraná. Quem comprar a historia natural das produçoens da India, que nos deixou nos seus Dialogos Garcia de Orta, Christovão da Costa, e que se lê mais amplamente no Hortus Malabaricus, achará quasi as mesmas em Guilherme Piso, em Nicolão Monardes, e em Francisco Hernandez Medico de Felipe Segundo, que enumerão o primeiro do que produzia o Brazil, e os dois últimos o México e o Pará.

Fora superfluo citar particularidades tiradas destes Autores, e de outras muitas que tratão desta materia. Ja estamos convencidos, que no Maranhão temos a arvore do cravo, a de Canuri, e a da Pechuri, e outras muitas aromaticas da mesma natureza que tem a quellas das Molucas, das quaes se colhe o cravo, a nós moscada ou noseada, e almacega. Ja sabemos da sanidade [*fólio 2, verso*] de balsamos que contentem nas virtudes com as do Pará, e de outras Provincias da America Septentrional; temos gommas não só uteis e necessarias na Medicina, mas em muitas artes; temos almacega, copal, gomma de borrachina, varias sortes de terebentina; temos plantas, raizes, e sementes, não só como como contra venenos, mas como as mais poderozas cordeaes, e que resistem á podridão. A raiz de onça, a de mil homens, e a Ipecacuanha; e outras muitas menos estimadas por não serem conhecidas, nem até gora terem caido não mão dos artífices, dos tintureiros, dos que fazem caixas, palheteiros, toda a sorte de moveis, toda a sorte de vernizes;

temos terras da natureza do vermelhão, do anil, do borax ou tinear, para tingir e polir tanto os metaes, como os vidros, e os marmores.

Só os Inglezes nos nossos dias tem a providencia, não só de indagar tudo que nasce nos seus domínios da America, mas também de transplantar plantas, e arvores da Asia e da America, nos ditos dominios; tendo-se neste Potentado formado huma Sociedade de homens doutos para promover estas novas plantaçoens. Hum Medico Inglez chamado Russel tendo assistido em Aleppo, por alguns annos, trouxe consigo a semente da planta que produz a Scamonea. Transportarão em America esta planta, e já esperão atrair a si o commercio deste precioso e necessario medicamento. Já tirarão do Mexico a planta que produz a raiz contrayerva, que transplantarão na Ilhas Antilhas; e com tantas despezas procurão assim adquirir o que lhes negou a natureza. [*fólio 3, recto*]

Não fallo das Ilhas de S. Thomé, de Annobom, da de Cabo Verde, de Noronha, e outras muitas; não fallo do Reino de Angola, nos quaes dominios se achão infinidades de remedios, e de produçoens utilíssimas tanto na Medicina como no Commercio. Apenas sabemos pelos nossos Autores, que se colhe no Reino de Angola a gomma da arvore ou páo de sangue, que he superior á gomma sange de drago. Apenas sabemos que alli nasce em abundancia a gomma Elemi, e o oleo de Palma; e que só de lá vem o oleo de Elefante.

Tanto da America Portugueza, como da Africa e das Ilhas, chegam a Portugal muitas plantas, Balsamos, e gommas já conhecidas nas boticas, e introduzidas na Medicina. Todos conhecem que a Salsaparrilha e Guayaero, os Tamarindos, a Canafistula, a Ipecacuanha, a Canella branca, a raiz da China, as gommas arrumecopal, vem destes dominios portuguezes, e alguns outros mais introduzidos no Commercio, como são varios que naquele dilatado continente da America Portugueza se podem achar infinidade de produçoens utilíssimas para augmentar a saude dos homens, e o commercio de todo o Estado. Esta indagação he que me moveo á muitos annos cuidar de que modo se poderião descobrir, e chegarem ao conhecimento dos Medicos, e dos Boticarios, como também dos Mercadores, para se introduzirem no Commercio, como estão hoje [*fólio 3, verso*] introduzidas o ruibarbo, a azebre, a Scamonea, o oleo da copaiva e todos os mais simples que entrão no commercio das Drogas.

Se a America Portugueza estivesse estabelecida desde a sua primeira origem a agricultura universal, e no commercio, teriamos hoje muitos conhecimentos das suas produçoens que totalmente ignoramos. Parece que até gora não se avaliou a quelle dominio se não para dominar os gentios e tirar outro das suas minas; não considerando por riqueza a quella que provem da agricultura. Mas nos discursos seguintes se tratará com individuação esta materia: por agora só proporei o que me parece necessario para descobrir não somente o que encema a America Portugueza, mas ainda as suas Ilhas, e as conquistas na Africa. [*fólio 4, recto*]

Alguns meios para descobrir as produçoens do Brazil, e para virem no conhecimento dos Medicosm e dis Mercadores Portuguezes.

Seria mui felis hum Lavrador, se soubesse todas as qualidades da terra da sua herdade: semearia a semente que convinha, em cada geira de terra; plantaria arvores na quelles lugares, que não podem produzir outro fructo; penetraria o interior com lavouras de dés ou doze palmos para saber se tinha no seu bem, como de oleyro para fazer louça; se tinha marmores, ou rochedos de pedra de cataria; se mineraes, saes, pedras, e talvez as preciosas. Examinada que fosse a superficie do terreno, e o seu interior, ficaria habilitado para aproveitar-se do bem que possuía.

Se mesmo animo e intento existisse no Legislador e no Pai da Patria, sem duvida mandaria examinar cada terreno, como o Laveador examinou e furou a sua herdade. He certo que somente este intuitivo conhecimento poderia resolver que lugares são os mais aptos para augmentar-se a população; em que parte se deverião abrir caminhos; em que lugar, e em que rios, e ribeiras serião as pontes indispensaveis; em que lugar se sesmaria; que terreno seria o mais util para ser plantado; que monte ou serra seria aberta para tirar della metaes, bitumes, pedras, barros, saes, carvão, e outras produçoens que nos esconde a terra. [*fólio 4, verso*]

Mas hum Rei ainda que esteja animado da quelle animo creador, imitando sempre a Omnibenificencia do Altissimo de quem he Imagem na terra, não pode por si só ver tudo, examinar tudo, e ordenar tudo. He necessario usar de Geographos,

de Medidores de terras, de homens instruídos na Historia Natura, na Chimica, na Metallurgia para que depuzessem estes conhecimentos adquiridos pelo seu trabalho, no Archivo do Tribunal Economico do Estado, para dalli saírem as ordens executivas, que satisfizessem a sua determinação.

Se semelhante Tribunal estivesse estabelecido no Reino, se as rendas que tem, e podia ter, fossem fundadas unicamente no trabalho, e na industria, ja as seus dominios de Ultramar, ainda que dilatadissimos, estarão examinados pelo menos na superficie.

Por falta de um Collegio Medico estabelecido na Capital, estão desconhecidas as producçoens necessarias ás boticas, e a muitas artes, não somente a quellas que nascem no Reino, mas tãoobem nas conquistas, e nas Colonias. Temos pelas bordas do Rio Tejo o tamarisco, por toda a Serra da Estrela a Genciana, e os Boticarios se provem destas plantas em Ceara dos Droguistas Estrangeiros, que vendem em Lisboa, e no Porto. Infinidades de producçoens nascem no Alem Tejo, e no Algarve, principalmente na Serra do Monchique (como ouvir dizer, poque não temos Autos ainda que escrevesse [*fólio 5, recto*] A Historia Natural do nosso Reino,) ignoradas dos Medicos, e dos Boticarios, e que comprão dos Estrangeiros; evacuando-se até por estas sangrias, humores e a vida do Estado. E não he de Dominar, porque as vendas reaes não estão fundadas no trabalho, nem na industria dos Povos, nem na quella communicacão continua da Aldêa para a Villa, da Villa para a Cidade, e da Cidade para a Capital, e desta para onde habitar qualquer Subdito da Monarchia, ou seja nos portos do mar, ou no mais retirado precipício das Montanhas.

Mas deixando por agora este objecto de economia política do Reino, quero me conter somente na quella que tivesse por objecto indagar, e examinar pelo menos a superficie da terra das Ilhas, e das conquistas e Colonias que temos na Africa, e na quella Felis America.

Por não entrar a reformar o Estado, nem a exigir novos Tribunaes, ou de economia, onde Commercio, tratarei somente dos Hómens que devião ocupar-se nesta indagação, e das qualidades necessarias que devião ter, para fazer por alguns annos o referido exame; em que logar seria o almazem, ou repositario onde se depositarião estas olitas producçoens, ou ja conhecidas, ou ignoradas; de que modo

serião communicadas ao Collegio Medico, e de que modo este as daria a conhecer os Medicos; aos Chirurgoens, e aos Boticarios do Reino, e de Ultramar; de que modo serião comunicadas a Junta do Commercio, e como poderião entrar no de Portugal. [*fólio 5, verso*]

Se o Ministerio de Portugal tiver ja abraçado o intento de estabelecer a agricultura universal no dominios de Ultramar como base de sua conservação, e augmento, e de de nenhum modo nas Minas, facilmente aprovará o que vou a propor. Se não estiver ainda estabelecido, e servir de alguma utilidade o discurso que intento escrever para mostrar qual deve ser o objecto primeiro de conservar, e augmentar os ditos dominios, persoado-me que não se considerará chimerica ociosidade o que vou a propôr.

#### Instrucção e qualidades dos que havião de indagar as producçoens das terras de Ultramar

Ja nas Cartas que escrevi sobre a educação da Mocidade, como tãobem no methodo para aprender, e ensinar a Medecina, mostrei evidentemente, me parece que jamais se introduzira em Portugal a Sciencia da Physica Geral, e Particulas, se não pelos Portuguezes qui viessem aprender estas Sciencias nos Reinos onde Florescem hoje, e que desse modo o ordenarão aos Reis D. João 2º, D. Manoel, e D. João 3º. Sabemos que em Portugal não se conhece hum Jardim de Botanica, nem hum Repositorio da Historia Natural, nem na Corte, nem na Universidade. Logo he impossivel, que haja Medico algum [*fólio 6, recto*] ou qualquer homem de Letras Portuguez, que não saísse do Reino, que tenha a mínima introducção nestras Sciencias.

Se huma vez se assentar por cousa certa, que necessita o Estado conhecer as producçoens dos seos dominios, e tirar dellas toda a utilidade possivel, ninguem duvidará que lhe são necessarios homens introduzidos e doutrinados não só na Physica Geral e Praticadas, mais ainda na economia dos Estados. Buscará logo o

Estado homens dotados destes conhecimentos, e emprega-los na indagação que propomos.

Já mandando cinco ou seis Estudantes de Medicina de idade de dezoito até vinte um annos, dotados de genio e engenho, saos e robustos, capazes de trabalho corporal e de animo (o officio de Boticario e de Naturalista, ou como nós dizemos, de Herbolario, he para caminhar por montes e serras, exposto a todos os temoraes, e a muitos perigos) a aprender a Botanica, e a Historia Natural em primeiro logar; e em segundo, a quella Astronomia Practica do fazer huma Carta Geographica,, tomar as alturas, marcar as longitudes, conhecimentos necessários no exercicio da Historia Natural nos Climas e nas Serras ignoradas, ou pouco conhecidas.

Aquelle dinheiro que dispende a Universidade de Coimbra com trinta Estudantes de Medicina cada hum com 40 annos, podia empregar-se com maior utilidade do Estado na educação dos Estudantes que proponho, que na da [*fólio 6, verso*] quelles Medicos dos quaes não necessita hoje o serviço real. No tempo que se instituirão estes partidos, faltarão Medicos no Reino, e tãobem para as conquistas, e serviços do mar; porque antes da fundação da Universidade actual, não havia Escolas regulares em Portugal. No anno de 1550 pouco mais ou menos, principiou a Escola que existe ainda hoje, sem mudar até agora seo precareo ensino. Se for aceite a reforma da Universidade que propus, estes ditos partidos ficarão riscados entre os postos da Universidade, ficando outros Estudantes em seo logar para servirem o Estado com actualmente tem necessidade.

Hoje em Paris se poderia aprender com proveito e utilidade, as Sciencias referidas; e parece que seria o logar mais a proposito para virem aprender os Estudantes propostos. Não serão exorbitantes as despezas do seo ensino por quatro ou cinco annos, se cada hum tivesse anualmente 320:000, que fazem duas mil libras de França. Com esta instrucção poderião ser mandadas a América Portugueza, e a Angola, descobrir os productos da quelles Continentes.

Todo felis sucesso desta expedição, dependeria das instrucçoens que lhes serião dadas juntamente com as ordens reaes para os Governantes e Ministros de Justiça, que lhes darião toda ajuda e socorro para indagar, observar e recolher todas as producçoens conhecidas ou desconhecidas, que poderião ser empregadas na

Medicina e nas Artes, e serviriam para recuperar a Saude, e augmentar o Commercio. [*fólio 7, recto*]

### Obrigaçõ dos Botânicos na indagaçõ da Historia Natural das Conquistas e Colonias Portuguezas

A obrigaçõ dos Botânicos seria determinada nas instrucçõs, que receberiao do Collegio do Almirantado, ou do Conselho Ultramarino. E como dellas devia depender todo o seo emprego, porei aqui a sua materia, ou apontamentos para se comporem a quella que forem aprovadas pelo Tribunal a quem estiver empregado o governo economico de Ultramar.

Tanto que os ditos Botânicos chegassem ás Cidades do Pará, Pernambuco, Bahia de todos os Santos, Rio de Janeiro, ou S. Paulo em Angola, deviã na Capital em que chegassem, determinar o terreno mais a proposito para formar hum Jardim Botânico, e algumas Camaras, não só para morada do Jardineiro, mas tãobem para servirem de repositório ás várias producçõs a Historia Natural.

Estes Jardins, ou Jardim pelo menos, hum em Angola, outro em America, seriã absolutamente necessarios para plantar nelles as plantas e arvores das quaes a virtude fosse conhecida, e os seus productos serem empregados na Medicina e no Commercio. Serviriã estes Jardins como de Catalogos, ou de roteiros das producçõs do Continente onde estavã estabelecidos. Facilitariã o conhecimento onde se achavã as ditas prepa- [*fólio 7, verso*] preparaçõs, de que modo se deviã preparar e condenar para entrarem no Commercio. E os repositorios mencionados teriã a mesma destinaçõ.

Os Hollandezes em Batavia, em Ceilão, e quase na maior parte das suas Colonias na Africa, e no Surinam, fundarã semelhantes Jardins. A custa do Estado assalariarã Botânicos que enviriã daquelles Jardins, augmentando-eis cada dia pelas excursõs que fazem pelos Certoens das terras onde habitã. O Jardim de Cabo da Boa Esperança entre as Hottentótes, he hum dos mais guarnecidos, que

conhece a Botanica. Destes estabelecimentos veio o conhecimento daquella Nação no Commercio das drogas, e de milhares de producções de que rezão as artes.

Imitarão este methodo os Francezes em Caiena, e em algumas Ilhas das Antilhas, mandando igualmente Botânicos para os ditos descobrimentos, cujos nomes já famosos na Historia Natural, como são Peisonel, Barrera, Adam, e outros muitos que derão noticia da Historia Natural do Rio Senegal, e terras adjacentes da quella parte da Africa.

Forão os Holandezes Senhores de Pernambuco, e de Olinda, por onze annos, no Seculo passado, e logo midarão mandar na quelle Continente formar um Jardim, e mandar Guilherme Piso, e George Margrave, famosos Botânicos, e Naturalistas, indagar as producções daquella [fólio 8, recto] sua conquista, se não fosse por esta desgraça, não saberíamos as plantas, os animais, nem os insetos do Brazil. Em onze annos tiverão tempo para nos darem as obras que temos na Historia Natural da quelle Continente. Elles forão os que descobrirão o oleo da Copaiva, a Ipecacuanha, a almecega, a canella branca, a canella brava, e outas producções de que uza a Medicina com utilidade no Commercio portuguez, somente por estas plantas, e arvores, como se poderá ver na obra = De India utriusque re naturali et Medica libri 1. Amsterdam apud Elzevir 1658. Fol.

As primeiras excursões que farião estes Botânicos, devião ser somente pelos bordos dos Rios, Ribeiras e torrentes perennes; não somente por serem navegaveis e ser mais fácil de se transportarem com as suas comitivas, mas também para serem transportadas as producções descobertas ao Jardim, e ou Repositorio da Capital. Como estes Botânicos devião ser também instruídos a Astronomia Pratica, que saberião tomar a altura dos logares, e a longitude, e fazer Cartas Topographicas, ficarião conhecidos os logares onde achassem o que descobrião, e tudo mais o que observassem. Não somente procurarião as plantas, e as arvores desconhecidas aos Botânicos, mas ainda aquellas mesmas semelhantes em tudo ás plantas, ás arvores, e arbustos que dão as gomas na Asia, na Africa, e America, que nos não pertencem = as gomas Assafetida, Galbao, Maynha, Balellium, Benzoin, Storax, Caranna, Opopanax, Sagapeno, Copal, Guaiaco, Ammoniac, Almacega de Chino, etc. E do mesmo modo [fólio 8, verso] as mais plantas, raizes, e sementes conhecidas tanto no uso da medicina, como no das artes.

Se em Lisboa, e no Porto estivesse estabelecido hum Collegio Medico como existe em Londres, e Amsterdam, e nas mais Cidade Capitaes da Europa, da quelle modo ou que tenho ja proposto por escrito, onde qualquer que cousas a maior utilidade a Portugal, todas as producçoens medicinaes lhe devião ser remetidas, para que nomeasse Medicos, que experimentassem os ditos remédios, e da-los a conhecer por escritos públicos não só a todo o Reino, mas tãobem aos Estranhgeiros. Deste modo é que os Hollandezes, os Inglezes, e os Francezes, e os Castelhanos ficarão conhecer o Guaco, o Balsamo de Perú, a raiz Serpentaria virginiana, e milhares dos productos da India. Nicolao Monards, Hernandes, as transacções filosoficas, a Historia, e Memorias da Academia Real das Ciencias, tratarão da materia referida, ou por ordens da quelles Potencias, ou pela instituição da quellas Sociedades.

Todas a quellas producçoens da America, e da Africa ja conhecidas no Commercio, como a quellas de que suspeitarião os Botanicos da quellas partes do Mundo, terião a mesma destinação, empregadas nas tintas, nos vernizes, no pano de linho encerado, ou fossem páos que tingem em varias cores, ou sumos de arvores, e de ervas, anil, cochenilha de varias castas, terras, saes para fazer vidros, e fundir metaes, serião mandá- [*fólio 9, recto*] mandados a Junda do Commercio, ou aquella armazem estabelecido em Lisboa, e no Porto, para que da li fossem mandados a Inglaterra, Hollanda e França para serem conhecidas. Porque como temos ja Mercadores Portugueses em Londres e em Amsterdão Consul, e podera ser que com o tempo em alguns portos de França, seria da obrigação destes dar a conhecer, e fazer valer os ditos productos, para plantar deste modo novos ramos de Commercio, que actualmente não conhecemos, mão tendo pensado até gora nelle, pela falta que temos de homens versados na Historia Natural, e empregados nestas descobertas a custa do Estado.

Seria da obrigação dos Botanicos que temos fallado, guardarem hum Diario, no qual notassem tudo que observão, e desembrião digno de ser notado tocante a Historia da Natureza; ocabada que fosse a sua excursão, ficaria huma copia da quelle Diario no Repositorio do Jardim de Botanica, exigido nas Cidade assim mencionadas. O original seria mandado para Portugal ao Tribunal de donde dependessem os ditos Boticarios. Tirando desde original outra copia para o uso do

Collegio de Medicina, que se estabelecesse em Lisboa, ou Porto. [fólio 9, verso]  
Pelo exame destes Diarios multiplicados, constaria dos trabalhos dos Botanicos; certes sabendo que virião a publico as suas excusoens, a sua sciencia, diligencia, e actividade, lhes serviria de estimulo para vencer as difficuldades que trazem com sigo semelhantes occupaçoens.

Deste modo uzou a Imperatis Anna Ivanovina em 1733 quando saber as producçoens da Siberia, a sua Historia Civil. Escolheo hum Botanico e versadissimo na Historia Natural chamado George Gmelin, com hum Ajudante. Escolheo um Historiador mui versado nas lingoas, e nas antiguidades orientais chamado... Miller, com dois Ajudantes, com taes instrucçoens, e recomendçoens, e ordensaos Governadores daquelle dilatado Dominio, que executarão por dez annos o intento da quella Augusta Imperatis. Enquanto Estiverão empregados estes homens doutos naquella indagação, dependião, e se correspondião imediatamente com a Academia Impedial de S. Petesburgo, onde reside ordinariamente a Corte. A esta Academia remettião as suas descobertas, e os Diarios que compuhão, e que tem saido hoje a publico, pela maior parte nas Linguas Russa, e Alemã.

Deste modo foi conhecido aquelle vastíssimo, e rude Continente, não somente no que pertence a Historia Natural, mas ainda a Civil. Augmentou se depois a communicação e por consequencia o commercio, [fólio 10, recto] e o bem dos povos, que são a gloria, e o augmento dos Estados Politicos.

Descobrirao-se minas riquissimas de Ferro, de cobre e de enxofre nativo; de prata, e de ouro (ainda que de de pouco lucro); muita sorte de marmores, e de jaspes, e algumas sortes de pedras preciosas de cores; algumas plantas que entrarão no uso da Medicina, e se conheceo onde nasce o ruibarbo. Huma vez que os caminhos communicaveis se acharão até Kamchatka, e as fozes do Rio Lena, cada dia se vão alargando o augmento dos povos, cada dia de feroses e incultos, vem Civis e humanos: permittelhes a quelle Imperio, ainda governado pelas Leis, e pelas ideas do seu Pedro o Primeiro, que vivão nos seos costumes, e na sua Idolatria. Pensando que deve primeiramente fazer de homens feroses, e agrestes, homens civis e humanos, do que Christãos forçados; sabendo por experiencia que com a intolerância de feroses vem crueis, e que de civilizados, de algum modo, vem traidores, e rebeldes. Mas não he este o logar de relatar aqui o que convem

conhecer nos Gentios, nem nos Idolotras, o que deixa para outra occazião, quando tratar de que modo se poderião civilisar os Naturaes do Brazil, e de Angola.

O mais que poderia relatar para servir de materia as instrucçoens, depende totalmente do estado em que se achão quellas Dominios de Ultramar; de que modo são governados os Nativos da quellas terras; que gráo, e que estado conservão no Estado Civil. Como não sei as leis municipaes e proprias a quelles dominios, he me impossivel entrar em particularidades que se devião [*fólio 10, verso*] observar por a quelles Botanicos que se destinassem a indagar o referido. Contentando me, que se for aprovado o que acabo de escrever, que será facil então acrescentar o muito que sei, falta nestes apontamentos.

Poderá ser que muitos me accusarão que sou ou incoherente, ou falho dos conhecimentos que devia ter em Continente de Portugal, propondo indagar as producçoens de Ultramar, sem conhecer presentemente a quellas do Reino. Que não sabemos ainda o que lança o mar nas praias do Reino desde a Foz do Rio Minho até a do Rio Guadiana. Que não sabemos ainda o que nasce nas Serras da Estrella, na de Monchique, e na da Caldeira, como tãobem na quellas que separão o Minho de Tras-os Montes; e muito menos o que em si encerrão, nem ainda do que são capazes de crear nem produzir. Que não temos ainda represas para impedir as enxurradas dos rios que tem alagado, e destruído os melhores campos. Que não temos até gora tido nenhuma providencia para dezentupir as fozes dos rios. Que não tendo habitantes superfluos no Reino, queremos povoar as tres partes do Mundo. Vaidade que ha muitos annos condenou o Homero Portugues

Deixas criar ás portas o inimigo  
Por ires buscar outro de tão longe  
Por quem se despovoe o Reino Antigo  
Se enfraqueça, e se vá deitando ao longe!  
Buscas o incerto, e o incógnito perigo  
Porque a fama te exalte e de lisonje

A certas abjeçoens espero responder nos tratados seguintes, que determinei escrever sobre a America; principalmente se souber que serão do agrado de quem os deve aprovar.

Paris Outubro de 1763

[*fólio 11, recto*]